

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 9 (1), 2019

R

O

T

S

L

Sumário

Revista da FLUP - IV Série V. 9, N. 1 (2019): HISTÓRIA

Comissão Editorial	1	Apresentação
Dossiê Temático:		
Jorge Fernandes Alves	3	Das Faculdades de Letras à FLUP (1919)
Francisco Miguel Araújo	50	Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1. ^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário
Álvaro Ribeiro	72	Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (Antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP)
Outros Estudos		
Rute Russo	87	A História Secreta de Procópio de Cesareia: o debate e a renovação historiográfica
Mariana Fonseca Barros	127	Reflexões sobre a representação do espaço “português” na <i>Historia Compostellana</i>
Armando Luís Carvalho Homem	147	Louvor de Trezentos
Raquel Tovar Pulido	167	Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão
Lara Campos Pérez	196	Repúblicas sin Marsellesa. República, revolución y evolución en el espacio atlántico iberoamericano (1870-1910)
Leonardo Aboim Pires	221	“Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal

Recensões

- Pedro Sebastião 250 Martins, Miguel Gomes (2017), *1147, A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros
- Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho 254 Moeglin, Jean-Marie (Dir.), Pequignot, Stéphane (2017), *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France
- Jorge António Araújo 258 Almeida, Onésimo Teotónio (2018), *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão*. (1.^a ed.). Lisboa: Quetzal Editores
- 262 Notas Biográficas dos Autores
- 264 Ficha Técnica
- 265 Normas editoriais

Comissão Editorial - Apresentação - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 1-2.

APRESENTAÇÃO

Revista da FLUP - IV Série V. 9, N. 1 (2019): HISTÓRIA

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto comemora, este ano, o seu centenário fundacional, porque criada pela Lei nº 861, de 27 de agosto de 1919, artigo 11º. Trata-se de um momento simbólico de reconhecimento da pretensão da Universidade do Porto para uma conciliação entre ciências e humanidades, no sentido de favorecer uma formação universalista. O presente número da *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (IV série, v. 9, nº 1) subordina-se, por isso, ao tema *A(s) Faculdade (s) de Letras e a(s) Universidade(s) – História(s) e Desafios* e associa-se ao conjunto de ações a decorrer ao longo deste ano de 2019, nesta Faculdade.

Jorge Fernandes Alves é o coordenador deste dossiê, seu proponente e colaborador. Tendo em consideração os aspetos históricos da emergência e afirmação das humanidades na história do ensino universitário, chamou a atenção para a necessidade da inserção da fundação Faculdade de Letras no contexto político nacional, no confronto e afirmações das universidades portuguesas, entre modelos de funcionamento e personalidades fundacionais incontornáveis.

O dossiê temático, com um conjunto de textos diversificados e complementares, tem por isso, esta inclinação, abrindo com um texto que procura enquadrar, num tempo político marcado por fortes tensões políticas e ideológicas, no pós-Grande Guerra, o processo de concretização e introdução das humanidades na Universidade do Porto, o que justifica o seu título, *Das Faculdades de Letras à FLUP (1919)*. Um segundo texto traça percursos de alguns docentes, da forma como se integraram, foram vistos, criticados e vigiados, numa arena que não seria, certamente, exclusiva da Faculdade de Letras do Porto (*Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.ª Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário*). Um terceiro texto é uma fonte histórica precedida por um breve estudo introdutório, que dá voz a Álvaro Ribeiro, num texto sobre *Leonardo Coimbra e a política do seu tempo*, como evocação do ambiente cultural e político em que emergiu a FLUP, assim como de um seu docente mítico, Leonardo Coimbra.

O conjunto de artigos que completam a revista e integram o conjunto de outros estudos, faz jus ao que se pretende de uma revista, de um departamento e da sua faculdade,

Comissão Editorial - Apresentação - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 1-2.

de qualquer universidade, reunir textos que apostem na discussão dos problemas atuais e futuros.

Por isso, três textos apresentam um maior pendor conceptual e ensaísta, como sejam, *A História Secreta de Procópio de Cesareia: o debate e a renovação historiográfica*; *Reflexões sobre a representação do espaço “português” na ‘Historia Compostellana’*; *Louvor de Trezentos*.

Outros tantos textos são dominados por tratamento empírico da informação, resultando em artigos que contribuem para a história demográfica, política, agrária e da ciência, como é o caso de *Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão*; *Repúblicas sin Marsellesa. República, revolución y evolución en el espacio atlántico iberoamericano (1870-1910)*; *“Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal*.

Finalmente, na rubrica recensões, houve espaço para a análise de três obras que, certamente, serão revisitadas através das sugestões dos leitores atentos que deram a este espaço da revista uma razão de ser. Convida-se, assim, lerem *1147, A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*; *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*; *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão*.

Sublinhamos o que reiteradamente assumimos, o grato trabalho coletivo, que inclui o contributo dos autores, dos revisores (dupla revisão), que contribuíram para o apuramento dos textos finais, a colaboração contínua dos serviços de apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sempre atentos ao processo de disponibilização dos conteúdos nas plataformas digitais.

Porto, 18 de junho de 2019

A Comissão Editorial

Inês Amorim
Cláudia Pinto Ribeiro
Francesco Renzi
Jorge Fernandes Alves
Jorge Martins Ribeiro
Maria Antonieta Cruz

Dossiê Temático

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Das Faculdades de Letras à FLUP (1919)

From Faculties of Arts to FLUP (1919)

Des Facultés de Lettres à la FLUP (1919)

De las Facultades de Letras a la FLUP (1919)

Jorge Fernandes Alves
 Centro de Investigação Transdisciplinar «Espaço, Cultura e Memória»
 (CITCEM)-FLUP
 jfalves@letras.up.pt

Resumo: Criada em 1919, Faculdade de Letras da Universidade do Porto surgiu num tempo político muito complexo, marcado por fortes tensões políticas e ideológicas, no pós-Grande Guerra. Com a sua criação, o Governo respondeu a uma repetida reivindicação da Universidade do Porto e da opinião pública para a introdução das humanidades nesta Universidade, até então considerada incompleta. O presente texto procura inserir a criação desta Faculdade no seu contexto histórico.

Palavras-chave: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Humanidades, República

Abstract: Created in 1919, the Faculty of Arts of the University of Porto emerged in a very complex political time, marked by strong political and ideological tensions after the Great War. With its creation, the Government responded to a repeated demand by the University of Porto and public opinion for the introduction of the humanities in this university, which until then was considered incomplete. The present text seeks to insert the creation of this Faculty in its historical context.

Keywords: University of Porto, Faculty of Arts, Humanities, Republic

Résumé: Créée en 1919, la Faculté des Lettres de l'Université de Porto a émergé à une époque politique très complexe, marquée par de fortes tensions politiques et idéologiques après la Grande Guerre. À sa création, le gouvernement a répondu à une demande répétée de l'Université de Porto et de l'opinion publique d'introduire les sciences humaines dans cette université, jusque-là considérée comme incomplète. Le texte actuel cherche à insérer la création de cette Faculté dans son contexte historique.

Mots-clés: Université de Porto, Faculté de Lettres, Sciences Humaines, République

Resumen: Creada en 1919, Facultad de Letras de la Universidad de Oporto surgió en un tiempo político muy complejo, marcado por fuertes tensiones políticas e ideológicas, en el inmediato post-Gran Guerra. Con su creación, el Gobierno respondió a una repetida reivindicación de la Universidad de Oporto y de la opinión pública para la introducción de las humanidades en esta universidad, hasta entonces considerada incompleta. El presente texto busca insertar la creación de esta Facultad en su contexto histórico.

Palabras clave: Universidad de Oporto, Facultad de Letras, Humanidades, República

Eu quis hospedar na Universidade portuguesa, casa cerimoniosa e pesada, a própria alegria, para que uma manhã os velhos claustros ressoassem ressurreição e vida, revoadas de canto, como se a primavera tivesse metido pelas janelas partidas, ramos de flores, frescura, cor, alacridade.

Leonardo Coimbra, “A questão universitária (discurso parlamentar)” (2007:48).

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Evoca-se este ano o centenário da publicação da Lei nº 861, de 27 de agosto de 1919, através da qual se criou oficialmente a Faculdade de Letras na Universidade do Porto, introduzindo o estudo das humanidades no seio desta instituição. Por decisão do Governo Provisório da República, a Universidade tinha sido constituída anteriormente, em 1911, com base apenas na Faculdade de Ciências e na Faculdade de Medicina, por transformação das escolas superiores então existentes na cidade (Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica), sendo depois dotada com a Faculdade Técnica, em 1915.

Diga-se que, com a reforma republicana de então, as universidades de Coimbra e de Lisboa (esta criada também em 1911) tinham sido dotadas, de início, de uma Faculdade de Letras: esta situação, a que acrescia ainda a ausência da Faculdade de Direito, trazia ao Norte, em termos comparativos, o sentimento de se ter implementado aqui uma Universidade incompleta. A criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, em 1919, respondeu, assim, a uma reivindicação, que várias vezes se fizera sentir no Porto, no sentido de se completar esta instituição e de se promover o estudo e ensino das humanidades.

Evocar a criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) no seu centenário, seja considerando-a como a “primeira” ou “primitiva”, em face do Decreto de encerramento, em 1928, da responsabilidade da Ditadura Militar, seja como um “antecedente” da Faculdade restaurada em 1962, em pleno Estado Novo (embora com diferenças significativas em relação ao nível das personalidades e no controlo ideológico), justifica uma abordagem histórica, ainda que sumária, desse processo no quadro do desenvolvimento do ensino superior em Portugal em plena Primeira República.

De resto, esta questão, recorrentemente suscitada, de continuidade vs. descontinuidade entre a FLUP de 1919 e a FLUP de 1962 parece resolvida, de forma cabal, com as palavras de um dos historiadores que mais se debruçou sobre a FLUP, Luís Armando Carvalho Homem: “a atual Faculdade de Letras do Porto constitui a segunda fase de uma Escola que pela primeira vez funcionou entre 1919 e 1931” (Homem, 1991).

Faculdade de Letras – a influência francesa

A designação de Faculdade de Letras para cobrir o campo dos estudos das humanidades com a reforma republicana do ensino superior era ainda tributária do modelo napoleónico. Com efeito, em 17 de março de 1808, surgia, em França, uma nova

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

organização do ensino público, concretizando a Universidade de França ou Universidade Imperial, prevista por Lei de 10.5.1806, definida “como uma corporação laica, com a missão de distribuir em toda a área do Império um ensino uniforme” aos vários níveis, integrados em academias regionais, com o ensino superior no topo. A Universidade era então um comissariado geral dos estudos. Foi nesse âmbito geográfico-académico de amplitude regional que se estabeleceram os novos tipos de Faculdades, entre elas as de Letras e de Ciências (as outras eram as tradicionais de Teologia, Direito, Medicina). As Faculdades de Letras, tal como as de Ciências, deviam existir para as mesmas localidades onde eram instalados os liceus do ensino secundário, de que seriam a sequência e complemento, embora independentes entre si (Estatuto de 16 de fevereiro de 1810, artigo 1.º), tendo, no caso das de Letras, professores de literatura, filosofia, história e geografia para os diversos cursos (Rendu, 1835).

Estas Faculdades de Letras e de Ciências, ditas “académicas” (por oposição às “profissionais”, de direito e medicina), porque viradas para o grande público e não apontando diretamente para uma profissão, foram, em largo número, suprimidas pelo governo da Restauração, por decreto de 31 de outubro de 1815. Após a derrota militar da França, em 1870, a III República Francesa, então implantada, recriou as universidades, voltando a considerá-las como instituições autónomas, bem como os modelos de ensino e investigação, valorizando o papel das Faculdades de Letras e de Ciências na preparação da formação de professores e de quadros para o Estado (Noguès, 2008).

A ressaca da derrota militar imposta pela Prússia, em 1870, a emergência do Império Alemão e o novo espírito republicano francês conjugaram-se para se considerar que o modelo napoleónico estava esgotado, sendo necessário o seu rejuvenescimento na linha positivista de especialização e aprofundamento científico e do contributo para o progresso. Por esta altura, pairava na Europa e nos Estados Unidos o modelo alternativo de Humboldt, aplicado à Universidade de Berlim, criada em 1810, no quadro do qual as universidades deveriam assumir duas missões: o desenvolvimento científico e a formação moral e intelectual, numa combinação interna de “ciência objetiva” com “formação subjetiva”. Com a afirmação da ciência como centralidade, os princípios axiais da universidade deviam ser a *autonomia* e a *liberdade* face ao exterior (Alves, 2018). Se os universitários se sentiam atraídos por este modelo alemão, eventualmente neutral, a verdade é que, no caldo das tensões ideológicas, políticas e militares da transição do

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

século XIX/XX, surgia uma nova atribuição para a Universidade, uma nova missão, o patriotismo, o que, no proselitismo político, se traduzia com identificação, partilha e militantismo com o regime político dominante, tanto na Alemanha imperial, como na França republicana e seus émulos.

Entretanto, as anteriores designações e a dicotomia Letras/Ciências persistiram na evolução dos modelos universitários que gravitavam em torno da cultura francesa, disseminando-se esta terminologia em vários países ao longo do século XIX, tanto nos agrupamentos do nível liceal, como no ensino superior. Como lembrava o professor conimbricense António de Vasconcelos, na sua lição inaugural do ano 1912/13, proferida na respetiva Universidade, tanto a designação de Letras como a de Ciências foram replicadas, em geral, pelas nações latinas, quer em situações novas, quer no desdobramento das antigas Faculdades das Artes (note-se que os ingleses, persistiram na designação de Artes, e os alemães na de Filosofia). Em Portugal, porém, isso só se verificou quando Portugal aplicou a primeira reforma republicana ao ensino universitário e introduziu nesse processo as áreas humanísticas, sendo a designação de Letras a adotada para referenciar as duas novas Faculdades de Coimbra e de Lisboa, emergentes com a reforma de 1911 (Vasconcelos, 1913).

Como chegamos aqui?

O modelo de ensino adotado em França foi naturalmente discutido em Portugal. Em 1823, Luís Mouzinho de Albuquerque editava, em Paris, a brochura *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública dedicadas à Nação Portuguesa e oferecidas a seus representantes*, os deputados às Cortes liberais. A proposta era um decalque claro do modelo napoleónico, enriquecida por fortes opiniões pessoais contra o monopólio da Universidade de Coimbra. Preconizava uma escola por freguesia para cada sexo, uma escola secundária por cabeça de comarca, um liceu em cada província, três academias – Lisboa, Coimbra e Porto, cada uma com Faculdades de ciências exatas, ciências naturais, direito, medicina e letras (estas com as seguintes cadeiras: Eloquência e Poesia, Literatura Antiga, Literatura Moderna Estrangeira, Literatura Nacional, História Geral, História Portuguesa e Filosofia Antiga e Moderna), assegurando Coimbra ainda o ensino das Letras Sagradas, na medida em que a constituição determinara a religião católica como religião de Estado (Albuquerque, 1823).

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Um quadro muito próximo ao de Mouzinho de Albuquerque é o do professor Guilherme Dias Pegado, ex-exilado liberal, que, em 1835, apresentava um Projeto de Lei de Organização da Universidade em Portugal, elencando entre as Faculdade previstas a de Letras, com programa para três anos e várias cadeiras de História Geral e Portuguesa, Filosofia, Geografia, Literatura. E, em 1836, Albino de Figueiredo e Almeida, membro da Associação dos Amigos das Letras e da Associação Promotora da Indústria Nacional, também apresentava um longo *Projeto de Reforma da Instrução Pública*, incluindo um artigo pelo qual haveria “uma Universidade em Lisboa, onde se ensinem as Ciências, as Artes e as Letras”, sendo estas assumidas por uma Faculdade de Literatura, na qual se ensinaria Economia Política, Geografia, Estatística, História, Metafísica, Gramática, Eloquência e Poesia (Almeida, 1836). Enfim, entre brochuras opinativas e alguns projetos parlamentares, que geralmente representavam mais do que iniciativas meramente individuais, não faltam sugestões em que as Letras emergiam como uma Faculdade a criar. Eram contributos, sobretudo, de antigos emigrados ou exilados liberais, que se reviam no modelo francês e suspiravam por “uma universidade de Portugal” na linha napoleónica, ou seja, um poder central para articular todas as formas de ensino, como via para esvaziar a tradição de Coimbra, considerada ainda clerical no domínio das humanidades (Braga, 1902: 124)

É ainda na França e no modelo napoleónico que a política setembrista se inspira, quando Passos Manuel, em 1836/37, decreta as propostas veiculadas pelo vice-reitor de Coimbra em Exercício, José Alexandre de Campos, aceitando a persistência de uma só Universidade e, para além disso, apenas escolas superiores especializadas, a saber, as Escolas Médico-Cirúrgicas, em Lisboa e Porto, a Academia Politécnica no Porto e a Escola Politécnica em Lisboa (esta por decisão de Sá da Bandeira). Esta opção pela via politécnica mostra uma vontade de criar instituições novas, de raiz, contornando, de algum modo, o poder universitário, evitando o conflito e, dessa forma, dar uma resposta aos utilitaristas da época, criando áreas técnico-científicas acessíveis a um maior número, enquanto a Universidade continuava a pontificar no Direito e na Teologia, embora ensinando também Medicina e Filosofia Natural (sendo esta Faculdade reformada).

Em 1854, no quadro da discussão de mais um reforma do ensino, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (Visconde de Vila Maior), professor da Escola Politécnica e depois Reitor da Universidade de Coimbra, apresentava um projeto para reforma dos

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

estabelecimentos de instrução de instrução superior que, a ser levada a cabo, pulverizaria o sistema existente, pois previa novos ramos, com propostas para uma Faculdade de Ciências em Lisboa, bem como outra de Medicina e Cirurgia, também em Lisboa, mas com subsidiária no Porto. Entre outras medidas, entre as quais as supressões de algumas Faculdades em Coimbra (matemática, filosofia e medicina), das politécnicas e das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, preconizava: “o ensino das letras será ministrado por uma nova faculdade de letras, que se organizará em Lisboa, e ficará na dependência do ministério do reino (para o ramo da Literatura)” (DCD, 8.2.1854). Foi grande o clamor dentro e fora do parlamento e o projeto não teve sequência pelas alterações estruturais que propunha.

Em 1857, um novo projeto de lei era apresentado pelo deputado por Coimbra, José Maria Abreu. Argumentava com a necessidade da criação de cursos de letras, na ausência de uma Faculdade de Letras idêntica às da França, Bélgica e de outros países, uma vez que “a criação dos cursos superiores das letras era o natural e indispensável complemento da lei que estabeleceu os liceus”, pois, “a literatura, a história, a filosofia, a geografia e a arqueologia não podiam ficar encerradas nos acanhados limites do ensino elementar dos liceus”. Propunha a criação de dois cursos superiores de Letras em Lisboa e Coimbra, que ajudariam a formar professores para o secundário, para cargos no Estado e como preparatórios para outros cursos superiores. Esta proposta ficou pelos caminhos da Câmara dos Deputados, suscitando apenas alguma discussão (DCD, 13.4.1857).

A indiferença parlamentar ativou o espírito do rei D. Pedro V, que, por iniciativa pessoal, doou verbas da sua dotação anual para a criação de 3 cadeiras de história, literatura antiga e literatura moderna, processo que encarou como incentivo para a futura Faculdade de Letras, conforme afirma na sua correspondência, o que ficou oficializado por Decreto de 30 de outubro de 1858. A isso se associou depois o governo de Fontes Pereira de Melo, arrancando das Cortes o financiamento para mais duas cadeiras (decreto de 8 de junho de 1859), com a abertura solene das aulas a realizar-se a 14 de janeiro de 1861. Estava criado o Curso Superior de Letras, em Lisboa, única entidade de ensino superior em Portugal nesta área durante 50 anos, embora numa versão minimalista.

A inexistência de uma Faculdade de Letras tornou-se objeto argumentativo, ora de forma isolada, por parte da própria Universidade, ora na sugestão de propostas mais latas, estas vindas do laicismo e do livre-pensamento para uma reforma mais profunda,

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

de que é exemplo relevante a alocação de Bernardino Machado na Universidade, em sessão inaugural do ano letivo de 1904-1905. Com a crise académica de 1907, perante a greve dos estudantes e uma agitação nunca antes vista, que implicou o envio de tropas para Coimbra e a suspensão do funcionamento da Universidade, o governo de João Franco tentou minorar os problemas, concedendo uma reforma que teve em conta as sugestões formuladas pela Universidade, através do Decreto de 19.8.1907, sob a forma de concessão de autonomia parcial na arrecadação e uso das receitas, contratações, elaboração de programas, determinação de métodos de ensino e elaboração de regulamentos internos. Foi neste contexto de gestão de verbas próprias que a Faculdade de Teologia, então com 22 alunos e 12 docentes, se sentiu diminuída face às outras Faculdades e, no seu Conselho de 11.11.1907, expondo e analisando o problema, emitiu o parecer de que se pedisse ao governo "caso não possa providenciar eficazmente para que a situação da Faculdade se torne desafogada e largamente útil, que a transforme em uma Faculdade de Letras, a qual é absolutamente necessária para completar o plano de estudos da Universidade, e que realizaria quando outorgada, uma aspiração, não de um ou de outro professor, não de uma ou outra Faculdade, mas de toda a Universidade de Coimbra, sem discrepância de um só dos seus membros" (Gomes, 1990:20).

A reforma franquista do ensino superior, concedendo alguma autonomia, não resolveu o problema e a “crise académica” de 1907 deixou marcas sensíveis. Dois lentes republicanos agitavam as águas em Coimbra. O médico José de Matos Sobral Cid, na lição de *Sapientia* de 16.10.1907, denunciava o modelo napoleónico, sugeria reformas pelo modelo de Berlim, preconizava a investigação, a autonomia e a eleição do Reitor e defendia a liberdade de ensino e de aprender, em contraponto à história da Universidade portuguesa (AUC, 1907-1908: XXXVI-LXVI). No ano seguinte, o matemático Sidónio Pais, na lição de *Sapientia* de 16.10.1908, denunciava a “atmosfera insalubre de desconfiança, de descrédito e de hostilidade” que se vivia na Universidade. E apontava três problemas: “a subsistência das velhas fórmulas da sua primitiva estrutura religiosa e clerical”; “a estreiteza do círculo em que se projeta a luz da instrução”; “a anulação da iniciativa do aluno”. Defendia que “ciência e religião têm esferas separadas”, pelo que a Escola, para ser livre, devia ser neutral em matéria religiosa, denunciando a mistura do “serviço de Deus e do serviço de Minerva”, apontando a envolvimento estreita de atos académicos por atos religiosos, recomendando “ver no *Anuário*, publicação oficial, o

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

calendário eclesiástico e académico por que começa, onde se detalham e distribuem ao mesmo tempo lições e missas, festas e feriados, a cor dos paramentos e as insígnias dos professores, as horas das aulas e as horas das rezas”, com as festas académicas conjugadas com solenidades religiosas, a obrigação do juramento religioso, a oração antes do exame, a precedência da missa no ato de conferir o grau de licenciado ou de doutor. E, entre outras “velharias”, apontava o traje clerical de estudantes e lentes “cuja supressão há tanto tempo debalde se reclama”. Denunciava as “fórmulas anacrónicas, vestígios mais ou menos extensos de uma estrutura de outras épocas”, pedia a purificação “destas poeiras seculares, deixem-nos respirar a plenos pulmões o ar puro e vivificador da liberdade de pensamento”. Condenava o enciclopedismo e a erudição incompatíveis com o novo tempo, defendia a extensão universitária como forma de levar a Universidade ao povo (AUC, 1908-1909: XLIII-LIV).

As Letras na republicanização da Universidade

Em 1910, chegou a República. Como sublinha Rómulo de Carvalho, a República trazia um “projeto de reforma da mentalidade portuguesa”, a executar, entre outras vias, pela instrução e pela educação. Mas esta era a “educação republicana”, como forma de superar o atraso português, procurando “republicanizar o país”. Republicanizar a escola com princípios novos, como dizia João de Barros. E apontou-se para os dois níveis extremos do sistema – ensino primário e ensino superior. Produziu-se, então, uma larga legislação nesse sentido, incluindo medidas de laicização do ensino, medida considerada prioritária (Carvalho, 1986).

Fixemo-nos, porém, no ensino superior. A Universidade, que resistira a todas as investidas, ao longo do liberalismo seria um alvo, não a abater (como durante a fase de propaganda disseram alguns republicanos), mas no sentido da sua transformação. Com a subida ao poder, através da revolução de 5 de outubro de 1910, os republicanos podiam concretizar o seu objetivo de laicizar o ensino e de criar universidades alternativas. Aliás, a 17 de outubro, já grupos de estudantes invadiam a Universidade de Coimbra e pediam a sua reforma imediata ou o seu encerramento.

O Governo Provisório teve de agir com rapidez, nomeando um novo reitor (Manuel de Arriaga) e prometendo legislação reformadora. Um dia antes da posse do novo reitor, a 18 de outubro saiu um decreto do ministério da Justiça que abolia o

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

juramento religioso a qualquer pessoa que iniciasse funções públicas, que seria substituído pelo uso da seguinte fórmula: "declaro, pela minha honra, que desempenharei fielmente as funções que me são confiadas". Seria Manuel de Arriaga a apresentar, em 19.12.1911, um conjunto de propostas de decretos para as diversas Faculdades, por incumbência do ministro do Interior, António José de Almeida, as quais foram genericamente aprovadas e foram depois sendo publicadas (Gomes, 1990:50-55).

Para além das medidas tomadas pela direção-geral da Instrução Secundária, Superior e Especial (à frente da qual o ministro António José de Almeida colocou Ângelo da Fonseca, médico e professor em Coimbra e seu antigo discípulo), relacionadas com procedimentos administrativos de estudos preparatórios, exames, conclusões de curso, transferências, transições e afins, surgiram medidas quase imediatas e pontuais para instaurar o espírito republicano, no sentido de ultrapassar as práticas e usos conservadores de tonalidade religiosa. No decreto que extinguiu o culto religioso na capela da Universidade, agora transformada em museu de arte, inseria-se um prólogo de afirmação positivista/cientista contra a tradição dogmática da influência religiosa, preconizando a supremacia da razão contra as escolas dogmáticas que dividiam indivíduos e povos. Tornou-se obrigatória a aposentação de todos os professores de qualquer ramo de ensino no final do ano letivo em que completassem os 70 anos.

Surgiram, sequencialmente, planos de estudos uniformes para as várias áreas e universidades, com a particularidade de o plano de Medicina (22.2.1911) surgir mesmo antes da criação formal das novas Universidades. Entretanto, um decreto de 22.3.1911, relativo à concessão de bolsas de estudo, inseria também um artigo único no qual se anunciava a criação de mais duas universidades, em Lisboa e no Porto, a regular posteriormente por um diploma sobre a “constituição universitária”. Este chegava no mês seguinte, por um decreto de 19.4.1911, pelo qual se publicavam as Bases da Constituição Universitária, consagrando a existência da antiga e das novas universidades em pé de igualdade, sendo-lhes atribuída: 1) uma missão, que apontava para a trilogia produção de ciência/formação superior/estudo dos problemas nacionais; 2) o princípio da autonomia universitária, ou seja, o “seu próprio governo económico e científico”; 3) a garantia de ensino livre e laico; 4) reitor nomeado pelo governo, de entre lista tríplice eleita pelos docentes, para mandato de três anos, só podendo ser reconduzido uma vez. O governo da Universidade assentava nos corpos académicos – Senado, Assembleia Geral dos

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Professores, Conselhos das Faculdades e Escolas – e nos delegados eletivos – Diretor (à frente de cada Faculdade) e Reitor, relativamente aos quais se estabeleciam as formas de integração, eleição e atribuições. O Senado era o órgão supremo da Faculdade e reunia ordinariamente no início de cada mês (Alves, 2012)

Em termos de áreas de formação, a Universidade "reformada" de Coimbra compreendia; a Faculdade de Ciências (matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais); a Faculdade de Letras (ciências psicológicas, filológicas e histórico-geográficas), com extinção da Faculdade de Teologia (de que alguns docentes transitaram para a de Letras); duas faculdades "destinadas a ministrar habilitações profissionais" - Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina; duas "escolas de aplicação" - Escola de Farmácia (anexa a Medicina) e Escola Normal Superior (anexa às de Ciências e de Letras).

A Universidade de Lisboa compreendia: "um núcleo de estudos puramente científicos", através da Faculdade de Ciências (por extinção da Escola Politécnica) e da Faculdade de Letras (por extinção do Curso Superior de Letras); uma Faculdade de Ciências Económicas e Políticas (que evoluiria, em 1913, para Faculdade de Estudos Sociais e Direito e, finalmente, Faculdade de Direito, em 1917); faculdades também "destinadas a ministrar habilitações profissionais" – Faculdade de Medicina (por extinção da Escola Médico-Cirúrgica) e Faculdade de Agronomia; e escolas de aplicação: Escola de Farmácia (anexa a Medicina), Escola Normal Superior (anexa às Faculdades de Ciências e de Letras) e Escola de Medicina Veterinária.

A Universidade do Porto, porém, compreendia apenas a Faculdade de Ciências (por extinção da Academia Politécnica), com escola anexa de engenharia, e a Faculdade de Medicina (por extinção da Escola Médico-Cirúrgica), com escola anexa de Farmácia e apontava-se para uma futura Faculdade de Comércio. Esta seria criada, nos termos do artigo 6.º deste decreto, no qual se previa que o quadro das Universidades seria completado “oportuna e progressivamente pela criação de Faculdades de ciências aplicadas ou Escolas Técnicas, para os diferentes ramos de engenharia, comércio e indústria, na razão dos recursos do Tesouro, do desenvolvimento das universidades e das necessidades económicas”.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Saíram depois planos de estudos uniformes para as várias áreas de ensino, nomeadamente, em 9 de maio de 1911, o *Plano de Estudos das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa*.

Mas as três universidades não eram então iguais! A criação da Universidade do Porto limitava-se a federar as duas escolas já existentes, agora como faculdades – de Medicina e de Ciências, com a promessa de uma futura Faculdade de Comércio. Era uma universidade incompleta ou mesmo uma “não universidade”, assim se denunciou de imediato nos corredores do ensino, não suscitando a medida grande entusiasmo público. Na sessão pública de inauguração da Universidade, que contava com a presença do ministro da tutela, António José de Almeida, e de outras autoridades, o diretor cessante da Academia Politécnica e futuro reitor (eleito nesse dia, 16.7.1911), Gomes Teixeira, considerava-a como uma “confederação”, com base nos cursos de engenharia anexos.

O influente jornal *O Comércio do Porto*, por exemplo, apontava o facto de a Universidade abrir apenas com as duas faculdades - Ciências e Medicina, correspondentes às duas escolas já existentes, formulando votos para que em breve pudessem juntar-se-lhe uma Faculdade Técnica e uma Faculdade de Filosofia e Letras, bem como a criação de uma Escola Normal Superior, como tinham as universidades de Lisboa e Coimbra. A Faculdade Técnica corresponderia às necessidades de um meio industrial como era o Porto, dando afinal sequência ao ensino já antes estabelecido na Academia Politécnica. A Faculdade de Filosofia e Letras, por sua vez, devia "considerar-se indispensável para a cultura geral ", justificando-se também por o Porto, apesar da sua importância, estar bastante alheado das "belas letras". A inauguração devia, pois, considerar-se como o "início de uma criação mais vasta".

E *O Primeiro de Janeiro* fazia-se eco da opinião de um ex-professor que, no decurso de uma entrevista, considerava:

Como é que se pode compreender um ensino superior e uma universidade onde não há os estudos de letras? As Universidades modernas são essencialmente constituídas por um núcleo fundamental – faculdade de letras e faculdade de ciências, que representa toda a cultura liberal do espírito, e corresponde aos dois ramos do ensino secundário – de letras e de ciências (PJ, 17.5.1911).

Sem retirar valor à importância e alcance da reforma universitária que urgia para reorganização e eficácia do ensino, o entrevistado sublinhava que o caso do Porto não

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

obedecia à mesma organização de Lisboa e Coimbra, pois não tinha Faculdade de Letras. Escola Normal Superior ou Faculdade de Direito. Eis, uma opinião publicada que podia muito bem ser considerada como a opinião pública ou ajudar a formá-la!

Entretanto, no Porto, dava-se início, desde 1 de dezembro de 1910, à revista *Águia*, expoente de uma nova geração literária, em cujo número inicial surgia um texto intitulado “Sobre educação”, da autoria de um jovem autor – Leonardo Coimbra, do qual falaremos adiante. *A Águia* era o embrião de um movimento cultural, que se designava de *Renascença Portuguesa*, o qual desenvolveu um vasto plano editorial e, de algum modo, substituiu, do ponto de vista de animação cultural, a geração de publicistas republicanos que no Porto fizera largo eco (com Rodrigues de Freitas, Basílio Teles e Sampaio Bruno). E esse movimento colocava a educação nas suas abordagens, tocando também as questões universitárias.

Mas se as Faculdades de Letras foram finalmente criadas com a República, embora apenas previstas para Lisboa e Coimbra, não faltava, no entanto, quem criticasse essa medida. António Vasconcelos, na referida sessão de abertura da Universidade de Coimbra do ano 1912/1913, lembrava que praticamente todas as universidades estrangeiras incorporavam, desde o século anterior, uma Faculdade de Letras ou similar: a França apresentava 15, a Espanha 10 (Filosofia e Letras), a Itália 11, a Alemanha 21 de Filosofia, (Reino Unido 16, Holanda 4, Bélgica 4, com outras designações). E mesmo assim havia quem contestasse o excesso de Faculdade de Letras, apesar de serem apenas duas, e lhes lançassem um olhar sobranceiro:

Surge, porém, agora quem por aí tenha a lembrança de criticar asperamente este louvável ato governamental, afirmando que o nosso país é muito pequeno para ter duas Faculdades de Letras, e alvitando que seja suprimida a de Coimbra. (...) Que se propusesse a criação de uma terceira Faculdade humanista na Universidade do Porto, nada teria de estranhável e poderia sustentar-se tal proposta com razões plausíveis; mas dizer-se que, depois de conquistada pela antiga e benemérita Universidade de Coimbra a tantas vezes, tão insistentemente, e com tão justos motivos, reclamada Faculdade de Letras, se lhe deve tornar a tirar, com o fundamento da exiguidade do país, eis o que parece um simples gracejo (...)

Está entre nós divulgado o prejuízo de que os diplomas conferidos pelas Faculdades de Letras são apenas aproveitáveis e úteis como habilitação para o magistério secundário; para nada mais servem. É um erro, que a legislação, revista e modificada em face das ideias modernas, precisa de corrigir (Vasconcelos, 1913).

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Registe-se desde já que a vida da Universidade de Coimbra não foi fácil no período republicano, tendo surgido no parlamento propostas para a sua extinção, incluindo na proposta de orçamento apresentada por Afonso Costa em junho de 1913, em que a apreciação da comissão da Câmara de Deputado apensou um projeto para a sua extinção, em nome de eventuais economias. Foi neste governo, em 29.3.1913, que se criou o Ministério da Instrução Pública, entregue a António Joaquim de Sousa Júnior, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o qual não trouxe nada de novo no tempo imediato. A Universidade do Porto cresceria muito lentamente, não obstante alguma pressão política.

Segundo as *Atas do Senado* da Universidade do Porto, o químico A. J. Ferreira da Silva, em 1914, na discussão sobre a resposta a dar pelo Reitor a um inquérito oficial sobre a reformulação do ensino superior, sugeriu que, em vez da prometida Faculdade de Comércio, se criasse antes uma Faculdade de Letras e uma Escola Normal Superior (uma vez que já existia ensino comercial na cidade - o Instituto Comercial), e ainda uma escola agronómica anexa à Faculdade de Ciências. A proposta teve acolhimento e foi enviada pela Universidade à Câmara dos Deputados, como forma de ultrapassar a “organização raquítica e anómala” desta Universidade (Alves, 2012:161).

E, em 2.8.1915, João Lopes da Silva Martins Júnior, também docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, mas agora no papel de ministro da Instrução, apresentava na Câmara de Deputados uma proposta mais ampla para criação nesta Universidade de uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Direito, anexando ainda à de Letras uma Escola Normal Superior. Congratulando-se com o facto, o Senado e a Reitoria insistiriam, porém, no desenvolvimento dos cursos de engenharia anexos à Faculdade de Ciências, sugerindo como prioritária a criação da Faculdade Técnica. Havia, na verdade, duas sensibilidades na Universidade do Porto sobre a sequência do desenvolvimento a dar à instituição: a da precedência da Faculdade Técnica era liderada pelo reitor Gomes Teixeira. E a Câmara dos Deputados garantiu apenas esta Faculdade pela via orçamental, em que o artigo 77.º da Lei nº 410, de 9.9.1915, a Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública, lhe dava existência, surgindo assim a sua criação amalgamada num longo diploma (Alves, 2012:161-184). De qualquer modo, esta criação era tributada no Porto como uma das ações políticas do deputado e professor da UP, Augusto Nobre, mais tarde Reitor e ministro da Instrução. Vivia-se então um ambiente

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

complexo, com a Grande Guerra a desenrolar-se e todas as suas consequências, incluindo a participação militar portuguesa em África e depois na Europa. Havia forte turbulência social perante a crise de subsistências. E sobreveio uma forte agitação académica, ligada a questões derivadas de procedimentos administrativos e desigualdade de tratamento entre os vários estabelecimentos de ensino. Foi neste contexto que surgiu a Lei n.º 616, de 19.6.1916, para estabelecer que as universidades e mais escolas de ensino superior tivessem autonomia pedagógica e financeira idêntica à que já possuíam o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio, duas escolas criadas à parte, pelo ministério do Fomento do Governo Provisório. E, pelo artigo 16º, era reconhecido a todas as faculdades das três universidades o direito de conferirem o grau de doutor aos professores ordinários e extraordinários do respetivo corpo docente desde que tivessem três anos de serviço. Ao abrigo desta norma, muitos professores, quer de Coimbra, quer de Lisboa e Porto, garantiram administrativamente o seu doutoramento.

Com o golpe militar de 5.12.1917, que levou ao poder Sidónio Pais, surgia no governo, na pasta da Instrução, Alfredo de Magalhães, um republicano histórico e professor da Faculdade de Medicina do Porto, acompanhado de outro histórico portuense, Francisco Xavier Esteves, este no Comércio (depois nas Finanças). Alfredo de Magalhães foi o responsável pelo Decreto n° 4554, de 6.7.1918: estabelecia um novo *Estatuto Universitário*, que ampliava a autonomia administrativa das universidades sobre a contratação de docentes ou definição de cursos, conferia ainda maior autonomia relativa às Faculdades no interior de cada Universidade, estabelecia uma Junta Administrativa com o Reitor e os diretores de Faculdade. O Estatuto Universitário mereceu o maior reconhecimento por parte do Senado da Universidade do Porto. Pouco depois, surgia o Decreto n.º 4651, de 14 de julho de 1918, logo seguido pelo Decreto n.º 4945, de 1.11.1918, que dotavam de uma nova estrutura os cursos de Letras em Lisboa e Coimbra, com as secções de Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Ciências Filosóficas, e cada uma com especificação das disciplinas e tempos letivos.

O novo ímpeto republicano e a “questão universitária”

Pouco depois, chegava o fim da Grande Guerra e o assassinato de Sidónio Pais. Sucederam-se as tentativas de restauração monárquica, quer no Porto, aqui com o golpe

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

de 19.1.1919, que criou no Porto a Junta Governativa Provisória do Reino de Portugal, com Paiva Couceiro na presidência, dando lugar à designada – Monarquia do Norte, quer em Lisboa (amotinação entre 22 a 24 janeiro). A Universidade do Porto serviu de palco a movimentações monárquicas, ali sendo instalado o putativo ministério da Instrução. Republicanos e monárquicos defrontaram-se, ao nível docente e discente. A 13 de fevereiro, era a vez da Guarda Real (efémera designação conferida pela Junta monárquica à Guarda Republicana) se sublevar no Porto contra as forças monárquicas, reimplantando a República na cidade, banindo a proclamada Junta Governativa do Reino, pondo fim ao conflito. Curiosamente, o reitor Cândido de Pinho faleceu no dia seguinte (14.2.1919), sucedeu-lhe no cargo Augusto Pereira Nobre, a quem coube pacificar a Universidade do Porto, num momento de forte turbulência.

Entretanto, com a vitória em Lisboa, a 24.1.1919, chegara a altura de os republicanos históricos reassumirem o poder, então ainda em mãos de fiéis sidonistas, apesar de, a Norte, os monárquicos ainda resistirem. Chegara a nova “República Velha”, ou seja, os republicanos dos partidos iniciais recuperavam o poder, através de um governo presidido por José Relvas, de concentração republicana, ou seja, com base num programa de conciliação e restauração republicanas que tinha sido gizado já em 7 de agosto de 1918 e servira de guia de resistência e combate ao sidonismo desde então. O Congresso “sidonista” foi dissolvido a 20 de fevereiro e o governo entrou em ditadura, dotando-se de poderes para manter a ordem e assumir medidas extraordinárias para garantir a defesa e segurança da República.

A 1 de março surgia nova lei eleitoral e as eleições foram marcadas para 11 de maio. Entretanto, o governo decretava o quadro de formalidades tendentes ao "apuramento da responsabilidade dos magistrados e funcionários públicos civis ou militares que, durante a última insurreição monárquica, se envolveram em quaisquer factos anormais, faltando, no exercício dos seus cargos, ou fora dele, à lealdade e subordinação devidas às Instituições e às leis", pelo Decreto n.º 5203, de 5.3.1919. Multiplicaram-se os inquéritos um pouco por todo o lado, inclusivamente na Universidade do Porto, questionando a ação de alguns docentes e funcionários, mas com o decorrer do tempo o apuramento de responsabilidades foi sendo esquecido e os inquéritos sumiam-se nas gavetas da administração ou eram arquivados.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Na Universidade de Coimbra, surgiram problemas em cascata, que vão configurar a chamada questão académica ou questão universitária: devido ao inquérito e suspensão a um grupo de professores de Direito conotados com a insurreição monárquica, o Reitor, Mendes dos Remédios, suspendeu-se de funções, em solidariedade, pelo que o governo nomeou, em 18.03.1919, como reitor interino o bacharel em Direito Joaquim José Coelho de Carvalho, antigo presidente da Academia das Ciências, nomeação que não foi bem vista pela academia coimbrã, por ser externo à Universidade e representar uma imposição governativa.

A 30 de março de 1919, ocupava o poder um novo gabinete de concentração republicana, ainda mais vincadamente democrático, presidido por Domingos Leite Pereira, anterior ministro da Instrução Pública, pasta agora assumida pelo já referido Leonardo José Coimbra, também democrático. A política neste sector continuou a ser encarada como um ataque às posições conservadoras e antirrepublicanas que estavam concentradas na Universidade de Coimbra, agora sobretudo na Faculdade de Letras, na medida em que, em termos docentes, era considerada uma derivação da antiga Faculdade de Teologia, pois daí tinham transitado vários professores (embora, nesta altura, fossem apenas quatro num total de dezanove).

Entretanto, na conjuntura difícil do pós-Grande Guerra, marcada pelo retorno dos militares e pela memória dos mortos, pela pneumónica, pelas tensões políticas derivadas da queda do sidonismo, pelas tentativas de restabelecimento da monarquia, pela crise das subsistências e fortes tensões sociais, verificou-se, no Porto, uma movimentação social de académicos, incluindo estudantes finalistas do secundário no Porto e seus pais, no sentido de ser criada na cidade uma Faculdade de Letras e uma Escola Normal Superior, de forma a evitar aos candidatos a esse tipo de formação a deslocação para Lisboa ou Coimbra, passando para a sociedade aquela que era uma reivindicação anterior da Universidade e da imprensa. Segundo *O Comércio do Porto*, de 3 de abril de 1919, realizou-se no dia anterior uma reunião numa das salas da Faculdade de Ciências, previamente anunciada para 2 de abril, às 10 horas, com “todos os indivíduos que se interessam pela criação, nesta cidade, de uma Escola Normal Superior e de uma Faculdade de Letras”. São referenciados como tendo estado na reunião académicos de todas as Faculdades e individualidades de destaque no ensino superior. O assunto foi discutido “acaloradamente”, tendo-se resolvido, por unanimidade, pedir a criação desses

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

estabelecimentos. Este pedido deveria ser secundado pelo corpo docente, direção e reitoria da Universidade do Porto, associações Comercial e Industrial, Associação Académica e Câmara Municipal, afirmando-se: “os alunos contam já com a adesão completa da maior parte destes elementos” (CP, 30.3.1919).

Para o efeito, foi criada uma comissão que mobilizou outras individualidades e conseguiu a adesão de instituições da Cidade que secundaram o apelo, fizeram eco nos jornais e enviaram telegramas ao governo. No desfile das declarações mais visíveis nos jornais, surge a Associação Comercial do Porto a aprovar, em reunião da direção e em resposta ao pedido da “comissão de alunos”, o patrocínio junto do ministro da Instrução Pública “para que esta legítima aspiração dos académicos portuenses se converta brevemente em realidade” (CP, 15.4.1919). Também o Centro Comercial do Porto apoiou a “justíssima causa em que a Academia portuense está vivamente empenhada”, intervindo por duas vezes junto do ministro da Instrução e apelando para o seu “apostolado em favor dos progressos e utilidade do ensino público, esperando que em breve seja uma realidade a obra de justiça e de igualdade saída da criação da Faculdade de Letras e da Escola Normal Superior junto da nossa Universidade”. E o Centro enviou um telegrama também ao ministro das Finanças no mesmo sentido, pedindo “justiça igualitária” em face da Universidade “incompleta” (CP, 10.5.1919). Acrescente-se a posição da Junta Distrital, que, em telegrama ao ministro da Instrução, dizia acompanhar “com o mais vivo interesse a solicitação da academia portuense” de forma a completar a Universidade do Porto. A propósito desta informação, o articulista antepunha uma afirmação eloquente, considerando que a criação da Faculdade “em breve seria um facto, pois que as forças vivas da nossa terra têm manifestado em favor da ideia, dirigindo-se ao snr. ministro da instrução, pedindo-lhe que atenda a justa aspiração da Academia” (CP, 16.5.1919). E, naturalmente, o próprio jornal *O Comércio do Porto*, em 19.4.1919, com um editorial (não assinado, mas que era habitualmente de Bento Carqueja, diretor do jornal e também professor da Universidade do Porto), intitulado “Ensino Superior”, referia-se à importância deste nível de ensino “não só na elevação mental das sociedades dirigentes, mas também no grau de prosperidade moral e material de um povo”, dando como exemplo as principais nações da Europa. Aborda a situação do Ensino Superior em Portugal, não obstante as “notáveis transformações” e a “fase de auspiciosa renovação” criadas pelos governos recentes, sublinhando as “condições de inferioridade” da Universidade do

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Porto, que, com as suas três faculdades, “não satisfaz as exigências de um centro importante como o Porto, que, sendo a segunda cidade do país, tem jus a usufruir as imunidades que lhe concede a sua importância social e a vida ativíssima do seu comércio e da sua indústria”. E, na sequência, aborda a questão central da ausência das humanidades nesta Universidade, apoiando as movimentações dos estudantes e das diversas instituições da Cidade no sentido da criação de uma Faculdade de Letras e de uma Escola Normal de preparação para o magistério. No mesmo número desse periódico surgia a notícia local de, no dia anterior, o ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra ter visitado a Universidade do Porto e respectivas instalações, sendo recebido pelo Reitor e diretores das Faculdades.

Natural da Lixa, concelho de Felgueiras, o ministro Leonardo Coimbra voltou ao Porto e a alguns concelhos vizinhos nas semanas seguintes (Matosinhos, Maia, Amarante, Felgueiras). E, naturalmente, mostrou-se disponível para se inteirar do movimento, recebendo a comissão de estudantes a favor da criação da nova Faculdade, revelando o seu empenho em corresponder a essa solicitação (CP, 26.4.1919). A ideia da criação da nova Faculdade de Letras da Universidade do Porto suscitou, pois, um processo de mobilização de pressão social sobre o governo, nomeadamente sobre o ministro da instrução, invocando-se mesmo o seu papel de filósofo, de “pensador da educação” e da sua ligação cultural ao Norte. Retomava-se, agora de forma mais combativa, o apelo já antes verificado, reclamando-se para o Porto a Faculdade de Letras e a Escola Normal, surgindo a ressaca da “monarquia do Norte” e das suas feridas como uma oportunidade política adequada, para dar força aos republicanos.

Neste contexto histórico de um novo ímpeto de republicanização, Leonardo Coimbra achou oportuno começar por reorganizar o 6.º grupo das Faculdades de Letras, através do Decreto n.º 5491, de 2.5.1919, considerando faltarem "matérias indispensáveis ao aperfeiçoamento e expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas". Num curso em que apenas havia as cadeiras de Psicologia Geral, Lógica e Moral (bienio), História da Filosofia Antiga (semestral) História da Filosofia Medieval (semestral), História da Filosofia Moderna e Contemporânea (semestral) e Psicologia Experimental (anual), o ministro Leonardo Coimbra introduzia novas disciplinas como Matemáticas Gerais (anual), Física Geral (anual), Química Geral (anual), Biologia (anual), Sociologia (anual), Psicologia (anual), Teoria da Experiência (anual), Metafísica

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

(anual), História da Filosofia Antiga (anual), História da Filosofia Medieval (anual), História da Filosofia Moderna e Contemporânea (anual) e Curso Prático de História da Filosofia (leitura e interpretação de textos, em cinco semestres). E criava, desde logo, dois novos lugares de professor ordinário no 6º grupo de cada Faculdade (depois acrescentados de um assistente, em retificação ao diploma), sendo que, para o primeiro provimento nesses lugares, os professores tanto podiam ser recrutados nos termos do artigo 55º do Decreto n.º 4554, de 6.7.1918, ou ainda “livremente pelo Governo, devendo neste caso as nomeações recair em pessoas de reconhecida competência científica”. O diploma prometia ainda regulamentar o plano de estudos da secção de estudos filosóficos.

No que se refere ao recrutamento de professores, o previsto no diploma sidonista de 1918 (Dec. N.º 4554 - Estatuto Universitário) era o de professores e assistentes serem nomeados pelo Governo sob proposta das Faculdades, sendo que a passagem de assistentes a professores ordinários teria de efetuar-se por concurso de provas públicas, conforme o artigo 54.º. Mas, pelo artigo 55.º, as Faculdades podiam propor ao Governo, para nomeação como professores ordinários, com dispensa de provas públicas, individualidades eminentes, sob proposta escrita e justificada, fundamentada em trabalhos de investigação original, dos professores do Grupo e assinada por, pelo menos, quatro quintos dos membros do Conselho Escolar.

Mas a estes procedimentos, acrescentava agora Leonardo Coimbra a nomeação livre pelo Governo. E, no quadro deste novo procedimento, em face da criação dos dois novos lugares de professor ordinário no 6º grupo em cada Faculdade, Leonardo Coimbra nomeou, de imediato, com data também de 2 de maio: Francisco Romano Newton de Macedo e Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Amadeu de Almeida Rocha e Manuel de Sousa Coutinho Júnior para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Estes nomes surgem, assim, impostos à Faculdade e à Universidade respetiva, sem prévia consulta a estas instituições, disso vindo a queixar-se a Faculdade de Letras de Coimbra. Embora os procedimentos fossem legais, pelo decreto acabado de publicar e no quadro de exceção previsto para combater as tentativas monárquicas (estando o parlamento dissolvido, pois realizavam-se eleições a 11 de maio), as medidas tomadas fugiam ao quadro de autonomia universitária criada pelos vários diplomas republicanos anteriores e aos princípios de bom relacionamento institucional. E não faltava quem achasse ainda que os poderes excepcionais previstos para

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

o Governo em ditadura transitória se aplicariam aos domínios da segurança e da economia e não a reformas de fundo noutros domínios, como seria o caso da instrução.

A resposta de Coimbra não tardou. Não terá sido uma ação inocente, que, ao abrigo do artigo 55.º do Estatuto Universitário (que continuava em vigor, sendo apontando explicitamente no Decreto n.º 5491, de 2.5.1919), ou seja, também com pedido de dispensa de provas públicas, o Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra aprovasse, a 7 de maio, a proposta para professores ordinários dos nomes dos assistentes Gonçalves Cerejeira e Joaquim de Carvalho, ambos recém-doutorados, proposta assinada pelos docentes António Vasconcelos e Alves dos Santos e entregue a 8 de maio na Reitoria. Contrapunham-se dois professores internos, com provas de doutoramento recentes, às duas nomeações do Governo que recaíam sobre dois jovens docentes do Liceu Gil Vicente, onde Leonardo Coimbra os teve como colegas.

A 14 de maio, o Reitor Coelho de Carvalho pretendia que a proposta conjunta (Gonçalves Cerejeira e Joaquim de Carvalho) da Faculdade de Letras fosse apresentada em separado, solução a que Joaquim de Carvalho se opôs, informando o Reitor de que não aceitaria a nomeação de forma isolada, posição que a Faculdade considerou de grande coragem e louvou em publicações posteriores. Presume-se, pois, que a posição do Reitor foi vista pela Faculdade como um ato divisionista para que o Governo pudesse eventualmente decidir que alguma nomeação não ocorresse: sabe-se que Joaquim de Carvalho era um republicano alinhado e *maçon*, mas Gonçalves Cerejeira era um clérigo formado ainda pela antiga Faculdade de Teologia e posteriormente pela de Letras, era um militante católico assumido contra o “laicismo anticristão”, com cargo de direção no jornal *Imparcial* e ligado ao Centro Académico da Democracia Cristã (Matos, 2001). A verdade é que a nomeação dos dois propostos pela Universidade de Coimbra não se verificou de imediato¹. No seu posterior manifesto à Nação, a Faculdade de Letras de Coimbra insinuava que o Reitor, externo à Universidade, pretendia ser proposto como professor da Faculdade de Letras, mas teria ficado dececionado com as diligências que

¹ O decreto de nomeação de Gonçalves Cerejeira e de Joaquim de Carvalho como professores ordinários da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra só foi publicado no *Diário do Governo* em 19.11.1919, exatamente na mesma altura da publicação do decreto de nomeação de Leonardo Coimbra como professor ordinário da Faculdade de Letras do Porto, ou seja, numa altura em que a “questão universitária” já estava oficialmente encerrada desde agosto, com a publicação da Lei.º 861, mas de que estas nomeações parecem ter sido o último ato. Naturalmente, o “congelamento” destas nomeações tem uma explicação oficial no decreto de transferência da Faculdade para o Porto, mas prolongou-se para além do necessário.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

efetuou para o efeito junto do corpo docente, pois, no dizer da Faculdade, “estava primeiro a ala-de-namorados dos Novos, entre os quais o Dr. Gonçalves Cerejeira, o Dr. Joaquim de Carvalho... depois mais novos” (*A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, 1919:11)

A Universidade de Coimbra indignou-se com as medidas do Governo e as práticas do Reitor, consideradas hostis, que acresciam ao inquérito aos professores de Direito (que incluíam Oliveira Salazar e Carneiro Pacheco, além de outros). A nomeação do reitor interino, em nome da normalização republicana, e as suas tomadas de posição, atribuindo-se-lhe forte influência junto do ministro, puseram-no em conflito aberto com a Faculdade e a Universidade. De entre as ações de protesto, saliente-se a representação formal votada por unanimidade no Conselho da Faculdade de Letras de Coimbra, nesse mesmo dia de 14.5.1919, na qual se considerava o decreto de reforma do ensino de filosofia e as nomeações de docentes como “um profundo agravo feito à Faculdade”. O Conselho lamentava não ter podido colaborar na reforma do quadro das ciências filosóficas e dizia não ter conhecimento sequer dos dados curriculares dos dois professores que, segundo o decreto, deveriam ser “pessoas de reconhecida competência científica”, mas, relativamente aos quais, o Conselho nada sabia. Os reparos colocados à nova doutrina política culminavam com o pedido de “imediate suspensão” do Decreto n.º 5491 e do referente às nomeações até que o seu teor fosse colocado à consulta das Faculdades de Letras. Na sequência da posição dos docentes, são os estudantes que, no dia 15 de maio, se reúnem em assembleia magna e secundam aquela posição em representação ao Governo.

As posições e movimentações da academia de Coimbra foram consideradas pelo Governo e particularmente pelo ministro Leonardo Coimbra como um ato de “intencional indisciplina” e de “provocação à rebelião dos estudantes”. E, tendo em conta que no Conselho da Faculdade participava o reitor Mendes dos Remédios, ainda que em autossuspensão, apoiando claramente as posições da Faculdade, o que agravava a sua responsabilidade, o Governo retaliou: invocou, para o efeito, o decreto que permitia tomar medidas para assegurar a direção de serviços por pessoas de confiança política, impondo a demissão do Reitor da Universidade, em 19.5.1919. Em seu lugar, nomeou definitivamente o Reitor, então interino, Joaquim Coelho de Carvalho. E, dias depois, através do Decreto n.º 5770, embora com data de 10 de maio, determinava a desanexação

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mandava proceder à sua colocação na Universidade do Porto, ao mesmo tempo que, num ato de aparente compensação, criava na Universidade de Coimbra uma Faculdade Técnica e uma Escola de Belas Artes:

Atendendo à conveniência do ensino, e especialmente considerando que das Faculdades de Letras de Coimbra, e Lisboa é que saem os diplomados que se destinam ao professorado liceal, completando a sua habilitação nas escolas normais superiores;

Convindo que quem se destina ao ensino secundário - que neste é que se forma o carácter dos alunos e porque não pode ser bom educador quem não tenha conhecimento prático da vida - siga os seus estudos superiores num meio social em que as mais variadas manifestações da atividade se exerçam;

Considerando que a cidade de Coimbra é um meio essencialmente universitário, vivendo o professorado e corpo docente da Universidade como que insulados no seu trabalho especulativo, literário ou científico;

Considerando que as condições sociais da cidade do Porto, de mais larga atividade que a de Coimbra, convém que na Universidade do Porto haja uma Faculdade de Letras;

Considerando que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tem orientado, embora notavelmente, a cultura dos alunos de modo a darem preferência à erudição livresca sobre as especulações originais do espírito moderno, manifestando-se na filosofia revelada nas obras dos seus principais professores e alunos laureados uma quase completa orientação tomista de forma escolástica;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, a seguinte:

Artigo 1.º É desanexada da Universidade de Coimbra a Faculdade de Letras, criada em substituição da extinta Faculdade de Teologia, e colocada na Universidade do Porto.

Art. 2.º Poderá o Governo colocar na disponibilidade os professores da Faculdade de Letras extinta por este decreto, quando assim o julgue conveniente.

§1.º O Governo poderá aproveitar os serviços dos professores colocados nesta situação na direção de investigações literárias, bibliotecas eruditas ou quaisquer comissões de estudos ou presidência de exames.

§2.º Aos professores colocados na situação de disponibilidade em virtude deste artigo será abonado o respetivo vencimento de categoria, sendo-lhes também abonado o vencimento do exercício quando sejam incumbidos dos serviços a que se refere o §1.º

Art. 3.º Aos professores de língua e literatura francesa e da cadeira de estética e história da arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é-lhes facultado ficarem fazendo parte do professorado da Faculdade Técnica de Coimbra, criada por este decreto, ou do professorado da de Letras, do Porto, contanto que optem por um dos lugares no prazo de quinze dias, a contar da data do presente decreto, que entra desde já em vigor.

Art. 4.º Os alunos que no presente ano letivo completem as suas frequências para exame de terminação de cursos deverão vir fazê-los na Faculdade de Letras de

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Lisboa. Os outros alunos que tenham as suas frequências completas, mas que não terminem o curso, são dispensados de exame.

Art. 5.º É criada na Universidade de Coimbra uma Faculdade Técnica.

§ 1.º Anexa à Faculdade Técnica haverá uma Escola de Belas Artes.

§ 2.º Fica o Governo autorizado a publicar o plano de estudos e regulamentos necessários para a execução deste artigo.

Art.6.º O edifício onde está instalada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra será entregue à reitoria da mesma Universidade, para nele serem instaladas as Escola Normal Superior e a de Belas Artes, criada pelas disposições do § 1.º do artigo 5.º.

Art. 7.º Para execução das disposições do presente decreto fica o Governo autorizado a abrir, sem dependência da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém. (Decreto nº 5770, de 10.5.1919)

Importa sublinhar que a data oficial de 10 de maio é uma data formal: o governo continuou a governar após as eleições do dia 11, mas remeteu todos os atos administrativos para o dia anterior às eleições, saindo, com data de 10 de maio, trinta suplementos ao *Diário do Governo* desse dia, mas publicando-os posteriormente, o que se tornou num escândalo político. Só com data de 24 de maio é que começaram a surgir novos decretos com a data real. Fica explicado o aparente paradoxo de anterioridade: o protesto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a contestar a nova organização de Filosofia e nomeações ocorreu a 14 de maio, enviando uma representação de protesto ao governo a 15, mas o decreto que considera essa contestação como um ato de indisciplina, surge como aprovado a 10 do mesmo mês. Na realidade, o Decreto nº 5770 só pode ter sido conhecido de forma pública em data posterior a 15 de maio, saindo num *Suplemento ao Diário do Governo* que terá sido distribuído a 20 de maio (embora a FLUC afirme que a sua distribuição em Coimbra ocorreu a 23 de maio).

Não se julgue que Leonardo Coimbra ficou isolado, pois a 21 de maio, segundo *O Comércio do Porto*, multiplicaram-se já os telegramas de felicitações pela decisão tomada. Augusto Nobre, então Reitor da Universidade do Porto, mas em nome pessoal, afirmava ao ministro:

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Os jornais referem-se com satisfação à transferência da Faculdade de Letras para esta cidade. Os alunos da Universidade veem assim satisfeita a sua aspiração e pedem a criação da Faculdade de Direito e da Escola Normal Superior. Esperam também a vinda de V. Exc.^a na próxima semana para assistir à inauguração da Faculdade. (CP, 21.5.1919)

Há ainda notícia de telegramas de várias figuras republicanas no Porto, do núcleo socialista de Leiria, da comissão municipal republicana do Porto, do Grémio Republicano do Norte, da Associação do Livre Pensamento, do Clube dos Fenianos Portuenses, do Centro Comercial do Porto, da Junta Distrital. Mas também em Lisboa se manifestaram apoios. O jornal *O Século*, de 25 de maio, dá conta de uma homenagem ao ministro da Instrução por ter extinguido a Faculdade de Letras de Coimbra e criado outra no Porto, com o ministro a receber os manifestantes no ministério, então Terreiro do Paço. À frente de todos ia Magalhães Lima, seguido de representantes da Maçonaria Portuguesa, da Mocidade Republicana e delegados de várias coletividades. Os manifestantes mostraram-lhe o apreço pelas medidas relativas ao ensino tomadas de acordo com as “aspirações da alma republicana”, pois consideravam a extinção da FLUC, “antiga faculdade de Teologia”, como um grande passo para a republicanização do ensino, manifestando-lhe todo o apoio.

O jornal *Comércio do Porto*, de 27 de maio, anunciava a chegada ao Porto do ministro da Instrução para instalar a Faculdade de Letras no comboio direto da tarde desse dia. Referia o convite da Câmara Municipal a todas as forças vivas e instituições a comparecerem na estação de S. Bento à chegada do comboio. Dois anúncios em página interior faziam convite idêntico: o Grémio Republicano do Norte sublinhava “o bom serviço que acaba de prestar à liberdade e ao ensino com a criação da Faculdade de Letras”; uma comissão de pais de estudantes, representada por José Joaquim Ferreira da Silva, invocava o “alto benefício que prestou ao Porto e ao ensino”. Não obstante a espera realizada, Leonardo Coimbra não veio, nem deu explicação oficial.

Veio o ministro da Justiça, António Granjo², de surpresa, sem avisar qualquer autoridade, com a missão de visitar os presos políticos da rebelião monárquica e ouvir as

² António Granjo (1881-1921), natural de Chaves, advogado, destacou-se na greve académica de 1907, combateu as invasões monárquicas, participou no Corpo Expedicionário Português, na Grande Guerra, foi diretor do jornal *República*. Alinhou desde cedo no Partido Republicano Português e depois, com a fragmentação partidária do PRP, no Partido Evolucionista, que, em 1919, se transformou no Partido Liberal. Subiu a ministro da Justiça neste segundo governo pós-sidonista, que decorreu de 30 de maio a 28 de junho.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

suas queixas. Algo estava a mudar na situação política: no hotel em que estava hospedado, Granjo teve de ouvir os protestos de “um grupo numeroso” que tinha esperado Leonardo na estação de caminho de ferro e que lhe fez sentir o desagrado pela sua visita aos presos monárquicos, considerando que essa atitude iria dar alento aos detidos e desmoralizar as autoridades republicanas e as vítimas das violências monárquicas. O grupo fez ainda uma manifestação de apoio ao governador civil, o democrata radical José Domingues dos Santos (que ameaçou demitir-se com a visita intempestiva do ministro Granjo e sua finalidade), aprovando ainda um texto a enviar ao ministro da Instrução por telegrama, assinado por um dos pais da comissão de estudantes, no qual se podia ler:

O povo republicano e sempre leal do Porto (...) aplaude calorosamente o gesto patriótico, liberal e republicano de s. exc^a o snr. ministro da Instrução, expulsando do templo sagrado do ensino superior o espírito jesuítico e reacionário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lembrando que nas escolas se encontra o principal inimigo da república, que a todo o transe urge combater. Na luta que se trava entre a reação e a liberdade, o povo do Porto põe-se inteiramente ao lado do ministro da república que pela primeira vez teve a coragem de, por atos, afirmar a sua fé republicana e a sua consciência de pedagogo livre de preconceitos e ansioso de produzir uma obra útil à sua pátria – Ferreira da Silva (CP, 27.5.1919)

Mas posições mais moderadas e conciliatórias também se verificaram no Porto, quer por parte de estudantes e professores das Faculdades de Ciências e Engenharia que, não se opondo à criação da Faculdade de Letras no Porto, mostravam a sua solidariedade para com a Universidade de Coimbra, que consideravam desrespeitada, quer pelo próprio Senado da Universidade que tomou posições cautelosas. Ou artigos de jornais que convidavam Leonardo Coimbra a refletir, com foi o caso do jornal *O Primeiro de Janeiro*, que fez diversas abordagens à “questão académica”.

A “questão universitária” em Coimbra

Naturalmente, o Senado Universitário de Coimbra vinha reagindo em sentido contrário e as manifestações públicas por parte de docentes e discentes contra o governo multiplicaram-se com o conhecimento do decreto n.º 5770 que encerrava a Faculdade e a transferia para o Porto. Perante a notícia dos jornais sobre a publicação anunciada de um

Voltaria a ministro posteriormente e chefiava o governo, desde 30 de agosto, quando foi assassinado na “noite sangrenta” de 19 de outubro de 1921.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

decreto a censurar a Faculdade de Coimbra, em função do seu procedimento por ter representado contra a reforma da secção de ciências filosóficas, o Diretor da Faculdade, a 21 de maio, enviou um telegrama ao Presidente da República solicitando a sua atenção.

E o Conselho da Faculdade reunido extraordinariamente a 23 de maio, na elaboração da ata da reunião diz que recebe um ofício do Reitor, datado de 22 de maio, a comunicar da desanexação da Faculdade de Letras da Universidade “por um decreto com força de lei” e sua colocação no Porto, informando que, para “pôr logo em vigor esta nova lei”, deixa de “considerar o corpo docente e os alunos que o são exclusivamente dessa Faculdade, como fazendo parte da Universidade de Coimbra”, comunicando para o efeito com a autoridade administrativa e indicando ainda que nomearia delegados para o serviço de receção dos bens do Estado”. Só depois de lido este ofício, se mandou buscar o *Diário do Governo* que acabava de chegar no correio, tomando o Conselho conhecimento do dito decreto. Perante a pressa do Reitor e a decisão do Governo, o Conselho registou em ata uma declaração, exprimindo “a sua estupefação perante a letra de tal decreto, que nem pelos seus considerandos, nem pelas suas disposições, encontrará aplauso, ou justificação sequer no mundo culto”, mutilando a Universidade, “sem outro verdadeiro motivo que não fosse a atitude do Conselho da Faculdade, na defesa digna e respeitosa dos únicos princípios que, segundo as leis vigentes, as Universidades tem por conformes ao prestígio da sua missão – o Governo desatendeu inteiramente o direito de defesa que às corporações, como aos cidadãos, a Constituição reserva, e puniu até o exercício do direito de petição” (*A Faculdade...1919:38*).

Contra as posições do Governo e do Reitor, exprime-se o Senado da Universidade, aprovando uma longa moção a 24 de maio, solidarizando-se com a posição da Faculdade e do uso legítimo do seu direito de petição, argumentando que, longe de ser ofensiva, só teria em vista considerações de ordem pedagógica e a defesa da autonomia consagrada no Estatuto Universitário. Considera mesmo que “os fundamentos do decreto n.º 5770 em vez de justificarem a desanexação da Faculdade de Letras, justificam ao contrário, a sua conservação em Coimbra, pois é em meios essencialmente universitários que têm razão de ser as Faculdades de Letras e em meios essencialmente industriais e ativos que têm utilidade as Faculdades Técnicas”, pelo que o decreto poderia considerar-se o início da destruição da “velha e gloriosa Universidade”. Neste quadro, o Senado dava o seu apoio à doutrina da Faculdade, solicitava a publicação do extrato da ata de 14 de maio para que

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

o País pudesse julgar o procedimento da Faculdade e pedia que a execução do decreto fosse sustada até à reunião do Parlamento recém-eleito e deixar a este a decisão.

Também os professores da Universidade, em conjunto, se manifestaram, em 25 de maio, elaborando uma representação contra o Reitor em exercício, acusando-o desde logo de não convocar os órgãos de governo universitário, apesar dos acontecimentos do maior interesse e gravidade para a instituição: “desde o ato da sua posse até hoje, o atual Reitor tem gerido discricionariamente os interesses da Universidade, votando ao mais completo desprezo os corpos representativos da vida universitária e postergando as disposições do Estatuto, que não consta tenha sido revogado ou suspenso”. Apontavam os acontecimentos sucessivos e quando foi pedida a convocação pelos diretores das Faculdades e Escolas, o Reitor opôs-se, tendo o Senado de se reunir “por direito próprio”, numa sucessão de incidentes de vários tipos, sugerindo até que ele teria cooperado na elaboração do Decreto 5770 para censura e extinção da Faculdade. E a representação culminava com o pedido de demissão do Reitor (*A Faculdade...* 1919: 44-49).

A Assembleia Geral dos professores em representação ao Parlamento, em 11 de junho, voltava a invocar a inabilidade do Decreto n.º 5770, não atribuindo a principal responsabilidade ao Governo, mas sim ao Reitor, pois “o Governo foi, com efeito, iludido pelo sr. Coelho de Carvalho, o maior de quantos inimigos conta a Universidade, desde que não foi prontamente atendido o seu desejo de entrar na Faculdade de Letras”. A pressão subiu de novo junto do Presidente da República, através de carta aberta que, a 18 de junho, o professor e velho republicano Ângelo da Fonseca lhe enviou, historiando o processo e na qual revela o episódio, já usado em artigo anterior na imprensa, de uma comissão de docentes ter sido recebida pelo ministro da Instrução, e “que este, respondendo aos Comissionados da Universidade, que o procuraram em 29 de maio, em sua secretaria, lhes prometeu o restabelecimento da Faculdade de Letras e a demissão do Reitor”. Mas o Reitor não só não foi demitido, após ser chamado a Lisboa, como voltou e começou a aplicar “perdões de ato” em várias situações apontadas como ilegais e considerados como processo para cativar os estudantes das outras Faculdades para a sua causa. Além disso, o ministro, três dias depois e ao arrepio do que prometera, numa intervenção no Coliseu dos Recreios, em sessão de homenagem a Magalhães Lima, teria lançado fortes diatribes contra a Faculdade (*A Faculdade...* 1919: 50-60).

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Às posições da Universidade, associaram-se as forças vivas da cidade e personalidades do meio científico e político, nomeadamente da Academia das Ciências. Mais leve terá sido a posição da Câmara Municipal, de que era presidente Augusto Joaquim Alves dos Santos, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, republicano do partido evolucionista e depois liberal, eleito deputado a 11 de maio, que naturalmente informou o Governo do descontentamento da cidade, mas que viria depois como deputado a fazer uma larga defesa dos interesses da sua Universidade, com posições duras contra Leonardo Coimbra. Alves dos Santos, pessoalmente, teria convergido inicialmente com Leonardo Coimbra na reforma da área de filosofia, mas a partir daí divergiu face ao processo político desencadeado pelo ministro.

Alguns docentes desdobraram-se em representações, artigos e entrevistas, com relevo para Ângelo da Fonseca, médico, com a autoridade que lhe vinha de ter sido o diretor geral da Instrução no ministério do Interior do Governo Provisório, em 1910-1911 e nessa condição ter sido o responsável pela reforma universitária então realizada, aos vários níveis, incluindo a criação das duas Faculdades de Letras, em Coimbra e Lisboa. Em longa entrevista a *O Primeiro de Janeiro*, em 27 de junho, Ângelo da Fonseca explicava: “A Universidade de Coimbra não combate nem põe qualquer obstáculo à criação de uma Faculdade de Letras no Porto: apenas reclama a conservação da sua”. Era uma ideia repetida de vários modos: “Tenha o Porto uma nova Faculdade de Letras e não a desanexada da Universidade de Coimbra. Esta seria no seu organismo um corpo estranho, dolorosamente arrancado a outra Universidade. Seria uma chaga permanente...” (*A Faculdade...* 1919: 124-126).

A juventude docente de Coimbra também se exprimiu, como o fez Joaquim Carvalho, então apenas com 26 anos e assistente da Faculdade de Letras em extinção, no texto "A Minha Resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", no qual apontava a "pérfida imbecilidade" do Decreto, repelindo a anterior admiração que sentia por Leonardo Coimbra, enquanto elemento integrante do movimento da Renascença Portuguesa, face à "sua obra miseravelmente sectária de hoje" (Carvalho, 1992).

Os docentes de Coimbra deram amplitude ao protesto, publicando a brochura *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, com a sua explicação do processo, a defesa dos pergaminhos da instituição e apresentação de documentos

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

relacionados com o conflito, ao longo de 192 páginas, cuja documentação utilizamos nas linhas acima citadas.

O Senado da Universidade de Lisboa deu solidariedade à Universidade de Coimbra, logo em reunião de 30 de maio (DCD, 5.6.1919), ao mesmo tempo que outras instituições, como a Federação Académica de Lisboa, a Academia das Ciências, e personalidades da política e da cultura, incluindo figuras de relevo do republicanismo como Teófilo Braga ou António José de Almeida e Brito Camacho, ou seja, os republicanos moderados, que responsabilizavam os democráticos mais radicais por estas medidas políticas.

A resolução da “questão universitária” no Parlamento

O Congresso da República reuniu, após as eleições de 11 de maio, com a primeira sessão a ocorrer a 29 de maio. O palco da discussão da “questão universitária” mudava de lugar. A Câmara dos Deputados passou a debater o problema e as formas de o ultrapassar, em face das diversas representações que lhe foram enviadas, bem como das posições do deputado Alves dos Santos, que, a 5 de junho pedia a documentação conexa ao tema para preparar uma interpelação ao ministro da Instrução Pública, apresentando, a 17, um projeto de reforma que recriava a Faculdade de Letras em Coimbra. Em 11 de junho, chegava oficialmente à Câmara dos Deputados a representação de professores da Universidade de Coimbra a tentar desmontar a argumentação do Decreto n.º 5770, fazendo a defesa do ensino praticado na instituição, acusando o Reitor nomeado, denunciando o atropelo à autonomia universitária e a contradição de amputar a Universidade, retirando-lhe a Faculdade de Letras, pelo que solicitavam a anulação desse decreto. O debate sobre a “questão universitária” iniciou-se ainda com o governo em cessão de funções, processando-se as discussões com múltiplas referências aos folhetos e brochuras dimanadas da Universidade de Coimbra e dos seus docentes, surgindo as primeiras discussões, inicialmente amenas, entre Alves dos Santos e o ministro Leonardo Coimbra, pois seriam menos elegantes com a tomada de posse do novo governo e a passagem de Leonardo Coimbra a simples deputado. Foi um longo folhetim, a exigir análise mais demorada, em que intervieram vários parlamentares, debatendo os decretos em causa no quadro do funcionamento das universidades e suas atribuições, a maioria a criticar a decisão de Leonardo Coimbra, multiplicando-se as propostas de correção.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

A 29 de junho surgia finalmente o novo governo, que levou quase dois meses a formar, porque as divisões entre os democráticos e com os outros partidos se revelavam quase insanáveis. Significativamente, no dia anterior, 28 de junho, o representante da Alemanha tinha finalmente assinado o Tratado de Paz que punha fim à Grande Guerra e com isso se considerava, em Portugal, que se punha também fim ao espírito da “União Sagrada”, ou seja, à disponibilidade para a concentração republicana, que vinha dos tempos da entrada oficial de Portugal no conflito e que fora, de certa forma, retomado nos dois governos pós-sidonistas. É António José de Almeida quem o diz claramente no dia da apresentação do programa de governo, saudando o retorno à política partidária, que permitia o governo à maioria parlamentar e a fiscalização à oposição, já sem a necessidade da unanimidade que não se dispensava perante um inimigo em guerra (DCD, 30.6.1919)

Presidido pelo coronel Sá Cardoso, era um governo já assente na "maioria democrática", obtida nas anteriores eleições, subindo a ministro da Instrução Joaquim José de Oliveira. A proposta do novo governo foi a de considerar que deveria ser o Parlamento a resolver a questão, tanto mais que o problema já estava em discussão. Na apresentação do novo gabinete aos deputados, Sá Cardoso, enunciando as linhas previstas para a ação governativa, afirmava, nomeadamente: "propõe-se o Ministério da Instrução, se o Parlamento assim o entender, manter uma Faculdade de Letras em Coimbra, sem prejuízo da já estabelecida no Porto; promover o desenvolvimento da instrução primária, por forma a reduzir ao mínimo o analfabetismo; aperfeiçoar e intensificar os outros graus do ensino, adotando os modernos métodos científicos e banindo do ensino o espírito jesuítico; mandar anualmente os alunos mais distintos dos diferentes graus do ensino frequentar as melhores Universidades estrangeiras, integrando-os assim nas modernas correntes científicas" (DCD, 30.6.1919).

À “questão universitária” pretendia o Governo dar uma dimensão discreta, mas logo, na sequência da discussão sobre o programa apresentado, não escapou, de imediato, à discussão, com o antigo sidonista e agora deputado centrista, João Pinheiro, a referir:

Chamo a atenção do meu ilustre amigo, o Sr. Ministro da Instrução que é uma pessoa sensata e inteligente dizendo-lho que espero que ele não demorará vinte e quatro horas em desfazer essa legislação atrabiliária que se fez pelo seu antecessor. Eu gosto da linha reta e tendo visto já nesta Câmara uma proposta para a criação duma Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra eu direi que o caminho mais curto, mais simples e mais justo é revogar imediatamente o decreto

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

que de Coimbra tirou essa Faculdade, estudando-se depois a conveniência de criar outra no Porto. Tenho pena que não esteja aqui o Sr. Ministro da Instrução do Governo anterior, porque desejaria fazer perante S. Exa. algumas considerações sobre este assunto. (DCD, 30.6.1919)

E o deputado não pedia a revisão apenas daquele decreto, mas de todos os decretos dimanados do anterior ministério da Instrução, ainda que outros o interrompessem com afirmações relativas à necessidade de defender a República. O deputado Mem Verdial, da comissão do ensino superior e especial, lamentando a saída do anterior ministro, Leonardo Coimbra, colocava a questão da Faculdade ao contrário, pois, criada a do Porto, o que se discutiria depois seria a eventual criação em Coimbra de uma nova Faculdade, afirmando a necessidade de republicanização do ensino:

É preciso banir do ensino o espírito jesuítico e a forma de o banir é fazer organizações de ensino absolutamente republicano. Não podemos seguir aqueles princípios preconizados pelo Sr. João Pinheiro que quer que os funcionários do Estado só possam ser demitidos por sentença dos tribunais. Por desgraça já sabemos o que são essas sentenças dos tribunais. Acima dessas sentenças está a sentença da opinião pública, já lavrada, que deve ser cumprida pelo Ministério atual, e que é esta: todos os funcionários que no exercício das suas funções sejam prejudiciais à República, devem ser afastados. Onde os reacionários são mais prejudiciais é no ensino. Devem sair dele. V. Exa. sabe que há bom pouco tempo surgiram na capital dois jesuítas que entraram, de harmonia com a lei, para professores do liceu. Entraram à sombra daquela legalidade que o Sr. João Pinheiro defende. Apresentaram-se a concurso e foram nomeados, dentro da lei. Simplesmente dentro da lei não tinham declarado que eram jesuítas, porque então a lei não consentia a sua nomeação para professores do liceu (DCD, 30.6.1919).

A restauração da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tornava-se uma exigência para se conseguir a pacificação no campo do ensino. A Academia das Ciências enviou um telegrama à Câmara dos Deputados, no qual, "invocando a justiça interesses superiores ensino, solicita restabelecimento imediato Faculdade de Letras Universidade Coimbra e reintegração de todos professores e assistentes, excetuando apenas os que tiverem de ser afastados serviço em virtude de processo regular", telegrama que trazia a assinatura de Teófilo Braga e António Cabreira (DCD, 26.6.1919).

Para Joaquim José de Oliveira, que sobraçava a pasta da Instrução Pública, a resolução do conflito universitário era a questão mais urgente a resolver, procurando responder à pressão da Universidade de Coimbra, mas sem criar novo conflito com o

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Porto, procurando ainda salvaguardar a responsabilidade governativa anterior, num jogo de equilíbrios. Os democráticos consideravam, porém, a necessidade de manter o decreto n.º 5770, dado ter sido tomado em plena legalidade e ser preciso manter a dignidade da República. Ou seja, era preciso salvar a face do governo anterior, mas a convergência surgia, acordando-se na necessidade prática de manter as duas faculdades, pois não se devia considerar a existência de universidades sem Faculdades de Letras.

A 23 de julho, entrava finalmente em discussão o parecer da comissão do ensino superior sobre a questão universitária, que se encarregara de conjugar as diversas propostas, com base num relatório e proposta de António Granjo. Voltaram as discussões e propostas de alteração. Entretanto, tendo-se tornado público o parecer n.º 14, que procurava conciliar as várias posições, algumas instituições universitárias, percebendo que o articulado proposto, ainda que desgarrado, introduzia alterações substanciais face à "constituição universitária" prevaiente, procuravam exercer as suas pressões, através de representações formais (exposições, telegramas) ao Congresso e, evidentemente, informais, junto de deputados e senadores.

Como disse o deputado Júlio Martins, também ele integrante da comissão de instrução superior, era importante um entendimento entre as várias posições para arrumar a questão:

Fiz parte dum Governo no qual o Sr. Leonardo Coimbra sobrava a pasta da Instrução. Tivemos uma vida acidentada dentro desse Governo, mas como primamos sempre em manter a maior solidariedade em todos os assuntos que ocorressem, todos nós temos a cota parte das responsabilidades dos atos praticados por S. Exa.

Se V. Exa. me perguntar se eu estava inteiramente de acordo com o Sr. Leonardo Coimbra na questão de que se trata, eu diria a V. Exa. que não, visto que previamente, eu afirmei a S. Exa. qual a minha maneira de pensar sobre o assunto. A questão seguiu, e nós hoje estamos a ver, não se a resolvemos, mas se a arrumamos de qualquer maneira.

Há pontos, no parecer do Sr. António Granjo, com os quais estou de acordo, mas há outros em que discordo.

Assim, eu entendo - com toda a franqueza o afirmo - que não se deve retirar a Faculdade de Letras, do Porto, mas manter a Faculdade do Letras em Coimbra, porque assim vamos satisfazer as aspirações justas e razoáveis da Universidade de Coimbra e mantemos o prestígio do Poder Executivo. (Apoiados) (DCD, 24.7.1919).

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Eram visíveis, mesmo no interior da comissão parlamentar, as discordâncias, "todas originadas na dificuldade de harmonizar os direitos das Universidades com a defesa da República", como dizia Alves dos Santos, tanto mais que "o princípio da autonomia das Universidades representa, entre nós, uma conquista e foi concedido às Universidades, integralmente, pela República (...) foi o Governo Provisório da República que concedeu às Universidades não só a autonomia administrativa, como também a autonomia pedagógica" (DCD, 25.7.1919).

Largamente discutida foi a criação da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, quando da discussão na especialidade do respetivo artigo. Para Brito Camacho, a sua criação seria um "esbanjamento de dinheiro", não podendo a República dar Faculdades de Letras e outros estabelecimentos de ensino como quem dá "uma música regimental às povoações mais ou menos importantes, que as pediam como paga de qualquer serviço por ocasião de eleições". Dias Pereira, para além de sublinhar a difícil situação financeira (não obstante fazer na altura outras propostas de forte elevação de despesa), retirava da discussão do plenário uma nova interrogação:

Sr. Presidente, será de facto, a capital do Norte, sede duma Universidade? Assim veio a legislação da República designar o conjunto das suas escolas superiores. Má designação, todavia, porque só agora, se este artigo for aprovado, ficará a Universidade do Porto com as Faculdades que verdadeiramente caracterizam uma Universidade: a de Letras e a de Ciências. (DCD, 2.8.1919)

Defendia a criação da Faculdade, o deputado e relator António Granjo:

A cidade do Porto tem perto de 200000 habitantes, tem uma irradiação literária das mais belas; tem um desenvolvimento artístico dos melhores. Portanto, a cidade do Porto não é apenas um meio comercial e industrial, mas também um centro literário e artístico. Mas pelo próprio facto da cidade do Porto ser um meio rico e industrial, é um excelente mercado do livro e de objetos de arte, estes últimos, principalmente, no que diz respeito à ourivesaria que todos nós conhecemos. Portanto, é justo que se coloque no Porto uma Faculdade do Artes e Letras. O Sr. Dias Pereira aduziu razões de carácter financeiro, mas ainda há dois minutos o mesmo Sr. Deputado apresentou uma proposta que trazia um aumento de perto de 100 contos. (DCD, 2.8.1919)

E o histórico Mem Verdial também não se coíbia: "A defesa da Faculdade de Letras do Porto não é para ser feita por mim, mas pelos ecos dos oradores que a

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

defenderam em Coimbra (...) a Faculdade de Letras do Porto representa uma necessidade para aqueles que são do Norte e se dedicam ao estudo" (DCD, 2.8.1919).

Entretanto, a proposta de lei ia ganhando corpo. O Senado da Universidade do Porto reagia com cautela a toda esta situação. A última reunião oficial do Senado tinha sido a 14.4.1919, para questões menores, e só voltou a reunir-se a 4.8.1919. Pelo meio, não havia declarações oficiais, mas temos de registar que, desde fevereiro era reitor Augusto Nobre, também deputado, que por essa razão acompanhava toda a polémica universitária no Parlamento. Na reunião de 4 de agosto, seria aprovada uma moção de Carlos Lima, do seguinte teor:

O senado universitário do Porto, reunido pela primeira vez, depois que foi extinta a Faculdade de Letras de Coimbra, congratulando-se pela criação da referida Faculdade no Porto, do mesmo passo manifesta aos seus colegas de Coimbra, a sua mágoa pela supressão daquela Faculdade, fazendo sinceros votos para que, no mais curto prazo, ela aí seja restaurada. Ao mesmo tempo, declara que estará ao lado dos seus colegas das restantes Universidades sempre que se torne necessária a defesa das prerrogativas que, a bem do ensino e do espírito de camaradagem, lhes confere o estatuto universitário.

O autor da moção pedia que, depois de aprovada, o seu teor fosse comunicado ao Senado de Coimbra. A moção foi aprovada por unanimidade, com a sugestão de Gomes Teixeira, reitor honorário, para que o Reitor ficasse autorizado a enviar ou não o texto para o parlamento, conforme a evolução da discussão em curso da lei sobre as universidades (Atas Senado UP, 2011:157-158).

Na reunião seguinte, já a 8 de novembro, Teixeira Bastos interrogava o Reitor sobre se tinha ou não enviado a moção ao Parlamento, respondendo-lhe Augusto Nobre que, em virtude da sua ausência para as Ilhas em trabalho científico, não tinha tido ensejo de tratar do assunto, mas poderia ainda enviar se o Senado assim o entendesse. Mas Gomes Teixeira recomendou, e foi aprovada, uma outra apenas nestes termos: "O Senado da Universidade do Porto resolve associar-se aos Senados das Universidades de Coimbra e Lisboa na defesa das prerrogativas universitárias" (Atas Senado UP:158).

Entretanto, no Parlamento, ao cabo de vários dias de discussão, o resultado final era a proposta de lei nº 41, cujo último artigo foi aprovado em 4 de agosto, entrando a proposta finalmente no Senado, apresentada para discussão e aprovação neste órgão, a 18 de agosto de 1919, já acompanhada do parecer da comissão respetiva. Com 16 artigos, o seu teor tocava discretamente a "questão universitária" e procurava regular ainda algumas

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

outras questões, salvaguardando medidas centralistas que vinham dos dois ministérios anteriores, como seja a nomeação direta pelo Governo de reitores de universidades e liceus:

Proposta de lei n.º 41

Artigo 1.º Os reitores das Universidades e dos Liceus e os diretores dos outros estabelecimentos de ensino a cargo do Estado são de nomeação do Governo.

§ único. Aos reitores das Universidades compete propor ao Governo as nomeações dos vice-reitores e diretores das Faculdades e Escolas dentre os respetivos professores.

Art. 2.º As vagas de professores ordinários das Universidades, que existirem ou venham a existir, serão preenchidas por concurso, conforme as leis orgânicas e regulamentos das Faculdades e Escolas, feito perante um júri nomeado pelo Governo entre os professores, tanto quanto possível da especialidade, das três Universidades, sob a presidência de um dos reitores designado pelo Ministro da Instrução, e funcionando em Lisboa, Porto ou Coimbra, segundo as conveniências do ensino.

§ único. Também poderão ser preenchidas as vagas, a que se refere este artigo, pela transferência de professores ordinários de umas Universidades para outras, desde que assim o requeiram e convenha ao ensino.

Art. 3.º O Governo poderá contratar, quer no país, quer no estrangeiro, para a leção das cadeiras professadas nas Universidades, individualidades de reconhecido mérito científico, sob proposta dos reitores e depois de ouvidas as respetivas Faculdades ou Escolas.

§ único. Os professores contratados, e que sejam nacionais, quando tenham professado, pelo menos dois anos, poderão ser nomeados professores ordinários, sob proposta do reitor, com voto favorável e nominal da maioria do conselho da Faculdade respetiva, e com prévio conhecimento de um relatório elaborado pela competente secção sobre os seus méritos.

Art. 4.º O decreto com força de lei n.º 5491, de 2 de maio último, entrará em vigor no próximo ano letivo.

Art. 5.º É revogado o decreto com força de lei n.º 5770, do 10 de maio último.

Art. 6.º A dispensa de exame que não seja o último para a conclusão da formatura, concedida no artigo 1.º do decreto n.º 5787-LLLL é aplicável somente aos alunos das Faculdades de Direito que comprovem devidamente terem feito durante um ano as campanhas de África ou França ou terem permanecido nas fileiras, como milicianos, no período de guerra durante dezoito meses ou terem sido julgados incapazes por doença contraída em campanha ou haverem sido feridos em combate.

§ único. Todos os indivíduos que tenham concluído os seus cursos de medicina e que, por motivo de mobilização, não puderam fazer a defesa de dissertação, são dispensados desse ato contanto que o requeiram no prazo de quinze dias a partir da publicação desta lei.

Art. 7.º É permitido aos alunos de qualquer Faculdade, e a favor dos quais milite qualquer das condições do artigo anterior, fazerem mais de um exame na mesma época, quando assim o requeiram.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Art. 8.º Ficam revogados o § único do citado artigo 1.º do decreto n.º 5787-LLLL e o decreto com força de lei n.º 5787-5 V, de 10 de Maio último.

Art. 9.º É autorizado o Governo, depois de ouvidos os representantes da Academia, a organizar e desenvolver as associações académicas, de modo a corresponderem à sua elevada missão educativa, incumbindo aos reitores a fiscalização das mesmas associações.

Art. 10.º São autorizadas as Faculdades de Letras a contratarem um professor de música e canto coral, o qual terá a seu cargo a direção dos orfeões académicos.

Art. 11.º É criada na Universidade do Porto uma Faculdade de Letras, com um quadro de disciplinas, grupos e secções análogas às das mesmas Faculdades de Lisboa e Coimbra.

Art. 12.º Os conselhos das Faculdades poderão resolver que se ministre o ensino nos meses de agosto decorrente e setembro imediato, e que se proceda aos exames para que tenha sido suficiente o ensino assim ministrado.

Art. 13.º Fica transferida, no atual ano, para outubro, a época de exames fixada na lei para julho, e para dezembro a que na lei é fixada para outubro.

§ único. Os alunos que nos termos desta lei tiverem de fazer exames em dezembro poderão acumular a frequência das cadeiras em que se haviam matriculado no ano anterior com a frequência daquelas em que se matricularam no ano imediato.

Art. 14.º Para os alunos que no último ano letivo deviam terminar os seus cursos, ou que tenham a frequência de todos os anos, era marcada pelo Governo, após a publicação desta lei, uma época de exames no mês de agosto decorrente setembro imediato.

Art. 15.º O Governo publicará os decretos e regulamentos necessários para a boa execução desta lei.

Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrário.

Palácio do Congresso da República, 6 de agosto de 1919. M – Luís de Mesquita Carvalho – Baltasar de Almeida Teixeira. (Diário do Senado, 18.8.1919)

Conforme se observa, formulava-se um conjunto de normas organizacionais, algumas de aplicação pontual, apenas para resolver problemas decorrentes do funcionamento desse ano letivo de 1919, nomeadamente os célebres “perdões de ato” para os estudantes. Estipulava-se um ato de anulação, a saber, a revogação do Dec. N.º 5770, que transferia para o Porto a Faculdade de Letras de Coimbra, que assim permaneceria nesta última cidade, e um ato de criação, com o artigo 11º a promover o estabelecimento de uma Faculdade de Letras na Universidade do Porto, análoga às de Coimbra e de Lisboa. Procurava-se, assim, ultrapassar a crise, eliminando as medidas de transferência da Faculdade, da responsabilidade do anterior Governo e do ministro Leonardo Coimbra, cujo ato legislativo era anulado. Estas eram as decisões mais importantes, de natureza estrutural, ainda que, por razões políticas, surgissem no diploma

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

convenientemente esbatidas num articulado mais vasto e de alcance meramente conjuntural.

Com fortes críticas à política seguida neste domínio pelo governo anterior e de propostas de alteração contra os itens mais intervencionistas, a proposta de lei foi aprovada no Senado, com alterações mínimas em questões meramente laterais, dando lugar à Lei. Assim, a 27 de agosto de 1919 era finalmente publicada a Lei n.º 861 no *Diário do Governo*. Pelo artigo 11º estabelecia-se, finalmente, a criação oficial de uma Faculdade de Letras de raiz na Universidade do Porto. Salvava-se a honra política e resolvia-se a intricada “questão universitária”, ainda que deixando pelo caminho uma clara vítima política, Leonardo Coimbra, cujo desígnio inicial seria minorado, permitindo-lhe o Governo, mais tarde, ensinar e dirigir na nova Faculdade.³

Assim, a Faculdade de Letras na Universidade do Porto, ao contrário do que frequentemente se afirma, acaba por não ser uma criação oficial de Leonardo Coimbra, ainda que fosse essa a sua intenção e tenha despoletado o processo, embora inquinando-o pela tortuosidade do processo adotado, para cujos procedimentos terá sido possivelmente arrastado pelo jurista Reitor interino. Certamente, sem as suas medidas intempestivas, a Faculdade de Letras do Porto não teria surgido tão cedo, contudo foi oficialmente despojado do seu ato simultaneamente destruidor / criador. Mais tarde, em 6 de novembro de 1924, durante uma intervenção na Câmara dos Deputados, decorrente do conflito que o opunha a um outro professor, Homem Cristo, Leonardo Coimbra diria:

A Faculdade de Letras do Porto - deixem-me V. Exas. fazer um pouco de história - foi fundada há pouco tempo, sendo o projeto que a criou da iniciativa dessa figura nobre, heroica e simpática que era António Granjo. Foram nomeados os seus primeiros professores pelo Ministro da Instrução Pública de então, Sr. Joaquim de Oliveira, por intermédio do Sr. Sá Carneiro, seu chefe de Gabinete.

Foram feitas gentis instâncias para que eu fosse assumir a direção dessa Faculdade, mas eu, sistematicamente, não disse nunca que sim nem que não, até que por fim me decidi, porque, na modéstia do que valho, entendi que podia honestamente dirigir a Faculdade de Letras.

O obstáculo que tinha determinado a minha hesitação, acerca da aceitação do lugar de diretor dessa Faculdade, foi o natural escrúpulo que eu tive de que porventura se dissesse que a minha ação ministerial, a favor da criação da Faculdade de Letras do Porto, havia sido exercida na intenção de destinar para mim o lugar de diretor.

³ Leonardo Coimbra voltaria como deputado, em 1921-1922, e ao ministério da Instrução, 30 de novembro de 1922 a 8 de janeiro de 1923, quando defendeu a liberdade de ensino religioso nas escolas particulares, causa que o levou à demissão.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Tendo exposto esta circunstância ao Sr. Ministro da Instrução Pública de então, S. Exa. nomeou-me e eu entrei para a Faculdade (DCD, 6.11.1924).

Na verdade, em termos oficiais, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi criada através de uma Lei (nº 861, de 27 de agosto de 1919, pelo seu artigo 11.º). Trata-se, para todos os efeitos, de um diploma de inteira responsabilidade parlamentar, na elaboração do qual se empenhou o deputado António Granjo, enquanto relator dos trabalhos da comissão parlamentar respetiva, conjugando múltiplas contribuições, publicando-se a Lei com a referenda do Presidente da República, João de Canto e Castro Silva, sendo chefe do governo Alfredo de Sá Cardoso e ministro da Instrução Pública Joaquim José de Oliveira.

Aparentemente alheia a um processo que não desencadeara, a Universidade do Porto continuava o seu trabalho quotidiano ao longo desse ano complexo de 1919, focando-se nas pequenas coisas da burocracia universitária e da ligação à sociedade. Assim, em agosto, a Universidade prestava homenagem aos combatentes portugueses na Grande Guerra, que atuaram na Flandres e nas colónias portuguesas de África. E, depois, o grande combate da Universidade foi desenvolvido em defesa da Faculdade de Engenharia, opondo-se à criação paralela de um Instituto Superior Técnico no Porto, por transformação do Instituto Industrial, operação que se faria à semelhança do que aconteceu de Lisboa, e que poderia trazer consigo, suspeitava-se, a eliminação dessa Faculdade, atual Faculdade de Engenharia.

A FLUP - instalação e funcionamento

Em 9 de setembro de 1919, era publicado o Decreto n.º 6087, assinado por Joaquim José de Oliveira, regulando o funcionamento da Faculdade de Letras criada na Universidade do Porto, assim dando execução ao previsto pela Lei n.º 861, de 27 de agosto desse ano, no seu artigo 15.º do mesmo diploma, que ordenava ao Governo a publicação dos decretos e regulamentos necessários. Segundo o estipulado, a Reitoria devia abrir as matrículas, entre 25 de setembro e 10 de outubro, para o 1º ano dos cursos (os restantes anos de curso entrariam em funcionamento nos anos subsequentes), prazo depois prolongado. O quadro geral das disciplinas e dos cursos seria análogo aos professados em Lisboa e Coimbra (acrescendo a cadeira anexa de Estética e História da

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Arte), tal como o quadro de professores e de pessoal não-docente. O decreto foi republicado a 16 de setembro por ter saído com inexatidões de pormenor.

Em 28 de setembro de 1919, *O Comércio do Porto*, inseria uma notícia sobre a Faculdade de Letras, chamando a atenção para um edital em página interior e para o início das aulas no decorrer de outubro. E sublinhava: “a criação da nova Faculdade de Letras representa um progresso para a Universidade e um importante benefício para a população escolar do Norte”. O edital, que se repetiu em números seguintes do jornal, era assinado pelo vice-reitor em exercício, António Joaquim Ferreira da Silva, e datado de 22 de setembro, dava conta da abertura das matrículas, enunciando cursos, disciplinas a abrir e as condições para inscrição. Os cursos eram os seguintes: Filologia Clássica; Filologia Românica; Filologia Germânica; Ciências Históricas e Geográficas; Ciências Filosóficas; Curso Preparatório para Habilitação ao Magistério Primário Superior. Por cada disciplina anual 10\$00, cada semestral 5\$00.

No dia seguinte, 29 de setembro, surgia, no mesmo jornal, uma pequena notícia sobre a publicação do decreto regulamentar da Faculdade, incluindo um breve, mas incisivo, comentário: “da questão académica sempre resultou alguma coisa: a Faculdade de Letras do Porto”. E dizia constar-se a informação do convite do ministro a Leonardo Coimbra para professor e diretor da Faculdade, mas a designação deste professor seguiria os trâmites da lei.

Eventualmente em função das hesitações de Leonardo, confessadas por si mais tarde na Câmara de Deputados, como já referimos, a verdade é que o primeiro docente contratado foi o historiador Damião Peres, então já doutorado por Lisboa, que presidiu à primeira reunião em 29 de outubro. Nela já participaram Lúcio Pinheiro dos Santos e Francisco Newton de Macedo (os dois professores, nomeados pelo Governo para Coimbra e cuja nomeação ajudou a despoletar o conflito com a Universidade local, pediram a sua transferência, concedida por Decreto de 18 de outubro, inserto no *Diário do Governo*, II série, nº 247, de 23 de outubro), Mendes Correia, vindo da Faculdade de Ciências do Porto, e Canuto Soares. Seguindo um texto axial de Luís de Pina, que resumiu as atas do Conselho Escolar da nova Faculdade, podemos dizer que, entre outros assuntos, nessa sessão:

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Foi lido o despacho ministerial que autoriza a instalação da Faculdade e, em seguida, os Professores do 6º grupo (Ciências Filosóficas) apresentaram em relatório fundamentado a proposta de nomeação de José Leonardo Coimbra para o cargo de Professor provisório desse grupo, ao abrigo das disposições do artigo 55º do Estatuto Universitário, ficando este assunto para ser discutido e votado em sessão especial, como é de lei (Pina, 1966, 29).

Essa votação ocorreu no do dia seguinte, 30 de outubro de 1919, em nova reunião, “em que foi lido o considerado o relatório para nomeação de Leonardo Coimbra”. Enviada a proposta à Reitoria, seguiu para o governo. Cumpridos os formalismos legais, que vinham do Estatuto Universitário sidonista, datado de 1918, e após publicação do Decreto de nomeação de 5 de novembro, publicado no *Diário do Governo*, II série, n.º 270, de 19.11.1919, Leonardo Coimbra tomava posse, em 21 de novembro, como professor ordinário do 6º grupo (Ciências Filosóficas). E, aos 24 de novembro, era empossado como diretor da Faculdade, por determinação do Decreto de 19.11.1919, publicado no *Diário de Governo*, II série, de 21 do mesmo mês.

Foi na tarde desse dia 24 que, no anfiteatro de Álgebra, do edifício da Reitoria, Leonardo Coimbra procedeu à Lição Inaugural: “o pensador de olhar desassombrado inauguraria ao mesmo tempo a Faculdade e o seu curso de Psicologia com uma magistral preleção, rigorosamente didática”, com o espaço a regurgitar de assistentes, “uns pelo prestígio do magistral homem público, outros, sem dúvida, pela perspectiva de algum incidente de ordem política”, como assinalou depois um aluno que esteve presente, Sant’ Anna Dionísio (Dionísio, 1985:123).

Iniciando a atividade letiva em novembro, a Faculdade de Letras do Porto teve, neste ano de arranque, uma frequência prometedora, matriculando 73 alunos, relativamente ao primeiro ano dos vários cursos, para depois se situar acima dos 100, próximo da de Coimbra, embora longe do observado em Lisboa.

Como diretor da Faculdade e professor, o nome de Leonardo Coimbra, o filósofo idealista, crítico do utilitarismo e antitotalitário (Patrício, 1983), passou a ser indissociável da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e nessa medida o filósofo do “criacionismo” tornou-se a figura tutelar da instituição, o que, conjugado com o episódio da transferência da Faculdade de Coimbra para o Porto, tem levado muitos autores a considerarem-no como o seu criador efetivo. Leonardo Coimbra era, à época,

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

um filósofo em contracorrente contra a linha dominante do positivismo, mas alicerçando a sua filosofia num amplo conhecimento das ciências exatas, que tentou incluir, como vimos, nos programas das ciências filosóficas.

Em termos políticos, Leonardo Coimbra procurou responder às solicitações locais de criação da Faculdade, numa conjuntura marcada por fortes tensões entre republicanos e monárquicos e fortes divisões entre republicanos, atuando do ponto de vista dos democráticos radicais, que queriam fazer da queda do sidonismo e da derrota dos monárquicos uma nova revolução republicana, de forma a assegurar um controlo dos “democráticos” sobre as instituições. A imaginada colocação da Faculdade no Porto, dado o modo irreverente e revolucionário, entre palavras e atos, que foi assumido no projeto de transferência da Faculdade, revelou-se desajustado e obrigou a um recuo político. A criação tornou-se num processo penoso para as duas Faculdades de Coimbra e Porto, embora a irreverência de Leonardo possa ter sido determinante, como já dissemos, para tornar irreversível a criação da FLUP, no cenário político da conjuntura do primeiro semestre de 1919, tornando imperiosa a sua criação oficial no ministério seguinte, como forma para se atingir a pacificação universitária.

A relevância da influência de Leonardo Coimbra na FLUP surge, essencialmente, ligada aos novos modos de ensino, como sublinham alguns antigos alunos e posteriores autores de relevo, como Álvaro Ribeiro ou Sant’Anna Dionísio. Com Leonardo Coimbra à frente da Faculdade de Letras do Porto, gerou-se uma aura de ensino aberto a todas as correntes e de prática do livre pensamento. Leonardo trouxe o clima cultural do movimento da Renascença Portuguesa, de que a revista “A Águia” era um elemento de difusão, dando evidência à designada Escola Portuense, como afirma Pinharanda Gomes (Gomes, 2005, 38). Se para uns a FLUP era o “quintal do Leonardo”, a verdade é que o desígnio de Leonardo Coimbra era mais generoso, fazendo questão de afirmar, em entrevistas e/ou em diálogo com as autoridades superiores em visita, que aquela Faculdade era “claramente republicana”. Tempos e modos de pensar e ensinar sobre os quais existe já uma larga bibliografia, que converge, em grande medida, com personalidades e com esse lastro cultural do movimento da Renascença Portuguesa (Patrício, 1983; Baptista, 2012; Araújo, 2008; Ramos, 2011).

Mas não faltaram também as vozes críticas e os incidentes com alguns professores, com relevo para o conflito com Homem Cristo, que contaminou outras

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

mentos, como Abel Salazar, o qual, em carta a Celestino da Costa, comentando esses incidentes, que considerava escandalosos, dizia: “seria um momento oportuno para obter a supressão da Faculdade de Letras e da célebre lei que a criou e recrutou, etc. Parece-me um momento estratégico ótimo” (Salazar, 2006:91).

A FLUP não teve, assim, uma vida fácil, apesar do rápido reconhecimento científico, especialmente nas áreas de filosofia e da história. Em 1923, uma nova proposta de reforma do ensino superior, do ministro João Camoesas, arrastava consigo a proposta de extinção das Faculdades de Letras e Farmácia, no Porto. A Universidade e a cidade manifestaram-se em força e a ameaça foi ultrapassada. Leonardo Coimbra lembraria nessa reunião que três representantes do grupo Seara Nova, a que pertencia o ministro da Instrução em exercício, António Sérgio, se tinham distinguido na campanha contra a Faculdade de Letras. De entre os professores que, na reunião do Senado da Universidade, marcaram posição contra qualquer extinção, destacou-se Alfredo de Magalhães, o antigo ministro da Instrução de 1918, que tomou a seguinte posição:

À Universidade do Porto falta ainda a Faculdade de Direito. É uma ofensa à cultura dos portugueses discutir se devem ser extintas aquelas Faculdades. Não sabe se pode haver três Universidades, mas o que sabe é que tirar a uma a Faculdade de Letras é tirar a alma ao corpo, é matar a própria Universidade, à qual, incompleta embora, são indispensáveis os órgãos que já existem. Trata-se de uma intriga, de rivalidades entre Lisboa e Porto? Sendo assim, iria ao encontro dessa intriga, provando a necessidade que desta Universidade tem o Norte do País - a parte mais populosa. Não é com soluções absurdas que se resolve a crise nacional. A Faculdade de Medicina é solidária com as outras Faculdades (Atas Senado UP, 2011:191).

Na sequência da ida de uma comissão de docentes a Lisboa, a Universidade do Porto, em 9.2.1924, recebeu a visita do Presidente da República, Teixeira Gomes, e do ministro da Instrução, António Sérgio. E a questão da reforma ficou politicamente adormecida nesta altura, mas a eventualidade da extinção da Faculdade de Letras ficou no ar, como uma ameaça.

Notas finais – do encerramento à restauração da FLUP

A questão do eventual encerramento veio ao de cima, novamente, em junho de 1926, pouco depois da revolução do 28 de maio que impôs a Ditadura Militar, em que,

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

no primeiro governo chefiado por Mendes Cabeçadas, subiu a ministro da Instrução, com posse a 3 de junho, o professor de Coimbra, Mendes dos Remédios, anterior Reitor da Universidade de Coimbra demitido por Leonardo Coimbra em 1919. Uma das suas primeiras medidas foi revogar o artigo 1.º da citada Lei n.º 861, de 27.8.1919, voltando a repor os princípios da eleição dos reitores e diretores em lista tríplice, a partir da qual o governo nomeava, tal como previsto na legislação republicana em 1911, o Reitor, o que se fazia pelo Decreto n.º 11721 de 12.6.1926 (mas cerca de três anos depois, pelo decreto 16623, de 18.3.1929, o reitor voltava a ser de livre nomeação do governo).

Meios políticos e jornais do Porto viram neste ministro da Instrução da Ditadura, que integrava o trio de catedráticos de Coimbra (Remédios, Oliveira Salazar e Manuel Rodrigues) uma ameaça. Em 9, 10 e 11 de junho de 1926, vários jornais davam notícia do rumor da extinção da FLUP. O jornal *A Montanha* insinuava que o “decreto já está assinado” (9 de junho); e, perante a hipótese de extinção, sublinhava que “tal não consentirão os republicanos e liberais de todo o País (...) a nossa Faculdade de Letras é a única em que o professorado é republicano e republicanos são os seus alunos” (10 de junho). Outros jornais faziam-se eco destas notícias, como títulos como “um agravo à cidade?” (*Diário do Porto*). Reuniram os estudantes da FLUP, “surpreendidos e indignados”, enviando telegramas ao ministro. Reuniu o Senado, que expôs a situação ao governo, em texto assinado pelos Reitor e diretores das Faculdades (Alves, 2012: 428-432). Mas o Governo durou apenas 18 dias, o ministro Mendes dos Remédios saiu a 17 de junho, juntamente com Salazar, ambos numa passagem efémera (o segundo voltaria mais tarde para uma longa governação).

Entretanto, Leonardo Coimbra, certamente em função do quadro político, afastou-se da Direção da Faculdade, a 17 de junho de 1926. A Faculdade procedeu a eleições, já com a nova legislação, em que o mais votado foi Damião Peres. O novo quadro eleitoral na Universidade do Porto alargou-se à Reitoria, com Alfredo de Magalhães a ser nomeado Reitor, depois de ser o mais votado em 26.6.1926. Alguns meses depois, Alfredo de Magalhães subiu, de novo, a ministro da Instrução (já o tinha sido com Sidónio Pais), lugar que ocupou entre 22.11.1926 e 18.4.1928. A Universidade do Porto regozijou-se com isso e as suas esperanças não saíram defraudadas em termos de investimento, em diversos domínios (Faculdades de Engenharia, Medicina, Farmácia). Mas o reverso da medalha viria depois, com o Decreto n.º 15365, de 12.4.1928, em que o Governo, com

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Alfredo de Magalhães ainda como ministro da Instrução, tomou a decisão de mandar extinguir as Faculdades de Letras do Porto, de Direito de Lisboa, de Farmácia de Coimbra e a Escola Normal Superior de Coimbra. Suprema ironia! Alfredo de Magalhães saiu logo a seguir de ministro, voltando à Reitoria da Universidade do Porto. A Faculdade de Letras não admitiu mais alunos, mas terminou os cursos, encerrando a atividade letiva em 1931.

O encerramento da Faculdade de Letras do Porto e a invocada reforma universitária do Governo da Ditadura suscitaram, no imediato, alguns protestos, mas então muitos comedidos, com relevo para os artigos de Mendes Correia, em *O Primeiro de Janeiro*, ou de Américo Pires de Lima, em *O Comércio do Porto*, ou ainda posições de instituições, como a da Associação Comercial do Porto. Mas o facto de a medida ter sido subscrita pelo ministro que era, em simultâneo, Reitor da Universidade do Porto, terá atenuado ou abafado indignações maiores. Na sequência da retirada de ministro de Alfredo de Magalhães, o novo ministro, Duarte Pacheco, reativou de imediato as Faculdades extintas, à exceção da FLUP, tornando ainda mais amargo o seu encerramento, pois esvaía-se, assim, o aduzido argumento económico.

De tempos a tempos, a questão da reanimação da Faculdade de Letras era abordada publicamente, mas o ambiente ditatorial, marcado pelo forte controlo policial, censura e expulsão dos funcionários que não jurassem fidelidade ao regime, não era propício a protestos e reivindicações. Em todo o caso, anualmente, os antigos alunos e professores reuniam-se na Universidade e invocavam a conveniência da reabertura da Faculdade de Letras. No pós-guerra, tempo favorável a maior diálogo, o Reitor Amândio Tavares, cuidadosamente, lembrava a questão da sua reabertura nas sessões inaugurais do ano letivo, perante as autoridades presentes, falando da necessidade de se evitar o divórcio entre o homem de ciência e o humanista. Entretanto, promovera a criação do Centro de Estudos Humanísticos, onde foi desenvolvendo atividade cultural e selecionando pessoas, embora de acordo com os ventos da época. A 27 de Fevereiro de 1947, o Instituto para a Alta Cultura homologava o regulamento interno desse Centro de Estudos Humanísticos anexo à Universidade do Porto.

Em 1957, Amândio Tavares recordava, mais uma vez, “a velha aspiração do restabelecimento daquela escola ou, pelo menos, da conversão da nossa Faculdade de Ciências em uma Faculdade de Ciências e Humanidades”, conforme transcrição no *Anuário da UP*. Ao Reitor associou-se o oftalmologista e deputado Urgel Horta na

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Assembleia Nacional, sugerindo a restauração da FLUP. Este deputado portuense levantou, por várias vezes, na Assembleia Nacional a necessidade de “restauração” da Faculdade de Letras na Universidade do Porto, com relevo para a incisiva intervenção de 9 de janeiro de 1958, em que liga a história da Faculdade inicial, o papel do Centro de Estudos Humanísticos e faz comparação internacional para defender o retorno do estudo das Humanidades no Porto, sendo algo contraditado na altura pelo deputado Lopes de Almeida, professor da Universidade de Coimbra.

A restauração da Faculdade de Letras chegaria, enfim, três anos mais tarde, através do Decreto-Lei nº 43864, de 17.8.1961, com o diploma a falar da “criação da Faculdade”, assinado pelo professor de Coimbra e agora Ministro da Educação Nacional, Lopes de Almeida, enquanto o Reitor, na sessão solene da Universidade, agradecia ao ministro a Faculdade de Letras, “há pouco renascida” (Anuário da UP, 1961-1962).

Bibliografia:

Fontes:

Atas do Senado da Universidade do Porto (1911-1929), Porto, U. Porto Editorial.

Autos de posse. Universidade do Porto, Repositório Aberto da Universidade do Porto.

Coleção de Legislação Oficial Portuguesa.

Diário do Governo.

Publicações periódicas:

A Águia.

Anuário da Universidade do Porto.

Anuário da Universidade de Coimbra (AUC).

Diário da Câmara dos Deputados (DCD).

Diário do Senado (DS).

O Comércio do Porto (CP).

O Primeiro de Janeiro (PJ).

O Século.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

Estudos:

A FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA AO PAÍS, 1919, Coimbra, Tipografia França Amado.

ALBUQUERQUE, Luís Mouzinho de (1823), *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública dedicadas à Nação Portuguesa e oferecidas a seus representantes*, Paris, Imp. por A. Bobée.

ALMEIDA, Albino Francisco de Figueiredo e (1836), *Projeto de Reforma da Instrução Pública*, Lisboa, Imp. de Galhardo e Irmãos.

ALVES, Jorge Fernandes (2012), *A Universidade na República, a República na Universidade. A UP e a I República (1910-1926)*, Porto, U. Porto Edições.

ALVES, Jorge Fernandes (2018), “A Universidade ao tempo de Hernâni Monteiro (1891-1963). Algumas linhas de força”, in *Hernâni Monteiro. Figura Eminente da U. Porto*, Porto, U. Porto Edições, pp.99-118.

ARAÚJO, Francisco Manuel, (2008), *Faculdade(s) de Letras do Porto. Da (re)criação à Revolução*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado).

BAPTISTA, Pedro, (2012), *O Milagre da Quinta Amarela. História da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)*, Porto, Editorial UP.

BRAGA, Teófilo, (1902), *História da Universidade de Coimbra*, IV, Lisboa, Academia Real das Ciências.

CARVALHO, Joaquim de (1992), “A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”, *Obra Completa VII*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, pp.1-11.

CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal*, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano, Lisboa, F.C. Gulbenkian.

COIMBRA, Leonardo, (2007), *Obras Completas, IV (1919-1921)*, Lisboa, Imprensa Nacional.

DIONÍSIO, Sant’Anna, (1985), *Leonardo Coimbra, o filósofo e o tribuno*, Lisboa, Imprensa Nacional.

GOMES, Joaquim Ferreira (1990), *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

GOMES, Pinharanda, (2005), *A “Escola Portuense”*, Porto, Caixotim.

Jorge Fernandes Alves - Das Faculdades de Letras à FLUP (1919) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 3-49. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a1

HOMEM, A.L. Carvalho, (1991), “A história que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, *Revista de História*, 11, pp.227-230.

LEONARDO COIMBRA. TESTEMUNHOS DOS SEUS CONTEMPORÂNEOS, (1950), Porto, Livraria Tavares Martins.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, (2012), “Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, in Vítor Neto (coord.), 2012, *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina, pp.457-469.

MATOS, Luís Salgado de, 2001, “Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico”, *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 803-837.

NETO, Vítor (coord.), (2012), *República, Universidade e Academia*. Coimbra, Almedina.

NOGUÈS, Boris, (2008), “Élèves ou auditeurs? Le public des facultés de lettres et de sciences au XIX^e siècle (1808-1878)”, *Histoire de l'éducation*, 120, 2008, pp. 77-97

PATRÍCIO, Manuel Ferreira, (1983), *A pedagogia de Leonardo Coimbra – Teoria e prática*, Évora, Universidade (dissertação de doutoramento).

PINA, Luís de, (1966), “Faculdade de Letras do Porto (breve história)”, *Cale*, I, 59-172.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, (2011), “A primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, 42, 95-108.

RENDU, Ambroise, (1835), *Code universitaire, ou, Lois, statuts et règlements de L'Université Royale de France*, Paris, Librairie Classique et Élémentaire de L. Hachette.

RODRIGUES, Manuel A., (2010), “A República e a autonomia da Universidade”, *Biblos*, VIII, 95-126.

SALAZAR, Abel, (2006), *96 Cartas a Celestino da Costa*, Lisboa, Gradiva, 2006.

SANTOS, Cândido dos. (s/d.), *Universidade do Porto. Raízes e memórias da instituição*, Porto, Universidade.

TORGAL, Luís Reis, (2011), “A Faculdade de Letras de Coimbra. Uma escola universitária na República”, *Biblos*, IX, 33-39.

VASCONCELOS, António G. R. de (1913), *Lição inaugural do ano letivo 1912-1913. Anuário da Universidade de Coimbra, Ano letivo 1912-1913*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 51-77.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

**Singularidades das carreiras docentes universitárias
na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário**

**Singularities of professors' academic careers
at the 1st Faculty of Arts of Porto: between allegories and infamies in its centenary**

**Singularités des carrières universitaires des professeurs à la
1^{re} Faculté des Lettres de Porto: entre allégories et infamies dans son centenaire**

**Singularidades de las carreras docentes universitarias
en la 1^a Facultad de Letras de Porto: entre alegorías e infamias en su centenário**

Francisco Miguel Araújo
(FLUP-CITCEM-IHC)
frmi.araujo@gmail.com

Resumo: Evocando a 1.^a Faculdade de Letras do Porto (1919-1931) intenta-se uma abordagem crítica a um dos temas fraturantes da sua história institucional: as carreiras académicas dos seus professores. Passados cem anos e com nomes que se assumiram como figuras de referência na cultura e ciência portuguesas, os seus trajetos profissionais foram amplamente censurados pelos procedimentos adotados, influenciando para uma identidade e imagem da escola perniciosas. Um contexto revelador das políticas educativas e ingerências exógenas no sistema educativo do ensino superior na 1.^a República, que espelham a particular complexidade da inserção das ciências sociais e humanas na Universidade do Porto.

Palavras-chave: Faculdade de Letras do Porto, Ensino universitário, 1.^a República Portuguesa, História da Educação

Abstract: Recalling the 1st Faculty of Arts of Porto (1919-1931), we aim at presenting a critical approach on one of its controversial themes: the academic career paths of its professors. Even though some of them became established names in Portuguese culture and science, often their professional trajectories were widely criticised for procedures taken, an aspect, which led to a negative image of the wider institution. This is somehow illustrative of the educational policies and external interference in national higher education during the 1st Republic (1910-1926), revealing the particular challenges and complexity of integrating social and human sciences' teaching at the University of Porto

Keywords: Faculty of Arts of Porto, Higher Education, 1st Portuguese Republic, History of Education

Résumé: Rappeler la 1^{re} Faculté des Lettres de Porto (1919-1931) une approche critique est soulignée dans un thème controversé: la carrière académique de ses enseignants. Dans son centenaire et avec des noms qui sont devenus figures emblématiques de la culture et de la science portugaise, leurs professionnelles trajectoires ont été censurées par les procédures adoptées, influençant une identité et l'image perniciose pour l'école. Un révélateur contexte des politiques éducatives et d'interférences externes sur les études supérieures dans la 1^{re} République (1910-1926), ainsi que de la complexité de l'inclusion des sciences sociales et humaines à l'Université de Porto.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Mots Clés: Faculté des Lettres de Porto, Études supérieures, 1re République portugaise, Histoire de l'éducation

Resumen: Evocando la 1.^a Facultad de Letras de Oporto (1919-1931) se destaca un enfoque crítico acerca de un polémico tema de su historia institucional: las carreras académicas de sus profesores. Celebrando su centenario y con nombres que se convirtieron en referencias de la cultura y la ciencia portuguesas, sus trayectorias profesionales fueron criticadas por los procedimientos tomados, influyendo en una identidad e imagen de la escuela bastante perniciosas. Un contexto revelador de las políticas educativas y influencias externas en la enseñanza superior en la 1.^a República (1910-1926), manifestando la compleja integración de las ciencias sociales y humanas en la Universidad de Porto.

Palabras clave: Facultad de Letras de Porto, Enseñanza superior, 1.^a República portuguesa, Historia de la educación

1. Confronto entre as percepções sobre a 1.^a FLUP: nota introdutória

Mas... *há males que vêm por bem!* Sejam louvados os inimigos da Faculdade, mais do que os amigos... do diabo que à nascença lhe comprometeram a existência! Foram eles o júri do singular concurso a que nos submetemos, aqueles que mais vivíamos no religioso respeito das responsabilidades assumidas. E houve, porventura, alguma vez em Portugal, concurso assim longo e difícil – longo de onze anos! – perante um júri de tal modo exigente e hostil? (Cidade, 1962: 37)

Seis anos decorridos sobre o encerramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) em 1931, um dos seus antigos professores Hernâni Cidade, já catedrático na congénere de Lisboa, assinava o artigo supra, sob este curioso título: *O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Pôrto*¹. Sem pudor não hesitava em exorcizar o menosprezo face a essa primeira incursão pela carreira docente universitária, ainda sentido por si e pelos seus demais colegas, contestando que as muitas debilidades burocráticas apontadas em pouco aviltavam o alto legado intelectual e científico por eles alcançado.

Acreditava então Hernâni Cidade que a pertinência da sua apreciação ganhara uma certa solidez nessa breve passagem do tempo e na gradual asserção cultural de vários dos seus licenciados, como Delfim Santos, Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Armando

¹ Pela análise hermenêutica do artigo em questão, Hernâni Cidade data a sua escrita em março de 1937, a propósito das comemorações do 1.^o centenário da Academia Politécnica do Porto. Até ao presente não foi ainda possível averiguar a sua inclusão em alguma das publicações comemorativas então lançadas, ou mesmo posteriormente noutros periódicos nacionais, até ao seu surgimento neste número especial do *Pôrto Académico* pelo cinquentenário da U. Porto e do seu Orfeão Universitário. Atente-se que nesta época, o professor e ensaísta fora já constringido a atenuar a sua conduta política e cívica em favor da causa republicana, após a suspensão do *Diário Liberal: jornal republicano da manhã* (1934) do qual era membro do conselho diretivo e a intenção ministerial revogada de o demitir do funcionalismo público (1935).

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

de Lacerda, entre outros – “durante os quais alguns valores definitivamente se impuseram - e apaixonadas animosidades puderam apaziguar-se” –; todavia, ciente de que a sua restauração estaria de todo comprometida no quadro do ensino universitário do Estado Novo. Pois, para muitos, a sua conotação ideológica à deposta 1.^a República tinham sido a causa da sua perdição, entre as ambiguidades da sua fundação em 1919 e a ordem de extinção em 1928, num quadro de afirmação do autoritarismo em Portugal, mantendo-se como o principal entrave ao seu reaparecimento na Universidade do Porto (U. Porto).

No discurso historiográfico coevo e subsequente, esta alegoria de perdição política consubstanciou-se como um atributo preponderante na análise da história institucional daquela que ficaria conhecida como a 1.^a FLUP (Peres, 1954; Santos, 1990 ou Baptista, 2012), face a um conjunto de outros motivos invocados como os económicos, institucionais, pedagógicos ou científicos. Mas, à luz de estudos mais recentes, estes constrangimentos desempenharam um efeito igualmente nefasto, por vezes suplantando essa mera dimensão politizada de uma escola que se assumia como republicana na democratização e inovação das ciências sociais e humanas, para a construção de uma imagem pública pouco abonatória também em moldes académicos que puseram em causa a sua própria missão educativa (Homem, 1991; Araújo, 2008; Alves, 2012 ou Alves & Araújo, 2014).

Nomeadamente, o de uma certa dissimulação desse “singular concurso dos professores” face aos contributos pedagógicos e culturais dos mesmos, aliás justamente fidedignos na análise da maioria do seu conjunto, cujo tom apologético não olvida toda uma arbitrariedade e endogamia político-académica, extremamente críticas, no acesso e prossecução dessas carreiras académicas. Pois, considerando o devir histórico, foi uma questão de professores que esteve na sua génese, foi depois o melindroso processo de constituição do seu corpo docente que resultou num dos seus principais temas fraturantes; sustentando as acusações de ingerência política e de transgressão dos cânones universitários ao longo das décadas seguintes.

Precisamente, será esta tese que se aqui procura explorar no âmbito deste cenário, completando os estudos prosopográficos destes professores (Ramos, 2011 ou Araújo, 2015), e com recurso a factos inéditos da atividade legislativa da 1.^a República constantes em *Diários do Governo*, aferir como esses processos do seu recrutamento e ascensão ao

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

topo da carreira no magistério universitário contribuíram para a vulnerabilidade da sua identidade e imagem institucional. E, em sentido colateral, como o seu legado académico, cultural e científico influíram no espaço e evolução reservado à(s) Faculdade(s) de Letras no contexto educacional da U. Porto no século XX.

2. Das polémicas em torno da fundação da 1.^a FLUP (1919)

Lembremos as condições em que a Faculdade foi criada e a dose de irrefletida improvisação com que se transplantou do *Diário do Governo* para o cantinho emprestado do edifício da Faculdade de Ciências do Porto. Dir-se-ia que o executor da lei era inconscientemente levado pelos Fados adversos a ser o *executor* da Faculdade... (Cidade, 1962: 37)

Desde a sua génese e institucionalização e durante toda a sua existência legal, a 1.^a FLUP encontrava-se irremediavelmente associada à figura de Leonardo Coimbra (Fava, 2008), seu executor primordial enquanto ministro, nomeado depois primeiro professor efetivo e diretor de uma escola nascida envolta em muitas polémicas, das quais nem sempre se soube defender convenientemente. Recorde-se, sucintamente, que o primeiro semestre desse ano de 1919 terá sido um dos mais delicados para a 1.^a República – após o fim da Grande Guerra e o assassinato de Sidónio Pais no ano transato – entre os muitos movimentos revolucionários de frações democráticas e monárquicas com que despontara, dos quais o mais simbólico foi o “Reino da Traulitânia”².

Na senda da purga política a várias instituições públicas pelo governo de José Relvas, o ministério da Instrução Pública, então liderado por Domingos Leite Pereira promoveu uma sindicância contra alguns professores da Universidade de Coimbra, suspensos previamente por atos de cumplicidade com a insurreição monárquica e de hostilidade contra o regime. Embora tal contenda não fosse de todo inédita entre estas autoridades governativas e académicas, em parte motivado pela quebra do monopólio secular do ensino universitário em 1911, por outro de um crescente antagonismo face ao

² Última grande tentativa de restauração da monarquia com projeção nacional do séc. XX, igualmente designada de “Monarquia do Norte” por ter tido o seu epicentro na cidade do Porto, cidade onde se instalou a Junta Governativa do Reino, liderada por Paiva Couceiro. Ao longo de escassos 25 dias, entre 19.01 e 13.02.1919, os revolucionários promulgaram uma série de medidas para destituir a República, instigando-se as campanhas de perseguição e de violência contra os elementos republicanos.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

pretensso conservadorismo e escolasticismo do seu ensino, a “Questão Académica” acabaria gorada com a reabilitação de todos os delatados (Carvalho, 2015).

Paradoxalmente, um mês antes da divulgação oficial desse relatório pelo juiz Vieira Lisboa, já o ministro cessante assumira a presidência de um novo ministério, dominado por correligionários democráticos, tendo sido substituído na anterior pasta por Leonardo Coimbra³. Cinco dias antes da sua publicação em *Diário do Governo*, este decretava a reorganização do ensino das Ciências Filosóficas nas Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra – *Decreto n.º 5 491*⁴ – prevendo o alargamento do seu quadro docente a dois novos professores ordinários⁵ e um assistente.

Se a intenção elementar que a presidia era de enaltecer pelos meios académicos, no impulso que acarretaria para a modernização desse ramo do ensino (Baptista, 2010), não obstante a mesma nunca se ter materializado⁶, a forma legal para o provimento das novas vagas era assaz questionável, no estipulado pelo parágrafo único do artigo 2.º, possibilitando um eventual aproveitamento político:

O primeiro provimento definitivo das vagas que fiquem existindo no quadro dos professores deste grupo poderá ser feito nos termos do artigo 55.º do decreto com força de lei n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918, ou livremente pelo Governo, devendo

³ Leonardo José Coimbra, após frequência da Universidade de Coimbra, da Escola Naval, da Academia Politécnica do Porto e da Escola Politécnica de Lisboa, acabaria por se diplomar no Curso Superior de Letras para o magistério liceal. Entre 1910 e 1918 prestou serviço em vários liceus do Porto e da Póvoa de Varzim, até à colocação no Liceu Central de Gil Vicente em Lisboa, no ano letivo de 1918-1919, obtendo permuta para regressar ao Liceu Sampaio Bruno, primeiro liceu feminino da Invicta, quatro dias antes da sua nomeação oficial para a 1.^a FLUP.

⁴ “Decreto n.º 5 491, de 02.05.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 91.

⁵ Nomenclatura adotada desde a “Constituição Universitária de 1911” para o topo da carreira docente nas três Universidades portuguesas, depois reformulada para a de professor catedrático pelo “Estatuto da Instrução Universitária de 1926”.

⁶ As Faculdades de Letras na Universidade em Portugal foram uma das criações originais da “Constituição Universitária de 1911”, ainda que na prática tenham assumido o território educativo antes ocupado pela Faculdade de Teologia de Coimbra e o Curso Superior de Letras em Lisboa. Esta reforma do ensino de Filosofia nunca chegou a substituir estes planos curriculares originais, tendo-se embargado a publicação do novo plano oficial de estudos, previsto para o ano letivo de 1919-1920. Com a reforma orgânica destas instituições, em 1926, as Ciências Filosóficas apenas mantêm a autonomia para efeitos de doutoramento, sendo acoplada às Ciências Históricas para o grau da licenciatura até à reforma orgânica de 1957.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

neste caso as nomeações recair em pessoas de reconhecida competência científica⁷.

Este arrogar do direito de livre escolha política viria a reacender as animosidades dos meios universitários, subterfúgio aqui utilizado de forma deliberada ou não, por oposição ao procedimento extraordinário de convites a personalidades categorizadas, com dispensa de provas públicas, como era costume por parte dos próprios estabelecimentos universitários.

Deste modo, três dias decorridos desse diploma, por despacho do ministro da Instrução Pública eram designados para ocupar os referidos lugares em Coimbra, Francisco Newton de Macedo⁸ e Lúcio Pinheiro dos Santos⁹, e na capital, Amadeu de Almeida Rocha¹⁰ e Manuel de Sousa Coutinho¹¹, todos eles seus colegas no Liceu Central de Gil Vicente em Lisboa (Magalhães, 2012).

Antecipando os efeitos paralelos da nomeação governamental destes professores ordinários sem uma audiência prévia aos seus conselhos escolares, de resto juridicamente

⁷ O citado artigo 55.º do “Estatuto Universitário de 1918” dispunha que aos estabelecimentos universitários assistia o direito de propor ao Governo a nomeação de professores ordinários, por propostas justificadas e fundamentadas em trabalhos de investigação original, entre personalidades eminentes nas Letras ou nas Ciências, em votação por maioria dos conselhos escolares proponentes.

⁸ Francisco Romano Newton de Macedo, bacharel em Ciências Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa (1915) e curso de habilitação ao magistério liceal pela Escola Normal Superior anexa (1917), prestava serviço como professor de Filosofia no Liceu Central de Gil Vicente. Depois desta nomeação para a Universidade de Coimbra, será ainda indicado para reitor do Liceu Central de Fialho de Almeida – Évora (maio de 1919) e de professor efetivo do Liceu de Martins Sarmento – Guimarães (junho) e do Liceu Central Rodrigues de Freitas (em comissão de serviço, desde outubro do mesmo).

⁹ Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, ainda estudante de Matemática e Física na Escola Politécnica de Lisboa, aí se cruza com Francisco Pulido Valente, seu futuro cunhado, e Leonardo Coimbra nos anos finais da Monarquia. Bacharel, aparentemente já pela recém-elevada Faculdade de Ciências de Lisboa, entre 1912 e 1914, beneficiou de uma bolsa de estudo para especialização na primeira dessas áreas científicas na Bélgica e França, interrompida com a eclosão da contenda mundial. De regresso a Portugal, foi colocado como professor nos liceus lisboetas de Passos Manuel e Gil Vicente, lugar do qual pede dispensa temporária para voluntariamente, por motivos de um relacionamento amoroso malquisto, se exilar no Brasil entre 1917 até meados de 1919.

¹⁰ Amadeu de Almeida Rocha (desc.), doutorado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa, acumularia a carreira de clínico com a de médico escolar no liceu lisboeta de Passos Manuel, sendo transferido para o de Gil Vicente com a autonomização da sua secção de S. Vicente, em 1914.

¹¹ Manuel de Sousa Coutinho Júnior (desc.), iniciou o curso universitário em Coimbra (1910-1913) o qual terá concluído na Faculdade de Ciências de Lisboa, tendo sido colocado como professor liceal no Gil Vicente, do qual seria demitido pelo famigerado decreto-lei n.º 25 317, de 13.05.1935.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

descartada à partida, a par da afronta da elevação de professores liceais sobre os assistentes universitários em exercício¹²; Leonardo Coimbra irá agudizar a celeuma para um outro nível com a tentativa de extinção da Faculdade de Letras de Coimbra – *Decreto n.º 5 770*¹³ – a transferir para a U. Porto em troca pela criação de uma Faculdade Técnica e Escola de Belas Artes. Tudo isto precedendo o anúncio da representação oficial pelo respetivo conselho escolar, reunido somente passados quatro dias, às quais irá acrescer censuras por afrontas aos novos professores, desrespeito pelas instruções governamentais e instigação da insurreição estudantil contra o reitor Coelho de Carvalho¹⁴ (Torgal, 2011).

Entre razões de índole cultural, social e pedagógica, argumentando que as Faculdades de Letras se destinavam à formação de professores do ensino secundário, pouco conveniente com uma “quase completa orientação tomista de forma escolástica”, os seus professores eram colocados na disponibilidade para outros serviços e restritos os pedidos de transferência para a nova escola portuense.

Um meio muito mais fértil e inovador através da ação desenvolvida pelo movimento da “Renascença Portuguesa”, matizado pela revista *A Águia* e as “Universidades Populares”, onde o ministro Leonardo Coimbra irrompia como figura fundadora e catalisadora (Santos, 1990). Para as vozes mais críticas, o processo fora esboçado como cumprimento da sua ambição pessoal frustrada, após ter desistido das provas públicas para assistente de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1912, pela fraca receção da sua teoria metafísica crítica do *Criacionismo*.

Amplamente refutada por todos os meios universitários nacionais, incluindo o da própria U. Porto que mostrava algum incómodo na fundação de uma escola há muito

¹² No caso da Faculdade de Letras de Coimbra, ao abrigo desse decreto n.º 5 491, tinha sido já solicitada a nomeação de Joaquim de Carvalho (1892-1952) a professor ordinário desse 6.º grupo, bacharel em Direito (1914) e Filosofia (1915), da qual foi contratado para assistente desde 1916 e nela defendido a tese de doutoramento (1917). Contudo, por o reitor interino não ter submetido idêntica proposta para o presbítero Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), assistente do 4.º grupo - História, recusou-se categoricamente a aceitar a sua ratificação em gesto solidário com o menosprezado colega e o conselho escolar.

¹³ “Decreto n.º 5 770, de 10.05.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 98.

¹⁴ Joaquim José Coelho de Carvalho (1855-1934), bacharel em Direito (1879) e presidente da Academia de Ciências de Lisboa, fora chamado a assumir interinamente o cargo de reitor durante a “Questão Académica”. Pelo ministério de Leonardo Coimbra será nomeado reitor da Universidade de Coimbra, no qual resiste por pouco tempo perante a queda do governo e a forte oposição da academia, ainda hoje sendo o único cujo retrato não consta da respetiva galeria de reitores.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

requisitada, a greve académica que levou ao fecho antecipado do ano escolar contribuiu para a queda do governo no poder, em finais do mês de junho.

Sem revogar toda a obra legislativa promulgada, o ministério que lhe seguiu decidiu-se por uma solução de compromisso – *Lei n.º 861*¹⁵ – que saneasse o problema universitário ao fundar a Faculdade de Letras do Porto, em conformidade com o modelo organizacional das congéneres de Coimbra e de Lisboa. A resolução transversal do seu artigo 3.º, no entanto, aludia a um pertinente pressuposto garantindo o seu imediato funcionamento:

O Governo poderá contratar, quer no país quer no estrangeiro, para a lecionação das cadeiras professadas das Universidades, individualidades de reconhecido mérito científico, sob proposta dos reitores e depois de ouvidas as respetivas Faculdades ou Escolas.

§ único. Os professores contratados e que sejam nacionais, quando tenham professado pelo menos dois anos, poderão ser nomeados professores ordinários, sob proposta do reitor, com voto favorável e nominal da maioria do Conselho da Faculdade respetiva e com prévio conhecimento dum relatório elaborado pela competente secção sobre os seus méritos.

3. A original constituição de um corpo docente do quadro (1919-1923)

Ocorreria igualmente a ideia de dotar o estado republicano com um órgão de alta cultura mais adequado à sua índole ideológica? Sem dúvida que ela não foi estranha a tal criação. Mas bastará lembrar os nomes dos mestres que ali professaram e a doutrina dos livros que ali foram elaborados, para se reconhecer que se não traiu o espírito de tolerância e liberdade crítica que em toda a parte, com exceção dos estados totalitários, se entende dever inspirar a atividade científica e docente. (Cidade, 1962: 37)

Pelo disposto no *Decreto n.º 6 087*¹⁶, a 1.^a República determinava a abertura do 1.º ano dos cursos da Faculdade de Letras do Porto, nesse corrente ano letivo de 1919-1920, procurando completar-se o seu quadro docente com a contratação de professores portugueses para os grupos de ensino e de estrangeiros para os cursos práticos de língua. Neste contexto, a Reitoria da U. Porto será autorizada a assinar os contratos para nove professores: Urbano Canuto Soares e Fernando de Macedo Lopes (Filologia Clássica), António Luís Gomes filho, Hernâni Cidade e José Teixeira Rego (Filologia Românica),

¹⁵ “Lei n.º 861, de 27.08.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 171.

¹⁶ “Decreto n.º 6 087, de 09.09.1919”, *Diário do Governo*, I série, n.º 181.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Luís Pires Cardim (Filologia Germânica), Augusto Ferreira Nobre, Damião Peres e Francisco Homem Cristo (História), António Mendes Correia (Geografia) e Vasco Nogueira de Oliveira (Filosofia).

Na imprensa periódica, logo, ergueram-se suspeições de favorecimentos pessoais a nortear tais contratações, quer fosse pela elevação de professores liceais do Gil Vicente, quer pela ligação familiar e/ou fraterna de outros com políticos de peso da 1.^a República (quadro 1). Unicamente dois nomes passavam relativamente incólumes, o de Mendes Correia e de Damião Peres, com provas públicas para assistentes prestadas nas Faculdades de Ciências do Porto e na de Letras de Lisboa, respetivamente; enquanto Macedo Lopes¹⁷ e Vasco de Oliveira¹⁸ sem justificação oficial, ambos formados pela Universidade de Coimbra, não chegaram a tomar o lugar no magistério.

Graças a esta última desistência, na primeira sessão do conselho escolar em 29.10.1919, o grupo de Filosofia avançaria com a proposta de Leonardo Coimbra para essa vaga, juntando-se a Newton de Macedo e Lúcio dos Santos transferidos da instituição conimbricense¹⁹, mau grado nela nunca terem efetivamente intervindo.

No entanto, em abono do candidato e da elogiosa apreciação da sua obra filosófica inédita em torno do pensamento criacionista, a nomeação seria antes para a categoria de professor ordinário, regulamentado pelo citado artigo 55.º e prontamente ratificada pelo ministro Joaquim José Oliveira²⁰. A secundar esta entrada no magistério universitário, por conveniência urgente de serviço, o reitor Augusto Pereira Nobre²¹ apresentava a

¹⁷ Fernando de Macedo Lopes (1890-1945), bacharel em Direito (1912), preteriu este lugar pelo de secretário-geral da U. Porto, para o qual foi nomeado no ano seguinte e em que perseverou até ao falecimento.

¹⁸ Vasco Nogueira de Oliveira (1881-1958), bacharel em Medicina (1905) e vereador na Câmara Municipal do Porto durante a 1.^a República, genro do velho republicano Dr. Augusto Alves da Veiga.

¹⁹ “Decreto de 18.10.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 247.

²⁰ “Decreto de 05.11.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 270.

²¹ Augusto Pereira Nobre (1865-1946), naturalista adjunto de Zoologia na Academia Politécnica do Porto, com a sua transfiguração em Faculdade de Ciências, e após ter cumprido os exames finais para bacharel em Ciências Histórico-Naturais (1912), ocuparia a cátedra dessa cadeira até à jubilação (1915-1935). Foi reitor da U. Porto (1919-1926) e ministro da Instrução Pública em três governos (1920, 1920-1921 e 1922). Irmão do poeta António Nobre, era igualmente familiar de Leonardo Coimbra pelo casamento deste com uma sua parente.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

petição para que Leonardo Coimbra fosse também nomeado diretor da Faculdade de Letras do Porto²².

Isto a despeito de uma advertência generalista de Mendes Correia nessa reunião inaugural sob os princípios deontológicos que se deveriam ter em conta, a propósito da contratação de Pires Cardim, que passado este período transitório excepcional teriam de ser observados, como o Senado Universitário do Porto regularmente irá recordando (Araújo, 2015):

Estas admissões deviam ser sempre condicionadas por concurso, com tirocínio de assistência pedagógica, nos termos do Estatuto Universitário, pelo que só excepcionalmente e referidas a pessoas de singular competência, se poderiam processar as admissões do pessoal docente. Embora não conhecesse o candidato, confiava na escolha feita pelo Senhor Diretor e, na indispensabilidade do contrato, para o bom funcionamento da Faculdade. (Pina, 1966: 81)

Conselhos que nunca foram devidamente acautelados pela direção e o conselho escolar da 1.^a FLUP, salvaguardados pelas cláusulas legais em vigor até ao golpe político de 1926, insistindo-se no rápido preenchimento das vagas por professores contratados – “frente a toda a campanha que por este motivo se levantou nos meios académicos” (Pina, 1966: 99) – de Ângelo Pinto Ribeiro para Filologia Germânica (1921) e de Francisco Torrinha em Filologia Clássica (1923), este com uma tímida oposição por parte de Canuto Soares (Araújo, 2017).

No fim, o recurso aos convites foi também o empregue no provimento dos futuros assistentes²³, sempre interinos em contratos anuais que eximiam o aval governamental nas reconduções, transitando de uma primeira fase de figuras de confiança do corpo docente para a seleção dos melhores licenciados da instituição a partir de 1923.

²² “Decreto de 19.11.1919”, *Diário do Governo*, II série, n.º 272.

²³ Os quatro assistentes em exercício na 1.^a FLUP – Artur de Magalhães Basto (1922-1931), José de Bragança (1923-1925), Humberto Pinto de Lima (1925-1929) e Torquato de Sousa Soares (1926-1930) foram todos propostos pelos professores das respetivas secções, contrariando as recomendações da Reitoria e Senado Universitário do Porto, nunca lhes tendo sido facultada abertura de concursos para os referidos lugares do quadro.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.ª Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Quadro I
Reconstituição prosopográfica dos professores ordinários da 1.ª FLUP (1919-1931),
de acordo com a sua entrada em exercício na carreira docente universitária

Docente	Habitação Académica	Situação Profissional	Grupo de ensino	Categoria profissional		Nomeação	Grau de Doutor (institucional)	Ligações prévias		
				Contratado	Efetivo			LCGV	RP	Outras
Francisco Newton de Macedo [1894-1944]	Bacharel [FLUL]	Professor [FLUC]	6.º Filosofia	*	1919	Decreto governamental	02.12.1925	Sim	Sim	[Transferência]
Lúcio Pinheiro dos Santos [1889-1950]	Bacharel [FCUL]	Professor [FLUC]	6.º Filosofia	*	1919	Decreto governamental	*	Sim	*	[Transferência]
Damião Peres [1889-1976]	Diplomado [CSL]	Professor [EPSL]	4.º História	1919	1921	Júri académico extraordinário	12.02.1926	Sim	*	*
António Mendes Corrêa [1888-1960]	Diplomado [EMCP]	Professor [FCUP]	5.º Geografia	1919	1921	Júri académico extraordinário	02.12.1925	*	Sim	*
Urbano Canuto Soares [1894-1965]	Bacharel [FLUL]	Professor [estagiário]	1.º Filologia Clássica	1919	1921	Júri académico extraordinário	23.10.1926	[?]	Sim	*
Leonardo Coimbra [1883-1936]	Diplomado [CSL]	Professor [LFSB]	6.º Filosofia	*	1919	Conselho Escolar 1.ª FLUP	24.08.1921	Sim	Sim	Antigo ministro
Luís Pires Cardim [1879-1958]	Diplomado [EPL]	Professor [LCGV]	3.º Filologia Germânica	1919	1921	Júri académico extraordinário	19.04.1926	Sim	Sim	*
Hernâni Cidade [1887-1975]	Diplomado [CSL]	Professor [LCFRL]	2.º Filologia Românica	1919	1921	Júri académico extraordinário	19.04.1926	*	*	*
Francisco Homem Cristo [1860-1943]	Diplomado [AM]	Jornalista	4.º História	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	*	*	*	Deputado
António Luís Gomes (filho) [1898-1981]	Bacharel [FDUL]	{Recém-licenciado}	2.º Filologia Românica	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	*	*	*	Filho do Dr. A. Luís Gomes
Augusto Ferreira Nobre [1896-1930]	Diplomado [FMUP]	Naturalista [FCUP]	4.º História	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	23.10.1926	*	*	Filho do Dr. Augusto Nobre
José Teixeira Rego [1881-1934]	[Estudos liceais]	Professor [EPSM]	2.º Filologia Românica	1919	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	12.02.1926	*	Sim	*
Aarão de Lacerda [1891-1947]	Bacharel [FDUC]	Professor [EBAP]	Cadeira anexa de Estética e História da Arte	*	1921	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	*	Sim	Filho do Dr. Aarão de Lacerda
Ângelo Pinto Ribeiro [1886-1936]	Bacharel [FLUL]	Professor [ENPC]	3.º Filologia Germânica	1921	1923	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	Sim	Sim	*
Francisco Torrinha [1879-1955]	Bacharel [FTUC]	Professor [LCRF]	1.º Filologia Clássica	1923	1925	Conselho Escolar 1.ª FLUP	19.04.1926	*	Sim	*

Siglas: AML : Academia Militar – Lisboa | CSL : Curso Superior de Letras – Lisboa | EBAP : Escola de Belas Artes do Porto | EMCP : Escola Médico-Cirúrgica do Porto | ENPC : Escola Normal Primária de Coimbra | EPL : Escola Politécnica de Lisboa | EPSL : Escola Primária Superior de Lisboa | EPSM : Escola Primária Superior de Matosinhos | FCUL : Faculdade de Ciências de Lisboa | FCUP : Faculdade de Ciências do Porto | FDUC : Faculdade de Direito de Coimbra | FDUL : Faculdade de Direito de Lisboa | FLUC : Faculdade de Letras de Coimbra | FMUP : Faculdade de Medicina do Porto | FTUC : Faculdade de Teologia de Coimbra | LCFRL : Liceu Central Francisco Rodrigues Lobo - Leiria | LCGV : Liceu Central de Gil Vicente – Lisboa | LCRF : Liceu Central Rodrigues de Freitas – Porto | LFSB : Liceu Feminino Sampaio Bruno – Porto | RP : Renascença Portuguesa.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Quanto à cadeira anexa de Estética e História da Arte, preconizado um lugar de professor ordinário em exclusivo, por força de lei, a escolha de Aarão Soeiro de Lacerda foi plenamente aceite pela Direção Geral do Ensino Superior em 1921²⁴. Os proponentes Leonardo Coimbra e Damião Peres elogiaram a produção científica nesse domínio científico do candidato, reputado académico do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a circunscrição, que aliás regia as cadeiras similares na Escola de Belas Artes do Porto, por convite de Joaquim de Vasconcelos. Assim, saneando-se a postura crítica e pró-conimbricense do novo elemento, aquando do capítulo das Faculdades de Letras em 1919 contra o primeiro proponente, que aí declinava idêntica oferta em prol da escola portuense.

4. Evolução e corolário das carreiras dos professores ordinários (1921-1925)

Os que não formam sobre os homens e as coisas outros conceitos que não sejam os transmitidos em bruto pela evidência espetaculosa, com bonecos nos jornais, calam as suas exigências de decoro catedrático perante esse incidente, que, todavia, tão pouco acrescenta às nossas biografias intelectuais – e bem lamentaríamos fosse a verba mais notável do nosso *curriculum vitae*... (Cidade, 1962: 37)

No final do ano letivo de 1920-1921, cumpridos que estavam os dois anos de exercício em funções, urgia resolver a situação dos professores contratados para a 1.^a FLUP: invocar o parágrafo único do artigo 3.º da Lei n.º 861 para a sua efetivação como professores ordinários ou aquiescer na sua dispensa e eventual recrutamento entre a comunidade universitária nacional? Ora, a segunda das opções tornava-se inviável pelos muitos constrangimentos para o funcionamento da sua vida escolar, incluindo os prazos para abertura de concurso público ou a permuta de posições, pelo que a primeira reunia em si todas as vantagens pragmáticas e iminentes, enquanto reforçava a construção endógena da sua imagem institucional no seio da U. Porto.

O único senão é que a proposta ao ministério da Instrução Pública pressupunha um conjunto de condições que não podiam ser satisfeitas legalmente – relatório apreciativo dos postulantes pelos professores de cada grupo de ensino e voto favorável e nominal da maioria do conselho escolar –, visto os primeiros serem todos contratados e

²⁴ “Decreto de 19.11.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 302.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

só os três professores de Filosofia estarem providos como efetivos, uma minoria aditada com a ausência de Lúcio dos Santos. Como alternativa o reitor Augusto Nobre irá requerer às instâncias superiores a constituição de um júri académico externo, nomeado pelo governo entre professores ordinários da especialidade, para avaliação dos candidatos dos restantes cinco grupos de ensino, sob a condição de antiguidade em tempo de serviço ou de unicidade nas respetivas secções: Canuto Soares, Hernâni Cidade, Pires Cardim, Damião Peres e Mendes Correia.

Da Faculdades de Letras de Lisboa serão convocados a quase totalidade dos avaliadores para a sessão extraordinária de 27 de julho de 1921 – José Joaquim Nunes (Filologia Clássica), José Leite de Vasconcelos (Filologia Românica) e Manuel de Oliveira Ramos (História e Geografia) – apresentando-se Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Filologia Germânica) da congénere conimbricense, há muito residente no Porto e com colaboração esporádica na “Renascença Portuguesa”. Os seus relatórios e as informações académico-profissionais pelo diretor Leonardo Coimbra, na sua generalidade, assumiam-se como lisonjeiras e destacavam as qualidades pedagógicas e científicas já conquistadas pelos cinco contratados, frisando uma margem de progressão evidente para firmarem os seus créditos no futuro. Porém, dado o seu carácter excecional, o ministro Ginestal Machado rogou a homologação das propostas pelo Senado Universitário do Porto, pelo que recebido parecer positivo promulgou então a nomeação dos referidos professores²⁵.

Por ventura, estrategicamente equacionado entre as autoridades académicas, com esta legitimação do conselho escolar da 1.^a FLUP pôde continuar-se os mesmos trâmites legais para os professores que aguardavam a efetivação, sendo proponentes os recém-nomeados professores ordinários dos grupos de Filologia Românica e de História. Consequentemente, António Luís Gomes, Teixeira Rego, Ferreira Nobre e Homem Cristo, mereceram o voto nominal e unânime para integrarem o quadro docente oficial logo em setembro²⁶. Todavia, em exposições mais contidas da sua atividade docente, o que poderia desvalorizar as suspeições pelas suas habilitações literárias exíguas ou de

²⁵ “Decreto de 13.08.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 192.

²⁶ “Decreto de 26.09.1921”, *Diário do Governo*, II série, n.º 227.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

benefício do filho do reitor da U. Porto, num pleito que ficou ironicamente descrito como “entrando assim pela janela em vez de entrarem pela porta!” (Araújo, 2015: 418-9).

Um tópicó fraturante que nunca caiu em esquecimento e ganhou nova projeção pública pelas mãos do último desses professores após se incompatibilizar com a maioria dos antigos colegas – a célebre “campanha Homem Cristo” (1923-1926) – no qual frontalmente explorou estas suscetibilidades nos meandros de acesso e elevação destas carreiras académicas: iniquidades políticas e familiares, nomeações governamentais, longos períodos de ausências, irregularidades administrativas e na avaliação dos alunos, etc. (Araújo, 2016). Vertentes em parte plenamente fundamentadas e documentadas nas páginas *de O de Aveiro*, ingenuamente até corroboradas na contrarresposta dos discípulos, que estarão na origem do pedido de demissão de António Luís Gomes, logo no verão de 1923.

Ecos exponenciados também pelas promoções derradeiras de Ângelo Pinto Ribeiro²⁷ e de Francisco Torrinha²⁸, esta assombrada pela não comparência do proponente Urbano Canuto Soares na sessão escolar de 19 de dezembro de 1924, ambas por um refutável paradigma legal na ótica de J. M. Queiroz Veloso, também professor da Faculdade de Letras de Lisboa:

A proposta para nomeação do professor contratado do grupo de Filologia clássica, Francisco Forte de Faria Torrinha, para o lugar vago de professor efetivo do mesmo grupo, obedece às prescrições do § único do artigo 3.º da lei n.º 861. [...] Tinha esta Direção Geral [do Ensino Superior] a opinião de que o § único, acima citado, precisava de ser regulamentado para ser posto em execução; mas desde que o Parlamento aprovou uma moção declarando que essa regulamentação não era necessária, esta Direção só tem a informar que nada tem que opor à nomeação proposta.

Por seu lado, malquerenças que a 1.^a FLUP procurou contrariar com um modelo de ensino heterodoxo ao ministrado nas restantes Faculdades de Letras, orientado em princípios basilares modernos como as pedagogias ativas e construtivistas ou as perspectivas metafísicas e antipositivistas. A par da aposta no progresso intelectual,

²⁷ “Decreto de 17.12.1923”, *Diário do Governo*, II série, n.º 295.

²⁸ “Decreto de 03.01.1925”, *Diário do Governo*, II série, n.º 16.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

cultural e científico dos professores ordinários em atividade, fossem elas dentro da instituição – cursos de extensão universitária, fundação do Instituto de Estudos Históricos (1923-c.1930) ou publicação das *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (1920-1923) e da *Revista de Estudos Históricos* (1924-1926) –, fossem de maturação pessoal pelo subsídio a missões de estudo no país e no estrangeiro e licenças sabáticas para investigações científicas concedidas pelas autoridades ministeriais.

Contudo, qualidades que à data não estariam ainda totalmente consolidadas junto dos meios universitários e culturais, voltando a ser posta em causa a sua proeminência no domínio das Letras portuguesas por um último gesto fortuito: a banal proposta do conselho escolar de atribuição do grau académico de doutor. Título regulamentado pelo artigo 96.º do “Estatuto Universitário de 1918” e sem nenhuma formalidade avaliativa, por originalmente ter sido prevista para personalidades eminentes pela sua erudição e professores ordinários com carreiras institucionais longevas. Inicialmente conferido a Leonardo Coimbra (1921) e Newton de Macedo e Mendes Correia (1925), no ano seguinte indiscriminadamente aos demais, à exceção dos retirados Lúcio dos Santos e Homem Cristo, com o avolumar dos boatos da extinção da mais jovem das faculdades na sequência da desagregação da 1.^a República²⁹.

O certo é que com a implementação do regime autoritário e a revisão das políticas educativas no sistema de ensino superior, nomeadamente pelo “Estatuto da Instrução Universitária de 1926”, estas prodigalidades normativas foram expurgadas e critérios mais rigorosos passaram a nortear o recrutamento deste pessoal docente. Se na 1.^a FLUP o cenário não acometeu os direitos profissionais previamente validados, com a sua extinção oficial em 1928 – *Decreto n.º 15 365*³⁰ –, e subsequente encerramento gradual para conclusão dos planos de estudos das licenciaturas em 1931, estas carreiras académicas revestiam-se de uma mácula difícil de se ignorar na Universidade em Portugal.

²⁹ Note-se, contudo, que esta informação constante no *Livro dos Registos de Doutoramentos da Universidade do Porto* do Arquivo da U. Porto, reproduzida por Luís de Pina no seu artigo de 1966, diverge pontualmente no seu ordenamento cronológico, dado o seu assento caligráfico dependente da comunicação das decisões dos conselhos escolares aos serviços centrais da Reitoria.

³⁰ “Decreto n.º 15 365, de 12.04.1928”, *Diário do Governo*, I série, n.º 85.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Só assim será plausível compreender que para a maioria deles o magistério universitário se tenha irremediavelmente perdido, colocados como adidos culturais com o regresso aos liceus ou em atividades no sector privado, salvo Mendes Correia em exclusivo na Faculdade de Ciências do Porto. Um ínfimo segmento será convidado para outros estabelecimentos: Torquato de Sousa Soares (1937) e Aarão de Lacerda (1945) na Faculdade de Letras de Coimbra ou Canuto Soares na Universidade de São Paulo (1938). Revelador foi o percurso de Damião Peres e Hernâni Cidade, transferidos como professores catedráticos em secções idênticas para as congéneres de Coimbra e Lisboa, respetivamente; coagidos a prestar uma desobrigada formalidade de um concurso para a legítima aprovação por esses conselhos escolares e senados universitários (1930).

5. As implicações do “singular concurso dos professores” na história da(s) FLUP(s): considerações finais.

Mas deixemos os erros de pormenor (apesar da utilidade de os lembrar), em história mais completa, para que nunca mais levemente mãos inábeis possam, na moldagem da realização, ferir de morte o que com alta e carinhosa visão o espírito concebeu... Se de passagem aludo a isto, é para evocar o ambiente de densa desconfiança, aqui e além irritada de viva hostilidade, em que a Faculdade desde o início foi envolvida. (Cidade, 1962: 37)

Na comemoração do centenário da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto assume-se como pertinente esta revisão historiográfica sobre a primeira das suas instituições, focando outras dimensões que complementem essa mística de perdição política, tão acentuada nas reminiscências da sua primitiva comunidade académica. Aliás, uma sentença legal tão singular como foi o seu funcionamento, a mais recente das instituições em cada uma das três Universidades por Alfredo de Magalhães, simultaneamente ministro da Instrução Pública e reitor da U. Porto, que alegava razões de contenção financeira e depois irá contra ela protestar e lamentar a sua execução.

Por muito incontestável que seja a imagem de escola republicana da 1.^a FLUP para a sua supressão, mais o seria a da Faculdade de Direito de Lisboa, a escola de Afonso Costa e de outros dirigentes republicanos, que granjeou a revogação do mesmo decreto logo em outubro de 1928. Outros motivos concorreram para o fim da escola portuense – a lacuna de uma imprescindível Escola Normal Superior, as escolhas dos edifícios

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

escolares apartados do centro nevrálgico da U. Porto ou as anomalias na sua gestão administrativa e académica, como alguma da correspondência entre Agostinho da Silva e Delfim dos Santos deixa antever³¹ – nunca inteiramente integrada na estrutura portuense por um ambiente *sui generis* de uma liberdade e intimidade entre mestres e alunos, que “o humorismo académico alcinhava de *cosméticos*, dado que o cosmos era a constante preocupação do pensador” (Vilaça, 1962: 25).

Justifica-se, portanto, uma parte do ceticismo das Faculdades de Ciências, de Medicina, de Engenharia e de Farmácia do Porto perante as conceções universitárias esgrimidas pela de Letras, mas, sobretudo, a perplexidade como se permitia que carreiras profissionais fossem alicerçadas em simples normativos legais contra a tradição académica. Convém recordar que, desde o ensino superior oitocentista da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, a prestação de provas públicas fora um requisito incontornável no acesso e promoção dos docentes, preservado pela academia na sua elevação a estabelecimentos universitários. Por muito que a lei consentisse em tais procedimentos burocráticos, muitas vezes formulados para beneficiar longas carreiras académicas e científicas, a liberalidade advogada para os docentes da 1.^a FLUP extravasava quaisquer padrões éticos e deontológicos mínimos.

O conjunto de factos históricos aqui apresentados espelham de forma crítica uma das maiores fragilidades deste primeiro estabelecimento, que pelos códigos atuais claramente seriam rotulados de uma flagrante endogamia académica. Um recrutamento de professores contratados com dúbios laços entre si: os fraternos de Leonardo Coimbra com os companheiros no Liceu Gil Vicente ou na “Renascença Portuguesa”, numa rede informal em que se observa uma notória prevalência política entre correligionários do Partido Democrático; os familiares de Ferreira Nobre com ele e o reitor seu pai³² ou os

³¹ Um trabalho de organização e estudo epistolar que tem vindo a ser desenvolvido pelo Dr. Filipe Delfim Santos, ao qual se agradece a consulta preliminar antes da sua publicação futura.

³² Falecido antes do fecho da escola e que Hernâni Cidade não deixa de admitir no mencionado artigo: “Lembre-mo-lo: um professor houve que bem pareceu dever a sua situação apenas às contingências da política – o malgrado Augusto Ferreira Nobre. Pois até esse encontrou no ambiente da Faculdade o imperativo que o levou a escrever o ensaio sobre o poeta seu tio — *António Nobre e as grandes correntes literárias do século XIX*”.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

políticos entre António Luís Gomes e o seu filho ou Homem Cristo que confessaria a intercessão de António José de Almeida para essa indigitação³³.

Conquanto, mesmo que se procure avaliar estas escolhas como um meio da 1.^a República salvaguardar os interesses nacionais em organismos públicos, que peso político deteriam dois jovens despolitizados como António Luís Gomes e Ferreira Nobre? Como consentir o ingresso a Teixeira Rego com meras habilitações liceais relativamente a outros candidatos e uma obra que começava a despertar as atenções? Ou mesmo como olvidar as acusações da presença de Mendes Correia, cujo silêncio na defesa da restauração da escola continua a surpreender, junto de Paiva Couceiro nesses dias da “Monarquia do Norte”? Por sua vez, as comissões de serviço para desempenho de cargos políticos cooperaram para o agravamento do absentismo destes professores³⁴, Lúcio dos Santos jamais cumpriu um ano letivo completo em funções e Homem Cristo renunciou como deputado durante a sua altercação³⁵, obrigando a uma polivalência de saberes entre professores para se substituírem entre si e prejudicando o ritmo dos trabalhos escolares como era noticiado e comentado pela cidade.

Por fim, uma certa manipulação política em favor da instituição, em particular, na forma como se conduziram as nomeações para o topo da carreira de Leonardo Coimbra e a dos decanos dos grupos de ensino, nestes habilmente excluindo do júri externo os mais que presumíveis arqui-inimigos conimbricenses. A tentativa de dissimular a “campanha Homem Cristo” numa perspetiva de calúnias e difamações pessoais, que acabaria embargada pela maioria dos governos no poder durante a 1.^a República, aparentemente

³³ A escolha de Hernâni Cidade permanece ainda como uma incógnita, uma vez que nada se refere em concreto na imprensa da época, em escritos memorialísticos ou nas abordagens dos seus estudiosos. Uma forte possibilidade poderá ter sido a sua recomendação por Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, camaradas dos tempos do Corpo Expedicionário Português, membros fundadores da “Renascença Portuguesa”.

³⁴ À parte de José de Bragança no ministério do Trabalho (1925), todas estas passagens por cargos governativos centraram-se no ministério da Instrução Pública. Leonardo Coimbra na segunda passagem como ministro e com Damião Peres como seu secretário (1922-1923), Ferreira Nobre no mesmo cargo durante o último mandato de seu pai (1922) e Newton de Macedo como chefe de gabinete de João Camoegas (1925).

³⁵ Lúcio dos Santos esteve ausente nas funções de deputado (1919-1922) e de diretor dos serviços de instrução do Estado da Índia (1922-1926), tendo apresentado atestado de doença e exilando-se no Brasil, após o desaire da “Revolta de Fevereiro de 1927”, altura em que Homem Cristo retomou a docência até à aposentação em 1930.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

nunca apreendido o seu real significado entre a opinião pública, como testemunhou Abel Salazar:

Parece realmente que se começa a estabelecer no público uma corrente contra certos factos universitários, que é um bom sintoma. A intromissão da política na vida universitária, as nomeações à matroca de professores, começam a causar reparo. O escândalo tremendo que rebentou na Faculdade de Letras (ver os últimos números do *D'Aveiro* e outros jornais) causaram uma grande impressão no público e na imprensa [...]. Seria um momento oportuno para obter a supressão da Faculdade de Letras e da célebre lei que a criou e recrutou. (Coimbra, 2006: 61)

Depois a concessão institucional dos graus de “doutor em Letras” à mudança dos ventos políticos, em vésperas e no imediato à *revolução de 28 de maio de 1926*, como forma de tentar certificar e defender as carreiras académicas destes professores; simbolizado também pelo afastamento estratégico de Leonardo de Coimbra na direção escolar para Damião Peres (1926-1930) e Pires Cardim (1930-1931), figuras de maior pendor cultural do que político, embora a maioria destes elementos acabe por se afastar gradualmente das lides políticas após o fracasso do movimento reviralthista ao qual deram o seu apoio inicial³⁶. Não que com isto se queira negar o valor científico deste corpo docente e do seu labor na “Renascença Portuguesa” ou na insigne *História de Portugal: edição monumental*, idealizada e coordenada pelo segundo diretor com colaboração destes colegas nos seus primeiros volumes (1928-1954). Mas, talvez, o merecido reconhecimento dos seus pares tenha sido algo precoce para uma época em que a sua produção intelectual despontava...

As singularidades das carreiras académicas dos professores na 1.^a FLUP terão influído profundamente nas políticas educativas para a Universidade em Portugal, após a década de 1920 e durante o Estado Novo, tanto num plano nacional como local. O primeiro por uma reconfiguração dos normativos para a profissionalização deste magistério nos sistemas educativos superior e universitário, passando-se de um austero controlo a uma ligeira flexibilização entre as versões do “Estatuto da Instrução

³⁶ Com destaque óbvio para Leonardo Coimbra, que se filia no Partido Republicano da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos (1925), mas também Lúcio dos Santos, Aarão de Lacerda, Francisco Newton de Macedo, Teixeira Rêgo e o próprio Hernâni Cidade. No espectro contrário, só Mendes Correia irá revelar-se um fervoroso apoiante do Estado Novo.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n.º 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

Universitária” de 1926 e o de 1930, que vigorou até à *revolução democrática de 1974*. Por exemplo, da obrigatoriedade de provas públicas para a ascensão às cátedras ou do mero estatuto de contratado para individualidades fora dos meios universitários, restituiu-se o recrutamento por convite a estes últimos como professores catedráticos, desde que reconhecida a sua excelência demonstrada pelo seu *curriculum vitae*.

Já na U. Porto a realidade ulterior não foi tão benigna após este exemplo transitório da 1.^a FLUP, com as vulnerabilidades no seu desenho institucional a alimentar uma imagem académica funesta, obstruindo os diversos pedidos do senado universitário e dos reitores para a sua restauração. As lacónicas respostas vindas do ministério da Educação Nacional desculpabilizavam-se com as circunstâncias a tal não o recomendarem, particularmente em termos financeiros, reconhecendo algumas resistências político-académicas a essa pretensão. Em especial, contrariadas por Amândio Tavares e o seu patrocínio à criação do Centro de Estudos Humanísticos, sob supervisão de Luís de Pina, em 1947, comprovando a importância do estudo universitário das ciências sociais e humanas e apaziguando antigas quezílias com a participação de antigos professores e alunos da extinta escola, dos professores das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, etc.

Invocações convenientemente branqueadas no preâmbulo da “criação” da (segunda) Faculdade de Letras em 1961³⁷, sem uma única referência a esse complexo passado educativo dos últimos trinta anos, realçando antes o exemplo internacional de ampliação da formação humanística e as necessidades internas pela sua procura estudantil e da formação de professores para os ensinos secundário e técnico. Uma 2.^a FLUP que se estreará desfalcada na sua oferta educativa – somente as licenciaturas em História e Filosofia e o curso de Ciências Pedagógicas – considerando “as dificuldades que oferece o recrutamento de pessoal docente para outros ensinos, bem demonstradas nas Faculdades de Coimbra e de Lisboa”.

Uma proposição que define uma clara distinção entre as duas Faculdades de Letras do Porto na constituição do seu quadro docente, circunscrito ao cumprimento escrupuloso da legislação universitária por via de concursos públicos para os futuros professores e até

³⁷ “Decreto n.º 43 864, de 17.08.1961”, *Diário do Governo*, I série, n.º 190.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

para os encarregados de curso, obrigando a protelar a sua abertura por um ano letivo. Plácito não inteiramente acolhido pelos discípulos sobreviventes e que a decisão do coetâneo Sant'Anna Dionísio em se apresentar a provas públicas perante um júri académico, para professor extraordinário de Ciências Pedagógicas em 1962, por muitos foi considerado um ultraje ao espírito de liberdade educativa em que tinham sido doutrinados. Axiomaticamente, a sua reprovação oficial consagrou para estes guardiões da memória a abjuração de qualquer vínculo magistral com a escola original, no que concerne à centenária história institucional da(s) Faculdade(s) de Letras do Porto.

Bibliografia:

ALVES, Jorge Fernandes (2012), *A Universidade na República, a República na Universidade: a UP e a I República (1910-1926)*, Porto, U. Porto Edições.

ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014), “(Primeira) Faculdade de Letras do Porto” in Maria Fernanda Rollo (ed.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo - Vol. 2*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 11-14.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2008), *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação á revolução*, Tese de Mestrado em História da Educação, Porto, Universidade do Porto.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2015), “«Entrar pela janela em vez da porta!»: excecionalidades republicanas da 1.^a Faculdade de Letras do Porto (1919-1931)” in Maria Fernanda Rollo & António Rafael Amaro (coord.), *República e Republicanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 411-419.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2016), “A 1.^a Faculdade de Letras do Porto na «campanha Homem Cristo»: o arauto de uma fatalidade prenunciada”, *História - Revista da FLUP*, IV Série, vol. 6, pp. 57-69.

ARAÚJO, Francisco Miguel (2017), “Urbano Canuto Soares (1894-1965): peripécias de uma carreira luso-brasileira” in Eliana Brites Rosa & Maria Emília Prado (org.), *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, Rio de Janeiro, Rede Sirius, pp. 1-20.

BAPTISTA, Pedro (2010), *A Pluralidade na Escola Portuense de Filosofia*, Lisboa, INCM.

BAPTISTA, Pedro (2012), *O milagre da Quinta Amarela*, Porto, U. Porto Edições.

Francisco Miguel Araújo - Singularidades das carreiras docentes universitárias na 1.^a Faculdade de Letras do Porto: entre alegorias e infâmias no seu centenário- História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n^o 1. 2019. 50-71. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a2

CARVALHO, Paulo Archer de (2015), *Uma autobiografia da razão: a matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

CIDADE, Hernâni (1962), “O singular concurso dos professores da extinta Faculdade de Letras do Pôrto”, *Pôrto Académico: no cinquentenário da fundação da Universidade do Porto e do Orfeão Académico*, p. 37.

COIMBRA, António (2006), *Abel Salazar: 96 cartas a Celestino da Costa*. Lisboa, Gradiva.

FAVA, Fernando Mendonça (2008), *Leonardo Coimbra e a I República*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

HOMEM, Armando de Carvalho (1991), “A história que nos fez e a história que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, *Revista de História – Centro de História da Universidade do Porto*, volume XI, pp. 227-240.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (2012), “Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto” in Vítor Neto (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Almedina, pp. 457-469.

PERES, Damião (1954), *História de Portugal: suplemento I*. Porto, Portucalense Editora.

PINA, Luís de (1966), “Faculdade de Letras do Porto (Breve História)”, *Cale: revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, pp. 59-172.

RAMOS, Luís de Oliveira (2011), “A primitiva Faculdade de Letras do Porto e a Universidade de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. XLII, pp. 95-108.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos (1990), *A Renascença Portuguesa: um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

TORGAL, Luís Reis (2011), “A Faculdade de Letras de Coimbra. Uma escola universitária na República”, *Biblos*, vol. IX, pp. 33-69.

VILAÇA, José (1962), “Rápidas imagens daquele tempo”, *Pôrto Académico: no cinquentenário da fundação da Universidade do Porto e do Orfeão Académico*, pp. 25-26.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

Leonardo Coimbra e a política do seu tempo

(antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP)

Leonardo Coimbra and the politics of his time

(an anthology of a referential text written by a former student of the first phase of FLUP)

Leonardo Coimbra et la politique de son temps

(anthologie d'un texte de référence écrit par un ancien étudiant de la première phase de la FLUP)

Leonardo Coimbra y la política de su tiempo

(antología de un texto referencial de la autoría de un antiguo estudiante de la primera fase de la FLUP)

Álvaro Ribeiro (1905-1981)

Resumo: A memória de textos que identificam os debates desenvolvidos aquando da criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), justifica, no ano da comemoração do seu centenário, a escolha de um texto incontornável de Álvaro Ribeiro, que reflète a história dos seus inícios e da personalidade que lhe ficou para sempre ligada – Leonardo Coimbra.

Palavras-chave: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, memória, Álvaro Ribeiro, Leonardo Coimbra.

Abstract: During the creation of the Faculty of Letters of the University of Porto (FLUP), the memory of texts that identify the debates developed about its foundation, justifies, in the year of its centenary' commemoration, the choice of an unavoidable text wrote by Álvaro Ribeiro, which reflects the history of its beginnings and the personality that was forever related with the Faculty - Leonardo Coimbra.

Key-words: Faculty of Arts of the University of Porto, memory, Álvaro Ribeiro, Leonardo Coimbra.

Résumé: La mémoire de textes identifiant les débats développés lors de la création de la Faculté des Lettres de l'Université de Porto (FLUP) justifie, en cette année de commémoration de son centenaire, le choix d'un texte incontournable de Álvaro Ribeiro, qui reflète l'histoire de son les débuts et la personnalité qui a toujours été liée à lui - Leonardo Coimbra.

Mots-clés: Faculté de Lettres de l'Université du Porto, mémoire, Álvaro Ribeiro, Leonardo Coimbra.

Resumen: La memoria de textos que identifican los debates desarrollados en la creación de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto (FLUP), justifica, en el año de la conmemoración de su centenario, la elección de un texto ineludible de Álvaro Ribeiro, que refleja la historia y la personalidad que le quedó para siempre ligada - Leonardo Coimbra.

Palabras clave: Facultad de Letras de la Universidad de Porto, memoria, Álvaro Ribeiro, Leonardo Coimbra.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

Nota Introdutória

Na circunstância da evocação do centenário da criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada em 1919, justificava-se apresentar nesta *História – Revista da Faculdade de Letras* um testemunho vivido desse tempo histórico e dos seus protagonistas, um texto que nos permitisse entrever as representações e interpretações desse processo estranho e complexo da fórmula de criação desta Faculdade na sua primeira fase de atividade (1919-1931), como fonte para novas interrogações e/ou inquietações, conduzindo o leitor ao clima cultural, social e político desse tempo de imediato pós-guerra, de “crepúsculo do republicanismo” (segundo Álvaro Ribeiro, 1905-1981), de confronto com velhas posições e com novas ideologias então emergentes.

Vários dos antigos alunos da FLUP primitiva deixaram textos relevantes, sinalizando a diferença da FLUP no meio universitário. De entre as várias possibilidades para antologia, recaiu a escolha num texto luminoso de Álvaro Ribeiro, um texto incontornável para quem quiser conhecer a história dos inícios da FLUP e da personalidade trágica que lhe ficou para sempre ligada – Leonardo Coimbra. Um texto maior, sublime! Um texto que se não revê como hagiográfico, conciso para a brevidade dos dias que correm, mas com uma capacidade analítica e de síntese que torna a sua leitura obrigatória por todos os que de alguma forma têm ligação com a FLUP ou que questionam a díade Universidade/Liberdade.

Trata-se do texto de Álvaro Ribeiro – “Leonardo Coimbra e a política do seu tempo”, extraído da obra coletiva *Leonardo Coimbra. Testemunhos dos seus contemporâneos*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1950 (pp.137-150). Conforme nota dos organizadores a anteceder o prefácio, “este livro, de evocação e estudo, foi planeado pelos amigos e discípulos do pensador na data da sua morte, e coligido por uma comissão de iniciativa constituída por A. Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Sant’Anna Dionísio”. Com efeito, cerca de 15 anos após a trágica morte de Leonardo Coimbra, em acidente de automóvel (1936), alguns dos seus antigos alunos, já nomes relevantes da filosofia, reunidos para a evocação do mestre nos anos cinzentos do salazarismo, apostaram na publicação de um livro de homenagem /de reparação, reunindo quarenta textos que, de forma diversa, revivem a imagem do antigo mestre, na certeza de que “a passagem do espírito de Leonardo Coimbra por esta velha terra que se

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

chama portuguesa foi um grande relâmpago que abriu fundas perspectivas universais por cima dos horizontes achatados dentro dos quais usualmente nela se vive e morre” (do Prefácio, p.11).

Leonardo Coimbra (1883-1936), natural da Lixa, Felgueiras, ocupa um espaço indiscutível na dinâmica da nova FLUP, arrostando, enquanto ministro da Instrução Pública, com a proposta algo errática da sua criação, em 1919, para depois ser o seu primeiro diretor efetivo e o grande mentor de novas fórmulas pedagógicas, ainda que não isentas de crítica, com a sua obra a suscitar múltiplas reflexões da filosofia contemporânea. Por sua vez, Álvaro Ribeiro (1905 - 1981), natural de Miragaia, Porto, foi aluno da fase inicial da Faculdade de Letras do Porto, concluindo o curso de Ciências Históricas e Filosóficas em 8.7.1931. Discípulo de Leonardo Coimbra, viria a ser um dos mais representativos filósofos portugueses, embora seguindo caminhos próprios, surgindo como um dos fundadores do movimento *Filosofia Portuguesa*. São múltiplas obras, em várias das quais se podem encontrar referências a professores e práticas da fase primitiva da Faculdade de Letras, evocando especialmente Leonardo Coimbra. De resto, a Leonardo Coimbra e à criação da FLUP haveria de voltar Álvaro Ribeiro na sua última obra, *Memórias de um Letrado* (3 volumes, 1977-1980), nomeadamente com uma análise penetrante do debate parlamentar a esse respeito. Ambos os autores têm edições recentes das suas “obras completas” ou recolhas de dispersos, disponibilizando-se dessa forma aos estudiosos o manancial dos seus escritos.

O texto de Álvaro Ribeiro, que aqui se disponibiliza (também integrado no volume I dos seus *Dispersos e Inéditos*, p. 395-405, compilado e anotado por Joaquim Domingues) pretende tão só dar um sinal de leitura para a evocação do ambiente cultural e político em que emergiu a FLUP, usando simultaneamente a evocação de um docente mítico da FLUP, bem como o texto que nos remete para a obra um dos seus mais destacados alunos, de resto, um exemplo da plêiade de intelectuais que beberam os princípios da investigação e da reflexão nos bancos dessa Escola. Resta dizer que a recolha do texto se baseia no referido volume *Leonardo Coimbra. Testemunhos dos seus contemporâneos* (pp.137-150), respeitando a grafia e notas do autor.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

Leonardo Coimbra e a política do seu tempo

«Se, para ser republicano, é necessário não acreditar em Deus, então não serei republicano.»¹

Leonardo Coimbra

Leonardo Coimbra concebera a filosofia, não como actividade suficiente que responde a todo os anseios da humanidade, mas como intermediária entre a ciência e a religião; por isso representou entre nós a crise espiritual da primeira metade do século xx, dando-lhe uma expressão tão rigorosa como eloquente.

No fim do século passado, a opinião de que o atraso da cultura filosófica em relação à cultura científica explicava a falência de sistemas especulativos, como, por exemplo, a admirável construção hegeliana, foi opinião que estimulou o aprofundamento dos estudos epistemológicos, cujos resultados avultam entre as obras mais significativas do novo século. Não foram, porém, os pensadores mais ousados para além da epistemologia, e, como não concluíram pela renovação da problemática moral e metafísica a obra felizmente começada, apenas denunciaram uma inevitável carência que, uma vez enunciada e explícita, resulta num apelo à complementaridade da religião.

Leonardo Coimbra recebera do ensino universitário as disciplinas científicas que o habilitaram a acompanhar a epistemologia francesa, talvez a ultrapassá-la, e a elaborar trabalhos filosóficos que, desse ponto de vista, resistiram a todas as críticas dos escritores contemporâneos. Mas o demasiado crédito que Leonardo Coimbra concedera à epistemologia francesa estendera-o também à escola positivista de sociologia que teve por mestre muito venerado o etnógrafo Emílio Durkheim. Enfrentou assim uma dificuldade que nunca poderia vir a ser inteiramente vencida pela dialéctica do criacionismo: a de *conciliar a sociologia atéista com a teologia crista*; por isso, alguns trechos dos livros do filósofo português – aqueles em que Deus e a Sociedade aparecem como termos de

¹ CF. “Seara Nova”, n.º 939, 11-VIII-1945, pág. 246, in artigo intitulado *Positivismo e esclarecimento positivo*, de Sant’ Anna Dionísio.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

correlação instável – encontram-se envolvidos por uma obscuridade que resiste ao engenho dos intérpretes e dos expositores.

Substituindo, porém, esses termos por outros mais concretizados, que são a Igreja e o Estado, claramente se vê que a relação entre eles necessariamente depende do modo de conceber a finalidade da vida humana, e de resolver o problema da morte. Leonardo Coimbra aperfeiçoava incessantemente o seu cristianismo; a política teria, pois, de acompanhar a filosofia; e sabemos já qual o seu progresso: da ciência para a religião, da falsa ciência que é a sociologia para o saber mais autêntico que é dado na teologia.

Um sentimento de apostolado cristão, e uma imagem demasiado moderna do melhor ideal de santidade, impeliam ou atraíam a personalidade do filósofo para a actividade política, e Leonardo Coimbra voluntariamente aceitou a sujeição a que se destina todo o homem público. Os actos de Leonardo Coimbra estiveram, por isso, ao alcance da crítica do vulgo, e, assim como de costume, este julgou e condenou o que não compreendeu.

A ignorância dos ciclos morfológicos, frequente nos homens vulgares, é viciosa naqueles que sofreram a disciplina do intelectualismo francês, e parece inveterada nos que se julgam mais cultos; a essa ignorância corresponde, na prática, a intolerância para com os homens que sinceramente exprimem a normal deslocação para diferentes pontos de vista, à medida que se efectua o progresso de idade para idade; e Leonardo Coimbra, porque nunca fizera voto de obediência perpétua a qualquer doutrina política, porque aceitava por método o livre pensamento, sofreu a injúria dos sectários que iam ficando *fiéis*, até à morte, aos meridianos ideológicos que o filósofo teria necessariamente de ultrapassar.

O estudante Leonardo Coimbra, que apareceu no comícios a fazer discursos incompreensíveis, impressionava pela contradição mas tornou-se em breve uma das figuras mais populares entre os habitantes da cidade do Porto. Um corpo varonil de atleta suportando um rosto de adolescente, vestindo capa-e-batina de origem jesuítica com gravata «à Lavalliere» de simbolismo boémio, um revolucionário do grupo mais temível proferindo tolstoianas palavras de esperança

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

e amor: tal era a tríplice contradição, impressionante e ofensiva para a burguesia portuense.

O velho burgo do Porto, sempre na defensiva de um radicalismo sério, ordeiro e pacato, e de um moralismo ferozmente apegado ao conceito da honestidade, – de honestidade masculina e feminina, – via no anarquismo um aspecto demasiado apressado, aguerrido e declamatório, de uma transformação social que deveria ser feita no decurso lento dos séculos. Os anarquistas eram, na terminologia de então, os *avançados*.

O anarquismo corresponde ao pessimismo da adolescência, e nessa correspondência encontra fundamento a sua parcela e verdade. A doutrina anarquista consiste na obstinada afirmação de que nenhum governo, nenhum regime político, satisfará jamais as generosas aspirações humanas. A posição anarquista é instável, e o desenvolvimento da doutrina, promovido por desesperada oposição ao existente, ou mergulha na negridão do crime, alcunhado de acção directa, ou ascende à candura do misticismo, numa evasão da vida social. Quem conhecer algumas das venerandas figuras de sobreviventes da propaganda anarquista no nosso país, reconhecerá nesses simpáticos anciãos a perenidade da adolescência: o olhar ainda brilhante e o sorriso sempre bondoso como sinais de acolhimento a renovadas expressões de idealismo utópico que condene, em toda a extensão, a condição política em que o homem, segundo Aristóteles, é obrigado a viver.

A proclamação da República, como que despertasse o povo para o chamar à realização do sonho, reconciliou muitos dos acratas com o aspecto irracional da actividade política, e Leonardo Coimbra, julgando possível inserir valores espirituais nas instituições que iriam ser remodeladas, transitou de anarquista a republicano. A colaboração prestada à acção cultural da *Renascença Portuguesa* – sociedade de que Leonardo Coimbra foi um dos mais activos colaboradores, embora não compartilhasse da doutrina que a caracterizava e fundamentava, sociedade que a custo se manteve independente dos partidos políticos, – demonstra que o antigo anarquista não ambicionava o poder e que, se alguma autoridade reconhecia, era a de essência espiritual.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

A acusação de ter sido anarquista foi inúmeras vezes proferida contra Leonardo Coimbra pelo vulgo que não admitira, não esquecera, nem perdoara a transformação que se tinha dado na alma do pensador. Ouvimos a injúria durante a última campanha eleitoral em que Leonardo Coimbra interveio com o fogo da sua eloquência. Estava o orador criticando as doutrinas extremistas quando um dos ouvintes, num ímpeto de exaltação, interrompeu o discurso com a imprecação conhecida:

- Mas V. Ex.^a também já foi anarquista! ...

Leonardo Coimbra, habituado a dominar a agitação das turbas pelos raros dotes de orador, não se intimidou com os sussurros, replicou serena e prontamente:

- Sim, senhor. Também mamei, também gatinhei, mas, palavra de honra, não fiquei toda a vida a andar a quatro patas. E agora que tenho os braços livres para os erguer em prece, dou graças a Deus por me ter feito à sua imagem e semelhança.

Uma salva de palmas abafou os murmúrios, e, depois dos aplausos, o pensador respeitado continuou a sua oração magnífica.

Outra injúria que, de certo modo, completava a primeira, era disseminada em forma de boato e consistia em anunciar, para breve, a nomeação de Leonardo Coimbra para um dos melhores lugares de confiança do Governo da República, e entre esses, avultavam o de Embaixador no Rio de Janeiro, em Madrid ou no Vaticano. Sabia-se quanto o filósofo se desgostaria ao ver-se afastado da missão de educador, sabia-se que Leonardo Coimbra não poderia aceitar cargos públicos em que dificilmente exprimiria a vontade do povo; mas o boato vingativo daqueles que condenaram o homem superior ao ostracismo, ia fermentando num ambiente de insultos e de injúrias.

A República que o povo sonhara durante a propaganda não se realizou, e o desmentido veio confirmar mais uma vez o pessimismo dos anarquistas. Os próprios escritores republicanos ficaram desiludidos no decurso dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e, de certo modo, inconcordes com as instituições que não correspondiam às doutrinas propagadas. O novo regime ficaria juridicamente estruturado nos moldes do constitucionalismo anglo-francês, e desse

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

modo iria entravar o andamento da revolução democrática.

Os republicanos enfrentam uma crise ideológica que exteriormente se manifesta pela multiplicidade dispersiva dos jornais políticos e pela falta de livros onde a doutrina continuasse a ser renovada em expressão vernácula e deduzida de princípios filosóficos; as consequências necessárias de uma crise desta ordem reflectiram-se nas gerações mais novas, e os estudantes universitários foram pouco a pouco aceitando as doutrinas propagadas nos livros das correntes opositoras.

É durante esta crise que Leonardo Coimbra expõe e desenvolve uma doutrina democratista, um pensamento político original e autónomo, que inteiramente se distingue do republicanismo dos seus contemporâneos e partidários. Raras vezes se prestou devida justiça à iniciativa isolada deste doutrinador.

O pensamento criacionista afirma a liberdade humana e garante-a por um personalismo monadológico; a mesma filosofia preconiza o acordo social das vontades na decisão política e na aceitação da escala de valores que culmina em Deus; mas indefine, reduz ou anula qualquer relação hierárquica na ordem dos espíritos humanos. Leonardo Coimbra defendia um republicanismo democratista. República significava não só *o bem de toda a Nação*, o que não pode ser confiado a uma sociedade particular de qualquer ordem ou grau, e muito menos a uma família nobre, mediante eleição em cortes gerais, mas ainda o que deve estar aberto à crítica do que sem distinção se chama «público». Democracia é um regime, que dos outros se delimita e define, pela significação etnológica atribuída à palavra *povo*. O povo era mais bem representado pelo aldeão e pelo vilão do que pelo cidadão, e assim o democratismo situa-se, de princípio, em oposição ao sindicalismo urbano. Aos governantes competiria auscultar a vontade do povo, dar-lhe expressão racional e execução técnica, para o que deveriam ser altas consciências em humilde atitude de ligação com Deus.

Não era, porém, esse aspecto o que na administração pública se observava. Assim, o filósofo é levado a escrever:

«Quanta mulherzinha do povo eu tenho visto pôr o universal nas suas acções, enquanto os grandes magistrados da minha República nelas colocam os seus

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

retóricos interesses de vaidade!»²

A doutrinação oral e escrita de Leonardo Coimbra contradizia e contrariava o decurso da política nacional, justamente porque o filósofo se mantinha fiel ao ideal republicano, cuja expressão renovava. Argumentava com uma transposição do platonismo: – a distância inevitável entre as ideias puras e as suas projecções num mundo maculado pela matéria, distância que só poderia ir diminuindo pelo esforço do humano amor. Assim explicava a parcela de verdade que cabe ao pessimismo anarquista, e deste modo conseguiu atrair ao ideal republicano as almas inquietas de muitos adolescentes que tendiam a abraçar as doutrinas fáceis de oposição crítica ao espectáculo desolador de uma política degenerada.

Faltava, porém, a Leonardo Coimbra uma adequada inteligência da civilização medieval, porque a cultura do filósofo era predominantemente moderna; não há na obra do escritor, uma única referência à *Monarquia* de Dante; Leonardo Coimbra não pudera intuir a significação republicana da Nobreza, porque nascera no século décimo nono. Embora percebesse a insignificância profana do regime *representativo* (porque a mecanização regulamentar iria atingir a caricatura: em tudo presidentes com cátedra, secretários com livros de actas, direcções, conselhos fiscais e assembleias gerais, numa confrangedora uniformidade de nomenclatura que parece indiferente à finalidade da instituição), não reconheceu porém no Exército, na Universidade e no Sacerdócio, com as suas hierarquias irredutíveis a corpos gerentes de sociedades civis, o testamento de uma alta verdade. E no entanto (coisa estranha!...) Leonardo Coimbra não desejava uma república moderna, quer dizer, burguesa, de forma capitalista ou socialista, em que o poder fosse concreta ou discretamente atribuído às entidades representativas da actividade económica, desde o sindicato operário à mais alta finança; mas como se explica, num filósofo atento ao sobrenatural e à graça, esta menor atenção ao significado republicano do Exército, da Universidade e do Sacerdócio?

Enigma histórico nos parece hoje que o nome de Leonardo Coimbra, embora não estivesse inscrito em qualquer dos partidos políticos, tivesse sido indicado para o Ministério da Instrução Pública num período de interregno parlamentar. Quem

² Leonardo Coimbra, *A Luta pela Imortalidade*, Porto, 1918, pág. 61.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

quer que fosse o eleitor, teve ele uma intuição felicíssima, porque só um filósofo poderia aproximar a República Portuguesa do obsidiante arquétipo platónico. A passagem de Leonardo Coimbra pelo Ministério da Instrução Pública foi rápida e fulgurante; em poucas semanas de governo enfrentou vários e efémeros problemas de administração escolar mas dedicou-se principalmente ao do ensino superior da filosofia numa luta contra todas as forças de oposição; publicou um decreto que dava melhor constituição ao grupo de ciências filosóficas nas Faculdades de Letras, e nomeou professores para as novas cadeiras; transferiu para a Universidade do Porto a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que manifestara insubmissão. A agitação política em torno destes actos do Governo ficou conhecida pelo nome de questão *universitária*, e deu motivo a que Leonardo Coimbra proferisse na Câmara dos Deputados a sua obra-prima de eloquência parlamentar.

Leonardo Coimbra perdeu a questão universitária. Nem a Faculdade de Letras foi transferida de Coimbra para o Porto, nem foi dada execução à reforma dos estudos filosóficos. A cidade do Porto, berço do Infante D. Henrique, obteve, porém, um benefício para a sua Universidade: a existência de uma Faculdade de Letras, de que Leonardo Coimbra foi mestre, ou melhor, grão-mestre.

Leonardo Coimbra teve de passar pelo *ministério* para chegar ao *magistério*, e para reconhecer que a escala de valores consentida pelos políticos seus contemporâneos estava na razão inversa da ordem tradicional.

A questão universitária prolongou-se numa campanha de descrédito contra a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A principal arguição consistia em dizer que os professores nomeados não tinham sido submetidos a provas de concurso, com a agravante de alguns nem possuírem curso, o que, a juízo dos ignaros, representava incompetência legal e profissional. Era frequente, sempre que o Partido Republicano Português deixava aos outros partidos a experiência do poder, logo soar o boato ou ser publicada a notícia de que, dessa vez, seria resolvido pela extinção o «escândalo» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com a extinção da Faculdade de Letras, e da pequena ou grande paixão política dos seus detractores, tais argúcias que não tinham fundamento intelectual perderam significado e valor.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

Quanto a nós, o que houve de sério, mas talvez por isso mesmo subconsciente e tácito na significativa questão universitária, foi o protesto da Universidade de Coimbra contra mais um acto de quebra de uma tradição venerável. Efectivamente, assim como a tradição apostólica é garante da hierarquia eclesiástica, também a hierarquia universitária não pode ser adulterada por um acto simples do legislador. Toleramos o sorriso que castiga o aspecto ridículo a que chegaram os graus académicos de *bacharel*, *licenciado* e *doutor*, agora que são obtidos mediante exames, – a um dos quais se denominou «de aptidão», – na presença do público mais ou menos insciente; atribuímos à Universidade de Coimbra a responsabilidade da profanação progressiva que viria a permitir a constituição de faculdades universitárias pelo processo leigo de fabricar escolas técnicas; mas compreendemos a ordem universitária no plano mais sério das instituições tradicionais e desejamos que seja restaurada pelo seu valor de actualidade.

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto seguiu, nos primeiros anos, a direcção de Leonardo Coimbra que procurava aproximá-la do paradigma de uma Faculdade de Filosofia, quebrando pela magia da eloquência a cadeia dos regulamentos escolares em vigor. Não havia programas nas disciplinas regidas pelo grão-mestre; mas se cada aula tinha o encanto do inaudito, com surpresa íamos verificando que as orações magistrais se articulavam umas nas outras, formando uma escala sistemática cuja transcendência não nos era ainda dado acompanhar; não havia livro adoptado, nem possibilidade de elaborar «sebenta», porque não podíamos sequer redigir apontamentos enquanto seguíamos, deslumbrados, os voos místicos do orador; e assim, com afastar-nos violentamente do que em didáctica deveria já estar proibido por lei, Leonardo Coimbra obrigava cada um de nós a reconstituir de memória a lição ouvida e a investigar pessoalmente na selva da bibliografia. Os exames não assumiam a forma vexatória do interrogatório, em que o professor arbitrariamente domina as zonas de ignorância do aluno, mas constituíam provas eloquentes de que o discípulo, concordante ou discordante do mestre, se encontrava apto a resolver os problemas filosóficos.

Havia no exercício pedagógico de Leonardo Coimbra súbitas manifestações

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

de negação e de desdém para com as «ideias feitas», definitivamente adquiridas e solidamente estabelecidas, e nós, alunos, perturbados, vencidos, emudecidos, não víamos bem a relação dos arroubos místicos com a didáctica provocadora. A verdade é que Leonardo Coimbra, reconhecendo em muitos dos seus alunos a ausência de *vocação* filosófica, chegava sem violência à *provocação*; aplicava assim, ao ensino universitário, o célebre preceito de Miguel Unamuno, mencionado na *Vida de D. Quijote y Sancho*

«Hay espíritus menguados que sostienen ser mejor cerdo satisfecho que no hombre desgraciado, y los hay también para endechar a la que llaman santa ignorancia. Pero quien haya gustado la humanidad la prefiere, aun en lo hondo de la desgracia, a la hartura del cerdo. Hay, pues, que desasosegar a los prójimos los espíritus, hurgándoselos en el meollo, y cumplir la obra de misericordia de despertar al dormido cuando se acerca um peligro o cuando se presenta a la contemplación alguna hermosura. Hay que inquietar los espíritus y enfusar en ellos fuertes anhelos, aun a sabiendas de que no han de alcanzar nunca lo anhelado.»³

Leonardo Coimbra soubera o que de análogo existe entre a pedagogia e a filosofia, mas à medida que do seu mestrado ia fazendo um sacerdócio, reconhecia também a identidade entre educação e religião. Esta antiga verdade, que a gradual profanação da cultura tem repellido para a treva do esquecimento, subiu à memória de Leonardo Coimbra, mas articulada já pelo verbo evangélico. A ética de Leonardo Coimbra assenta no primado do amor, de um amor a que a morte se opõe roubando o ente amado e que por isso irá adquirir mais nítida configuração humana no trânsito do banquete platónico para a ceia cristã. A reflexão sobre o pensamento de Santo Agostinho e a meditação sobre o apostolado de São Francisco de Assis alimentaram e robusteceram o cristianismo do filósofo português. Orador por temperamento, Leonardo Coimbra que em diversos passos dos seus livros alude ao ritual do amor, não atribuía, porém, à vida sacramental e litúrgica a significação que lhe é dada pelo catolicismo. Estranha incoerência, porque toda a afirmação ética que fosse susceptível de contradição ôntica era para Leonardo Coimbra considerada deficiente

³ MIGUEL DE UNAMUNO, Vida de D. Quijote y Sancho. Livro II, cap. VII, pág. 147 da edição Austral. Buenos-Aires, 1945.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

e portanto falsa, dito que os juízos de existência devem garantir os juízos de valor.

Quando foi pela segunda vez Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra que desde 1919 se encontrava inscrito no Partido Republicano Português, deixou de proceder em obediência à doutrina partidária, preferindo subordinar a política ao seu pensamento filosófico. Não poderia ser, portanto, a superstição do liberalismo jurídico, como algumas vezes se disse, fundamento válido para que o ministro Leonardo Coimbra defendesse a liberdade de ensino da religião nas escolas particulares; aliás, a opinião pública não se modificaria em ondas de ódio para discutir pormenores de administração escolar; a questão era muito mais séria, e sobretudo muito mais complexa, como testemunham os depoimentos dos escritores contemporâneos. Estavam em discussão os próprios «direitos do homem». O primeiro *direito* do homem, – para empregarmos a linguagem jurídica, – é o de prestar culto a Deus pela forma que livremente escolher; diríamos que o segundo é o da eleição do cônjuge, se não nos quiséssemos afastar do nosso tema; mas calaremos o terceiro. Ainda que todos os outros direitos tenham de ser restringidos, o do culto a Deus deve ser de todos o mais amplo, aquele que não pode ser cerceado por processos de violência ou de astúcia. É evidente que o culto está relacionado à cultura; por isso lamentamos a obstinada negação dos contemporâneos, dominados pelo positivismo.

A questão política levantada por Leonardo Coimbra teve interesse público, que explicamos não pelos argumentos momentâneos dos litigantes, mas pelo clarão que permitiu rememorar comparativamente as formas de intolerância religiosa e anti-religiosa.

Leonardo Coimbra perdeu a questão do ensino religioso Teve de abandonar o ministério, e, com ele, a popularidade, a confiança e os votos dos seus partidários. Leonardo Coimbra, dizia-se, perdera o *prestígio*. As injúrias, as calúnias e os insultos puderam então circular sem impedimento; o homem público era com toda a leviandade julgado pelos mais vis e pelos mais ignaros, em nome da liberdade da crítica e da igualdade na cidadania; todo o mérito do filósofo – tanto na intelectualidade como na eticidade – foi posto em dúvida, e guardado apenas por um pequeno grupo de amigos e de discípulos.

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

Ia-se aproximando o fim do primeiro quartel do século. O descontentamento perante as instituições republicanas tendia para o limite malsão do desespero, e atingira o próprio republicanismo, que deixou de ter teóricos e intérpretes no nosso país, como haviam sido Fernando Pessoa e Teixeira de Pascoais. A doutrinação política que, numa ou noutra revista, aparecia mais nova, era constituída por um positivismo de aspiração universalista, mais interessado pelos problemas técnicos da pedagogia e da economia do que pelas preocupações filosóficas ou religiosas, e, assim, a palavra «democracia» ia ganhando em penetração dialética o que perdera de significação mítica a palavra «república». Ao substantivo comum «democracia» eram apostos os adjectivos partidaristas que designavam doutrinas de várias longitudes; a esta substituição ideológica corresponde uma alteração da escala que ordena os problemas políticos, e um estilo novo em que predomina o problema social; vai-se pouco a pouco desenhando um programa maximalista que uns pretendem realizar no todo e outros somente em parte, reduzindo-se a diferença a aspectos de *oportunidade* e de *quantidade*. Ora a política do primeiro quartel deste século tinha sido uma oposição irreductível entre duas doutrinas de diversa *qualidade*, o que é evidente para os pensadores de tipo especulativo, mas o que também se confirma pelos actos de heroísmo invulgar na luta entre monárquicos e republicanos.

A teoria republicana não assenta numa base sociológica. O democratismo, pelo contrário, terá de procurar fundamento ou numa sociologia ateísta ou numa sociologia católica, e Leonardo Coimbra, prevendo o movimento da política europeia, não hesitou em formular a necessidade da opção, e em se associar aos que, acima de todo o amor, colocam o amor de Deus... Leonardo Coimbra assistira, sem ilusões, ao crepúsculo do republicanismo.

A experiência política de Leonardo Coimbra, que foi do pessimismo anarquista ao misticismo cristão, mediante um democratismo original e singular, não seguiu uma carreira rectilínea, desenhada pela vontade estóica na cidade cosmopolita e geométrica; mais se assemelha a uma curva descrita pela ansiosa procura da equação entre o amor humano e o amor divino. Na ordem da eticidade, todos os actos políticos de Leonardo Coimbra exprimem a mais elevada intenção do

Álvaro Ribeiro - Leonardo Coimbra e a política do seu tempo (antologia de um texto referencial de um antigo aluno da fase inicial da FLUP) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 72-86. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a3

filósofo, sem quebra de coerência, sem mancha de oportunismos, embora numa linha de públicos insucessos e de privados desgostos.

Álvaro Ribeiro

Outros Estudos

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

**A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação
historiográfica**

**The Secret History of Procopius of Caesarea: The historiographical debate and
renewal**

**L'Histoire Secrète de Procope de Césarée: le débat et la rénovation
historiographique**

**La Historia Secreta de Procopio de Cesarea: el debate y la renovación
historiográfica.**

Rute Russo
Universidade do Porto
up201404759@letras.up.pt

Resumo: O objectivo deste trabalho é o de analisar o debate e a renovação historiográfica sobre a *História Secreta* de Procópio de Cesareia, no sentido de entender os avanços e as novas perspectivas, surgidas recentemente, acerca desta obra. Procura-se, além do mais, efetuar uma aproximação ao próprio percurso de Procópio de Cesareia, que decidiu escrever uma obra em contradição com o que ele próprio escrevera anteriormente, sugerindo-se justificações decorrentes do seu percurso e dos confrontos com o ambiente da época.

Palavras-chave: História Secreta; Procópio de Cesareia; Antiguidade Tardia

Abstract: This article aims to analyze the debate and the historiographical renewal on the *Secret History* of Procópio de Caesarea, in order to understand the research advances and the new perspectives about this work. Moreover, it seeks to make an approach to the path of Procópio de Caesarea that decided to write a work in contradiction with his own previous writings, which could be explained by his own past as well as with contemporary context.

Keywords: Secret History; Procopius of Caesarea; late antiquity

Résumé: Le but de cet article est d'analyser le débat et le renouvellement historiographique de l'Histoire Secrète de Procopio de Césarée, afin de comprendre les progrès et les nouvelles perspectives qui ont émergé récemment au sujet de ce travail. En outre, il cherche à se rapprocher du parcours du Procópio de Caesarea, qui décida d'écrire une œuvre en contradiction avec ce qu'il avait écrit précédemment, suggérant des justifications découlant de son parcours et de l'ambiance de son temps.

Mots-clés: Histoire Secrète; Procope de Césarée; antiquité tardive.

Resumen: El objetivo de este trabajo es el de analizar el debate y la renovación historiográfica sobre la *Historia Secreta* de Procopio de Cesarea, en el sentido de entender los avances y las nuevas perspectivas, surgidas recientemente, acerca de esta obra. Se busca, además, hacer una aproximación a la propia ruta de Procopio, que decidió escribir una obra en contradicción con lo que él mismo había escrito con anterioridad, lo que sugiere justificaciones que surgen de su curso y de los enfrentamientos con su tiempo.

Palabras claves: Historia Secreta; Procopio de Cesárea; Antigüedad Tardia

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Introdução

O objetivo deste estudo é o de fazer o ponto da situação historiográfica em que se encontra o debate sobre a célebre *História Secreta* de Procópio de Cesareia¹. Procurarei mostrar que nos últimos anos a obra conheceu importantes renovações no seu estudo, a nível histórico, literário e ideológico². A profusão de trabalhos muito recentes sobre a obra e autor, aliada a um recrudescer do interesse pela literatura historiográfica da Antiguidade Tardia, justificam uma aproximação a esta questão. Procurarei mostrar que a *História Secreta* continua a dividir a historiografia, nomeadamente na interpretação ideológica da obra; que se fizeram avanços recentes no sentido de um consenso sobre questões como a datação e autoria das três obras de PC e sobre a interpretação de alguns dos temas polémicos da HS.

Para a designação do autor adotei a forma portuguesa, Procópio de Cesareia, assim como para os nomes do imperador Justiniano e da imperatriz Teodora, do general Belisário e da sua esposa Antonina, por terem já uma longa tradição historiográfica em Portugal. Para outras personagens adotei a forma latina ou grega original, ou pela qual se tornaram mais conhecidos. Por exemplo, para Ioannes Lydus, historiador bizantino contemporâneo de Procópio, cuja designação aparece com muitas variações, optei pela forma latina, que é a mais conhecida. Adotei o mesmo critério para a *História Secreta*, que tem várias designações, como *Anedokta*, *Apokrýphe Historía* e *Historia Arcana*, sendo esta última adotada na tradução portuguesa do título em latim (Adshead, 1993). A menos que se refira expressamente a.C., as datas são sempre d.C.

¹ A edição usada para a HS será a de 1966 da Penguin Books, com tradução de G. A. Williamson. (Procopius 1966) Por uma questão de clareza adotei a forma inglesa “Procopius” para a citação das obras de PC na bibliografia. Também para Tucídides adotei a forma inglesa “Thucydides” no texto e na citação, por uma questão de coerência textual. Fiz o mesmo para Aristófanes, adotando a forma inglesa “Aristophanes” e para Sófocles, com a forma inglesa “Sophocles”. Para o DB usarei a edição de 1971 (Procopius, 1971) da Harvard University Press, com tradução de H. B. Dewing. Para o DA usarei a edição de 2014 da Universidade de Múrcia, com tradução de Miguel Lorente. (Procopius, 2014). Nas citações textuais optei por manter o inglês das edições de 1966 e de 1971 e, no caso do DA, mantive o castelhano.

² Lista de abreviaturas: Procópio de Cesareia (PC); Ionannes Lydus (IL); Ioannes Malalas (IM); História Secreta (HS); De Bellis (DB), neste caso, apesar do original ser em grego, foi pelo título em latim que ficou conhecido, logo optou-se pela forma latina; De Aedificiis (DA), o original é em grego, mas este é o título porque é mais reconhecido.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Breve apresentação do autor e da obra

PC nasceu por volta de 500, em Cesareia da Palestina, no Império Romano do Oriente (Williamson, 1966: 19-25). Morreu por volta de 565. Teve uma educação clássica e formação na área jurídica, pelo que se presume que pertenceria à aristocracia (Greatrex, 2014). Tal é sugerido pelas menções que a ele se faz no *Souda*, quando é designado de *rhetor*, *sophistes*, *consiliarius* e *adsessor* (Börm, 2015a). Foi secretário e conselheiro legal de Belisário, a partir de 527, acompanhando-o nas suas principais campanhas militares, sendo, por isso, contemporâneo aos factos que descreve na HS e fonte privilegiada dos mesmos (Williamson, 1966: 24-25). Escreveu três obras: o DB (Procopius, 1971) em 550; a HS entre 550-551; o DA (Procopius, 2014) em 561. Em 562 foi prefeito de Bizâncio (Williamson, 1966). A primeira obra descreve as campanhas militares de Justiniano, para reconquistar o Norte de África, a Itália e a Península Ibérica, e também as guerras contra os persas. Apesar de ser uma obra concebida para elogiar a reconquista bizantina, vários autores detetam já aí uma crítica subtil a Justiniano (Greatrex, 2014). O estilo causal, descritivo e analítico que PC evidenciará na HS, já emerge no DB. Contudo, a diferença é na abordagem à gestão de Justiniano, onde haverá uma crítica oculta e onde o autor se abstém, como referirá na HS, de dizer tudo o que sente (Procopius, 1971). A HS, escrita pouco tempo depois do DB, mostra uma versão distinta e muito negativa do casal imperial Justiniano e Teodora e do general Belisário e sua esposa Antonina, a tal ponto que o autor não se atreveu a publicá-la em vida. O DA é uma *ekphrasis* e um panegírico à política artística e arquitetónica de Justiniano. PC terá equacionado escrever uma história da Igreja, mas nunca o concretizou. É dos poucos historiadores deste período cuja obra chegou por inteiro até nós (Börm, 2015a). As diferentes versões históricas que PC apresenta tornam-no um autor de difícil interpretação, suscitando várias teorias para explicar o porquê de três versões.

Como Justiniano começara a reinar oficialmente em 527. Williamson (1966) refere que os historiadores da Antiguidade Tardia não raro começavam a contar o reinado a partir da data da ascensão ao poder. Justiniano governou com o tio a partir de 518, mas só foi imperador em 527. Logo, a datação de Gibbon deve ser revista, segundo Williamson (1966). Isto despoletou um debate historiográfico que teve várias fases. A questão da datação tem importância para um dos aspetos cruciais da HS, que é a motivação do autor.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Alguns teorizam que dado haver em 550 a proximidade de um golpe contra Justiniano, a HS terá sido escrita por volta desse ano. Signes Codoñer (apud Greatrex 2014) relaciona a escritura da HS com a morte de Teodora em 548, porque PC acreditava que Justiniano iria ser substituído pelo sobrinho Germano.

Kaldellis (2009) aponta argumentos para a data de feitura ser 550: PC não faz referência a nenhum evento após 550; apesar do grande destaque que dá aos oficiais justinianos, cuja atividade descreve em pormenor, nada diz deles após 550, mesmo quando cometeram crimes posteriores, que PC logicamente teria citado; a omissão de acontecimentos importantes da década de 550 sugere que a obra parou neste ano.

A HS não tem título, originalmente. Aquando da sua edição no *Souda* do século X, o título que lhe é dado é *Anedokta*, que significa em grego “Trabalhos não publicados” (Williamson 1966: 7). Contudo, Gibbon (apud Williamson 1966) irá traduzir mal *Anedokta* por “Anedocte”, em português Anedota, e este título popularizou-se.

Até à sua descoberta em 1623, existem algumas referências enigmáticas a esta obra desconhecida, nomeadamente no *Souda* bizantino. Adshead (1993) defende que a obra só foi compilada séculos mais tarde. Permaneceu desaparecida até 1620, quando Niccoló Alamanni (1583-1626) se deparou com ela na Biblioteca Vaticana (Folger Shakespeare Library, 2015). Era um manuscrito grego, copiado algures no século XIV. Alamanni traduziu-o para latim e publicou-o em 1623 na cidade de Lyon, pela primeira vez, com o nome de História Secreta. Essa edição vem censurada, devido a certas partes consideradas obscenas. A edição causou impacto na opinião pública, porque até então Justiniano era visto como o último grande imperador romano e exemplo de monarca cristão. Abriu um debate sobre o reino de Justiniano e sobre a relação da historiografia com o poder (Mendelsohn, 2011). Apenas três anos volvidos, Thomas Ryves publicou em Londres uma defesa de Justiniano intitulada *Imperatoris Iustiniani defensio aduersus Alemannum*. A primeira tradução inglesa surgirá em 1674. Despoletou uma onda de “histórias secretas”, popularizando o estilo. Como exemplo, apenas 50 anos após a primeira tradução inglesa da HS, mais de 80 livros intitulados “história secreta” foram publicados. A tradução inglesa de 1674 aparece apenas com o editor, John Barksdale. Não se sabe quem é o tradutor (Folger Shakespeare Library 2015). Na edição parisiense de 1663, da autoria de Maltretus, a secção censurada não foi resposta. Outras edições

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

foram a de Comparetti, em Roma (1898), e a de Haury em Leipzig (1913). A edição de Haury é hoje a edição-padrão para as traduções da obra.

A primeira edição inglesa foi a de Holcroft (1623); em 1935, H. B. Dewing traduziu a obra para a Loeb Edition; em 1963 por Atwater; em 1966 a tradução por G.A. Williamson para a Penguin Books; em 2007 Peter Sarris reviu e traduziu a edição de G.A. Williamson; em 2010, Kaldellis traduziu a HS para a Hackett Classics. (Lillington-Martin e Turquois 2014)³.

A obra e a renovação historiográfica

A situação dos estudos historiográficos bizantinos é algo ‘paradoxal’. Por um lado, os estudos sobre Bizâncio não abundam na historiografia europeia, por comparação com os estudos sobre o império do Ocidente. Em Portugal, os títulos dedicados a esta área de estudo são escassos. Na Europa Ocidental há mais estudos publicados, mas sem comparação com o número que é dedicado à parte ocidental do império. Isto compromete, como é óbvio, o estudo da historiografia bizantina. A maioria dos estudos tem já algumas décadas. Contudo, recentemente tem havido uma tentativa de reavivar o interesse nesta área, que se saldou em novos estudos sobre a temática. Em 2014 ocorreram vários congressos dedicados a importantes historiadores bizantinos da Antiguidade Tardia. Em 2014, na cidade de Mainz, realizou-se um congresso sobre Procópio de Cesareia intitulado *The Late Mediterranean Society According to Procopius of Caesarea* (Mainz ScienceCampus, 2014).

Em 2014 deu-se outra conferência sobre PC, no Corpus Christi College, em Oxford, intitulada *Reinventing Procopius: New Readings on Late Antique Historiography* (Corpus Christi College, 2014). Esta conferência procurou renovar e fomentar a historiografia sobre Procópio, reunindo alguns dos principais nomes dos estudos procopianos: Averil Cameron (2014), Geoffrey Greatrex (2014), Henning Börm (2015a), entre outros. Num dos trabalhos resultantes desta conferência, C. Lillington-Martin (2014) destacou as novas iniciativas de renovação que se deram no estudo de Procópio:

³ A cota atual do original na Biblioteca Vaticana é VAT. GR. 1001. O manuscrito original é relativamente pequeno, com 25.4 cm de altura e 16.51 cm de largura. Alamanni escreveu um conjunto de notas e comentários no original da Biblioteca Vaticana, enquanto preparava a edição de 1623 (Mendelsohn, 2011).

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Peter Sarris reviu e fez a introdução à tradução clássica da HS da Penguin Books; Anthony Kaldellis traduziu, editou e fez a introdução da HS em 2010; Kaldellis também reviu e modernizou a tradução clássica de H.B. Dewing da DB, em 2014 (Lillington-Martin; Turquois, 2014). Também em 2014 se organizou um congresso dedicado a IM, historiador bizantino contemporâneo de Procópio, na Universidade de Tübingen, com o propósito de fomentar a avaliação dos textos do autor. Esta iniciativa foi promovida pela *Heidelberger Akademie der Wissenschaften*, que pretende avançar futuramente para o estudo da historiografia siríaca, tendo vários trabalhos já previstos (Greatrex 2014). O crescente interesse em PC e na historiografia bizantina no geral deve-se ao estudo da construção da narrativa em textos literários e historiográficos (Cameron, 2014: 15). De destacar também a prolífica produção de Kaldellis sobre a história bizantina, nomeadamente nas áreas da historiografia, da construção literária, da relação da filosofia grega com o cristianismo e o seu impacto na literatura bizantina. Outro aspeto positivo é o facto de Kaldellis disponibilizar a esmagadora maioria da sua produção historiográfica ao grande público, através da sua página na Academia Edu (Academia Edu, s.d.) e da sua página pessoal (Anthony Kaldellis Publications, s.d.), o que permite aos investigadores o acesso a uma bibliografia rara e inacessível. Também o *site The History of Byzantium* procura divulgar a história bizantina e disponibilizar materiais de estudo e entrevistas com os principais bizantinistas, contornando o desconhecimento e difícil acesso à investigação história bizantina (History of Byzantium, 2013). Outro campo de estudo é o da etno-história, com um crescente interesse na etnografia bizantina, os seus povos e nações (Popovic, 2016). Há desde quem defenda tratar-se de uma sociedade multiétnica, onde a religião é o fator identitário que aglutina os vários povos ou, como Kaldellis (2017a), que defende ser a natureza romana de Bizâncio a sua identidade definidora. A Cristandade oriental é um tema de crescente interesse, levando por arrasto a uma ‘redescoberta’ de Bizâncio. O estudo das igrejas siríacas, coptas e orientais é um dos campos que mais se tem vindo a expandir (Cameron, 2004).

Greatrex (2014:104-105) afirma que o domínio da historiografia procopiana por Kaldellis deve-se à hegemonia crescente do inglês, o que pode remeter para segundo plano estudos de historiadores como Dariusz Brodka e Juan Signes Codoñer, que estão em alemão. Devido a isto, corre-se o risco de existirem trabalhos paralelos e certa

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126.* DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

descoordenação na produção historiográfica. Assim, a conferência de 2014 no Corpus Christi College, procurou trocar impressões, unir esforços na investigação historiográfica e articular os vários campos do estudo procopiano, procurando ultrapassar estes desafios (Greatrex, 2014).

A historiografia procopiana foi dominada durante décadas por alguns paradigmas explicativos: a HS era da autoria de PC sem margem de dúvida; fora escrita para expor em segredo o que o autor não tivera coragem de dizer em público; PC era cristão, apesar dos moldes clássicos da sua obra (Greatrex, 2014). Devido a esta renovação historiográfica novas perspectivas foram surgindo. Kaldellis (2004) reabriu a questão do cristianismo de PC, afirmando que ele era pagão; aceita, como a maioria dos historiadores, que o autor exagerou nas descrições de Justiniano e Teodora mas afirma que a HS contém factos e não mentiras. Para Kaldellis (2004), PC simbolizou a oposição pagã-aristocrática e cripto-platónica ao imperador e a HS foi a sua expressão. Cameron (2014) afirma que Kaldellis coloca PC no grupo de escritores esotéricos do século VI. Por um lado, estas posições divergem da historiografia clássica, no sentido que creditam a PC maior veracidade nas acusações que faz, do que, por norma, historiadores como A. Cameron (2014) e Greatrex (2014) fazem, como se verá mais à frente. Por outro lado, esta posição de Kaldellis diverge das posições recentes, que floresceram nos anos 1990-2000, de que a HS era uma obra de ficção literária, como Brubaker (2004), ou que, dadas as diferentes posições que PC teve nas diversas obras, será impossível entender o seu verdadeiro pensamento, como defende Börm (2015b).

A historiografia procopiana conheceu diversas fases. Começaram por ser aceites as suas acusações contra o casal imperial, sendo que historiadores como Edward Gibbon foram profundamente influenciados por ele (Brubaker 2004). Mais tarde, L. von Ranke criticou a veracidade da HS, que considerou um conjunto de calúnias (Adshead 1993). Na escola metódica chegou-se a questionar a autoria de HS, afirmando que era ilógico ser de PC, dada a diferença de posições que tinha com as suas duas outras obras. J. B. Bury defendeu em 1889 que PC não escrevera a HS; mudou de opinião em 1923 (Cameron, 1985: 49). A autoria de PC acabou por ser aceite quase unanimemente, com os novos estudos linguísticos e hermenêuticos que se deram nos inícios do século XX. A avaliação do estilo, da linguagem, das referências cruzadas, autentica a autoria de PC (Adshead

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

1993). Até há algumas décadas predominava a ideia de que o DB era a grande obra de PC e onde exprimia o seu pensamento. Surgiram novas visões, como B. Rubin, que destaca a HS na obra de PC. Para Z.V. Udal'cova, a HS é um documento importante para entender a insatisfação popular no reinado de Justiniano (Cameron, 1985:49).

A visão predominante no século XX é representada por Cameron (1985) e Greatrex (2014) que defendem que a HS é uma história da oposição a Justiniano, misturando factos com padrões literários utilizados para veicular uma mensagem. Recentemente juntaram-se a esta visão tradicional os dois campos representados por Brubaker (2004), Börm (2015a) e Kaldellis (2004), havendo assim uma tripartição de posições sobre PC.

Estilo, temas e técnicas literárias

PC demonstra, nas suas três obras, uma mundividência em que a história é feita pelos homens, com pouca intervenção de Deus. O sobrenatural aparece em alguns momentos na HS, por exemplo quando afirma que Justiniano e Teodora eram demónios, para tentar explicar os seus defeitos, que atribuía a uma natureza demoníaca. Mas o centro de ação de todas as suas obras são os homens (Williamson, 1966). Os traços idiossincráticos da HS são: a *tyché*; a *parrhesia*, a retórica, a *kaiserkritik*, a condenação da imoralidade; a crítica à inovação nas tradições políticas romanas; a defesa das liberdades da República; a defesa da liberdade religiosa; a apologia da aristocracia senatorial romana; a inspiração nos moldes clássicos, nomeadamente Thucydides (1993); a inversão moral como símbolo da inversão política; o uso de padrões literários para causar emoção e interesse; o tom intimista e confessional; o permanente diálogo com o leitor; a linguagem truculenta (Procopius, 1966).

Williamson (1966) defende que o motivo para escrever a HS fora a vontade de dar a conhecer o outro lado da história, que o autor não se atrevia a contar em público. Como em 550 Justiniano adoecera e parecia estar perto da morte, PC sentiu ser a altura ideal de escrever a obra. Esperaria uma publicação imediata da obra, que acreditaria ser um sucesso imediato como o DB. Contudo, Justiniano ainda viveu mais 15 anos e, por isso, a HS nunca foi publicada. PC acabou mesmo a escrever o DA, um panegírico para Justiniano e Teodora, em total contradição com o que escrevera na HS (Procopius, 2014).

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Williamson (1966) teoriza que PC é de facto o autor da HS. Apesar da contradição de versões sobre as principais personagens que ataca (Justiniano, Teodora, Belisário e Antonina), nos factos principais não há contradição entre o que diz no DB, HS e DA. Apenas na HS apresenta uma interpretação diferente dos factos, mas não factos novos. O próprio PC não procura negar o que antes escreveu, apenas refere que ocultou certas causas dos acontecimentos. Williamson (1966) diz que, dado o estilo pessoal na escolha do grego, é pouco provável que seja uma falsificação, pois é ilógico imaginar que alguém se daria ao trabalho de tentar imitar cuidadosamente o tipo de escrita procopiana, por causa de uma obra que nunca poderia ser publicada em vida de Justiniano. Os factos que PC aponta na HS serão corroborados por provas posteriores, segundo Williamson (1966)⁴.

No prefácio, o autor começa por dizer que dantes procurara escrever os acontecimentos tão próximos quanto possível do lugar e do tempo de ação, numa referência ao DB. Mas, agora, descreveria tudo o que sucedera em qualquer lugar no império. Afirma que tal se devia a que, enquanto os responsáveis estivessem vivos, não lhe seria possível escrever a verdade, por temer ser morto (Procopius, 1966: 37). Uma abordagem mais emocional confere à obra um certo tom confessional, onde o autor, ao invés de começar com o habitual introito (sempre pautado por declarações clássicas sobre a história, a sua importância, a relevância dos acontecimentos descritos), começa com um estilo intimista, revelando as motivações que o levaram a escrever uma obra que saberia ser chocante para quem a lesse. Já no DB e posteriormente no DA frisarà sempre a importância do papel do historiador como pedagogo social. Há aqui uma vontade de se justificar, de se credibilizar, de mostrar que o seu propósito é unicamente a verdade. Este tom explica-se por o autor ter a perfeita noção de que o que descrevia seria inverosímil para muitos, pelo que procura credibilizar-se ao ‘dialogar’ com o leitor.

⁴ Meier (2016: 270-271) reflete sobre o número de mortos da praga de 541 que assolou Bizâncio e que foi descrita na HS. Afirma que PC exagerou em certos números, mas que a praga teve um efeito avassalador em certas zonas, como a Palestina (donde PC é originário), o Egipto e a Síria. Esta peste abalou também a Arábia, chegou ao Ocidente, atingindo a Alemanha, a Escandinávia e as Ilhas britânicas. Não foi apenas um acontecimento do império do Oriente. Pode ter durado até ao século VIII, com relapsos. Os números de PC terão sido baseados nos dados do bispo de Éfeso e terá calculado mal algumas percentagens, através da indução errada de alguns números, mas a praga e o seu efeito devastador foram reais. Meier concorda que se deve ler a HS de forma literária e não literal, ao usar técnicas literárias como a hipérbole e não tanto os números exatos. Aponta o impacto cultural da peste na criação de uma literatura apocalíptica, na proliferação do culto mariano e na descrença na religião perante a catástrofe que se desenrolava.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Quando descreve o casal Belisário e Antonina, fá-lo com descrições vividas, imagens sexualmente explícitas e descrevendo várias peripécias que envolvem ação, suspense e o maravilhoso. Fará algo similar quando falar do casal imperial. O uso de um casal como protagonista confere ao capítulo um certo tom romanesco, com ação, aventura e peripécias, pretende explicar, através deles, a decadência do império do Oriente, devida à corrupção moral que extravasa depois para todos os âmbitos da governação. Note-se o detalhe da descrição de Antonina. É descrita como uma mulher devassa, sem escrúpulos, intriguista, dissimulada, cruel, ímpia, uma feiticeira que usa a magia para subjugar Belisário. Sendo 20 anos mais velha que Belisário, a sua relação causou escândalo (Procopius, 1966). Nesta descrição, a acusação de magia não é apenas um mero listar dos defeitos de Antonina. PC aponta-a como uma causa do poder que Antonina adquiriu sobre Belisário. Esta é uma ideia fundamental na obra de PC: o destino dos homens é traçado pelas suas ações, resulta das suas ações. Ainda que a magia nos remeta aparentemente para o sobrenatural, Belisário deixou-se subjugar porque essencialmente era fraco de espírito. São, portanto, as nossas ações e fraquezas que ditam os nossos destinos, segundo o autor. O providencialismo em PC é ténue, apenas surgindo com mais força na parte final da obra, quando nos descreve a possessão demoníaca de Justiniano e Teodora. A imagem de Antonina como devassa e feiticeira é uma imagem recorrente das mulheres na historiografia desta era. Brubaker (2004) afirma que PC recorre a imagens estereotipadas das mulheres para criar uma ficção literária, cujo objetivo é atacar as ações dos respetivos maridos.

Numa dada altura, ao falar das intrigas de Teodora e Antonina para afastarem o Papa Silvério, PC afirma que descreverá esta história em detalhe num outro volume, sugerindo uma História Eclesiástica, que nunca chegará a escrever, ainda que Williamson (1966: 41-42) afirme que o original em grego pode significar “mais à frente neste volume”, mas tal não sucedeu. Estas constantes referências cruzadas a obras passadas ou futuras, são um dos argumentos mais fortes para credibilizar a autoria de PC sobre a HS, assim como a datação possível da obra e, também, uma forma de tentar entender o seu pensamento, pelas pistas que proporciona.

Ao descrever a história de Antonina e Teodósio, filho adotivo de Belisário, utiliza, igualmente, uma lógica de descrições sexualmente explícitas, algo que abundará na obra.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Estas descrições inserem-se nas técnicas literárias do autor, que usa o choque sexual para veicular uma imagem de corrupção generalizada. Nas relações atrás descritas, o autor aborda quatro questões morais da sociedade bizantina: o adultério, a licenciosidade feminina, o incesto e a diferença de idades. O autor usa as questões morais para, através delas, veicular uma ideia de inversão moral da sociedade, uma metáfora para a inversão total da ordem e moral. PC faz uma analogia da vida privada com a vida pública. Quando acusar mais à frente Justiniano e Teodora de opressão, de imoralidade e de supressão das tradições, associa-os a estes comportamentos. A esposa do mais importante comandante bizantino não respeita a regras morais e sociais do império. Belisário, apesar de flagrar Antonina e Teodósio, continuará a crer na esposa. Como pode alguém ser enganado em casa e conseguir triunfar fora? Como pode haver moral na política se não a há na esfera privada? Esta é uma ideia crucial em PC. Ao sugerir Belisário como alguém que se deixa manobrar pela mulher, PC faz uma das acusações fortes aos protagonistas masculinos da obra. Paradoxalmente, PC nutre admiração por Belisário, que vê como um grande general. Censura-lhe a fraqueza de espírito que o torna um joguete de Antonina. Quanto PC admite que ocultou certos factos na HS parece que interpreta a HS como uma correção do DB, procurando complementá-lo com os novos detalhes. O outro aspeto interessante é o facto de PC não esconder que omitiu factos, nunca nega nem revê o que escreveu (Procopius, 1966: 48).

É interessante ver como as descrições de Teodora e Antonina são simétricas: ambas são devassas, intriguistas, cruéis, imorais e ímpias. Há aqui um padrão de descrições. Logo a seguir, quando afirma que Belisário nada fez para proteger o enteado Fócio, afirma que Deus o abandonará por isso. Há aqui a visão da *tyché* (Procopius, 1966: 55). É a divindade grega do destino que simboliza o conceito de fortuna/destino. É uma ideia crucial em PC. Para GadorWhyte, o autor é um cristão que coloca Deus como o equivalente da *tyché*, o destino irremediável a que ninguém escapa. Também Brodka defende a ideia que PC é um cristão com influências clássicas (Greatrex, 2014).

PC mistura a historiografia “laica” de Thucydides com a sua fé cristã, mas com um providencialismo suave, que não é tão marcado como na maioria dos historiadores desta era, que são na sua maioria clérigos (Durán, 2010). PC tem assim um certo

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126.* DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

desinteresse por questões dogmáticas, o que surpreende num historiador do século VI, devido ao facto de ser um leigo e inserir-se na historiografia clássica.

Kaldellis (2012) decidiu reabrir o debate sobre o cristianismo de PC. Defende que se parte do pressuposto errado, de que a filosofia bizantina estava subordinada à teologia. Haveria autonomia de pensamento e até dissidência em relação à teologia. Questiona a harmonia entre a filosofia grega e o cristianismo. Defende que a tensão existiu, devido à tentativa cristã de impor um dogma e ao seu receio da dissidência que poderiam gerar os debates filosóficos. Advoga que PC é um platónico, um “pagão “cultural”, com uma historiografia imersa em temas platónicos e não um típico historiador cristão desta era (Kaldellis, 2004). Cameron (1985) discorda desta visão. Entende que PC é cristão, o que é visível pela sua visão histórica em que o maravilhoso interfere com o curso da ação histórica. No DA essa mundividência cristã é clara. Cameron (1985) entende que o facto de PC ter sido dos poucos historiadores da Antiguidade Tardia que criticou a repressão religiosa sobre as minorias não-cristãs, levou a que alguns especulassem sobre a sua filiação religiosa. PC, para Cameron, não era um liberal no sentido religioso. Era um conservador, mas criticou os abusos imperiais de matéria religiosa (Cameron, 1985: 6). PC criticaria as repressões religiosas, mais por pragmatismo do que por uma questão de princípio, porque tinham-se revelado danosas para o império (Cameron, 1986:66).

Outro tema central é a corrupção administrativa. PC tenta explicar os desastres de Bizâncio à luz de problemas estruturais do império, como a corrupção, a venalidade dos cargos, as intrigas, o desrespeito pelas liberdades romanas, a decadência das magistraturas tradicionais romanas e do aparelho estatal. Ao descrever a corrupção generalizada na administração, mostra uma capacidade de pensar como um historiador moderno, apontando causas como a venalidade de cargos, a incompetência e o nepotismo, explicativos da decadência de Bizâncio (Procopius, 1966).

PC mostra-nos as ações humanas como moldadoras dos destinos, na linha de Thucydides. Este último, quando descreve a fixação das tribos gregas na Hélade, descreve como estas passaram de nómadas a agricultoras, devido às vantagens inerentes, colocando a evolução humana como resultado de fatores como o clima, os recursos, as oportunidades, sendo os deuses ausentes das decisões (Thucydides, 1993). Tem uma visão profunda das questões, analisando e interligando aspetos económicos, sociais, políticos.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Quando analisa a evolução dos costumes dos lacedemónios, afirma que se deveu à adoção do que chama ideias modernas acerca do vestir e da moral. Esta noção de ideias modernas mostra um sentido de mutação constante em Thucydides. É uma filosofia da história, que também se nota em PC. Por exemplo, Thucydides critica os poetas como Homero por mistificarem a história, ao falarem de deuses ou ao basearem-se em rumores e no maravilhoso, apenas para serem atrativos, roubando a dimensão histórica ao facto e colocando os acontecimentos no reino da lenda. Ele aponta sempre motivações racionais para os atos (Thucydides, 1993). Na HS os pormenores explícitos de cariz sexual, a corrupção moral e o maravilhoso, são técnicas literárias que visam transmitir uma imagem, envolver emocionalmente o leitor, usando, como metáforas, a analogia, as imagens-choque, os padrões morais, para que o leitor melhor se relacione com a obra.

Ao começar a descrever o reinado de Justiniano, PC abre as “hostilidades”, por assim dizer, ao afirmar que este causou danos, nunca vistos, ao povo romano. Estas hipérboles marcam toda a obra. Usa a hipérbole de forma muito específica. Por exemplo, ao descrever uma peste devastadora que assolara o império anos antes, afirma que se à peste alguns escapam, a Justiniano ninguém escapa: *like any visitation from heaven falling on the entire human race he left no one completely untouched* (Procopius, 1966:70-71). Isto cria um elo emocional na história, para, entre outras coisas, ganhar o apoio do leitor, apresentando Justiniano como um tirano sem paralelo. Afirma que Justiniano extorquiu as propriedades de quase todos os romanos; matou milhares sem o mínimo escrúpulo; forjou processos falsos de delitos sexuais ou fiscais para incriminar opositores; destruiu o estado de lei, a presunção de inocência e o direito a um julgamento justo; gerou um caos político e corrupção que arruinaram economicamente o império; gastou balúrdios em obras inúteis, ao passo que infraestruturas vitais foram negligenciadas; tinha a mania da inovação, desrespeitando as tradições políticas, afirmando que este fora *a unique destroyer of valuable institutions* (Procopius 1966, 70).

A inversão dos valores é uma das ideias mais fortes que PC veicula na obra. Justiniano inverteu a ordem lógica das coisas para PC: o mal governa e o bem perde; a família é o berço de muitos crimes, em vez da proteção e refúgio das vítimas; os valores sexuais são invertidos. Anthony Trollope fala sobre esta inversão como uma técnica literária poderosa (Greatrex, 2014: 101). Pega-se num arquétipo positivo e inverte-se para

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

criar um efeito poderoso. Isto é a inversão do que E.R. Curtius (1990: 162) apelida de *outdoing*, uma técnica panegírica, em que o objeto de elogio é descrito como não tendo igual. Aqui, PC inverterá esta técnica, querendo descrever os crimes de Justiniano como algo único na história. PC tem uma capacidade de aprofundar psicologicamente as suas descrições, através da mestria com que escreve, com o uso de técnicas literárias apuradas para criar um fundo emocional e cativar o público. Apesar das técnicas literárias usadas, PC procura sempre aferir das causas dos acontecimentos, mesmo se tivermos em conta que recorre em último caso ao providencialismo como explicação, quando tudo falha.

As acusações de PC a Justiniano são o aspeto central da obra. As acusações ecoam a típica visão da aristocracia romana, que tinha aversão aos caos, à desordem, à inversão moral e à supressão das tradicionais magistraturas e liberdades romanas. PC insere-se neste grupo. A HS é uma *kaiserkritik*, em que o imperador é acusado de oprimir os cidadãos, suprimir as liberdades romanas e trazer a ruína económica (Börm, 2015a). Também funciona como um panegírico invertido, onde o visado é acusado de ser o oposto do arquétipo ideal de imperador (Brubaker, 2004). PC sugere um imperador que não tem qualidades como inteligência, força de espírito, pensamento autónomo, o que, conjugado ao poder crescente que o imperador ia ganhando, tornou-se uma combinação letal para o império.

O uso de metáforas e de analogias percorre a obra. Quando diz que para se saber como se parecia Justiniano bastava ver o retrato do imperador infame Domiciano, usa este detalhe como uma analogia, comparando Justiniano a um imperador que sofrera a *damnatio memoriae*. Para descrever a aparência de Justiniano não precisaria de compará-lo a Domiciano, fê-lo visando comunicar emocionalmente com o leitor e inculcar-lhe um conjunto de imagens. Domiciano, cuja política se pautou por um crescente controlo do governo central sobre Roma, e pela supressão do que restava das prerrogativas senatoriais, fora tornado infame na história de Roma (Bordet, 1995). O paralelismo de algumas das suas políticas com as de Justiniano é claro e o paralelismo que PC estabelece não é accidental. PC equipara Justiniano aos imperadores infames de outrora, cuja imagem-padrão de tirania, impiedade e imoralidade, funciona como um arquétipo negativo. A imagem é mais poderosa que qualquer descrição longa de um reino. É uma técnica literária clássica, que torna a obra dinâmica e não uma mera enfadonha lista de dados

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

cronológicos. Por exemplo, ao dizer que Justiniano espoliava os cidadãos da sua riqueza, não adota uma linguagem de tipo anais como “no ano 555, Justiniano confiscou x propriedade ao senador y”, mas antes *of the forcible seizure of property and the murder of his subjects he could never have enough...* (Procopius, 1966: 94).

No caso das descrições das personagens femininas, há também simetria na descrição de Teodora, em relação ao esposo, em que ela é descrita como também sendo ambiciosa, cruel e tirânica (Procopius, 1966). As duas mulheres principais da obra cometem adultério e são dominadas pela lascívia. Os pormenores explícitos atingem o auge na descrição da vida de Teodora, com detalhes tão assombrosos que levou a maioria dos historiadores a entendê-los à luz do simbólico (Korte, 2005). Segundo a autora, as descrições são exageradas e enquadram-se em padrões literários da invetiva, não devendo ser levados à letra. Fazem parte da estratégia de assassinato de carácter que PC usa, não sendo possível averiguar a sua veracidade (Korte, 2005).

Uma das ideias mais interessantes de PC na HS é quando refere que as perseguições fiscais, sexuais e religiosas eram um embuste, orquestradas a partir de acusações forjadas, com o objetivo de extorquir as riquezas dos grupos religiosos e destruir os opositores. Por aqui pode-se intuir que aquilo que de facto PC censura em Justiniano é a sua política, a sua repressão das liberdades antigas, o apagamento do Senado e das magistraturas romanas; a reforma do exército que enfraquece o poder romano; a reforma moral, onde Justiniano passa a permitir o que até então era proibido. Ao longo da obra, ele deixa transparecer um conceito de tolerância religiosa, censurando as perseguições antissemitas e às heresias. Sugere o mesmo sobre os processos de homossexualidade e atentado à moral, que Justiniano incentivou, mostrando que eram forjados. Defende as liberdades religiosas do tempo da República e o direito de todos os cidadãos do império adorarem as suas crenças ancestrais, apesar de se afirmar como cristão. Descreve cenas poderosas de grupos heréticos que resistem corajosamente a Justiniano, desde gente que enfrenta soldados, a gente que se suicida ou exila. Num relato pungente, descreve um grupo de montanistas da Frígia que se barricaram nas igrejas e pegaram fogo a si próprios, recusando abjurar. Os astrólogos são vexados publicamente. PC mostra aqui um tom de admiração e de compaixão por estes grupos. Nas heresias descreve uma situação interessante. Afirma que os grupos heréticos tinham fortunas

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

consideráveis, porque até então nenhum imperador os havia importunado. Devido à sua riqueza, parte da população católica dependia deles para viver e não havia animosidade. As perseguições às heresias e o confisco das suas propriedades provocaram um colapso económico que afetou sobretudo os mais pobres, católicos inclusive.

Se a historiografia tende a retratar as heresias como grupos marginais e de fraco poder social, aqui transparece o contrário. Atente-se neste detalhe. PC nasce em Cesareia, uma zona marcada por grandes divisões religiosas entre cristãos, samaritanos, judeus, etc. (Greatrex, 2014). Isso explica a sua abertura às outras fés? Cameron (1985) entende que o pensamento de PC é complexo e compósito. Para Cameron (1985:7), PC escrevia uma história clássica secular, focada em questões militares e políticas, nos moldes de Thucydides. O aspeto teológico não era aqui tão importante. Contudo, deparava-se com uma emergente historiografia cristã que defendia a fé. PC assemelha-se mais a esta segunda corrente quando escreve o DA, quando recorre ao maravilhoso e à defesa da ortodoxia imperial, e assemelha-se à primeira quando escreve o DB. O pensamento de PC era complexo para Cameron (1985), que defendia que não se podia entender o autor apenas por uma das obras, mas sim pelas três que escreveu. Contudo, para Cameron (1985) PC sempre defendeu a política imperial, apenas criticando os seus abusos. A historiografia tardo-antiga oscilava entre estas duas tendências historiográficas, mas no geral alinhava com a política imperial e os seus pressupostos. Para Cameron (1985), no DA, PC mostra que entende que o poder do imperador vem de Deus e aí recorre ao maravilhoso para explicar a glória de Justiniano. Ele não questiona esse pressuposto. Apenas se diferenciou da maioria dos historiadores tardo-antigos ao criticar a repressão religiosa, mais por motivos pragmáticos, do que por questões de princípio. Os problemas que a repressão causara fizeram PC entender que era contraproducente (Cameron, 1985: 6). Após PC, não mais se escreveu história nos moldes que ele fizera e, dentro de duas gerações, a historiografia clássica foi interrompida (Cameron, 1985: 45).

Como boa parte dos historiadores deste período provêm crescentemente do clero, eles defendem a repressão religiosa (Johnson, 1993). Logo, é surpreendente ler uma visão de tolerância como esta que PC expõe. IM, que é o principal historiador da era de Justiniano, juntamente com PC, observa a situação de forma oposta. Elogia as perseguições aos hereges, pagãos e homossexuais, como tratando-se da defesa da fé e da

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

moral (Scott, 1985). Para o autor, esta crónica mostra a propaganda de Justiniano, ao passo que HS está vinculada à oposição (Scott, 1985).

Uma questão se coloca. Olhando para as histórias oficiais, aparentemente somos levados a pensar que todos os historiadores da época defendiam a repressão religiosa e moral. A própria historiografia sugere, por vezes, isso. Contudo, PC surge-nos como uma voz que defende claramente a tolerância religiosa semelhante à da Roma republicana (Bordet, 1995). Até que ponto estas ideias eram dominantes? O próprio PC sugere que as populações se opuseram às perseguições. Representa uma visão mais tolerante que, por norma, a historiografia tende a não referir? Dada a sua visão de defesa das liberdades tradicionais do povo romano, a noção de um controlo estatal crescente, nas várias esferas da vida pública, como a religião, ia contra o ideal inicial da República, como entendia a corrente de PC. A noção de tolerância religiosa em PC deve ser entendida a esta luz. O seu pensamento tem certas afinidades com o pensamento de personalidades como Catão, que criticava os gastos excessivos em luxo e a transgressão das regras morais. Ainda que a República estivesse defunta, ela continuou a ser sempre um arquétipo político e moral de todas as gerações romanas. Assim, não obstante distarem sete séculos de distância entre Catão e PC, há uma similaridade em certos aspetos do pensamento de ambos. Isto tão pouco surpreende quando se percebe a influência dos clássicos em PC, percebendo-se que o governo-modelo para PC seria algo similar à Roma republicana ou ao início da era de Augusto. As suas críticas à forma como Justiniano obrigava os senadores a humilharem-se perante o imperador, mostra a sua aversão a uma monarquia absoluta, o que o enquadra no pensamento conservador republicano ou defensor de um imperador rodeado de um Senado forte. Segundo Kaldellis (2004-2006), com Justiniano, Bizâncio foi-se tornando uma sociedade de despotismo de tipo oriental que PC tanto censura.

Outro recurso literário é o das constantes citações de Aristophanes e das suas obras, como as *Nuvens* (Aristophanes, 1853). Aristófanes simbolizava a sátira corrosiva e o pensamento conservador, avessos a inovações, usando uma linguagem crua, à semelhança de PC. A sua aversão a grandes inovações e aos debates filosóficos de cariz metafísico que abalavam as crenças tradicionais é o tema central nas *Nuvens*, onde ridiculariza Sócrates e a sofística (Aristophanes, 1853). As críticas de PC aos debates intermináveis sobre as heresias e ao dogma trinitário que Justiniano patrocinava, ecoam

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

a mesma visão que Aristophanes tivera séculos antes sobre a sofística. Isto mostra, mais uma vez, a emulação dos clássicos gregos em PC. As influências latinas são mais escassas na sua obra. Cameron (1985:41) atribuiu esta crítica aos sofistas e à especulação filosófica, às polémicas cristãs, contra a especulação, filosófica e científica, que ecoaria em PC.

Um outro recurso é o maravilhoso que usa perante a escala de crimes que imputa ao casal imperial, para dizer ao leitor que a explicação para tal é uma só: os dois eram demónios, não podiam ser humanos. Noutra laivo de maravilhoso atribui a verdadeira paternidade de Justiniano a um demónio. Há aqui uma inversão do maravilhoso, usado positivamente. Nas hagiografias, o nascimento do santo é por norma anunciado por algum sinal divino. Aqui, PC inverte essa técnica, colocando um demónio como pai de Justiniano. Noutro momento, Teodora afirma que num sonho lhe disseram que se tornaria a esposa do rei dos demónios, e por isso não mais precisaria de se preocupar com dinheiro. Há aqui um jogo literário comparando à tentação de Jesus no deserto, onde o Diabo O tenta com as riquezas e poder e Jesus rejeita-o (Mt, 4, 1-11). Cristo rejeita o dinheiro e o poder, enquanto Teodora aceita a tentação. Conclusão: Teodora é um Anti-Cristo.

Este maravilhoso é também uma forma de contactar com um público mais vasto e menos culto que pudesse ler a obra. Quando se usam padrões e técnicas literárias, não se faz só para construir um texto. Questiona-se qual o público que o leria. Um público mais vasto e menos culto poderia ler estas descrições sobrenaturais de forma literal e decerto estaria familiarizada com estes padrões literários que o autor usa. A possessão demoníaca é um tema cristão desde sempre. A devassa moral, a corrupção, a natureza demoníaca, são clássicos da literatura cristã e da Antiguidade Tardia e que garantiriam ao autor que o público potencial da obra seria muito vasto e facilmente cativável por esta (Durán, 2010). O público-alvo da HS é a posteridade, procurando o autor um público massivo, pois a sua obra tem tantos elementos para cativar as massas, como tem elementos para cativar os historiadores.

PC faz um panegírico invertido, onde as qualidades clássicas do arquétipo régio são invertidas para mostrar Justiniano como o oposto de um rei modelo. Por exemplo, quando refere que Justiniano quase não comia nem dormia, levantando-se a meio da noite para trabalhar. Em vez de enaltecer estas qualidades, ou admiti-las a contragosto, inverte-

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

as, atribuindo-as a uma natureza demoníaca. Quase não come e bebe porque é um demónio e não um homem modesto e frugal. Levanta-se a meio da noite porque é um demónio, essa é a sua natural hora do dia e porque tem uma sede insaciável de horas para arranjar esquemas que destruam o império e não porque é um imperador dedicado (Procopius, 1966). Contudo, no DA, esta descrição é o oposto. Justiniano quase não come nem bebe, porque é um monarca cristão exemplar, que jejua permanentemente e que se levanta a altas horas para tratar dos assuntos de estado (Procopius, 2014). Isto exemplifica o talento literário do autor, que consegue escrever sobre a mesma situação por prismas diferentes. E também mostra como virtualmente qualquer assunto pode ser escrito sob múltiplas perspetivas.

O autor admite que Justiniano tinha boas qualidades, algo que não concorda com a sua descrição como um demónio. Por outro lado, a própria admissão, por PC, deste facto é intrigante. O autor poderia pura e simplesmente omitir isto, dado que contradiz o retrato que quer transmitir. Mas o facto de o admitir dever-se-á a que provavelmente seria do conhecimento público que o imperador teria algumas boas qualidades, pelo que PC achou por bem não omitir, antes tentar de novo fazer um panegírico invertido, ao afirmar que as qualidades acabaram por ser importantes a destruir o império. Por outro lado, nota-se aqui nas entrelinhas, uma camada de verdade a que o autor não consegue escapar.

Ao descrever as personagens, PC mostra uma capacidade de avaliação psicológica profunda, procurando entender as personalidades e como estas influenciaram a governação. Afirma que traços como a sede de adulação, o egocentrismo, a incapacidade de ouvir os outros, predisuseram Justiniano ao mal, tornando-o um tirano. A sede de dinheiro de Teodora levou-a a alinhar na tirania do marido para ascender. A paixão cega de Belisário por Antonina levou-o a ignorar os defeitos de personalidade desta. A falta de moral de Antonina levou-a a unir-se a Teodora nas suas intrigas, para beneficiar da sua amizade. Em todas estas ideias, que PC veicula, o autor tenta mostrar que são as pessoas com os seus defeitos e virtudes que ditam as ações. O sobrenatural aparece como último recurso explicativo quando tudo o resto falha, ou como uma técnica literária para criar emoção. Mas o essencial em PC é a personalidade de cada um e as suas opções. Em vez de criar uma história repleta apenas de clichés, tenta apontar os traços específicos de personalidade que são importantes para o desenrolar da história: o egocentrismo de

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Justiniano; a ambição de Teodora; a paixão cega de Belisário; o intriguismo de Antonina. Esta psychologização da história é algo crescentemente raro na historiografia da Antiguidade Tardia, à medida que se vai entrando na Idade Média, e o estilo anais ia ganhando força. Ao mesmo tempo, uma profundidade psicológica confere dinâmica e intensidade à obra, dando-lhe um cunho de romance e aventura.

O autor faz várias vezes referências a temas que iria abordar mais à frente na obra, mas que na verdade não chegou a fazê-lo. Isto sugere que, quiçá, a HS estará inacabada? (Procopius, 1966: 125). Contudo, temas fortes foram objeto de análise, como, por exemplo, nos capítulos 5 e 6 aborda as reformas fiscais e económicas, a reforma do exército e a política militar de Justiniano, que acusa de incompetência. A pobreza e o caos alastraram com Justiniano, devido a uma taxa abusiva, aos confiscos de propriedades, aos esquemas económicos que o imperador criara para enriquecer, à venalidade dos cargos e ao desmantelamento do sistema tradicional da administração e exército, assim como aborda o declínio cultural e intelectual provocado pelo desmantelamento dos ofícios ligados à cultura.

O debate historiográfico sobre a História Secreta

A que ponto difere HS da historiografia do seu tempo? É comum dizer que a historiografia é uma arma ao serviço do poder (Boy, 2011). Segundo esta perspetiva, a historiografia serve para justificar as políticas seguidas por quem encomendou as histórias. No DB, PC começa por dizer que escreve a história das guerras bizantinas para que a posteridade conheça a realidade e os horrores que as guerras causam (Procopius, 1971). Aqui defende uma visão pedagógica da história. A mesma visão pedagógica emerge no DA, mas aqui de forma panegírica, procurando dar à posteridade um exemplo positivo, a grandiosidade das construções justinianas, para que todas as gerações nelas se possam inspirar (Procopius, 2014). Como conciliar então, esta noção pedagógica da história com o facto de a maioria dos historiadores estar ao serviço do poder? Note-se isto. Na HS, o autor admite bastas vezes que não disse toda a verdade. Contudo, no DB, escrito pouco tempo antes da HS, PC afirma apologeticamente sobre a verdade histórica: *that while cleverness is appropriate to rhetoric, and inventiveness to poetry, truth alone is appropriate to history* (Procopius, 1971: Chapter 1, 3-9).

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Estas declarações soam a irónicas, considerando a HS. O autor temeu escrever tudo o que sabia, como defende Kaldellis? (2017c). Ou, como defende Adshead (1993), a HS reflete uma desilusão do autor com a política de Justiniano, que apoiou inicialmente no DB? Adshead (1993) defende que as alterações nas obras e no estilo de PC se devem a uma evolução de perceção do autor, enquanto James A. S. Evans (1970: 218-223) considera que PC inicialmente apoiou Justiniano, pensando que era um cristão, desiludindo-se de forma crescente, até acabar por o descrever como um demónio. A HS é uma adenda ao DB e uma forma de PC pedir perdão aos leitores, por ter apoiado um imperador ruinoso, segundo Evans (1970) e Kaldellis (2004). Greatrex (2014: 30-32) defende que já no DB se notava algum criticismo subtil. Usando a técnica de colocar diálogos na boca de terceiros, PC vai-nos dando a entender o que pensa sobre o poder político. Quando descreve a sucessão de Arcádio, indica como este procurou conselhos nos homens de conhecimento, que, por norma, abundavam à volta do imperador, e qual era o perfil de um imperador ideal. Cruze-se isto com o que mais tarde afirma acerca de Justiniano na HS, cujo principal defeito era a incapacidade de ouvir conselhos.

O contraste com a HS, escrita 11 anos antes, não podia ser maior. O PC tolerante com todas as religiões dá lugar a um PC que aceita a imposição de um dogma como algo positivo. O autor que expõe na HS a perda territorial, o despovoamento de cidades, a insegurança perante a invasão, afirma o oposto no DA. A inovação legislativa e administrativa que PC arrasa na HS, é descrita como o melhoramento de leis obscuras e anacrónicas no DA. O imperador que instrumentaliza o sistema judicial contra os opositores para os destruir na HS, dá lugar a um imperador justo e misericordioso, que perdoa os opositores. É interessante cruzar as três obras do autor, para ver que os mesmos aspetos aparecem descritos de forma diferente. As acusações cruciais de PC na HS aparecem sempre no DB, antes, e no DA depois, mas variam consoante a interpretação que o autor dá. É como que um esquema de ideias e arquétipos literários que se utilizam de forma positiva ou negativa, consoante o tom que se quer dar. Inovar na legislação e na administração é destruir as tradições e liberdades romanas na HS; no DB e DA é conduzir o império ao progresso, expurgando as leis e administração de erros e arcaísmos. Impor um dogma de fé a todo o império é tirania e algo contraproducente na HS; é união do império e salvação das almas no DB e DA. Por vezes há contradições. No DA, Justiniano

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

aumentou a dotação de tropas; concedeu prosperidade económica, garantiu os bens básicos aos cidadãos; criou inúmeras cidades; renovou, melhorou e reparou as infraestruturas do império; apoia a facção ortodoxa do partido dos Azuis contra o partido monofisita dos Verdes. Na HS, Justiniano diminuiu o número de tropas, deixando as populações entregues a si mesmas; arruinou o império a um nível sem precedentes; criou esquemas para ganhar fortunas a especular com os bens básicos, tornando-os inacessíveis e gerando grandes fomes; despovoou cidades inteiras com as guerras e perseguições; desbaratou o erário público em obras inúteis ao passo que infraestruturas vitais não eram reparadas; os Verdes e Azuis são *gangs* criminosos sem qualquer ideologia a não ser o poder; as lutas religiosas são uma fachada para grupos rivais lutarem pelo poder e para afastar opositores com acusações de atentado à religião. No DA, Justiniano é apresentado como um arquétipo de imperador cristão: justo, piedoso, pacífico, grande construtor, vitorioso, grande legislador, defensor da fé da moral (Procopius, 2014). Porquê três versões distintas?

Esta obra intrigou a historiografia desde sempre. O facto de ser uma obra da oposição popularizou-a. O facto de nunca ter sido publicada em vida do autor simbolizou, para muitos, a prova acabada de que a historiografia oficial era condicionada pelo receio de represálias. A HS era tanto a prova de que existia uma historiografia de oposição, como a prova de que a historiografia oficial estava repleta de omissões, com os autores a pensarem algo muito distinto do que por vezes escreviam. Contudo, as diferentes versões que PC apresentou, assim como os factos chocantes que reporta, as descrições explícitas, colocaram sempre questões à volta da obra. Os três campos historiográficos em que por norma se ‘arrumam’ as interpretações, defendem diferentes perspetivas, não havendo, contudo, uma posição estanque em nenhum dos grupos; as ideias podem sobrepor-se nos vários campos.

Evans defende que a HS é uma espécie de novela, com certos aspetos satíricos, que obedece a uma estrutura clássica: viagem-aventura-fórmula de amor (Adshead, 1993: 7-8). Defende que a obra usa temas fortes como o perigo, a separação, a quase-morte, a reunião, para criar um dramatismo literário e impressionar o leitor. O uso da sátira é típico de um autor altamente sofisticado e competente literariamente (Adshead, 1993). As imagens choque correspondem a padrões literários clássicos: a prostituta Teodora, a

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

feiticeira Antonina por exemplo. O incesto é um clássico tema-forte da literatura, recorde-se o Rei Édipo (Sophocles, 1912).

Adshead (1993) chama a atenção para a similaridade entre os temas procopianos e os temas da tragédia e comédia grega. É esse o contexto literário da obra. São usados para chocar e horrorizar. São também usados para atacar personagens odiadas. PC não concebe outra explicação para o amor de Belisário por Antonina (uma mulher muito mais velha) que não fosse a magia ter subjogado Belisário. Ou que, perante um flagrante dado em Antonina, este não se apercebesse da verdade. As diferenças de idade entre Antonina e Belisário, as diferenças sociais entre Justiniano e Teodora e o passado de prostituta de Teodora, desafiavam as convenções da época. Adshead (1993) insere a HS no estilo da *Nova Comédia Grega*, visível nas influências de Diodoro na obra. Não concorda com os que dizem que a obra é apenas uma diatribe fanática e enviesada, qualificando isto como uma posição desproporcionada. Defende que a obra tem um tom demasiadamente intimista para ser uma diatribe. A obra é sobretudo uma etiologia, um género literário pouco estudado que procura as causas das coisas. Para Adshead (1993) o cerne da obra é aquilo que PC afirma logo no início da HS: querer explicar o porquê dos acontecimentos. O próprio recurso ao sobrenatural advém de a obra ser uma etiologia. Como, em última análise, procura entender as causas das coisas, deparando-se com um caos e corrupção numa escala nunca vista, PC recorre-se do sobrenatural para explicar o que não consegue fazer por meios racionais. Para Adshead (1993), PC emula Thucydides: na identidade da causa de raiz; na psicologia das pessoas e dos atos; na análise profunda dos vários fatores sociais, económicos e políticos que levam à ruína; na filosofia da história; na noção de contágio universal; na descida à violência; na insistência na vitória pelas fações; no contraste de atitudes na guerra e na paz; na comoção e confusão. Isto, segundo Adshead (1993), mostra que PC escreve uma obra séria, não uma ficção.

A temática demoníaca era um *cliché* literário no século VI bizantino, envolvendo, por exemplo, a personagem de Juliano, o Apóstata. As visitas demoníacas noturnas a Justiniano, a fuga do monge da presença do imperador e as descrições de Justiniano, estando descabeçado, eram imagens literárias comuns. No que toca aos factos económicos que PC aventa, Adshead (1993) afirma que cometeu erros: Justiniano não desvalorizou a moeda e a política de centralização régia não é sua invenção, mas uma tendência anterior

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

a Justiniano e que se prolongaria após este. Justiniano limitara-se a continuar a política dos seus antecessores. Contudo, PC dá vários detalhes importantes sobre as políticas económicas da era, como a privatização dos cargos, a liberalização dos preços entre outros. Um aspeto crucial que emerge na HS é o poder crescente do dinheiro, por contraponto ao poder da velha aristocracia senatorial. É esta a nova fonte de prestígio social, já não mais o Senado (Adshead 1993).

Adshead (1993) defende que a HS não é uma obra, mas três: uma novela, uma etiologia e um panfleto financeiro. Foi a compilação das três partes numa que criou a impressão de uma só obra. Terá sido escrita em 550 e compilada por volta de 1000, no *Souda*. Foi essa compilação no século XI que lhe deu a forma atual (Adshead 1993, 19). A obra terá sido conhecida por alguns, pois este estilo foi imitado por historiadores como Evrágio Escolástico ou João de Antioquia. Tornou-se um manual para os críticos de qualquer imperador. Kaldellis (2009) discorda em parte desta visão. Afirma que as referências cruzadas entre as várias obras do autor, a sugestão de uma futura História Eclesiástica, mostram que a HS era uma obra coerente entre si, com uma edição cuidada. Para chegar à datação da compilação como sendo o ano 1000, Adshead (1993) aponta várias pistas. A obra não é mencionada na Biblioteca de Fócio, logo a compilação é posterior a esta. No século XI, Bizâncio estava a contas com uma “guerra” historiográfica entre os historiadores pró-imperiais e os críticos do poder imperial. Assim, a compilação de uma obra que desmontava a imagem de um passado imperial idílico seria de grande utilidade para os críticos imperiais do século XI. Aponta que o compilador terá sido S. Simeão Metafrasta (c.900 – c.987), famoso hagiógrafo bizantino do século XI. Era um crítico do imperador Basílio I, cuja história imoral procurava expor. Para Adshead (1993), foi Simeão Metafrasta que compilou a HS, porque a sua publicação criaria uma poderosa analogia com a sua crítica a Basílio I. De facto, no século X, Bizâncio lança uma reconquista de várias terras e vários historiadores recuperam o estilo de PC no DB, para equiparar a reconquista do século X à reconquista do século VI com Justiniano (Kaldellis, 2015). PC era um autor muito popular ainda nessa altura, inspirando os historiadores do século X. Logo, a teoria de Adshead (1993) pode ter alguma lógica. Compilar uma obra inédita, de um autor popular, a atacar o período áureo, quando a historiografia exaltava agora a nova reconquista e o novo poder, podia fazer todo o sentido para a oposição ao

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

imperador. Kaldellis (2004: 3) defende que haveria pelo menos duas pessoas que conheceriam a HS em vida de PC: Simplicio da Cilícia (c. 490 – c. 560) e IL. O primeiro era um dos últimos neopagãos de Bizâncio. IL era, tal como PC, um conservador. Estudara com o filósofo Agáprio e defendia a cultura clássica contra o que considerava ser o absolutismo burocrático imperial. Tanto IL como PC evitavam referências cristãs, o que mostra que pertenciam à oposição pagã, segundo Kaldellis (2004). Ambos exerceram as mesmas profissões. Viveram ambos em Constantinopla entre 540-550. Nessa altura, IL ensinava e escrevia o seu célebre *De Magistratibus* (DM), onde aborda o declínio da magistratura romana. Kaldellis (2004) afirma que a hipótese de se conhecerem era muito elevada. A isto somem-se as similaridades de pensamento, de estilo e linguagem entre a HS e o DM. O autor defende que IL conheceria a HS e que os dois autores trocariam ideias. O tom aparentemente panegírico de IL no DM é formal e, na verdade, enganador. IL usa uma técnica historiografia de crítica subtil, ao colocar factos comprometedores em referências cruzadas aparentemente inócuas. Um exemplo: começa por elogiar Justiniano por manifestar uma piedade como a de Octávio Augusto. Contudo, pouco depois, na obra, diz que a piedade de Octávio Augusto era hipócrita (Kaldellis, 2004: 5). Assim, permitia, subtilmente, ao leitor atento, extrair por si conclusões. Há também similaridades em certos temas entre o DM e a HS, como o uso de Domiciano como exemplo de tirania; a crítica ao declínio das magistraturas, entendidas como baluarte contra a liberdade; a aversão à inovação jurídico-administrativa. Apesar de poderem ser apenas dois intelectuais a responder ao mesmo cenário político, Kaldellis (2004) defende que IL teria uma cópia da HS. O grupo opositor a Justiniano terá sido o guardião do manuscrito da HS?

Dadas as várias versões que defendeu, em três obras, torna-se complexo decifrar o pensamento de PC. Os historiadores divergem nas interpretações da maioria das ideias de PC. Os historiadores dividem-se por entre defender e atacar PC.

Greatrex (2014) defende que nem PC nem Justiniano eram tão excepcionais como se pensava. A repressão da aristocracia, que Justiniano ordena, não fora incomum na história. Granjeou-lhe, contudo, o ódio desse grupo e PC reflete esse pensamento. O historiador João de Antioquia (429-441) fez críticas ao imperador Anastácio (antecessor de Justino) similares às que PC fará a Justiniano. Logo, a crítica aos imperadores era algo

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

comum na historiografia, dado que boa parte dos historiadores provinha da aristocracia. Sempre que um imperador atacava a aristocracia, esta elite cultural atacava-o. Esta luta é antiga, antecedendo em muito PC e Justiniano (Greatrex, 2014). O relato da devastação social provocada pelas perseguições é, a nível emocional, um dos pontos altos da obra. Contudo, para Greatrex (2014), Justiniano limitou-se a seguir uma tendência do tempo e não propriamente a criar algo de novo. Assim como a sua promoção de uma nova elite, assente no dinheiro, que é alvo de críticas, não é algo novo. Para Greatrex (2014), um grande erro será tentar ver Justiniano como deslocado de um contexto maior. Apesar da sua prolífera atividade legislativa, Justiniano apenas continuou uma lógica que já vinha de trás. A aristocracia continuou a gozar de alta proteção jurídica e não era fácil ao imperador atacá-la de forma frontal. Em vez disso, usaria expedientes. Só com Focas (que reinará quase 90 anos depois de Justiniano) se verão execuções públicas de aristocratas sem já o mínimo de pudor. Para Greatrex (2014) o temor de PC de ser executado é algo que se deve questionar. Dá como exemplo um conjunto de autores que escreveram libelos anticristãos nos séculos V e VI e sobreviveram. Ou o facto de vários dos textos anti-Justiniano terem chegado até nós, o que pode constituir prova de que a repressão não seria tão grande como se pensava. Chegou até nós mais literatura hostil a Justiniano que em relação a qualquer outro imperador. Qual o significado disto? A repressão não foi tão grande como PC descreve? Ou mostra que, de facto, Justiniano fora um tirano e que PC fora apenas um dos vários críticos a ele? Para Greatrex (2014) a forma como a HS inspirou outros historiadores bizantinos, ao criticar a política imperial, mostra que haveria mais liberdade do que o que se supõe.

Outra questão é o papel do cristianismo na centralização régia. É outro ponto de discórdia entre os historiadores. Polymnia Athanassiadi (apud Greatrex, 2014) defende uma crescente intolerância religiosa na Antiguidade Tardia; Peter Bell (apud Greatrex, 2014) defende que o cristianismo foi ganhando um crescente protagonismo na política e quis de vez apagar os vestígios pagãos. Contudo A. Cameron e Del Santo (apud Greatrex, 2014) defendem que houve debates sobre a questão no século VI, assim como um pluralismo religioso (Greatrex, 2014: 87).

Greatrex (2014) defende que se assumirmos que a intolerância religiosa estava em crescendo quando Justiniano reinava, ele teria de certo modo as mãos atadas e pouco

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

poderia fazer em matéria dogmática. Procurar a união religiosa seria crucial, quer por motivos dogmáticos, quer por motivos pragmáticos. A reconquista do Norte de África prejudicou esse mesmo esforço doutrinal. Além de que esse esforço de união doutrinal não se fez sem alienar o apoio de parte do clero do norte de África, como foi visível com Victor de Tununa e Isidoro de Sevilha, que censurou a sua política repressiva do clero norte-africano (Bladeau, 2013).

O autor criticava ou apoiava as guerras de Justiniano? Kaldellis (apud Greatrex, 2014) defende que era anti-imperialista, Brodka (apud Greatrex, 2014) defende o contrário. Para uns admirava os bárbaros, para outros criticava-os (Greatrex, 2014). Deduzimos que PC mostrou o que verdadeiramente pensava na HS? Aí revela-se um cristão tolerante, defensor da coexistência religiosa; um aristocrata conservador, crítico da inovação legislativa, administrativa e moral de Justiniano; opositor das guerras de conquista, apenas defendendo as guerras como defesa contra as incursões bárbaras em Bizâncio. O que escreveu no DB e no DA apenas foi uma versão oficial, a que fora coagido? Ou houve uma evolução no seu pensamento? Greatrex (2014) defende que não se pode cair no erro de partir do pressuposto que todas as pessoas possuem coerência intelectual. Isso é algo raro, quer na Antiguidade quer no mundo atual. Procurar um só PC, coerente, uno e monolítico, que desde o início se opôs a Justiniano, é uma ideia a ter com reservas (Greatrex, 2014). Börm (2015b) defende que se tende a querer simplificar uma questão que pode ser mais complexa. No Oriente, a monarquia era tida como algo lógico. Não se questionava a sua existência. Mas debatia-se qual o modelo ideal e se um mau rei podia ser derrubado. Daqui até à defesa do derrube poderia ser apenas um passo. Börm (2015b) afirma que a literatura, a historiografia, a épica e heroica, faziam a apologia de um rei justo, piedoso, moral. E ameaçavam, de forma mais ou menos aberta, a possibilidade do rei ser derrubado em caso de ser injusto ou ímpio. Dá como exemplo a literatura assíria do reinado de Assurbanipal, onde os deuses ameaçam sistematicamente o derrube do rei se fosse injusto ou infiel. Cameron (1985:65) afirma que PC nunca criticou os pressupostos institucionais e ideológicos do poder bizantino. Ele não critica em si o princípio da monarquia, apenas os abusos e a má gestão. Tão pouco PC defenderia um rei-filósofo. Cameron (1985:65) afirma que ele é hostil aos bárbaros e que defende a expansão imperial. Salienta que no século VI, quando PC vive, há uma abundante

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

literatura de oposição, mas que não critica o pressuposto da existência da monarquia em si (Cameron, 1985:65-66). Börm (2015b) defende que há como que uma tensão, uma dualidade constante na realidade política do Oriente. Ainda que a monarquia não seja aparentemente questionada como modelo em si, o debate sobre a sua natureza e forma abre portas para uma dissidência. Quando a elite se sente atacada, tende a refugiar-se na literatura para veicular os seus valores, criando uma situação algo paradoxal, em que a cultura defende valores dissonantes da realidade oficial (Börm, 2015b).

Contudo, o Oriente grego teve uma visão algo distinta. Os gregos nunca tiveram uma tradição monárquica estruturada. A oscilação entre cidades-estados, colónias, democracias, oligarquias e diarquias foi uma constante no mundo grego. O conceito de *basileu* é questionado por alguns, advogando que é apenas um grande entre os grandes (Börm, 2015b: 11). A forte tradição senatorial romana, aliada a esta diversidade política grega, acentuavam este debate no Oriente. Börm (2015b) defende que ainda que o Oriente e Ocidente tenham ambos derrubado reis, apenas os gregos e romanos questionaram a existência da monarquia em si. Os gregos tiveram diversos regimes, o que tornava claro que a monarquia não era o único horizonte possível. O mesmo se dá em Roma, que conhece o auge ainda no tempo da República e não na monarquia do século IV a.C. Após as Guerras Pérsicas, a liberdade torna-se um valor fundamental para os gregos. O ódio à tirania marca o pensamento grego. A monarquia nunca fora vista como algo inteiramente normal para os gregos. Aceitava-se como um mal menor, cujas vantagens numa dada situação tinham de ser pesadas para justificarem a perda temporária da liberdade (Börm, 2015b). A literatura grega é marcada por esta permanente tensão. Contudo, os povos do Oriente estavam habituados a monarquias desde sempre (Egipto, Síria, Lídia). Quando Justiniano lança uma política de centralização régia, PC usa a cultura como arma de crítica a Justiniano. Para Börm (2015b) isto é o aspeto crucial da HS. Já no final da Antiguidade, a monarquia em Roma era um facto, ainda que persistisse o ideal da República. As posições a favor ou contra a monarquia não eram estanques, podendo haver visões híbridas. PC nunca afirma ser contra um imperador *per si*, mas contra os seus abusos. Depreende-se, de certo modo, que defende um imperador com poder moderado por um Senado forte. A sua alusão a que Justiniano tinha como um dos principais defeitos o não

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

saber escutar conselhos, remete-nos para uma subtil sugestão de um imperador rodeado de fortes senadores, que deveria escutar e com os quais deveria governar.

Börm (2015b) destaca um aspeto algo paradoxal. O império tinha uma relação complexa com a literatura. Se permitisse uma crítica demasiadamente forte, o imperador correria o risco de perder o poder. Mas se usasse da repressão, seria visto como um tirano, o que era mal visto na cultura romana. Assim, permitia-se uma certa crítica, desde que não excedesse certos limites. A historiografia tornou-se assim um campo de batalha dos críticos. Dados os riscos de escrever contra um imperador vivo, e as dificuldades em obter informações fiáveis do poder, os historiadores optaram por preencher as lacunas do conhecimento com rumores e especulação (Börm, 2015b: 17). PC foi dos poucos historiadores que ousou escrever sobre um governante ainda vivo. Apesar do avanço irremediável da monarquia em Roma, a partir do século I, a cultura permanecerá nas mãos da aristocracia. Assim, este grupo preservou na literatura os seus valores, denotando-se o saudosismo pelo poder do Senado e pelas velhas liberdades romanas. Isto explica a permanência de uma literatura crítica da monarquia ou dos seus abusos, quando a monarquia era já irreversível no século VI. Os alvos preferenciais eram imperadores já mortos, evitando assim represálias. Mas, nas críticas aos imperadores falecidos, podia-se denotar, por vezes, subtilmente, uma crítica à monarquia. Também exprimia por vezes o pensamento da elite preterida por certo imperador. O grupo desfavorecido usaria a literatura para veicular a sua insatisfação. Börm (2015b) defende que a literatura crítica era até tolerada pelo poder, como um mecanismo de preservação, através de permitir o extravasar de frustrações, desde que não passasse certos limites. O cristianismo, para Börm (2015b), foi um novo fator que fortaleceu a monarquia, através do seu monoteísmo exclusivista. Tertuliano, famoso escritor cristão, apoia o imperador. Mas no *Apologeticum* acaba a dizer que o imperador não pode ser um cristão, parecendo haver aqui uma contradição. Há também uma literatura cristã crítica do imperador. O desaparecimento do discurso crítico da monarquia deveu-se ao colapso da velha elite secular greco-romana. A nova elite adotou um novo discurso (Börm, 2015b).

Os estereótipos que PC criou sobre as personagens são uma das grandes causas para a divisão que gera nos historiadores. Autores como Clive Foss (apud Greatrex, 2014) estudaram Teodora a partir de outras fontes que não PC e acabaram a corroborar o que

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

este diz. Também Signes Codoñer (apud Greatrex, 2014) afirma que as fontes provam o que PC disse de Justiniano, ainda que tenha exagerado as críticas (Greatrex, 2014). Contudo, Brubaker (2004) afirma que a obra não tem veracidade histórica. É uma ficção, uma paródia, assente em estereótipos, por vezes misóginos e reacionários sobre as personagens principais, nomeadamente as mulheres. Serve para divertir, mas sobretudo para entender a forma como o género era construído na literatura histórica. Defende que PC usa duas técnicas literárias: a invetiva, fazendo uma espécie de panegírico invertido; um assassinato de carácter através da inversão de papéis de género. Para Brubaker (2004), as calúnias sexuais e o género têm um papel fundamental na estruturação da obra. As calúnias sexuais são uma técnica literária tipicamente romana e ocidental. PC pega no modelo de panegírico em Menandro (ca. 342 a.C. - 291 a.C.) e inverte-o, apresentado Justiniano como o exemplo do que um imperador não deve ser. Em Menandro as qualidades devem ser coragem, temperança, justiça e sabedoria. A isto juntam-se as virtudes romanas e cristãs de autocontrolo; a procura de bem comum; a castidade pré-marital; a piedade, a filantropia. A mulher deve ser gentil, modesta e devota ao lar e a rainha deve ainda ser pia, filantrópica e casta. O casal imperial da HS inverte isto. As técnicas são usadas por PC com mestria, para manipular para o fim que quer, segundo Brubaker (2004). PC teve sucesso, pois, segundo Brubaker (2004), a historiografia foi influenciada pela HS. No que toca aos pormenores do sobrenatural e das descrições sexualmente explícitas, a maioria dos historiadores concorda que devem ser lidas como algo simbólico. Korte (2005) defende que são exageradas e sobretudo procuram veicular uma imagem. Börm (2015a) considera que nem tudo poderia ser falso na HS, porque o próprio público, que conheceria a realidade, não acreditaria. Mas crê que PC exagerou e distorceu, por vezes, a realidade. Um exemplo: quando descreve a forma como Justiniano humilha o senado, obrigando os senadores a chamar-lhe *dominus* no ritual de corte, PC sugere que Justiniano inventou isto, mas na verdade, segundo Börm (2015a), tal já existia antes de Justiniano.

Nenhum historiador pode em última instância provar quais foram os comportamentos sexuais de Teodora e Antonina ou se PC distorceu, inventou ou disse a verdade. Korte (2005) discorda daqueles que apenas querem ver a HS como uma ficção e destaca que há que olhar para o seu valor histórico. Os contemporâneos de PC não

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

teriam encarado as calúnias sexuais como adornos literários. Para Korte (2005), a parte mais importante a reter é a forma como mostra a construção da crítica historiográfica ao poder, os padrões literários em voga e o que eles representam da mentalidade vigente. A HS inseria-se num padrão literário, onde se demonizavam os adversários com calúnias estereotipadas. IL descreve João da Capadócia no mesmo tom que PC descreve Teodora na HS, mas não refere as acusações de desvios sexuais a Teodora, que PC faz. IM por seu turno descreve Teodora como uma mulher pia e devota, mas, quando descreve os inimigos de Justiniano, usa as mesmas acusações de cariz sexual que PC faz na HS (Korte, 2005). Há, pois, um padrão de descrições historiográficas nesta era. A HS não é assim tão invulgar quanto isso. A calúnia sexual é muito antiga na historiografia romana. Sempre foi usada como arma contra os imperadores. O que diferencia PC é sobretudo dirigir as calúnias sexuais contra a imperatriz, quando, por norma, são os homens poderosos os visados. Ao criticar as mulheres poderosas da HS com calúnias, por norma reservadas aos homens do poder, PC critica-as como criticaria um qualquer imperador. Isso é que é novo (Korte, 2005).

O cristianismo também continha descrições sexuais para promover uma qualquer ideia. Mas aqui havia uma novidade. O conteúdo sexual emerge por vezes ligado à redenção. A figura da prostituta arrependida, como Maria Madalena e Pelágia, é exaltada na hagiografia cristã. Por esta figura se queria mostrar como todos os pecadores poderiam salvar-se. Para Korte (2005), o cristianismo não deu origem à misoginia, mas vinha já da era pagã, onde se criticava uma mulher que ocupasse uma posição de poder. As críticas de PC são essencialmente clichés da historiografia clássica: a baixa condição da imperatriz; a devassa sexual; o domínio das mulheres sobre os seus maridos; a impiedade; a tirania; o flagrante nos adúlteros; as diferenças de idade nos casais; a beleza das mulheres que subjuga os maridos (Korte, 2005). Kaldellis critica a visão dos bizantinistas que advogam que PC é um produto da sua era (Pazdernik, 2004:36). PC é, na sua opinião, um grande artista literário e um intelectual à altura de Thucydides. Defende as acusações de PC a Justiniano que assentam, segundo Kaldellis, numa mundividência, onde há certos paralelismos com o futuro iluminismo, nomeadamente, na aversão à tirania, na defesa de uma humanidade inclusiva que englobasse os bárbaros, no pluralismo religioso e secularismo, no ceticismo e agnosticismo sobre as especulações teológicas (Pazdernik,

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

2004: 36). PC é para Kaldellis um corajoso crítico do imperador e um dissidente platónico. Descarta o DA como um panegírico insincero do autor (Cameron, 2004). Cameron (2004) critica esta posição porque Kaldellis excluiu da avaliação o DA, quando não se pode entender PC sem se entender toda a sua obra. Também refuta a ligação neo-pagã de PC, porque este, por exemplo, ignora a repressão que Justiniano faz aos platónicos, em 529.

A HS é, para alguns, uma *kaiserkritik*. Signes Codoñer (apud Börm, 2015a) defende que, até no DB, PC exibia já cinco técnicas de *kaiserkritik*: identificação de modelos políticos superiores aos de Justiniano; a crítica pelo silêncio; a crítica pelo sonho; a crítica por comentários explícitos; a crítica por intermédia pessoa (Börm, 2015a). Colocar diálogos na boca de terceiros, para implicitamente defender certas ideias, é, desde sempre, uma subtil técnica de crítica na historiografia. Os diálogos dos persas no DB, ao falar sobre o ideal de rei e as críticas ao despotismo sassânida, nomeadamente na repressão dos aristocratas, são vistos pela maioria dos historiadores como críticas ocultas de PC a Justiniano, ainda antes da HS. No DB, PC defende que um rei deve ser: um grande militar; ter legitimidade dinástica; ser defensor das tradições políticas e morais; justo; decidido; defensor das liberdades; eleito pela aristocracia; primogénito. PC pode colocar ideias na boca de terceiros ou fazer como Thucydides (c. 460 – c. 400 BC), que reconstrói diálogos com o que pressupõe que as personagens disseram. Börm (2015a) diz que as críticas de PC são as críticas clássicas da *kaiserkritik* do Oriente grego. Desde Heródoto que se critica os reis que ataquem os nobres e façam grandes inovações políticas. Assim, para Börm (2015a), a *kaiserkritik* de PC terá seguido provavelmente certos padrões literários típicos do estilo, algo a ter em conta quando se tenta averiguar da veracidade das acusações. O próprio ato em si de escrever uma *kaiserkritik* valorizava a imagem do historiador, dando-lhe o rótulo de corajoso. A bajulação e espírito acrítico eram censurados na cultura historiográfica. A coragem era um valor prezado e prestigiante para qualquer historiador. A invocação da verdade era uma constante preocupação na imagem da historiografia e os historiadores dedicavam parte do introito de qualquer obra a fazer declarações sobre a importância da história e da procura da verdade. Era uma tomada de posição.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfica - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Assim, a cultura historiográfica não permitiria uma obra acrítica, mas tão pouco se poderia passar dos limites. Börm (2015a) questiona por que se assume automaticamente que uma crítica representa o verdadeiro pensamento de um autor e não se assume o mesmo num panegírico? Afirma que a maioria dos historiadores sucumbiu à noção que PC revelou o que verdadeiramente pensava na HS, quando, para Börm (2015a), nunca se poderá saber o que de facto PC pensava. Tão pouco se consegue inteiramente responder a uma pergunta importante: por que é que a obra foi escrita? PC deixa pistas na HS que permitem facilmente identificá-lo como o autor. Por que escreveu esta obra quando não tinha que o fazer? PC afirma que temia ser morto se fosse descoberto. Mas bastava escrever uma obra anónima para o evitar. Contudo, expôs claramente quem era. Para Börm (2015a), a obra é parte ficção, parte realidade. PC esperava o derrube imediato de Justiniano em 550. PC não fora uma vítima de Justiniano, antes um beneficiário deste, pois fizera carreira servindo Belisário. Para Börm (2015a), sentindo uma eminente conspiração, PC quis distanciar-se do imperador e, em segredo, escreveu uma obra que apenas alguns dos seus íntimos conheceriam. Isso explica por que razão o manuscrito sobreviveu. Dada a curta distância temporal entre o DB e a HS, para Börm (2015a) é pouco provável uma brusca mudança de opinião de PC. O móbil foi o instinto de sobrevivência do autor. Defende que, no que toca à avaliação literária, há que separar dois aspetos: o conteúdo da obra e a função desta, sendo o mais importante a função. Mais do que saber se o conteúdo da HS é ou não verdade, é preciso primeiro perguntar para que servia a obra (Börm, 2015a).

Se comparado com IM, a HS mostra como se podem apresentar os mesmos factos com leituras diferentes. Scott (1985) defende que IM pode não ter querido fazer em si um panegírico a Justiniano, mas ter-se-á limitado a transcrever anais e datas de fontes oficiais, que fariam propaganda ao monarca. Por seu turno, a oposição usava as mesmas fontes para inverter os factos. Por exemplo, PC vê as construções de Justiniano como gastos inúteis de dinheiro; IM elogia-as. Scott (1985) defende que o reinado de Justiniano ficou marcado pela luta entre duas fações: uma velha aristocracia, ligada ao classicismo, e uma nova elite, que apoiou as medidas do imperador. PC fazia parte do primeiro grupo.

Kaldellis (2017b) defende que perante o medo, os autores da Antiguidade tentavam escrever de forma velada. Compete aos historiadores “ler” os silêncios nas suas

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

obras. Defende que os que nada queriam ganhar do poder conseguiam ser mais críticos. Os que escreviam para o poder eram menos livres. Os primeiros seriam os mais velhos, que já pouco temiam. Os mais novos compunham o segundo grupo. O grau de repressão variava. Havia, contudo, um grupo minoritário que ousava criticar o imperador. Aqui, Kaldellis (2017b) afirma que se tratava de uma prática ou estilo literário algo desvalorizado, a *parrhesia*, em que um escritor de prestígio e grande virtude moral arriscava a vida para expor os males de um dado rei, com o fim de exortar à mudança. Podia-se fazer de forma negativa (criticando os maus exemplos) ou de forma positiva, através da apologia de um rei ou de um modelo exemplar. Kaldellis (2017b) defende que a *parrhesia* e o panegírico eram duas técnicas complementares, de certo modo duas faces da mesma moeda, com o mesmo objetivo final. A *parrhesia* era prática comum na Antiguidade clássica, continuando na Antiguidade Tardia. Fazia parte da cultura intelectual da Antiguidade e era um arquétipo moral a que um escritor queria aspirar. As obras mais críticas tenderam a pensar no sucesso após a morte do autor, não em vida do mesmo (Kaldellis, 2017b).

Conclusão

A HS é verdade? Mentira? Um conjunto de meias-verdades? É sem dúvida uma obra de enorme complexidade e que continua a fascinar. Por que razão é que um dos historiadores mais bem-sucedidos de Bizâncio decide escrever uma obra em contradição com o que escrevera numa obra anterior? Decerto não ignorava que o público questionasse a sua credibilidade e motivação. Um autor que está no auge da fama, em 550, sentindo um eminente golpe contra o imperador, pode perfeitamente ter percebido a necessidade de escrever uma obra em que se distanciava do poder. Contudo, isso não significa que o próprio autor não pudesse, por si mesmo, criticar o imperador e a sua política em segredo. O medo de represálias decerto condicionaria alguns. Outro aspeto condicionador é o uso da história para a defesa de uma qualquer agenda política. São dois dos maiores tipos de pressão que um historiador sofre.

Há na obra uma tal violência de palavras e descrições, que parecem de certo modo sugerir um ódio genuíno de PC ao imperador. Dever-se-ia a uma desilusão com este? A um certo remorso de PC por ter contribuído para um governo que se revelara desastroso?

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Daí a grande violência de palavras, como que querendo em cada descrição, em cada linha, frisar a clara demarcação entre si e o imperador? Ciente que escrevera o DB pouco antes, e que este se tornara um grande sucesso, PC saberia que seria associado eternamente a um governo desastroso. Com a HS quis garantir que a posteridade não o associasse mais a Justiniano? Provavelmente, porque quem começa por ser um grande apoiante de um regime, quando se desilude, reage desproporcionalmente, querendo, por todos os meios, demarcar-se do mesmo.

A isto junte-se o receio de PC ser atacado, em caso de Justiniano ser derrubado. O ódio ao imperador, quer fosse um ódio existente desde sempre, ou uma desilusão de um ex-apoiante, somado ao receio de ser preso ou executado aquando do hipotético golpe de 550, podem explicar a grande violência verbal da HS. Isso não significa que tudo o que escreveu fosse verdade, nem que tudo fosse mentira. O tom confessional e emotivo da obra torna provável que PC detestasse Justiniano. Certos pormenores da obra mostram que PC tinha uma visão própria da situação em Bizâncio. A defesa da liberdade religiosa, a compaixão pelos heréticos, judeus e pagãos perseguidos, a exposição dos processos por delitos fiscais e homossexuais como um embuste, mostram que PC tem uma visão própria das coisas, em vez de debitar clichés sobre a tirania e repressão. Para agradar à elite aristocrática, que pretenderia derrubar Justiniano, bastar-lhe-ia escrever um libelo com meia dúzia de clichés sobre a tirania e a repressão, decalcados de qualquer história. Isto bastaria para o salvar em caso de golpe. Não precisava de mostrar compaixão pelos heréticos. Ou de expor os esquemas de corrupção em tão grande detalhe como faz. A descrição detalhada de todos os aspetos do reinado e a linguagem feroz que adota mostram uma vontade de expor a verdade, de destruir a imagem de Justiniano e Teodora.

As imprecisões que a obra tem, as contradições, o estilo intimista e confessional, tornam pouco provável que fosse uma história fabricada ao mais alto nível pela oposição. O facto interessante de não ter sido publicada após a morte de Justiniano, e ter permanecido oculta por séculos, adensa mais a ideia que se tratou de uma obra íntima, que PC que terá revelado a apenas alguns próximos, não um panfleto detido pela oposição a Justiniano. Os verdadeiros motivos de PC são algo que nunca se poderá inteiramente saber.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Contudo, as acusações são uma mistura de factos com mitos e padrões literários. Os pormenores sexuais explícitos procuravam, provavelmente, ganhar um grande público. Se assumirmos que PC escrevera a HS para relatar para a posteridade o que fora o reinado de Justiniano, é provável que tivesse a noção que seria lida por um público massivo e heterogéneo. Se a parte final da obra, com as descrições da situação económica e fiscal, poderiam interessar mais aos historiadores, as partes iniciais, com as descrições da vida de Belisário, Antonina, Justiniano e Teodora, os pormenores explícitos, os temas como fugas espetaculares, exílios, traição, corrupção moral, sem dúvida, cativariam as massas. O sucesso que a obra teve, a sua influência cultural, visível nos vários romances históricos que originou, mostra que a intuição de PC estaria certa. Durante toda a obra, nunca fala para os homens da sua época. Esses saberiam qual fora a situação, qualquer que esta tenha sido. O seu introito dirige-se sempre à posteridade, às pessoas que séculos depois leriam a obra e ficariam com a sua versão dos factos. A ausência de apelos aos homens da sua era para que derrubassem Justiniano, mostra que o público-alvo de PC é a posteridade. E isto sugere ainda mais a ideia de que a obra foi o produto de um homem que ou ficara desiludido com o rumo de Justiniano, ou que sempre o detestara e que saberia que a vitória final seria a sua, através da HS.

Bibliografia:

Fontes:

PROCOPIUS (1966), *The Secret History*. Ed. por RADICE, Betty; BALDICK; Robert. Trad. de G. A. Williamson, Middlesex, Penguin Books.

PROCOPIUS (1971), *History of the Wars, Massachusetts*, Harvard University Press. Traduzido por H.B. Dewing.

PROCOPIUS (2014), “De Aedificiis”, *Cuadernos monográficos de Historia del Próximo Oriente Antiguo*, vol.7, pp.9-136 [consulta em 10/2017]. Introdução, notas e tradução de Miguel Periago Lorente. Disponível em http://www.um.es/cepoat/estudiosorientales/?page_id=291.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

Estudos:

ADSHEAD, K. (1993), “The Secret History of Procopius and its genesis”, *Byzantion*, vol.63, pp. 5-28 [Consulta em 10/2017]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44172096>.

ARISTOPHANES (1853), *Clouds. The Comedies of Aristophanes*. Ed. William James Hickie, London, Bohn, In PERSEUS (s.d.) [Consulta em 10/2/2019]. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0019.tlg003.perseus-eng1:1-24>.

BLAUDEAU, Philip. (2013), “Différentes évaluations d’une crise: considérations de l’empereur Justinien et du pape Vigile sur la situation ecclésiastique à la veille de la controverse des Trois Chapitres (540)”, *Adamantius*, vol.19, pp.313-324.

BOY, Renato Viana (2011), “La Historia de las guerras: un estudio sobre las descripciones de los bárbaros en Procopio de Cesarea- siglo VI”, *Bizantion Nea Hellás*, vol. 30, pp. 159-174.

BORDET, Marcel (1995), *Síntese de história romana*, Porto, Asa.

BÖRM, Henning (2015a), “Procopius, his predecessors, and the genesis of the Anedocta” in Henning Börm (dir.), *Antimonarchic Discourse in Late Antique Historiography*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, pp. 306-346.

BÖRM, Henning (2015b), “Antimonarchic discourse in Antiquity: a very short introduction” in Henning Börm, *Antimonarchic discourse in Antiquity*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag.

BRUBAKER, Leslie (2004), “Sex, lies and textuality: the secret History of Prokopios and the rhetoric of gender in sixth-century Byzantium” in Leslie Brubaker; Julia M.H. Smith, *Gender in the early medieval world: East and West, 300-900*, Cambridge, Cambridge University Press.

CAMERON, Averil (1985), *Procopius and the Sixth Century*, Los Angeles, University of California Press.

CAMERON, Averil (2004), *review de Procopius of Caesarea: Tyranny, History and Philosophy at the end of Antiquity*, de Anthony Kaldellis, *American Historical Review*, pp.1621

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

CAMERON, Averil (2014), "Writing about Procopius then and now." in LILLINGTON-MARTIN, Christopher (ed.); TURQUOIS, Elodie (ed.), *Procopius of Caesarea: Literary and Historical Interpretations*, Abingdon, Routledge, Chapter 1, pp.13-26.

CORPUS CHRISTI COLLEGE (2014), "Reinventing Procopius: New Readings on Late Antique Historiography", Oxford, Corpus Christi College, [Consulta em 10/2/2019]. Disponível em: <http://procopius2014.blogspot.pt/p/speakers.html>

CURTIUS, Ernst Robert (1990), *European literature and the latin middle ages*, Princeton, Princeton University Press, pp.162.

DURÁN, Marcelo Aguirre (2010), "Prouidentia et Peccatum: La teología de la historia en autores galo-hispanos de la Antigüedad tardía y la alta Edad Media. De Sulpicio Severo a San Isidoro de Sevilla", *Anuario Historia de la Iglesia*, vol. 19, pp.506-511 [Consulta em 9/2017]. Disponível em: <http://dadun.unav.edu/handle/10171/15917>.

EVANS, James A.S. (1970), "Justinian and the Historian Procopius" *Greece & Rome*, vol. 17, pp.218-223 [Consulta em 10/2017]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/642766>.

FOLGER SHAKESPEARE LIBRARY (2015), *The Secret History (of a publication)*, [Consulta em 12/2017]. Disponível em: <https://collation.folger.edu/2015/12/the-secret-history-of-a-publication/>.

GREATREX, Geoffrey (2014), "Perceptions of Procopius in recent scholarship", *Histos*, vol.8, pp.76-121.

JOHNSON, Gary (1993), *The Chronicles of Spain: A discussion of some trends in Spanish History found in the chronicles of Hydatius of Lemica, John of Biclaro, Isidore of Seville, and the Chronicle of Zaragoza*, Queensland, University of Queensland.

KALDELLIS, Anthony (2004-2006), "Classicism, Barbarism, and Warfare: Prokopios and the Conservative Reaction to Later Roman Military Policy", *American Journal of Ancient History*, vol.3-4, pp.189-218 [consulta em 10/2017]. Disponível em: <http://kaldellispublications.weebly.com/>.

KALDELLIS, Anthony (2004), "Identifying dissent circles in sixth century Byzantium: The friendship of Prokopios and Ioannes Lydos", *Florilegium*, vol.21, pp.1-17 [consulta em 10/2017]. Disponível em: <http://kaldellispublications.weebly.com/>

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

KALDELLIS, Anthony (2009), "The Date and Structure of Prokopios' Secret History and His Projected Work on Church History", *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, vol. 39, pp.585-616 [Consulta em 10/2017]. Disponível em: <https://osu.academia.edu/AnthonyKaldellis>.

KALDELLIS, Anthony (2012), "Byzantine philosophy inside and out: Orthodoxy and dissidence in counterpoint" in K. Ieorodakou; D. Bydén, *The Many Faces of Byzantine Philosophy*, vol.1, pp. 129-151, Athens, The Norwegian Institute at Athens.

KALDELLIS, Anthony (2015), "The Byzantine conquest of Crete (961 AD), Prokopios' Vandal War, and the Continuator of the Chronicle of Symeon", *Byzantine and Modern Greek Studies*, vol. 39, nº2, pp. 302-311 [consulta em 10/2017]. Disponível em: <https://osu.academia.edu/AnthonyKaldellis>.

ACADEMIA EDU (s.d.), *Anthony Kaldellis*. [Consulta em 10/11/2017]. Disponível em: <http://osu.academia.edu/AnthonyKaldellis>

KALDELLIS PUBLICATIONS, Anthony (s.d.), *Anthony Kaldellis Publications*. [Consulta em 11/11/2017]. Disponível em: <http://kaldellispublications.weebly.com>

KALDELLIS, Anthony (2017a), "The Social Scope of Roman Identity in Byzantium: An Evidence-Based Approach." *Byzantina Symmeikta*, pp. 173-210.

KALDELLIS, Anthony (2017b), "Did the Byzantine Empire had "Ecumenical" or "Universal" Aspirations?" in ANDO, Clifford; RICHARDSON, Seth, *Ancient States and Infrastructural powers*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, Chapter 9, pp. 272-301.

KALDELLIS, Anthony (2017c), "How Perilous Was It to Write Political History in Late Antiquity?", *Studies in late antiquity*, vol. 1, nº 1, pp.38-64 [Consulta em 10/2017]. Disponível em: <http://sla.ucpress.edu/content/1/1/38>.

KORTE, Nadine Elizabeth (2005), "Procopius' Portrayal of Theodora in the Secret History: 'Her Charity was Universal'", *Hirundo: The McGill Journal of Classical Studies*, vol. III, pp.109-130.

MENDELSON, Daniel (2011), "God's Librarians", *The New Yorker*, [consulta em 12/2017]. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2011/01/03/gods-librarians>.

Rute Russo - A História Secreta de Procópio de Cesareia: O debate e a renovação historiográfico - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 87-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a4

PAZDERNIK, Charles F. (2004.), Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity, *History: Reviews of New Books*, vol. 33:1, p. 36

SCOTT, Roger D. (1985), “Malalas, The Secret History, and Justinian's Propaganda”, *Dumbarton Oak Papers*, vol. 39, pp.99-109 [consulta em 9/2017]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1291517>.

THUCYDIDES (1993), “The History of the Peloponesian War” in Thucydides; Herodotus, *The History of Herodotus – the History of the Peloponesian War*, Chicago, Encyclopaedia Britannica.

WILLIAMSON, G.A. (1966), “Introduction”, in PROCOPIUS, *The Secret History*, Middlesex, Penguin Books, pp. 19-25.

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana*

Thoughts on the representation of the “portuguese” territory in the *Historia Compostellana*

Réflexions sur la représentation de l’espace “portugais” dans *Historia Compostellana*

Reflexiones sobre la representación del espacio “portugués” en la *Historia Compostellana*

Mariana Fonseca Barros
FLUP-Universidade do Porto
mariana21barros@hotmail.com

Resumo: Partindo da leitura da *Historia Compostellana*, o presente estudo trata o modo como os cronistas da Igreja de Santiago de Compostela, ao longo da primeira metade do século XII, entendiam e representaram o espaço “português” do seu tempo. Escrevendo ao serviço do prelado Diego Gelmírez (1100-1140), estes autores deixaram no seu relato várias considerações sobre o território a sul do Minho e o poder que as elites exerciam sobre ele, território que, à época, se ia gradualmente autonomizando em relação ao reino de Leão.

Palavras-chave: historiografia medieval, *Historia Compostellana*, condado portugalense

Abstract: Based on the reading of the *Historia Compostellana*, this study analyses how the chroniclers of the Church of Santiago de Compostela, throughout the first half of the twelfth century, understood and portrayed the “portuguese” region of their time. Writing under the guidance of the prelate Diego Gelmírez (1100-1140), these authors left on their story several considerations about the territory south of Minho and the authority the elites exerted over it, territory that, at the time, was gradually becoming autonomous from the Leonese kingdom.

Keywords: medieval historiography, *Historia Compostellana*, portugalense county

Resumen: Partiendo de la lectura de la *Historia Compostellana*, este estudio trata la forma como los cronistas de la Iglesia de Santiago de Compostela, a lo largo de la primera mitad del siglo XII, entendían y representaron el espacio “portugués” de su tiempo. Escribiendo al servicio del prelado Diego Gelmírez (1100-1140), estos autores dejaron en sus narraciones varias consideraciones sobre el territorio a sur de Miño y el poder que las élites ejercían sobre él, territorio que, en esa época, se hacía autónoma paulatinamente en relación con el reino de León.

Palabras claves: historiografía medieval, *Historia Compostellana*, condado portugalense

Résumé: A partir de la lecture de *Historia Compostellana*, la présente étude traite la façon dont les chroniqueurs de l’église de Santiago de Compostela, tout au long de la première moitié du douzième siècle, ont compris et représenté l’espace “portugais” de leur temps. En écrivant au service du prélat Diego Gelmírez (1100-1140), ces auteurs ont laissé dans leur récit plusieurs considérations sur le territoire situé au sud du Minho et le pouvoir que les élites y ont exercé, territoire qui à l’époque devenait peu à peu indépendant par rapport au royaume de Léon

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

Mots clés : historiographie médiéval, *Historia Compostellana*, comté portugalense

A *Historia Compostellana*, uma crónica episcopal escrita entre 1109 e 1149, em Santiago de Compostela, por cónegos próximos do prelado Diego Gelmírez (1100-1140), reúne várias referências a temas “portugueses”. Noutro momento, estas informações permitiram estudar a imagem que, numa perspetiva global e partindo de uma análise personalizada, esta obra historiográfica projeta dos protagonistas políticos e eclesiásticos do “Portugal” contemporâneo dos cronistas compostelanos (Barros, 2018). As observações que agora são apresentadas incidem no modo como estes autores conceberam o espaço “português”, tendo como objetivos primordiais compreender os momentos em que “Portugal” sobrevém no texto entendido no seu todo e aqueles que destacam regiões dentro deste conjunto territorial, analisar a evolução política deste território ao longo da narrativa e, por fim, comentar as passagens em que se faz sentir a influência da geografia política sobre a eclesiástica neste espaço. Estas reflexões vêm completar aquele trabalho e, uma vez que muitas delas implicam, naturalmente, algumas das figuras abordadas nesse estudo, alguns dos assuntos que aí foram desenvolvidos devem ser aqui recuperados, de forma mais sintética ou sob outras perspetivas¹.

Atendendo, antes de tudo, ao conceito de “Portugal” e aos significados que assume na crónica compostelana, verifica-se que se refere, por vezes, à diocese portuense quando pretende evocar o bispo Hugo do Porto – *Hugo Portugalensis episcopus*. A propósito disso, deve assinalar-se o momento em que Emma Falque traduz *Portugalensem*, por lapso, como “bispo de Portugal”, quando deveria ler-se “bispo do Porto” (*Historia Compostelana*, 1994: 517)². O vocábulo é aplicado igualmente no

¹ O trabalho foi desenvolvido com base nas edições da obra de Emma Falque – a edição crítica latina (*Historia Compostellana*, 1988) e a tradução do texto para castelhano (*Historia Compostelana*, 1994) –, bem como numa tradução mais antiga de Manuel Suárez e José Campelo (*Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago*, 1950). Esta fonte é também citada como *HC* nas referências relativas à edição latina de 1988. Dividindo-se a crónica em Livros, e estes, por sua vez, em capítulos, os números romanos referem-se ao Livro e os árabes ao capítulo; um segundo número árabe pode surgir, no caso de haver subdivisões do capítulo. Sobre os vários autores da crónica e os períodos de composição da obra, seguimos as teorias desenvolvidas por López Alsina (López Alsina, 2015: 47-100).

² *Compostellanus uero, audita regali petitione et agnita eius uoluntate, quia Salamanticensis electi, utpote suffraganei sui, consecratio ad eum spectabat, episcopos Minduniensem, Lucensem, Auilensem, Portugalensem, Tudensem et abbates totius prouincie per litteras suas inuitauit.* (*Historia Compostellana*, 1988, L. III, cap. 15).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

sentido lato, referindo-se a toda a área que se estendia do Minho ao Mondego, como se pode perceber pelos títulos dos seus governantes, designadamente D. Teresa, que era *Portugalensis regina*, e Afonso Henriques, intitulado *Portugalensis infans*³.

Alguns episódios tratam questões eclesiásticas que diziam respeito a toda a Hispânia, pelo que Portugal surge nestas passagens entendido no seu todo, como uma região equivalente à Galiza, Aragão ou Castela, a zonas um pouco mais reduzidas como Tierra de Campos, ou mais abrangentes, como a Estremadura, entendida no século XII como a zona de fronteira com o Islão, abarcando cidades como Toledo e Salamanca. Este é o caso do capítulo que comenta os decretos discutidos no concílio de Leão de 18 de outubro de 1114, e promulgados no concílio de Compostela de 17 de novembro desse mesmo ano, que deveriam ser observados tanto “em terra de Campos e em Castela, como em Portugal e na Galiza, igualmente nas Estremaduras e em Aragão”⁴.

Outros capítulos narram o percurso de legados papais por terras peninsulares e, pelo menos duas vezes, a região “portuguesa” é uma das visitadas por esses enviados: sobre Deusdedit, que celebrou um concílio em Valladolid em 1123, o cronista Pedro Marcio escreve que o cardeal “chegou às regiões hispânicas (...) para visitar as igrejas da Hispânia” e que, “saindo de Compostela, dirigiu-se a Braga e, por terras de Portugal, foi até Tierra de Campos”⁵. Acerca de Humberto, enviado à Península Ibérica pelo papa Honório no outono de 1129, o mesmo cronista refere que esteve oito dias em Compostela, se dirigiu depois “a Portugal e, desviando o seu caminho, chegou finalmente a Carrión”⁶. Ainda que os assuntos tratados nestes dois últimos exemplos sejam de cariz peninsular e, como tal, respeitem a Portugal no seu conjunto, deve notar-se que o espaço visitado por estes cardeais, na realidade, corresponde à região de

³ Para a evolução do termo *Portucale*, leia-se Merêa (2006).

⁴ *Illi autem, qui neglexerint, tam in Campis et in Castella, quam in Portugali et in Gallecia, necnon in Extremitatibus, et Aragonia anathemati subiacebunt, et in eorum terra uel dominatione diuinum officium nullatenus celebrabitur preter penitentiam et baptisterium.* (HC, I, 101.2).

⁵ (...) *quidam Romane ecclesie cardinalis Deusdedit a latere ipsius Pape delegatus in partes Hispanas uenit, Hispanie regionis ecclesias sollicitate uisitaturus (...). Hoc et aliis negotiis Compostelle deliberatis, accepta a domino Compostellano benedictione, Compostella egressus Bracharam et per partes Portugalenses in Campanas partes profectus est (...).* (HC, II, 70.1).

⁶ (...) *et ille [Honorius] Hubertum uenerabilem uirum kardinalem et presbiterum a suo latere in partes Hispanas destinauit (...). Hic cardinalis Conpostellam ueniens a domino Conpostellano beniuole et accurate est receptus et diligenter atque honorifice pertractatus, ibique VIII dies est commoratus. Unde discedens Portugaliam adiit et, flexo itinere, Karrisonem (...).* (HC, III, 14.1).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

Portucale, a norte do Douro. De facto, deveriam ter sobretudo interesse em visitar Braga, sede da metrópole eclesiástica – Pedro Marcio deixa entender isso mesmo no primeiro excerto, e tanto Humberto como Deusdedit seguem para Carrión e Tierra de Campos, respetivamente, ou seja, nenhum dos dois se terá deslocado além de Braga.

Outras passagens, por sua vez, mencionam expressamente uma porção de território em Portugal e delimitam-na pela linha do Douro. Esse é o caso do senhorio que a igreja de Santiago possuía em território “português” – as igrejas de S. Vítor e de S. Frutuoso, em Braga, e a vila da Correlhã, em Ponte de Lima: num dos vários capítulos relativos a este assunto, escreve o cónego Geraldo que essas possessões se situavam “em terras de Portugal, desde o rio Lima até ao Douro”⁷. Deve notar-se, em primeiro lugar, que é curioso o cronista ter utilizado o rio Lima como limite em vez do Minho, que noutros momentos da crónica, como se verá, é tão marcadamente evocado como raia entre Portugal e a Galiza. É claro que a vila da Correlhã se situa a sul do Lima, mas é possível que Geraldo quisesse referir-se à fronteira entre os territórios diocesanos de Braga e Tui, que à época se estabelecia nesse rio, especificando a posse de lugares por Compostela na diocese bracarense (Marques, 2007).

Por outro lado, o espaço demarcado por Geraldo prolonga-se a sul até ao Douro, portanto, até ao território diocesano do Porto. Mais do que demonstrar que a igreja compostelana tinha propriedades na diocese de Braga, o objetivo do cronista era esclarecer que estas se situavam numa grande área “portuguesa”, e para isso delimita a antiga circunscrição portugalense que se compreendia entre o Lima e o Douro, destacando uma região dentro do Portugal mais amplo que continuaria a manter para o redator uma identidade própria.

Do mesmo modo, quando a rainha Urraca e o arcebispo Gelmírez empreendem uma expedição contra D. Teresa em 1121, “tomada grande parte de Portugal, o arcebispo e a rainha sitiaram a mesma rainha de Portugal na fortaleza de Lanhoso e levaram os seus acampamentos até ao Douro”⁸. À semelhança da anterior, esta afirmação afigura-se exagerada, pois Geraldo desejava novamente demonstrar o poder

⁷ (...) *medietatem possessionum et hereditatum, quas habet ecclesia sancti Iacobi in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium, scilicet medietatem ecclesie sancti Victoris et sancti Fructuosi cum omnibus appendiciis suis et medietatem uille, que uocatur Corneliana (...).* (HC, I, 81.3).

⁸ *Post hec non modica parte Portugalie uendicata archiepiscopus et regina obsederunt ipsam Portugallie reginam in castro nomine Laniosio et castra usque ad Dorium protenderunt.* (HC, II, 42.1).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

militar do arcebispo de Compostela a sul do Minho, alongando a sua intervenção até àquele rio, que aparece de novo no texto como uma espécie de limite territorial. Neste sentido, lembra ao leitor a antiga divisão entre os condados de *Portucale* e de Coimbra e, de tempos mais recuados, o período romano, em que se tornou a fronteira entre as províncias da Galécia e da Lusitânia, carácter que parecia ainda não ter perdido completamente na primeira metade do século XII.

Por último, num episódio que enumera as “regiões costeiras”, na tradução de Emma Falque, ou “costas marítimas”, na tradução de José Campelo, que se situavam na área compreendida entre Coimbra e os Pirenéus e que eram alvo de ataques de muçulmanos, Geraldo começa por referir Portugal e nomeia depois outros locais galegos, como Salnés, Nemancos e Trasancos, e termina com a terra de Santillana, na Cantábria⁹. Seguindo as traduções destes dois autores, *Portugalliam* equivale a Portugal – toda a região que ia de Coimbra até ao Minho ou à ria de Vigo, como menciona Campelo nas suas notas (*Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez...*, 1950: 193). De facto, a primeira ideia que retiramos desta leitura é a de que o cronista pretendia explicar que os muçulmanos devastavam toda a costa “portuguesa”. Contudo, uma vez que Geraldo inclui Portugal depois da cidade de Coimbra, e cidades galegas ou regiões de pequena dimensão depois de Portugal, este *Portugalliam* poderá antes referir-se a um território também mais pequeno, como seja o que se alonga a partir do Douro – isto é, o velho condado de *Portucale* –, ou ainda à cidade do Porto, que das três principais cidades “portuguesas” da época – Braga, Porto e Coimbra –, era a mais próxima da costa. Note-se, além disso, que não é feita uma associação direta entre Coimbra e Portugal, mas é antes instituído que existiam várias regiões costeiras desde Coimbra, a começar pela de *Portugalliam*.

Efetivamente, observando os lugares “portugueses” a sul do Douro que a crónica focaliza – Lisboa, que durante um breve período fez parte do território governado por D. Raimundo, e Coimbra, onde durante mais tempo assentou a fronteira com o Islão na cronologia retratada na obra –, verificamos que não são cidades explicitamente situadas

⁹ (...) et nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos, uidelicet Portugalliam, Morracios, Saliniensium fines, Pistomarchos, Gentines, Nemancos, Sonariam, Salagiam, Bregantinos, Nemitos, Prucios, Bisancos, Trasancos, Viuariam, Ourios, Nauiam, ceterosque maritimos Asturum fines terramque sancte Iuliane depopulando uastabant. (HC, I, 103.1).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

em Portugal, como acontece com o espaço entre o Douro e o Minho ou o Lima. Estas cidades só são referidas a propósito dos conflitos entre cristãos e sarracenos, como se apenas fossem consideradas pelos cronistas compostelanos neste contexto (excetuando os momentos em que “Coimbra” indica a sede da diocese).

O episódio já mencionado sobre as razias de muçulmanos em território cristão refere as cidades costeiras no sul da Península, sob ocupação islâmica, de onde partiam esses navios de sarracenos. Estes provinham de Sevilha, Silves, Lisboa, ilha de Saltés e de Cacela, no Algarve, como propõe José Campelo para a origem dos *Castellenses* (*Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez...*, 1950: 281)¹⁰. De um modo geral, eram sarracenos que habitavam “nas costas desde Sevilha até Coimbra” e, contornando a costa do Noroeste peninsular, “devastavam e saqueavam as regiões costeiras desde Coimbra até aos Pirenéus”¹¹. Coimbra aparece neste excerto, assim, como a cidade fronteiriça de referência que dividia as duas civilizações.

Um outro capítulo do segundo Livro segue no essencial o relato anterior, aludindo novamente à origem dos muçulmanos¹² – estes vinham de Sevilha, Almería, Lisboa e de outros lugares junto à costa, e deslocavam-se até à Galiza, destruindo, roubando e matando em território cristão¹³. O cronista especifica de seguida um desses ataques, narrando que os sarracenos de Sevilha e de Lisboa atacaram Santiago de Compostela com vinte navios¹⁴. Num terceiro capítulo, a importância da cidade de Lisboa é de novo salientada – trata-se de um conjunto de relatos sobre momentos em que Diego Gelmírez se encontrou em perigo, mas ficou a salvo graças à intervenção divina, num claro elogio do prelado ao demonstrar o seu favorecimento por Deus. O

¹⁰ Estes povos, segundo Emma Falque e José Campelo, correspondem a importantes reinos Taifas submetidos aos Almorávidas no final do século XI (*Historia Compostelana*, 1994: 245; *Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez...*, 1950: 192).

¹¹ *Hisdem temporibus Hispalenses, Saltenses, Castellenses, Siluenses, Lisbonenses ceterique Sarraceni ab Hispali usque ad Colimbriam confinia maris incolentes naues construere consueuerant, et nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos (...).* (HC, I, 103.1).

¹² Ambos os episódios se situam algures em 1115, de acordo com José Campelo (*Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez...*, 1950: 282). Segundo Emma Falque, este segundo capítulo pode ser simplesmente outra redação dos mesmos acontecimentos relatados em I, 103, também por mestre Geraldo, ou uma narração reelaborada por outro cronista (*Historia Compostelana*, 1994: 340, nota 171).

¹³ *A temporibus A. regis bone memorie Sarraceni ab Hispali, ab Almaria, Olisbona et a ceteris locis mari finitimis nauigio in Galliciam uenire consueuerant.* (HC, II, 21).

¹⁴ *Quodam denique tempore Sarraceni Hispalenses et Olisbonenses in uiginti nauibus prouinciam beati Iacobi inuadunt et multitudine sua uallati circumquaque depopulantur.* (HC, II, 21).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

primeiro narra o confronto entre as tropas muçulmanas e as cristãs nas proximidades de Lisboa, provavelmente uma expedição levada a cabo por D. Raimundo, em finais de 1094 ou princípios de 1095, para recuperar a cidade que entretanto caíra em poder das forças islâmicas (Amaral; Barroca, 2012: 115-116). Gelmírez, que por essa altura desempenhava a função de chanceler e notário do conde, acompanhou-o nessa expedição e pôde testemunhar a pesada derrota dos cristãos que encontramos na narrativa¹⁵.

O que se retém destes excertos é o interesse da localização estratégica de Lisboa, acima de tudo considerada um dos mais importantes centros islâmicos e uma cidade disputada entre muçulmanos e cristãos em finais do século XI, o que acabou por resultar na sua separação dos domínios de D. Raimundo. A acrescentar a isto, e à semelhança de Coimbra, Lisboa não é associada a Portugal no excerto que se refere a este conde. Seguindo a interpretação que se apresentou para o território entre o Minho e o Douro, talvez a área cristã a sul deste rio constituísse, na ótica dos cronistas de Santiago de Compostela, um conjunto territorial suficientemente distinto e ainda um pouco afastado da realidade do núcleo portugalense tradicional, apesar de os capítulos analisados terem sido compostos já no período do governo de D. Teresa e de Afonso Henriques¹⁶.

Considerando o modo como os cronistas entendiam o poder exercido sobre Portugal no seu sentido mais amplo, é possível observar no texto um desenvolvimento progressivo da autonomia política deste território, desde o tempo em que era governado por D. Raimundo até à época de chefia de Afonso Henriques (de 1090/91 a 1139, ano em que termina o relato compostelano).

Relativamente a D. Raimundo (1090/91-1096), um dos capítulos designa-o “senhor de toda a Galiza”, sem que possamos precisar a data do momento relatado, mas tudo indica que Geraldo se refere à Galiza nuclear, visto que as datas extremas do

¹⁵ *Cum igitur idem archiepiscopus ante episcopatum post primam uidelicet honoris beati Iacobi preposituram in procinctum cum comite R. et cum optimatibus Galletie ad extirpandam tenderet perfidiam gentilium, Sarraceni collectis undique uiribus Christicolorum castra prope Olibonam circumdantes inmensa obsederunt bellatorum multitudine. (...). (HC, II, 53.1).*

¹⁶ De facto, embora no tempo de D. Henrique “Portugal” designasse já todo o espaço que o conde governava, a zona de “Portucale” (ou “Portugale”, como lhe chama Paulo Merêa), mantinha ainda uma individualidade face ao território conimbricense. Estes dois blocos, de resto, persistiram diferenciados durante algum tempo na documentação. D. Henrique, por exemplo, aparece algumas vezes como governando “Portugal e Coimbra” (Merêa, 2006; Mattoso, 1985a: 89-91).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

intervalo de possibilidades vão de 1100 a 1107¹⁷. Duas outras passagens, porém, são mais dúbias quanto ao exato significado da expressão “governo da Galiza”.

Uma delas informa que, quando D. Raimundo obteve o governo da Galiza, houve um desentendimento entre os cidadãos de Compostela e os senhores galegos, a que o conde tentou pôr termo com um decreto, emitido a 24 de setembro de 1095¹⁸. Depreende-se, por isso, que o problema apontado pelo cónego Munio Afonso data da época em que D. Raimundo governava toda a faixa ocidental do reino leonês, e que deveria ter iniciado por altura da chegada do conde ao Noroeste peninsular. Pretenderia o redator compostelano evocar a Galiza alto-medieval e, concretamente, remeter para o momento da concessão deste território a D. Raimundo por Afonso VI?

A mesma expressão é utilizada por Geraldo quando descreve a reunião que teve lugar em Leão, em dezembro de 1107, após a morte do conde. Neste evento, de acordo com a *Historia Compostellana*, Afonso VI recorda perante os senhores galegos que D. Raimundo tinha obtido “todo o governo e todo o direito da Galiza”¹⁹. Também neste episódio é ambíguo se o cronista alude apenas à Galiza nuclear ou especificamente ao momento em que foi entregue a D. Raimundo toda a zona ocidental dos domínios de Afonso VI. Neste conselho, os nobres galegos juraram ao infante Afonso Raimundes que este seria rei da Galiza se a sua mãe casasse novamente, decisão que remete, pelo menos teoricamente, para o antigo reino de Garcia II, apesar de D. Henrique (1096-1112) já governar a região “portuguesa” há vários anos quando decorreu a reunião (Portela Silva, 2001: 47-49; Sánchez Sánchez, 2001: 149, 154; Oliveira, 2007: 25). O certo é que em 1111, em Santiago de Compostela, Afonso Raimundes acabou por ser

¹⁷ *Unde predictus archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus admodum compatiens, participato consilio cum Adefonso catholico rege Hyspanie et cum genero eius comite Raimundo totius Gallicie domino necnon cum canonicis beati Iacobi et cum principibus Gallicie, predictum castellum firmissimo muro clausit et turribus excelsis muniuit, sicut res indicat usque in hodiernum diem.* (HC, II, 23). O episódio refere-se ao reforço de um castelo a mando de Gelmírez quando já era bispo, e situa-se seguramente entre 1100 – o início do seu episcopado – e 1107 – ano da morte de D. Raimundo.

¹⁸ *Supradicto namque consule Raimundo, qui tam ingenii claritate quam generis nobilitate inter Occidentales emicuit, Galletie regimen optinente, inter Compostellanos ciues contra nobiles terrarum principes magnam dissensionem ortam esse cognoscimus (...).* (HC, I, 23). O decreto encontra-se em López Ferreira (1900, tomo III, apêndice VII, p. 36-38).

¹⁹ *Omne equidem Galletie regimen et ius pueri pater optinuit et ideo omnes uos, qui eius iura et honores eo uiuo tenuistis et eo mortuo adhuc tenetis, filio eius, nepoti meo, procul dubio famulatuos exhibeo et totam ei Galletiam concedo, si eius mater Vrraca uirum ducere uoluerit (...).* (HC, I, 46).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

coroado rei da Galiza ou de Leão, consoante as interpretações, mas seguramente sem contemplar o território “português” caso se tivesse tratado da primeira hipótese (Portela Silva, 2013).

Como analisou Ermelindo Portela a partir dos documentos redigidos por Diego Gelmírez enquanto notário do conde, o futuro prelado apresenta o poder de D. Raimundo como emanando diretamente de Deus e não do rei, manifestando, assim, o prolongamento da ideia de soberania que vinha desde o tempo de Garcia II como rei desse território, que integrava *Portucale* e Coimbra (Portela Silva, 2007: 130-133). O mesmo autor defende que o bispo, nos primeiros anos do reinado de Urraca e do problema da sucessão ao trono leonês, já pretendia demarcar-se do conde portugalense e do espaço sobre o qual este tinha autoridade, liderando ele próprio o apoio aos direitos de Afonso Raimundes e passando a considerar a Galiza entendida nos seus limites atuais como a área de exercício da sua influência política (Portela Silva, 2016: 38-42).

Tendo em conta estas duas passagens e as expressões vagas utilizadas pelos cónegos compostelanos ao mencionarem a obtenção do governo da Galiza por D. Raimundo, pode ponderar-se que Gelmírez conceberia a ideia de uma restauração do antigo reino da Galiza sob o domínio do conde ou do seu filho, pelo menos a um nível ideológico e até ao início dos tumultos que se seguiram ao casamento de Urraca com Afonso I de Aragão, altura em que, depois de oscilar a sua posição, acabou por aderir à causa de Afonso Raimundes. O silêncio relativamente à autoridade de D. Henrique no condado portugalense que se faz sentir em toda a crónica vem sustentar esta interpretação²⁰.

Apenas num episódio D. Raimundo é identificado como governante de “Portugal”: Geraldo informa que, depois de o bispo Dalmácio falecer em 1096, Gelmírez foi nomeado pela segunda vez administrador da diocese compostelana pelo rei Afonso VI e pelo conde D. Raimundo, “que então possuía e governava a Galiza e a terra de Portugal e os seus senhorios”²¹. O redator opta por separar os dois territórios

²⁰ D. Henrique é uma figura apagada nesta obra historiográfica, sendo apenas referido duas vezes e sem qualquer destaque. Este silêncio poderá ter sido ditado, em parte, pela proximidade existente entre Diego Gelmírez e D. Raimundo, cujo poder se viu diminuído com a concessão do condado portugalense a D. Henrique (Barros, 2018: 37-43).

²¹ *Sed postquam, ut prelibauimus, episcopus ille priuatus fuit honore suo et Dalmachius succedens ei in episcopum persoluit iura nature, A. rex bone memorie et comes Raymundus gener ipsius regis, qui tunc*

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

subordinados ao conde, utilizando a expressão *Portugalensem terram et honores* para designar um espaço que, à semelhança da Galiza, tinha a sua própria identidade, mas que poderá referir-se tanto ao espaço correspondente ao Portugal mais amplo como à região portugalense, já que em alguns documentos D. Raimundo aparece também especificamente com poder em Coimbra (Renzi; Gomes, 2019, no prelo).

Independentemente do exato significado da expressão, foi precisamente pelo ano de 1096 que Afonso VI concedeu o território a sul do Minho a D. Henrique, pelo que não é muito surpreendente, atendendo a que estes dois acontecimentos sucederam no mesmo ano, que o cronista coloque ainda D. Raimundo com poder em Portugal, e menos ainda quando escreve este capítulo com uma certa distância temporal relativamente ao acontecimento. Todavia, ainda que esta seja a única vez em que a crónica associa D. Raimundo ao governo do espaço aquém-Minho, este episódio não deixa de ser significativo, na medida em que, numa perspetiva geral, D. Henrique nunca aparece no texto com poder em Portugal, quando esteve vários anos a chefiar o território e numa cronologia mais próxima da composição da obra.

Com efeito, seguindo a ordem cronológica da narrativa, quando esta volta a focar a governação do espaço “português”, decorre já o ano de 1114, após a morte de D. Henrique, data da primeira notícia sobre D. Teresa (1112-1128), que aparece como “infanta de Portugal” (HC, I, 99)²². Nesta fase, “Portugal” é já considerado pelos redatores como uma região com grande autonomia política e completamente separada da Galiza, não obstante a associação da condessa à Igreja e nobreza galegas, e também independentemente de o prelado compostelano a encarar como aliada em certas conjunturas, nomeadamente contra a sua irmã, a rainha Urraca. Essa autonomia verificava-se especialmente nos episódios que narram as tentativas de D. Teresa de ocupação de terras galegas, sobretudo no primeiro, datado de 1121 e escrito por Geraldo pela mesma altura.

Galletiam et Portugalensem terram et honores possidebat et regebat, uidentes hunc adolescentem perspicacem, bonis moribus adornatum, ueloci ingenio preeditum, cum consilio canonicorum prefecerunt eum ecclesie et honori beati Iacobi prepositum. (HC, II, 2).

²² Trata-se de uma carta do arcebispo Bernardo de Toledo enviada a Diego Gelmírez, que contém inserta outra de Pascoal II dirigida ao arcebispo de Braga, Maurício, datada de 18 de abril de 1114, pelo que a missiva do toledano datará do mesmo ano: JL 4733 (Latrão, 18 de abril de 1114) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCCLXXXVII, col. 350.

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

Desde logo, devem salientar-se as alusões ao rio Minho como fronteira entre Portugal e a Galiza, que assoma pela primeira vez no texto a propósito de uma questão eclesiástica – o conhecido roubo de relíquias bracarenses, perpetrado por Diego Gelmírez em 1102 –, mas que neste capítulo surge já bem estabelecida num sentido político e militar (Pallares Méndez; Portela Silva, 1996: 76-78). Do ponto de vista da crónica compostelana, este rio deveria constituir-se como uma barreira às pretensões de D. Teresa de exercer influência política além-Minho, como acontece igualmente com Afonso Henriques. É também o sentimento de segurança que o rio proporciona que indica a sua natureza fronteiriça – de um lado estava situado o exército do arcebispo e de Urraca, do outro o dos portugueses, e Gelmírez comenta que para os seus inimigos o rio era “como um muro” e que, atravessando-o, poderiam vencê-los. De facto, quando as tropas da rainha e do prelado “entraram nas fronteiras de Portugal”, provocaram a desorganização das hostes inimigas²³. Além disso, Urraca prepara o aprisionamento de Gelmírez para que tenha lugar após esta invasão, tendo em conta que deste lado do Minho o arcebispo não tinha tantos apoios como do lado galego²⁴.

Em segundo lugar, encontramos neste relato várias referências aos “portugueses”, o que acontece apenas mais uma vez num capítulo que recorda o mesmo episódio²⁵. Apesar de serem caracterizados como os inimigos tanto de Gelmírez como

²³ *Que ut nouit aduentum Compostellani archiepiscopi et regine eiusque exercitus, extimplo coadunato exercitu suo castrametata est in altera ripa Minei. Hinc exercitus archiepiscopi et regine considebat, illinc Portugalensium. Tunc archiepiscopus: «Si Portugalensium», inquit, «exercitum inaudendi nobis detur copia, uictoria est in manibus nostris. Ceterum Mineus utrumque disternat exercitum et hostibus nostris est tamquam murus. Quare Compostellani et Irienses nauigio temptent fluuium superare et insulam, que Portugalensibus habetur prior, (erat enim in medio fluminis insula) preoccupare festinent, alii nauibus, alii nando superent fluuium.» (...) Tunc exercitus archiepiscopi et regine fluuium transmeauit et Portugallie fines ingrediuntur seseque ad predam accingunt. Quid plura? Incendunt, rapiunt et terram hostium hostiliter inuadunt. (HC, II, 40).*

²⁴ *Cuius insidias cum sibi multo ante intendi cognosceret, noluit tamen ab eius seruitio aliquatenus declinare, sed eius iussis obtemperans suo cum exercitu in Portugalenses hostes sequitur profecturam et sperantem quod, quia illum in terra sua capere non poterat, in Portugallia, ubi tot uires sibi non subpeterent, licentius posset. (HC, II, 62.1). D. Teresa aconselha o arcebispo a fugir da sua irmã: «(...) Qua propter ad quodlibet meorum, ne capiatur, confugiat castellorum; sin autem in nauibus meis ad suam repedet ciuitatem. Alioquin, ex quo Mineum transmeabit, mancipabitur captioni.» (HC, II, 42.1).*

²⁵ *Hinc exercitus archiepiscopi et regine considebat, illinc Portugalensium. Tunc archiepiscopus: «Si Portugalensium», inquit, «exercitum inaudendi nobis detur copia, uictoria est in manibus nostris (...) Quare Compostellani et Irienses nauigio temptent fluuium superare et insulam, que Portugalensibus habetur prior, (erat enim in medio fluminis insula) preoccupare festinent, alii nauibus, alii nando superent fluuium (...) Conpostellani et Irienses cum electissimis militum naues conscendunt,*

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

de Urraca, surgem mais em antagonismo aos compostelanos e irienses do que a Leão, já que para o arcebispo seria mais urgente afastar a presença “portuguesa” da Galiza do que a sujeição de Portugal ao reino leonês. É a existência de um coletivo definido – os cidadãos de Compostela e de Iria, com a consciência de pertença à Galiza –, por oposição a outro que consideram “estrangeiro” em terras galegas, e a consequente necessidade de o expulsar deste espaço, que suscitam o reconhecimento do povo “português”. Por conseguinte, este conceito só é aplicado na crónica num contexto bélico, referindo-se ao exército de D. Teresa em particular e, consequentemente, a um grupo dominante portugalense, mas cuja amplitude se depreende ser maior e relativa a todos os habitantes que, entre o Minho e o Mondego, se encontravam subordinados à “rainha de Portugal” e eram dotados de uma identidade própria.

Por último, é neste episódio que Geraldo começa a designar D. Teresa como rainha de Portugal, título que a própria já usava na documentação desde 1117, remetendo para a sua linhagem régia, pelo que não há nada de extraordinário nesta opção do cronista compostelano (Amaral; Barroca, 2012: 193-194). O que é relevante é o facto de lhe atribuir este título pela primeira vez num capítulo que demonstra um conflito militar e uma fronteira política entre o território “português” e o galego e as respetivas populações, fatores que, conjugados, denotam já uma forte identidade política “portuguesa” com D. Teresa. Além disso, é também notória a mudança no tratamento que lhe é conferido ao longo da narrativa (até aqui era nomeada como “infanta” e “senhora de todo Portugal”), que deixa entrever que o meio compostelano encarava a situação política no seu território como evolutiva no sentido da autonomia.

No segundo episódio de contenda militar na fronteira com a Galiza, desta vez entre D. Teresa e Afonso VII no ano de 1127, Pedro Marcio designa Portugal como reino, e volta fazê-lo quando escreve sobre o desentendimento entre Afonso Henriques (1128-1185) e o mesmo rei em 1137, também devido à ocupação de terras galegas²⁶. No primeiro caso, diz o redator que D. Teresa “trespassava os limites da justiça e não se

Portugalensium, que per Mineum discurrebant, inuadunt carinas et predictam insulam audaci occupant congressu. Quod ut uident Portugalenses, admirati efrenem Compostellanorum audaciam, castra deserunt et in fugam uersi sunt. (HC, II, 40). (...) sed eius iussis obtemperans suo cum exercitu in Portugalenses hostes sequitur profecturam (...). (HC, II, 62.1).

²⁶ Corrigimos aqui o que se constatou anteriormente sobre esta questão, dizendo que Portugal era referido na crónica como reino apenas uma vez (Barros, 2018: 68).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

dignava a prestar serviço algum pelo reino que em nome daquele [Afonso VII] devia ter”²⁷. No segundo excerto, Afonso Henriques “não suportou estar encerrado no reino de Portugal”, ocupando Tui e alguns castelos que pertenciam ao imperador²⁸.

Ainda que no segundo destes momentos Afonso VII já tivesse sido coroado imperador e seja designado no texto como tal, em nenhum deles Portugal tinha já o estatuto de reino, mas esta opção de Pedro Marcio pode imediatamente justificar-se com a época em que contribuiu para a composição da crónica – escreveu entre os anos 1145 e 1149, quando o território já era considerado pelo poder leonês como reino desde 1143 (López Alsina, 2015: 82-99). Pode dizer-se, por isso, que o cronista transporta a realidade portuguesa que conhecia para episódios com cronologias mais recuadas, refletindo o tempo da escrita e uma conceção hierárquica da Hispânia com Afonso VII de Leão à cabeça, e Portugal como reino subordinado ao império leonês, para prestígio da figura do imperador, de quem Gelmírez era próximo.

Simultaneamente, a designação de Portugal como reino, embora anacrónica, acompanha um poder mais independente e subversivo de D. Teresa e Afonso Henriques contra Leão e o arcebispo de Compostela, através da ocupação indevida de regiões na Galiza – Límia, Toronho e a cidade de Tui, que sempre tentaram incorporar no seu território. Este tema é recorrente na obra e o comportamento seguido por mãe e filho segue um padrão na narrativa, em episódios que se repetem nas circunstâncias e na sequência dos acontecimentos, visando acentuar a transgressão de Portugal relativamente a Leão²⁹. Com efeito, Pedro Marcio realça os deveres de vassalagem que os governantes portugueses deviam a Afonso VII, mas que não cumpriam – D. Teresa não prestava o serviço ao sobrinho que deveria, e Afonso Henriques não quis

²⁷ (...) rex A. (...) *immensam cum sua amita Portugalensi regina nomine T. discordiam habuit. Illa enim fastu superbie elata terminos iustitie egrediebatur et nullum seruitium de regno, quod ab illo tenere debebat, exhibere dignabatur (...).* (HC, II, 85.1).

²⁸ (...) *infans Portugalensis (...) regno Portugalensi contemptum esse non pertulit, sed parato suo exercitu terram imperatoris intrauit et bellica manu Tudensem ciuitatem uiolenter obtinuit et quedam castra furtim per quendam comitem accepit.* (HC, III, 51).

²⁹ Semelhante retrato dos governantes portugueses pode ser encontrado na *Chronica Adephonsi Imperatoris* (Ferreira, 2013). Como refere António Resende de Oliveira, no caso de D. Teresa, estas incursões, bem como a sua aliança com a nobreza e a Igreja galegas, visavam a reconstituição do antigo reino da Galiza, enquanto o seu filho pretendia apenas um alargamento do território para norte (Oliveira, 2007: 31-34).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

“submeter-se ao domínio do rei”, num episódio em que não é aplicada a palavra reino a Portugal, mas que é escrito pelo mesmo cónego e medeia aqueles dois³⁰.

A menção à atuação política de Fernão Peres de Trava no condado portucalense (1121-1128) é vista por Pedro Marcio à luz deste estatuto mais independente de Portugal, tendo em conta que o cronista escreve na segunda metade da década de 40. Este conde aparece pela primeira vez com autoridade no território aquém-Minho pela mão de Geraldo, numa cronologia que não anda longe da prisão de Gelmírez por Urraca em 1121, o que está de acordo com o documento datado do mesmo ano que o refere pela primeira vez com poder sobre Coimbra e Portugal (Reilly, 1982: 153). O discurso de Geraldo deixa entrever um gradual envolvimento do conde de Trava neste território, mas sem comentar a natureza do exercício do seu poder: “indo a Portugal o próprio Fernão”, este confiou ao conde Munio, seu cunhado, um castelo que lhe tinha sido dado temporariamente pelo arcebispo Diego Gelmírez; “tinha passado algum tempo e o arcebispo, desejando recuperar o castelo, solicitou ao citado Fernão, cónsul já em Portugal, tanto por carta como por mensageiros, a devolução do mesmo”³¹. No entanto, com Pedro Marcio, a relação de Fernão Peres com D. Teresa é explicitamente referida como ilegítima e, conseqüentemente, também o seu poder em “Portugal” é desprestigiado – aqui “atuava como príncipe”, ou seja, em teoria a sua governação era ilícita.

Deste modo, sem aludir diretamente à Batalha de S. Mamede, o cronista remete para esse acontecimento quando escreve que Afonso Henriques, infante de Portugal, retirou este território pela força a Fernão Peres, sugerindo que esse confronto repôs novamente o poder legítimo neste espaço, expulsando dele uma autoridade galega que era indevida³². No entanto, apesar da ilegitimidade que o domínio do conde de Trava em

³⁰ *Ipsa etenim infans uitio superbie elatus regis dominationi subici noluit, sed adepto honore contra eum arroganter intumuit. (HC, III, 24.1).*

³¹ *Denique idem Fredenandus cum adiret Portugalliam, commendauit idem castellum comiti M. leuiro suo (...) Post hec temporis interuallum processerat, et ad recuperandum castellum archiepiscopus propensius anhelans tam per litteras quam per nuntios predictum Fredenandum iam consulem in Portugallia sollicitauit de castelli redditione. (HC, II, 51.2).*

³² *Portugalensis infans, Enrici comitis filius, nomine A., acquisita Portugalensi patria, et Fernando Petride, Petri comitis filio, qui, relicta sua legitima uxore, cum matre ipsius infantis regina Tarasia tunc temporis adulterabatur et toti illi terre principabatur, ui ablata (...). (HC, III, 24.1).* Sobre o retrato desta batalha na crónica compostelana, consulte-se Barros (2018: 64-69).

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

“Portugal” representa no texto, este episódio foi relevante para o meio compostelano, não porque ditou a impossibilidade da reconstituição do antigo reino da Galiza, que Gelmírez já não teria em mente neste período (mesmo que os Travas ainda tivessem), mas na medida em que a expulsão de Fernão Peres do território “português” significou, por extensão, o fim da ingerência política do arcebispo a sul do Minho, que tinha sido possível durante o governo de D. Teresa³³. De facto, os episódios que relatam as contendas na fronteira entre o infante e o seu primo, Afonso VII, já não aludem a campanhas militares do prelado neste espaço (Barros, 2018: 78).

Esta geografia política de Portugal que a *Historia Compostellana* desenha não coincide com uma “Igreja portuguesa” submetida a Braga, apesar de haver na crónica alguns indícios de uma correspondência entre a diocese bracarense e o espaço político e geográfico do condado, como se verá. No caso da arquidiocese de Braga, a sua jurisdição estendia-se às dioceses da Galiza, e a de Compostela teve o bispado de Coimbra como sufragâneo durante algum tempo, além de exercer influência sobre o do Porto através de Hugo, antigo arcediogo compostelano de quem Gelmírez era próximo. Por outro lado, o texto anuncia as primeiras contendas entre bispados “portugueses” ao referir a discussão entre os prelados Hugo, Gonçalo e Paio Mendes sobre os limites territoriais das respetivas dioceses³⁴.

Além disso, a fronteira da diocese de Tui, como se disse anteriormente, prolongava-se a sul até ao rio Lima, e a igreja de Santiago possuía propriedades na região portugalense, especificamente em território diocesano de Braga – as já referidas igrejas bracarenses e a vila da Correlhã –, o tema mais repetido na crónica no âmbito da relação entre Compostela e Braga, que visava afirmar o poderio da primeira sobre a

³³ Para José Mattoso, o que incomodaria a aristocracia portugalense seria o facto de Fernão Peres estar associado ao “imperialismo” do arcebispo compostelano (Mattoso, 1985b: 22-23). Para Torquato de Sousa Soares, a vinda do galego para o condado portugalense poderia ter sido o resultado de um entendimento entre o seu pai, o conde Pedro Froilaz, Afonso Raimundes e o próprio Diego Gelmírez (Soares, 1974: 114-115, nota 72).

³⁴ *Preterea Pape Calixto supplicabo pro sede mea Portugalensi accllesia, cui Bracarensis et Colimbriensis episcopi proprie dioceseos parrochias auferunt, ut, dictante iustitia, de parrochiis iniuste sibi ablatis reintegretur. (HC, II, 13.2). (...) Bracarensis archiepiscopus, quoniam circa id temporis in Numancie morabatur finibus nec huic poterat concilio interesse, direxit huc abbates et clericos sue metropoleos et ibidem de ecclesie sue finibus cum Portugalensi satis disceptauit episcopo. (HC, II, 52).*

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

segunda. Curiosamente, os episódios que se referem a este senhorio denunciam também a emergência da fronteira no Minho entre Portugal e a Galiza:

No capítulo sobre o “pio latrocínio”, o bispo de Compostela leva de Braga as relíquias dos santos “defensores e patronos de Portugal”, e não descansa até que estas tenham atravessado o Minho para terras galegas, onde estariam em segurança depois de terem sido roubadas do local onde pertenciam³⁵. Já quando atravessa o Minho com um exército em 1121, o objetivo do prelado é não só expulsar D. Teresa da Galiza e realçar a barreira que o rio representava para a defesa das tropas “portuguesas”, como também recuperar os lugares compostelanos que disputava, à época, com Paio Mendes, aproveitando o cerco à rainha no castelo de Lanhoso, que não fica longe de Braga, onde tinha grande parte desse senhorio³⁶. O mesmo arcebispo de Braga recusou ir a Tui para discutir estas possessões com Gelmírez e, deslocando-se até à margem do Minho, gritou para o outro lado do rio que não o atravessaria e que não devolveria a Santiago os lugares em litígio, reproduzindo a ideia de que aquele rio constituía um limite de segurança para o prelado bracarense, politicamente sujeito ao poder de D. Teresa³⁷.

Primeiramente, é perceptível nestes exemplos a identificação do poder eclesiástico de Braga com o poder condal portugalense, em função dos limites territoriais deste último. De modo ainda mais significativo, o capítulo sobre Paio Mendes evidencia talvez involuntariamente o empenho do arcebispo em fazer corresponder a geografia política do condado à geografia eclesiástica da diocese de

³⁵ *In Corneliana igitur rumor populi aures pontificales percussit referens ab episcopo sancti Iacobi indignum fieri facinus, qui sanctos de Portugalensi terra sublato, Patrie scilicet defensores atque patronos, ad suam conabatur transferre ciuitatem. (HC, I, 15.3). Audiens autem episcopus, quia iam Minei fluium sancti transissent et in tuto loco positi essent (fluius enim iste Portugalensem terram disternat a Gallitia), preparatis omnibus, que preparanda erant, ad monasterium, ubi sancti erant positi, festinando peruenit et assumptis inde sanctis, iam manifeste per uillas sancti Iacobi cum magna ueneratione et leticia ad Compostellam ciuitatem redire cepit. (HC, I, 15.4).*

³⁶ *Post hec non modica parte Portugalie uendicata archiepiscopus et regina obsederunt ipsam Portugallie reginam in castro nomine Laniosio et castra usque ad Dorium protenderunt. Illis quoque diebus idem archiepiscopus recuperauit in Portugallia honorem beati Iacobi, scilicet Bracharam, medietatem Corneliane et cetera, et recuperata distribuit uillicis suis. (HC, II, 42.1).*

³⁷ *(...) medietatem successor eius Pelagius uiolentie fultus retinebat. Qui causa huius examinationis ueniens noluit tamen inire iudicium nec etiam transmeare Mineum, sed ueniens usque ad ripam Minei ait: «Qui tenet nunc, teneat. Ego enim neque Tudem transmeabo neque eorum episcoporum iudicium inibo». Inde reuersus Bracharam uiolenta manu inuasit aliam predicti medietatem honoris, que erat canonicorum sancti Iacobi. (HC, II, 6.1).*

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

Braga, ao recusar devolver o senhorio a Santiago ao mesmo tempo que rejeitou atravessar o rio. Por fim, pode constatar-se que estes episódios traduzem uma desarmonia entre o estabelecimento do Minho como região fronteira entre Portugal e a Galiza e a existência de um senhorio compostelano no espaço “português”, que no fundo se tratava de uma disputa eclesiástica entre dioceses e tinha uma raiz histórica – estas propriedades haviam sido atribuídas a Santiago de Compostela nos séculos IX e X, quando os dois territórios não estavam ainda separados politicamente.

Analisadas as observações que os redatores de Santiago de Compostela fizeram sobre o território “português”, devem sublinhar-se as ideias principais que retiramos da *Historia Compostellana*. Começando por uma escala alargada, Portugal emerge no texto como uma região hispânica em capítulos que abordam questões relativas à Igreja peninsular e que difundem, portanto, uma consciência de unidade da Hispânia a partir de um âmbito eclesiástico.

Quando a crónica focaliza o espaço “português”, contém ainda, em certas passagens, algumas reminiscências dos dois blocos políticos existentes à chegada de D. Raimundo e de D. Henrique ao Noroeste peninsular, sendo que a região situada além do Douro é somente considerada num contexto de confronto entre cristãos e muçulmanos, e o velho condado de *Portucale* surge na fonte bem demarcado e com uma importância maior dentro de todo o conjunto “português”. Esta é a área em “Portugal” onde Diego Gelmírez atua política e eclesiasticamente, seja para invadir o território em campanhas militares, recuperar o senhorio compostelano ou roubar relíquias bracarenses, demonstrando o seu poder a sul do Minho.

Observando Portugal entendido no seu todo, assiste-se, ao longo da narrativa, a uma evolução política do território. O texto começa por refletir uma certa nostalgia da conceção antiga do reino de Garcia II quando recua à época do governo de D. Raimundo, ignora o período henriquino e passa diretamente para o tempo de D. Teresa, em que a ideia de uma Galiza que se estendia até ao Mondego é completamente abandonada pela obra. O período da sua chefia é retratado como uma fase de amadurecimento político do espaço “português” e de definição do rio Minho como zona de fronteira com a Galiza, passando a crónica a enfatizar as contendas militares nesta região fronteira, embora ainda se verifique a ingerência do arcebispo compostelano a

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

sul do Minho. Com Afonso Henriques, estas contendas mantêm-se, mas a autonomia “portuguesa” está melhor consolidada e espelha o tempo do registo dos acontecimentos pelo cónego Pedro Marcio – Portugal era já um reino, o que permitiu ao cronista considerar o poder de Fernão Peres de Trava estranho neste território e a influência galega, de um modo geral, mais difícil de aqui se fazer sentir.

Paralelamente à constituição do Minho como fronteira política e militar, a crónica testemunha a interferência que esta divisão começava a ter na organização da geografia eclesiástica do condado, nomeadamente na existência de propriedades compostelanas em espaço “português”.

Bibliografia:

Fontes impressas:

Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago (1950), Introdução, tradução e notas de Manuel Suárez e José Campelo, Santiago de Compostela, Editorial Porto.

Historia Compostellana (1988), Edição crítica de Emma Falque Rey, Turnhout, Brepols, Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, vol. 70.

Historia Compostelana (1994), Introdução, tradução, notas e índices de Emma Falque Rey, Madrid, Ediciones Akal.

Patrologia Latina (1855), Edição de J.-P. Migne, Paris, vol. CLXIII.

Regesta pontificum romanorum (1956), Edição de F. Jaffé-S. Loewenfeld, Graz, vol. I.

Estudos:

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012), *A condessa-rainha: Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores.

BARROS, Mariana Fonseca (2018), *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, Tese de Mestrado em «Estudos Medievais» apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [Consulta em 10/01/2019]. Disponível em: http://catalogo.up.pt/F/?func=direct&doc_number=000882593&local_base=FLUP.

FERREIRA, Maria do Rosário (2013), “O reino de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris*”, *e-Spania. Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et*

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

modernes, nº 15 [consulta em 09/09/2018]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/22317>.

LÓPEZ ALSINA, Fernando (2015), *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago; Universidade de Santiago de Compostela.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio (1900), *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, Seminario Conciliar Central, III tomo.

MARQUES, José (2007), “O Entre Minho e Lima: da diocese de Tui à diocese de Ceuta”, *Estudos Regionais*, II série, nº 1, pp. 11-29.

MATTOSO, José (1985a), “Sobre as origens do Estado Português. A ‘ideia de Portugal’” in *Portugal medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 87-99.

MATTOSO, José (1985b), “A primeira tarde portuguesa” in *Portugal medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-35.

MERÊA, Paulo (2006), “De ‘Portucale’ (civitas) ao Portugal de D. Henrique” in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 235-266.

OLIVEIRA, António Resende de (2007), “Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, pp. 17-37.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo (1996), “La idea de frontera en la Historia Compostelana” in *2º Congresso Histórico de Guimarães, Actas do Congresso*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, vol. 2, pp. 61-80.

PORTELA SILVA, Ermelindo (2001), *García II de Galicia. El Rey y el reino (1065-1090)*, Burgos, Editorial la Olmeda.

PORTELA SILVA, Ermelindo (2007), “Diego Gelmírez. Los años de preparación (1065-1100)”, *Studia historica: Historia Medieval*, vol. 25, pp. 121-141.

PORTELA SILVA, Ermelindo (2013), “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111” in *O século de Xelmírez*, Consello da Cultura Galega, pp. 45-74.

Mariana Fonseca Barros - Reflexões sobre a representação do espaço “português” na *Historia Compostellana* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 127-146. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a5

PORTELA SILVA, Ermelindo (2016), *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones de Historia.

REILLY, Bernard F. (1982), *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, Princeton, Princeton University Press.

RENZI, F; GOMES, J. (2019, no prelo), “La frontiera occidentale dell’*Hispania*. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)”, in *Autocoscienza del territorio, Storie e Miti: dal mondo antico all’età moderna*, Atti del Convegno di Mantova-Centro di Studi Alberti (19-21 settembre 2018), Verona, Scripta Edizioni, NO PRELO

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel (2001), “La proyección política de Alfonso VII: un análisis comparativo de la *Chronica Adefonsi Imperatoris* y la *Historia Compostelana*”, *Edad Media*, nº 4, pp. 143-155.

SOARES, Torquato de Sousa (1974), “O governo de Portugal pela Infanta-Rainha D. Teresa (1112-1128)” in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 95-119.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

Louvor de Trezentos*

The Praise of Three Hundred

L'Éloge de Trois Cent

El Elogio de Trescientos

Armando Luís de Carvalho Homem**
FLUP-Universidade do Porto
ahomem@letras.up.pt

IN MEMORIAM:
JEAN FAVIER (1932-2014)
JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES (1942-2018)

«(...) *accorramos ao Meestre, ca filho he
delRei dom Pedro (...)*»
(Lopes, 1983a, cap. XI: 24)

Resumo: É corrente, ao ter-se em conta a empresa de Ceuta e o início de expansão para o Norte de África, encarar tal decurso como o fruto de um Portugal *novo*, sequência da mudança dinástica de 30 anos antes e dos processos sociais que lhe estiveram associados. Mas... mudou assim tanto em apenas três décadas?... O presente texto salienta, em contrapartida, aquilo que, em tal contexto, os Avis receberam de tempos precedentes, ou seja, e muito particularmente no campo político-institucional, o afirmar, desde tempos dionisinos, de uma *modernidade* que ao mesmo tempo se ia fazendo sentir nos diversos reinos do Ocidente de então.

Palavras-chave: Conquista de Ceuta, o norte da África, a dinastia de Avis, a *modernidade*

Abstract: When people think about the expedition of Ceuta (1415) and the beginning of the Portuguese expansion towards North Africa, they usually think about that as the result of the transformations of the kingdom of Portugal since the dynastic changing in 1383-1385 and his political and social changings. But...are 30 years enough? We want to emphasize in this text that John I of Portugal and his successors received from the end of the 13th / beginning or the 14th century (above all the time of king Denis I, 1279-1325) the take-off of a political modernity that the other kingdoms of Occident were also developing.

Keywords: Conquest of Ceuta, North Africa, the dynasty of Avis, the *modernity*

* Comunicação apresentada às 7.^{as} *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (Lisboa, U. Lisboa, 2015, Dez., secção «A construção de uma nova legitimidade política: Avis e Trastâmaras no palco peninsular (sécs. XIV-XV)»

** Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais; investigador do CEPESE / UP / FCT; professor convidado da Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões». O autor **não** segue o acordo ortográfico de 1986-1990.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

Résumé: Il est courant, lors de la prise en compte de la conquête de Ceuta et le début de l'expansion en Afrique du Nord qu'il était la conséquence d'une nouvelle Portugal, suite au changement dynastique de 30 ans avant et les processus sociaux qui ont été associés. Mais ... le royaume a-t-il tellement changé en seulement trois décennies...? Ce texte souligne ce que les rois Avis avaient reçu d'autrefois, c'est-à-dire, particulièrement dans le domaine politique et institutionnel, depuis les temps dionysiaques, une modernité qui a été ressentie dans les divers royaumes de l'Europe occidentale à cette époque.

Mots clés: Conquête de Ceuta, Afrique du Nord, Dynastie d'Avis, *modernité*.

Resumen: Es común que, para tener en cuenta la empresa Ceuta y el comienzo de la expansión hacia el norte de África, y se enfrentan a tal supuesto como el fruto de un nuevo Portugal, tras el cambio dinástico en 30 años antes y procesos sociales le estuvieron asociados. En el presente texto destaca, en cambio, lo que, en tal contexto, los Avis recibieron de tiempos anteriores, es decir, y muy particularmente en el campo político-institucional, el afirmar, desde tiempos dionisios, de una modernidad que al mismo tiempo se iba haciendo sentir en los diversos reinos del Occidente Europeo de entonces.

Palabras clave: conquista de Ceuta, el norte de África, la dinastía de Avis, *la modernidad*.

It is current, when taking into account the conquest of Ceuta and the beginning of the expansion to North Africa to face this course as the fruit of a new Portugal, following the dynastic change of 30 years before and the social processes that were associated. But...has the kingdom changed so much in just three decades...? This text, on the other hand, underlines what the Avis Kings have received in such a context from earlier times, that is, and particularly political-institutional field, to affirm, since Dionysian times, a modernity that at the same time was making itself felt in the diverse realms of the West of that time.

Deste brado registado pelo Cronista, supostamente lançado em Lisboa na noite de 6 de Dezembro de 1383, farei o meu ponto de partida. Querendo com isso significar que a dinastia de Avis, e maximamente as duas primeiras gerações, tendo estado indubitavelmente ligada(s) a momentos de grande transformação do Reino que éramos, ostenta no entanto atrás de si dimensões significativas, por vezes pouco tidas em conta, e inextricavelmente ligadas ao *ser*, ao *estar* e ao *mudar* do Portugal de então.

Como *dinastia*, antes de mais. Porque é uma dinastia depois, pelo menos¹, de outra. João I é um **Rei filho de Rei**, e nunca essa herança será subestimada na estratégia de legitimação da nova *raça*. Há mais de 60 anos, Marcello Caetano (1906-1980), ao debruçar-se pela primeira vez sobre as Cortes de Abril de 1385, avançou com a ideia de que a magna reunião de Coimbra teria procedido à *condenação* do reinado anterior (Caetano, 1985: 66-70). Ou seja, o discurso cronístico como que teria vindo confirmar o

¹ Referência à questão, em tempos suscitada por A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) – *maxime* por ocasião do Congresso Histórico de Guimarães (Outono de 1996) – de uma ruptura dinástica representada, em Duzentos, pela Realeza de Afonso III: a partir de então já não seria, em rigor, a casa fundacional de *Borgonha*, mas uma nova, denominável de *Boulogne*.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

discurso das *Actas parlamentares*. Um ponto de vista que a Historiografia dos últimos 35 anos terá necessariamente de matizar; e se não tenham-se em conta, e tão-somente, os trabalhos do precocemente desaparecido Armindo de Sousa (1942-1998) (Sousa, 1985).

Começemos pela questão dos nomes. Como é sabido, **JOÃO** é onomato que surge em primeiro plano, ao nível da família real, em bastardos de Afonso II e de D. Dinis, João Afonso neste último caso; e, depois, nos filhos naturais de Pedro I, a saber, no primeiro dos dois que teve de Inês de Castro e no Mestre de Avis. Se tal nome vai ter sequência nos nossos monarcas a partir de Quatrocentos, a verdade é que os Avis, logo ao tempo dos fundadores, não rejeitam a herança antroponímica da realeza dos nossos séculos XII a XIV: não há nenhum **Sancho** nem nenhum **Dinis**, evidentemente; e por outro lado incorporam-se nomes de tradição cognática de escassa ocorrência entre nós até então, **Duarte** (Edward, Édouard) e **Henrique** (Henry, Henri); mas também é verdade que entre os filhos varões de João I e Filipa de Lencastre há um **Afonso** (que efemeramente viveu), um **Pedro**, um **João** e até (o que poderia parecer surpreendente) um **Fernando**. Essa dimensão de **Rei filho de Rei** estará pois em permanência na *praxis* do fundador de Avis; filho de Rei, e daquele Rei concreto, Pedro I, sobre o qual o Cronista em breve iria grafar a frase inesquecível de encerramento da obra que lhe dedicou (provavelmente redigida pelos anos 30 do século XV), acerca da incomparabilidade, para o bem, dos 10 anos do seu reinado. Mas tão significativa é, pelo menos, a existência de um **Fernando**: que lógica teria este facto se o anterior soberano fosse efectivamente alguém para esquecer ?

Mas, e prosseguindo, de há uns 10 anos para cá tendeu a ressurgir entre nós o (algo fracturante) conceito de *dinastia* como critério de periodização. Que lógica ? – haveremos de questionar. Uma das primeiras manifestações terá estado na arrumação da conhecida colecção de biografias régias do Círculo de Leitores (2004 ss.). E a verdade é que não muito tempo depois começaram os nossos alunos a questionar-nos nas aulas sobre *se-na-2.ª-dinastia-ainda-é-assim*, ou *se-na-4.ª-dinastia-já-é-assado...* O facto até não será de todo negativo: é que, memorizando a ordem cronológica de reis, rainhas e regentes, à maneira da Instrução Primária de há meio ou de há três quartos de século, os jovens licenciandos de agora correm menos o risco de nos vir dizer que logo depois de D. João I veio D. João II, ou que imediatamente antes de D. Afonso V esteve D. Afonso

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

IV... Mas a verdade é que o ressurgir do conceito de *dinastia* em tal contexto não deixa de constituir uma evolução arcaizante nestes alvares do século XXI...

E, afinal, que novidades pode apresentar Avis em termos de estruturas políticas e institucionais? A minha perspectiva continua a ser – e por certo não estranharão – a da génese de uma *modernidade política* com alvares em finais de Duzentos e a prolongar-se até ao abrir de Novecentos. O desenvolvimento nas décadas de oitenta e de noventa, no âmbito do Centre National de la Recherche Scientifique e da European Science Foundation, de programas centrados nesse nascente **ESTADO MODERNO** tornam óbvio que, em perspectiva comparada, a viragem para Quatrocentos manifestamente não serve como critério de cesura. Por muitas inovações que possam surgir, Avis repousava politicamente em estruturas que vinham de monarcas anteriores, e que iriam manter-se longamente, até finais dos tempos manuelinos.

E que estruturas? Com a brevidade possível, assinalarei o desenvolvimento, a partir de Duzentos, de uma *Chancelaria* com as suas práticas de *registro*, de uma legislação remotamente remontante à Cúria de Coimbra de 1211, de uma articulação do poder régio com o território com o surgimento das *comarcas* na década de 1330, de uma Justiça régia a querer afirmar-se como instância suprema do Reino e de uma Fazenda real em concomitância com as primeiras manifestações de uma fiscalidade permanente. As novidades avizinas pressupõem obrigatoriamente o que acabo de dizer.

Mas a sequência desta linha de reflexões torna conveniente, antes de mais, um retorno às Cortes de 1385, onde, em três artigos dos *capítulos gerais* dos povos (Caetano, 1985: 109-111; Caetano, 2000: 445-459), as reivindicações tornam claro não só um ir algo longe no que se reclama (nomeadamente na organização da *corte dos desembargos* de el-Rei) como também um inequívoco ignorar de algumas das mais recentes inovações na oficialidade da Corte, concretamente o surgimento dos vedores da Fazenda, que remontavam a 1369. Ignorar em sede 'parlamentar' estes aspectos da organização da burocracia régia talvez não seja muito vulgar, e bem o saberá quem esteja familiarizado com os capítulos gerais das nossas Cortes de Trezentos e de Quatrocentos; uma reivindicação conservadora, dir-se-ia... A resposta régia vai, naturalmente, num sentido de firmeza e de *pôr-os-pontos-nos-is*...

E como seriam esses tais *pontos-nos-is*?

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

Antes de mais, considerar-se-á que há muito o quotidiano governativo se alicerçava na utilização corrente da escrita e no registo dos actos expedidos. A existência de uma *Chancelaria* remontava já ao período condal, enquanto que os registos respectivos (Coelho; Homem, 1995: 47-76] tinham a sua origem com Afonso II e uma prática continuada a partir de Afonso III. A grande novidade de Avis será, neste ponto, a chamada *reforma Zurara* dos registos (1446-1451), substituindo os primitivos – que se destruíram – por novos, com grande selecção da documentação copiada, que em muitos casos o foi abreviadamente – em *ementa*; ou seja, tudo redundou numa grande perda de informação: «naufrágio da memória», como lhe chamou Vitorino Magalhães Godinho (Godinho, 1991: 20-21; Coelho; Homem, 1995). Quanto ao mais, os novos volumes da *Chancelaria* vinham a ser de bem mais cómoda consulta: menor cursividade da letra, lançamento da escrita a duas colunas, utilização de tinta de outra cor – o vermelho – no título dos actos e nas ornamentadas maiúsculas iniciais...

Quanto às leis régias (Homem, 2011: 197-201; Homem, 2017; Domingues *et al.*, 2013a), também as raízes são ducentistas. *Minuto zero* na remota Cúria de Afonso II em Coimbra, no ano de 1211. Continuidade com Afonso III e sucessores, sendo que com Dinis, Afonso IV, Pedro I e Fernando se atinge, no legislar, a orgânica do *aparelho de Estado*: processo judicial, hierarquização de jurisdições, definição das diversas audiências, burocracia de Corte e suas realizações ao longo dos diferentes dias da semana, competência dos diversos ofícios *and so on*...É todo um organograma da oficialidade régia que se ergue, e longamente sem alterações de fundo. Até o *debonário* D. Fernando tem aqui o seu papel, ao legislar sobre fiscalidade régia e ao introduzir os oficiais de função mais claramente financeira, os vedores da Fazenda.

O passo em frente, por excelência, de Avis estará no caminho para a compilação de leis avulsas em recolhas legislativas, as *Ordenações* de Quatrocentos e de Quinhentos (Domingues, 2013a): em finais de Trezentos, o *Livro das Leis e Posturas* teria vindo constituir um primeiro ensaio de recolha legiferante, de ultimamente suposto estatuto oficial (Domingues, 2013a): ainda que de reduzido conhecimento pelo Reino e de problemático papel no rumo conducente às ditas *Ordenações*, desencadeadas estas, a bem dizer, no *post*-Ceuta, quando o herdeiro da Coroa, Duarte, se encontra já associado ao exercício do poder (Homem, 1999a; Freitas, 2006). Não é pois questão que mereça aqui maior alongamento.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

* * *

Tomemos agora a *relação com o território*. É conhecida a criação das *comarcas*, nos anos 30 de Trezentos, através do «regimento dos Corregedores», nas suas duas versões (1332 e 1340) ou mesmo um pouco antes: veja-se o que é possível deduzir do «Regimento das audiências» (Albuquerque; Nunes, Ed., 1988: 538-540), de Afonso IV, atribuível à primeira metade da década de 1330 (Homem, 2002-2004: 89). Esta inovação em termos de geografia política interna teve as suas fragilidades (Marques, 1987,: 295-297; Homem, 2002-2004: 92-97): as *comarcas* foram delineadas em função de acidentes da Geografia Física (as serras do Norte algarvio, o Atlântico, a raia castelhana e os rios Douro, Mondego, Tejo, Guadiana, Tâmega e pontualmente Zêzere) e como tal designadas (v.g. «Entre-Douro-e-Minho») e nunca um corregedor se terá instalado permanentemente numa cidade-sede no âmbito do território respectivo; para além do que, a extensão territorial impediu que o corregedor percorresse de facto a sua circunscrição uma vez por ano: seria materialmente impossível, por exemplo, para um território como o de «Entre-Tejo-e-Guadiana». E não manifestaram, por outro lado, qualquer espécie de regionalidade, como erradamente se chegou a pensar em finais dos anos 90. De qualquer modo, as comarcas de Trezentos duraram tal-qual até às reformas de João III, mais de 2 séculos decorridos (1516 e 1536-1541) (Dias; Braga; Braga, 1998). É justo que aqui as consignemos como realidade institucional estrutural do Reino dos alvares das Descobertas.

Maugrado o inacabamento institucional das comarcas tais como longamente as vamos conhecer, elas mantêm uma importância não descartável na hierarquia dos poderes públicos do Portugal tardo-medieval: entre o nível *central* (o régio) e o *local* (o concelhio), a *comarca* e o seu *corregedor* – e mais pontualmente o *almojarifado* – configuraram-se como a(s) instância(s) intermédia(s), de muito incompleta *regionalidade*, como já disse, mas ainda assim qual *espada de Dâmocles* sobre algumas das prerrogativas municipais; e justamente Avis virá acentuar esse esboço de uma tutela sobre as comunidades concelhias, com a designação dos oficiais submetida a processos que só de muito *boa-vontade* poderemos qualificar de *electivos*: vejam-se medidas como a «Ordenação dos pelouros» (1391) (Coelho; Magalhães, 1986: 129-130) e

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

disposições várias recolhidas nas *Ordenações Afonsinas* (Ordenações, 1984a: liv. I, tits. XXIII e XXVII: 135-138 e 173-179; Coelho; Magalhães, 1986: 124-128 e 131-132).

* * *

No que concerne a Justiça régia e à estrita Administração, os grandes monarcas instituidores estão entre Dinis e Pedro I (Homem, 1990b; Homem, 1994): avultarão nomeadamente os regimentos sobre o desembargo de petições (simultaneamente judiciários e administrativos *stricto sensu*), a afectação dos diferentes officios (Chanceler / vedor da Chancelaria, escrivão da Puridade, corregedor da Corte, vedores da Fazenda, contadores, desembargadores, escrivão da Chancelaria, sobrejuizes do Cível, ouvidores do Crime e dos Feitos de el-Rei, escrivães vários...) a variadas matérias (Graça, Justiça, Fazenda, Chancelaria...) e regiões do reino (Entre-Douro-e-Minho, Além-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana, Algarve, depois Ilhas), a autonomização das *audiências* por tipos de feitos (cíveis, criminais, feitos do haver de el-Rei; apelações, agravos...), o procurar garantir a integridade profissional de oficiais de Justiça ou o disciplinar da actividade de advogados e procuradores. O fundador de Avis terá aqui uma inovação a destacar, com o surgimento, em 1391, do Juiz dos Feitos de el-Rei, definitivamente se separando o contencioso e a administração graciosa em matéria de bens e património do monarca e da Coroa (Homem, 1990b: 136-138).

Alguns tópicos deixados nas linhas precedentes já nos terão começado a fornecer dados sobre a organização institucional da Fazenda régia (Homem, 1990b: 171-173; Barata; Henriques, 2011). Lembremos assim que Dinis e Afonso IV tinham já procurado concretizar a máxima de «viver do seu», fazendo maximamente valer as suas tradicionais fontes de rendimento enquanto *senhores*, fundiários ou banais que fossem. Uma das últimas grandes manifestações deste facto terá estado nas «confirmações gerais» do último daqueles monarcas, com expressão nas décadas de 1330 e 1340 (Homem, 1990b: 89-90, 119-133, 148-150; Prata, 2012). Face a tal, o desenvolvimento de uma fiscalidade propriamente dita surgirá num segundo ou mesmo num terceiro momento: e como não pensar, para os decénios de 1350, 1360 e 1370 no emergir de imposições régias como a *peita*, a *finta*, a *talha* e a *portagem*; enquanto que os últimos tempos fernandinos assistiriam à entrada em cena das sisas, frequentemente arrematadas

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

a membros da comunidade judaica (Ferro, 1979: 116-128; Tavares, 1982: 273 ss.; Homem, 1990b: 173; Gonçalves, 1999). É em tal contexto que entram em cena os contadores (com D. Dinis) (Homem, 1990b: 148-150), os ouvidores dos feitos de el-Rei e da portaria (com Afonso IV) (Homem, 1990b: 122-124), com posição marcada no despacho das cartas de *sentença* das «confirmações gerais», dos *aforamentos* e nas *doações* (Rau, 2009: 3-31).

O grande passo em frente fernandino está no surgimento dos vedores da Fazenda, em número que pode atingir os 3-4, justamente em concomitância com as referidas *arrematações*; e as cartas de *aforamento*, de *doação* e de matéria *financeira* ou *fiscal* serão algumas das suas áreas privilegiadas de intervenção (Homem, 1990b: 67-68, 71-75, 81-84, 89-90, 129-133).

Em tal matéria, que trarão de novo os Avis? Creio que essencialmente duas circunstâncias:

a) A maior estabilização institucional dos vedores da Fazenda, que no plano numérico passam a ser apenas 2 ao longo de boa parte do século XV (Freitas, 2001: 105-107).

b) E o essencial passo em frente do ofício de *contador*, com a promulgação dos três primeiros regimentos dos Contos de Lisboa (1389, 1419 e 1434) (Rau, 2009: 489-491, com ed. de fontes 457-469 e 513-530).

Ou seja, marca institucional, sem sombra de dúvida; mas com fortes antecedentes nos últimos Borgonhas...

* * *

Em torno dos Reis e de sua casa e Corte uma *sociedade política* se fora desenhando em Trezentos; de início com uma posição ainda dominante dos eclesiásticos e secundária dos graduados em matérias jurídicas; mas com uma inversão de situações ao longo de Trezentos e confirmada com o fundador de Avis, e isto tendo em conta a presença crescente, já desde tempos fernandinos, de graduados não raro com estudos e

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

graus obtidos em Itália (Homem, 1990b: 176-183; Homem, 2011); Quatrocentos verá ganharem peso na oficialidade burocrática os doutores em Direito Civil, que no período 1439-1460 representam 54 % dos efectivos da *Chancelaria* (Freitas, 2001: 216-228); ou seja, uma exigência crescente dos Avis com a preparação escolar dos candidatos a oficiais.

De mencionar também – ainda que só para a segunda metade de Quatrocentos – que Avis vem representar uma solidificação «quantum satis» das carreiras, para além da estrita definição institucional que o século anterior começara a presenciar. Vejamos (Homem, 1990b: 187-203; Freitas, 2001: I, 192 ss.): até à segunda metade do século XV os percursos destes servidores régios configuram-se frágeis; com efeito, mudanças de reinado (em rigor, e num tempo longo, a única mudança de reinado normal é a de Pedro I para Fernando: 1367), crises políticas, dinásticas ou militares ou simples acasos da conjuntura são o suficiente para desencadear um processo de substituição integral, ou, no mínimo, significativo neste subsector da sociedade política: assim ocorreu em 1325-1326, 1355, 1361, 1372-1373, 1383-1385 e ainda ao longo da década de 1440. É certo que o meio século joanino ajudara a fazer emergir, no seio da oficialidade, situações minimamente designáveis como *carreiras*; mas as fragilidades tradicionais ainda se foram fazendo sentir; por ironia do destino, a viragem de Afonso V para João II acaba por ser um primeiro momento em que o 'rolar de cabeças' nos níveis superiores do Poder político quase acaba por não se fazer sentir ao nível dos burocratas da *Chancelaria* (Mota, 1989).

* * *

Tenhamos, agora, em conta a instância mais propriamente política, o *Conselho* régio. Independentemente das novidades ocorridas ao tempo de João I, a verdade é que a visão que lhes proponho se afasta algo da perspectiva *instituinte* que a Historiografia sobre Castela medieval é corrente apresentar sobre o Conselho respectivo (Dios, 1982; Suárez Fernandez, 1987). Porque o certo é que os Borgonhas terminais possuíam já um régio *consilium*, ainda que, porventura, algo inacabado na sua configuração institucional (Homem, 1990a: 221-278; Freitas, 2014). Tendo nomeadamente em conta a evolução do mesmo a partir do período dionisino (Homem, 1990a: 234-236), deparam-se-nos na

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

Chancelaria actos referidos com mandados «con Conselho de sa Corte» ou, numa fase subsequente (1349-1358), «pelos do seu conselho» ou «visto o feito com os do seu conselho», ao mesmo tempo podem estar entre os *consilarii* indivíduos como os titulares dos ofícios de Alferes, Mordomo e Chanceler, ou ainda alguns dos Mestres das Leis, expressão designativa, até meados de Trezentos, de habilitados com estudos superiores jurídicos. Estas referências genéricas ao Conselho ou aos seus membros não carecem de antecedentes em Duzentos, inclusivamente em tempos de Afonso III. Mas reinando Afonso IV e Pedro I denotam-se menções à actividade individualizada deste ou daquele conselheiro, nomeadamente no domínio da Diplomacia. Ao mesmo tempo, têm estes últimos reis no seu Conselho membros do episcopado ou um Mestre de Cristo (Estêvão Gonçalves), figuras nobres das famílias Pacheco, Cogominho ou Teles de Meneses ou homens da oficialidade.

Como em múltiplas circunstâncias ocorre, a década e meia fernandina presencia situações qualificáveis de involução, e pelo menos a partir de 1372-73:

a) Antes de mais, uma sub-representação da nobreza, da clerezia e dos oficiais em actividade plena.

b) O grosso dos presentes está assim em ex-oficiais, com exercício entre *ca.* 1355 e *ca.* 1380.

c) Conjugadas as duas situações, parece indubitável a existência de situações de perturbação na sociedade política fernandina.

Que se passará subsequentemente? O que me leva, ainda que sem qualquer perspectiva *instituinte*, a questionar as novidades joaninas (Homem, 1990a: 236-239 e 246-247).

Os conselhos régios tardo-medievos podem oscilar – e é uma questão de fundo – entre uma dimensão de *representação da comunidade* – quais *micro-Cortes* – e outra de *assessoramento dos monarcas*. As circunstâncias do acesso do Mestre de Avis à realeza não farão por certo surpreender que a primeira destas dimensões se afirme como

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

claramente predominante até à viragem do século. Aliás, as Cortes de 1385 haviam reivindicado uma representação naquele órgão dos quatro estados do Reino: assim, num total de 14 personalidades, duas estariam pelos prelados, quatro pelos fidalgos, quatro pelos letrados e uma por cada uma das quatro principais cidades do Reino (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora) (Caetano, 1985: 108-109); o Rei aceita apenas seis dos propostos: (Homem, 1990a: 237), isto no quadro do que a Historiografia incidente sobre Castela Medieval tem designado como *estamentalização* (Maravall, 1972; Maravall, 1973: 355 ss.; Moxó, 1975: 197-326; Dios, 1982; Torres Sanz, 1982; Homem, 1990a: 269-270), algo entre nós sem dúvida relativo. O que não quer dizer que o Conselho deste primevo *Rei de Boa Memória* não ostente de início uma relativa colegialidade no seu funcionamento concreto (Homem, 1990a: 238). De qualquer modo, o *consilium* joanino é quase por norma referido em abstracto ou por uma pequena pluralidade de membros (dois, três, quatro...). Ou seja, haverá uma totalidade alargada de conselheiros, que raramente reúne em pleno (v.g. em circunstâncias como a que precederam Torres Vedras / 1414) (Freitas, 2014), destacando-se por outro lado um *núcleo duro* em que o monarca pode delegar determinadas tarefas, incluindo as incaracterísticas subscrições de actos de Chancelaria, mas isto apenas nos períodos de 1384-1400 e 1421-1433. O que, em termos de História comparada das instituições, até nem será coisa única: pense-se nos *cabidos* catedrais ou colegiais (Rodrigues, 2000).

* * *

E será tempo de me ir aproximando do final.

Quando, naquele dia 25 de Julho de 1415, a frota zarpa do Restelo (Coelho, 2005: 171-188), o dinasta-fundador dispunha de sólidas razões para reflectir. Com 57 anos de idade, era Rei há 30 e acabava de enviuar, na sequência de um matrimónio de 20 e tantos anos que lhe garantira a sucessão e a continuidade dinástica. E eram os três sobreviventes varões primogénitos que com ele estavam na empresa. Dispunha de uma sólida equipa de conselheiros e de oficiais burocratas, entre os quais caberá neste momento realçar os dois vedores da Fazenda:

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

- Ao mais antigo e conhecido, João Afonso de Alenquer (em funções como tal desde 1400) (Homem, 1990b: 327-329), atribui Zurara um (bem conhecido) protagonismo de fundo na génese do empreendimento (Homem, 2009a); é questão que não irei aqui pormenorizar.

- Muito menos presente na Historiografia, o outro titular, Álvaro Gonçalves de Freitas (em funções como tal desde 1404) (Homem, 1990b: 279-280), não vai na armada e fica no quadrilátero peninsular, com os infantes Isabel, João e Fernando, como que assegurando o despacho corrente numa altura em que não está provido o ofício de Chanceler (Homem, 1990b: 469).

Esta última situação não carecerá de paralelos nas monarquias europeias do tempo, embora não pareça ter muitas circunstâncias equivalentes entre nós; e haverá que fazer realçar que João I já não era propriamente um *jovem*, até segundo o ideário da época sobre as *idades* ao longo de uma vida (Guenée, 1986; Mornet, 1988: 119-154). E é óbvio que apenas um Rei que dispõe – e sabe que dispõe – de um *aparelho de Estado* sólido pode permitir-se participar numa tal expedição, com três dos seus varões e parte da sua oficialidade, e deixando no Reino os descendentes mais novos, tudo sob os *poderes delegados* de um oficial que, ainda que com mais de 15 anos de carreira, não era hierarquicamente o mais elevado. Aquilo de que João I dispunha fôra em muito boa parte construído nas três décadas de *munus* que já levava feitas; mas em outra parte fôra herdado dos monarcas precedentes. E como não lembrar nesse momento o Rei seu pai, votado a tão singular diagnóstico do cronista, e a quem alguém vaticinara que um seu filho de nome **João** estava destinado a elevados feitos ?...

Lisboa, 21 de Novembro de 2015

Bibliografia:

1. Fontes impressas

1.1 Crónicas:

LOPES, Fernão (1965), *Crónica de D. Pedro I*, ed. com prefácio de Damião PERES, Porto, Civilização.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

LOPES, Fernão (1966), *Crónica de D. Fernando*, ed. com prefácio de Salvador Dias ARNAUT, Porto, Civilização.

LOPES, Fernão (1983a), *Crónica de D. João I*, parte I, ed. com textos proemiais de António SÉRGIO e Humberto Baquero MORENO, reed., Porto, Civilização.

LOPES, Fernão (1983b), *Crónica de D. João I*, parte II, ed. com textos proemiais de M. Lopes de ALMEIDA e A. de Magalhães BASTO, reed., Porto, Civilização.

ZURARA, Gomes Eanes de (1899-1900), *Crónica de D. João I* [parte III], 3 vols., ed. Luciano CORDEIRO, Lisboa.

1.2 Fontes documentais:

ALBUQUERQUE, Martim de; NUNES, Eduardo Borges [Ed.] (1988), *Ordenações del-Rei Dom Duarte*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DIAS, João J. Alves *et al.* [Ed.] (1982), *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, Estampa.

DIAS, João J. Alves [Ed.] (2002), *Ordenações Manuelinas: Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513)*, 5 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos / Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, João J. Alves [Ed.] (2004-2005), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 6 tomos, Lisboa, Centro de Estudos Históricos / UNL.

Ordenações (1984a), *Ordenações Afonsinas*, reimpr. da ed. de 1792, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Ordenações (1984b), *Ordenações Manuelinas*, reimpr. da ed. de 1797, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da; RODRIGUES, Maria Teresa Campos [Ed.] (1971), *Livro das Leis e Posturas*, Lisboa, Faculdade de Direito / UL.

2. Estudos:

ALBUQUERQUE, Martim de (1993), “Infante (O) D. Pedro e as Ordenações Afonsinas”, *Biblos*, 69: 157-171; reed. in ALBUQUERQUE (2002): 41-63.

ALBUQUERQUE, Martim de (2002), *Estudos de Cultura Portuguesa*, vol. 3, Lisboa IN/CM.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de (1993), *História do Direito Português*, I, 8.^a ed., Lisboa, Pedro Ferreira.

AUTRAND, Françoise [Ed.] (1985), *Prosopographie et genèse de l'État Moderne*, Paris, ENSJF.

AZEVEDO, Carlos Moreira [Dir.] (2000), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Lisboa / Mem Martins, Círculo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.

BARATA, Filipe Themudo; HENRIQUES, António Castro (2011), “Economic and Fiscal History”, in MATTOSO [Dir.]; ROSA; SOUSA; BRANCO [Ed.], (2011): 261-281.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada [Ed.] (1991), *Memória (A) da Nação [Actas do Colóquio]*, Lisboa, Sá da Costa.

BRAGA, Paulo Drumond (2015), *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

CAETANO, Marcello (1985), *Crise (A) Nacional de 1383-1385. Subsídios para o Seu Estudo*, reed., Lisboa / São Paulo, Verbo.

CAETANO, Marcello (2000), *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, 4.^a ed., seguida de *Subsídios para a História do Direito em Portugal no séc. XVI*, textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da SILVA, Lisboa / São Paulo, Verbo.

CAETANO, Pedro Nuno Pereira (2011), *Burocracia (A) Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*, dissert. de mestrado / UP, Porto: s.e.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2005), *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2011), “Municipal power”, in MATTOSO [Dir.]; ROSA; SOUSA; BRANCO [Ed.] (2011): 209-230.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1995), “Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIIIe-XVe siècles)”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II sér., XII: 47-76.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho [Coord.] (1996), *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à*

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

Crise do Século XIV (= SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira [Dir.], *Nova História de Portugal*, vol. III), Lisboa, Presença.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho [Coord.] (1999), *Génese (A) do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, Lisboa, UAL.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero [Coord.] (1986), *Poder (O) concelhio: das origens às Cortes Constituintes. Notas da História Social*, Coimbra, CEFA.

COSTA, Mário Júlio de Almeida (1992), *História do Direito Português*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.

DIAS, João José Alves [Coord.] (1998), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (= SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira [Dir.], *Nova História de Portugal*, vol. V), Lisboa, Presença.

DIAS, João José Alves; BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – “Conjuntura (A)”, in DIAS: [Coord.] (1998): 725-731.

DIOS, Salustiano de (1982), *Consejo (El) Real de Castilla (1385-1522)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.

DOMINGUES, José (2008), *Ordenações (As) Afonsinas. Três séculos de Direito Medieval (1211-1512)*, Sintra, Zéfiro.

DOMINGUES, José (2010), “A Última Reforma do Direito Medieval Português”, *Lusíada – Porto / Direito*, 1/2: 359-437.

DOMINGUES, José (2013a), “Primeiros (Os) livros de Ordenações do reino de Portugal”, *e-SLegal History Review*, 15.

DOMINGUES, José (2013b), “Exame Crítico às Leis de El-Rei D. Afonso III”, *Lusíada – Porto / Direito*, 7/8: 185-223.

DOMINGUES, José [Et al.] (2013), *CLIMA: Corpus Legislativo da Idade Média Anotado*, disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/> (consultado em 2015/11/03).

DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa (2013), *Financiamento (O) da coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o «Africano» e o «Venturoso»*, tese de doutoramento / UP, policop., Porto, s.e.

DUARTE, Luís Miguel (1999), *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

DUARTE, Luís Miguel (2007), *D. Duarte: requiem por um Rei triste*, 2.^a ed., Lisboa, Temas & Debates.

DUARTE, Luís Miguel (2015), *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Horizonte.

FERRO, Maria José Pimenta (1979), *Judeus (Os) em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães [reed.] (2000): v. TAVARES, Maria José Ferro).

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (1996), *Burocracia (A) do «Eloquente» (1433-1438): Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2001), «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, Cascais, Patrimonia.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2006), “Tradição legal, codificação e práticas institucionais: um relance pelo poder régio no Portugal de Quatrocentos”, *Revista da Faculdade de Letras [UP], História*, III série, 7: 51-67.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2009), “Royal (The) Chancery at the end of the Portuguese Middle Ages: diplomatics and political society”, *e-Journal of Portuguese History*, 7 (2): 1-23.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2011), *Estado (O) em Portugal (séculos XII-XVI): modernidades medievais*, Lisboa, Alêtheia.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de (2014), “Reunião (A) magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado?”, in SILVA [Coord.] (2014): 53-64.

GARCÍA CAMPILLO, José Miguel (2015), “Reyes bastardos: Enrique II de Castilla y Juan I de Portugal”, *Clio. Revista de Historia*, 164: 42-49.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1991), “Naufrágio (O) da memória nacional e a nação no horizonte do *marketing*”, in BETHENCOURT; CURTO [Coord.] (1991): 15-28.

GOMES, Rita Costa (1995), *Corte (A) dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel.

GOMES, Rita Costa (2003), *Making (The) of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press [trad. ingl. de GOMES (1995)].

GOMES, Rita Costa (2005), *D. Fernando*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

GONÇALVES, Iria (1999), “Estado Moderno, Finanças Públicas e Fiscalidade Permanente”, in COELHO; HOMEM [Coord.] (1999): 97-110.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier (2011), *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, dissert. de mestrado / UP, Porto, s.e.

GUENÉE, Bernard (1986), “Âge (L’) des personnes authentiques: ceux qui comptent dans la société médiévale sont-ils jeunes ou vieux ?”, in AUTRAND [Ed.] (1986): 246-279.

HENRIQUES, António Maria Braga de Macedo de Castro (2008), *State Finance, War and Redistribution in Portugal (1249-1527)*, tese de doutoramento / U. York.

HESPANHA, António M. (1982), *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina.

HESPANHA, António M. [Coord.] (1993), *Antigo (O) Regime (1620-1807)* (= MATTOSO, José [Dir.], *História de Portugal*, vol. 4), Lisboa, Círculo de Leitores.

HESPANHA, António M. (1997), *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*, Mem Martins, Europa-América.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1989), “Sociedade (A) política joanina (1384-1433): para uma visão de conjunto”, *En la España Medieval*, 12: 231-241.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1990a), *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1990b), *Desembargo (O) Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/CHUP.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1994), “Dionisius et Alphonsus, Dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, II ser., XI: 11-110.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1996), “Prosopographie et Histoire de l’État: La bureaucratie des rois portugais aux XIVE et XVe siècles – recherches faites, recherches à faire”, in GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther [Ed.] (1996), *État (L’) Moderne et les Élités. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Paris, Publications de la Sorbonne: 29-37.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1999a), “Législation et compilation législative au Portugal du début du XVe siècle: la genèse des Ordonnances d’Alphonse V”, in AUTRAND, Françoise; GAUVARD, Claude; MOEGLIN, Jean-Marie [Ed.] (1996), *Saint-Denis et la royauté. Études offertes à Bernard Guenée, Membre de l’Institut*, Paris, Publications de la Sorbonne: 671-689.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1999b), “Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média portuguesa”, *En la España Medieval*, 22: 177-185.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2001), “Este Reino a que o Gama voltou...: em torno da «modernidade» do Portugal manuelino”, in MAGALHÃES, Joaquim Romero; FLORES, Jorge Manuel [Coord.] (2001), *Vasco da Gama: Homens, Viagens e Culturas. Actas do Congresso Internacional* [Lisboa, 1998, Nov.], vol. 1, Lisboa, CNCDP: 495-512.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2002-2004), “Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média”, in VENTURA, Leontina [Coord.] (2002-2004), *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em homenagem a SALVADOR DIAS ARNAUT*, Coimbra / Lisboa, Fac. Letras – Comissão Científica do Grupo de História / Editora Ausência: 73-102.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2006), “Do Douro internacional ao Côa: poderes e quadros institucionais numa região de fronteira”, in *Estudos em Honra de Ruy de Albuquerque*, vol. I, Lisboa / Coimbra, Fac. Direito-UL / Coimbra Editora: 205-232.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2009a), “Mário de Albuquerque e António Sérgio: revisitação de uma polémica”, in *Estudos em memória do Prof. Doutor Mário de Albuquerque*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique, 2009, pp. 177-235.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2009b), “Oficiais (Os) da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)”, *Medievalista* [Em linha]. Nº 6 (Julho de 2009). [Consultado 19.10.2009]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN 1646-740X.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2010), “Prelados e clérigos régios no meio-século joanino (1384-1433): para uma reapreciação de situações”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, vol. I, Lisboa / Coimbra, Faculdade de Direito da UL / Coimbra Editora: 205-211.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2011), “Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth-Fifteenth Centuries”, in MATTOSO [Dir.] ROSA; SOUSA; BRANCO [Ed.] (2011): 179-208. Versão port. in HOMEM (2017): 117-147.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2015), “De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia”, in DOMINGUES, Francisco Contente;

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

HORTA, José da Silva; VICENTE, Paulo David [Ed.] (2015), *D'Aquém, d'Além, e d'Ulamar. Homenagem a António Dias Farinha*, vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa: 1457-1471.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2017), *Rei (O) e a Lei: estudos de História Institucional da Idade Média Portuguesa (1279-1521)*, Porto, U. Porto Edições, 448 pp.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel (2007), “Rey y «totalidad nacional» en la obra de Don Duarte: en torno a los conceptos de prudencia y consejo”, *Hispania*, vol. LXVII, n.º 227 (septiembre-diciembre): 929-944.

MAGALHÃES, Joaquim Romero [Coord.] (1993), *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)* (= MATTOSO, José [Dir.] – *História de Portugal*, vol. 3), Lisboa, Círculo de Leitores.

MARAVALL, José António (1972), *Estado Moderno y mentalidade social*, 2 vols., Madrid, Revista de Occidente.

MARAVALL, José António (1973), “«Hombres (Los) de saber» o letrados e la formación de su consciencia estamental”, in IDEM, *Estudios de Historia del pensamiento español*, 2.ª ed., Madrid: 355-370.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (= SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira [Dir.], *Nova História de Portugal*, vol. IV), Lisboa, Presença.

MARQUES, José (1988), *Arquidiocese (A) de Braga no século XV*, Lisboa, IN/CM.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de (1993), *História de Portugal, 2. A Monarquia feudal (1096-1480)* (= MATTOSO, José [Dir.] *História de Portugal*, 2), Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José [Dir.]; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João [Ed.] (2011), *Historiography (The) of Medieval Portugal (c.1950-2010)*, Lisboa, IEM / UNL.

MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins (2015), *1415: a conquista de Ceuta*, Lisboa, Presença.

MORNET, Élisabeth (1988), “Âge et pouvoir dans la noblesse danoise (1390-1520)”, *Journal des Savants* (janvier-juin): 119-154.

MOTA, Eugénia Pereira da (1989), *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito» (1480-1483): caminhos da burocracia régia*, tese de mestrado / UP, policop., Porto, s.e.

Armando Luís de Carvalho Homem - Louvor de Trezentos - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 147-166. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a6

MOXÓ, Salvador de (1975), “Sociedad (La) política castellana en la época de Alfonso XI”, *Cuadernos de História anexos de la Revista HISPANIA*, 6. *Estudios sobre la sociedad hispánica en la Edad Media*, Madrid: 197-326.

PRATA, Jorge Manuel de Bastos Pina Martins (2012), *Poder e justiça no reinado de D. Afonso IV*, tese de mestrado / UC, Coimbra, s.e.

RAU, Virgínia (2009), *Casa (A) dos Contos. Os três mais antigos regimentos dos Contos. Para a História do Tribunal de Contas*, reeds. com texto prefacial de Guilherme d'Oliveira MARTINS, Lisboa, IN/CM.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2000), “Cabido”, in AZEVEDO (Dir.), 2000: 278-280

SILVA, Carlos Guardado da [Coord.] (2014), *Conquista (A) de Ceuta: conselho régio de Torres Vedras (= Turres Veteras, XVII)*, Lisboa / Torres Vedras, Colibri / Câmara Municipal.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da (1991), *História do Direito Português. Fontes de Direito*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto (2005), *D. Dinis*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

SOUSA, Armindo de (1985), “Discurso (O) político dos concelhos nas Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras [UP]. História*, 2.^a sér., 2: 9-44.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. (1987), “Crisis (La) de 1383: el punto de vista castellano”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, INIC / CHUP: 55-68.

TAVARES, Maria José Ferro (1982), *Judeus (Os) em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

TAVARES, Maria José Ferro (2000), *Judeus (Os) em Portugal no século XIV*, 2.^a ed., Lisboa, Guimarães [reed. de FERRO, (1979)].

TAVARES, Maria José Ferro (2013), *Fernando e Leonor: um reinado (mal)dito*, Lisboa, Chiado Editora.

TORRES SANZ, David (1982), *Administración (La) Central Castellana en la Baja Edad Media*, Valladolid, U. Valladolid.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão

Marriages and geographical mobility in Portugal in the 19th century (1800-1830): the council of Marvão

Mariages et mobilité géographique au Portugal au XIXe siècle (1800-1830): la municipalité de Marvão

Los cónyuges y movilidad geográfica en Portugal en el siglo XIX (1800-1830): el concejo de Marvão

Raquel Tovar Pulido
 Universidad de Extremadura
 rtovar@unex.es

Resumo: Este artigo estuda a nupcialidade no concelho de Marvão entre 1800 e 1830. Os registos paroquiais constituem o suporte empírico. O seu tratamento quantitativo permite realizar o estudo da formação da família. Aborda-se, por um lado, o número e o tipo de casamentos e recasamentos; por outro, a mobilidade geográfica, analisada a partir dos matrimónios, dependendo do sexo e estado civil. O objetivo último deste artigo é o de conhecer o comportamento da nupcialidade tendo em conta a mobilidade dos nubentes viúvos e solteiros numa curta, média e longa distância.

Palavras-chave: demografia histórica, nupcialidade, concelho de Marvão, antigo regime

Abstract: This article studies the nuptiality of the council of Marvão between 1800 and 1830. The parochial sources are the main empirical material for this study, using a quantitative methodology, which allows us to make the study of family' behavior. By one hand, the number and the type of marriages and remarriages are analysed; and, on the other, we studied the geographical mobility, by sex and marital status. The final aim of this article is the analysis of the nuptiality regarding the mobility of widowers and of single spouses in a short, medium and long distance.

Keywords: historical demography, nuptiality, council of Marvão, early modern times

Résumé: Cet article étudie la nuptialité dans la municipalité de Marvão, entre 1800 et 1830. Les sources paroissiales sont utilisées comme matériel pour réaliser cette recherche. De même, la méthodologie quantitative nous permet d'étudier la formation de la famille: d'une part, le nombre et le type de mariages et de remariages sont analysés; et d'autre part, on étudie la mobilité que gèrent les mariages, en fonction du sexe et de l'état matrimonial. En conclusion, cet article analyse la nuptialité en ce qui concerne la mobilité des veufs et des célibataires en tenant compte des distances courtes, moyennes et longues.

Mots-clés: démographie historique, nuptialité, municipalité de Marvão, ancien régime

Resumen: Este artículo estudia la nupcialidad en Marvão entre 1800 y 1830. Como fuentes se han utilizado registros parroquiales de matrimonios. La metodología cuantitativa nos permite un estudio de la formación de la familia: por un lado, se analiza el número y el tipo de matrimonios en primeras y segundas nupcias;

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

y, por otro lado, se estudia la movilidad que generan los matrimonios, según el sexo y el estado civil. En conclusión, este artículo analiza la nupcialidad y tiene en cuenta la movilidad de viudos y cónyuges solteros en distancias corta, media y larga.

Palabras clave: demografía histórica, nupcialidad, concejo de Marvão, antiguo régimen

Introdução

No sistema demográfico do Antigo Regime da Europa, a nupcialidade é um fator definidor do mecanismo de regulação populacional das sociedades tradicionais (Dupâquier, 1972: 200). A articulação da nupcialidade com os outros fenómenos demográficos, como as migrações, ganha contornos diferenciados em função da variável regional, em que o contexto socioeconómico e sociocultural é determinante, como mostram Santos et al. (2010: 77-99)¹. O período em estudo apresenta alguma complexidade por ser politicamente conturbada a nível geopolítico (guerras peninsulares e o estabelecimento de monarquias constitucionais), podendo condicionar a mobilidade marital entre fronteiras.

Enquadramento teórico

A historiografia hispano-portuguesa destacou o dinamismo da fronteira como uma área de fortes trocas económicas e sociais, também com reflexos na formação das famílias. A perspectiva demográfica envolve a pesquisa sobre a estrutura das populações raianas, sobre as quais não se tem prestado atenção significativa nos campos da História Social e da História da Família. A falta de estudos sobre a população de Marvão (centram-se sobretudo sobre património) justifica o nosso interesse em investigar importantes variáveis demográficas, como a nupcialidade e os movimentos migratórios, no estágio final do Antigo Regime (Stylov et al., 2009; VV.AA., 2018). Estudos sobre a família na fronteira hispano-portuguesa foram já realizados para Olivença, Elvas e Badajoz (Cosme, 2006: 755; Cosme, 2009: 120; Moreira et al., 2009: 86; Blanco, 2003: 79-111; Tovar Pulido, 2015; 2017a; 2017b). Mesmo no contexto da Península Ibérica, foram publicados

¹ Raquel Tovar Pulido é investigadora na área de História Moderna (departamento de História) da Universidad de Extremadura (UEX), Espanha. rtovarp@unex.es. Esta pesquisa foi realizada durante um estágio no Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Foi financiado pelo Governo espanhol no pedido de “Ayudas Complementarias para la Formación de Profesorado Universitario (FPU)”, do *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD)*, (2015). O trabalho também está inserido no âmbito do projecto “Familia y comunidad rural: mecanismos de protección comunitaria en el interior peninsular (ss. XVIII-1900)” (com referência HAR2013-48901-C6-5-R), Plan Nacional I+D del MINECO.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

diversos estudos sobre as famílias do oeste, norte e sul peninsular (Blanco Carrasco e Santillana Pérez, 2011: 35-51; Rodríguez Cancho e Blanco Carrasco, 2007: 39-58). E ainda se deve mencionar os estudos sobre nupcialidade e mobilidade marital em zona de fronteira, no Norte do Portugal: em S. Pedro de Poiães (Amorim, 1983-84); em Calvão (Faustino, 1998); em Palaçoulo (Raposo, 2000), assim como em Vila Praia de Âncora (Rego, 2013). Assim, o presente artigo tem por objectivo aprofundar essa linha de pesquisa, através do estudo do caso de Marvão como uma comunidade que pode ser ilustrativa das características sobre o casamento que transcendem o espaço geográfico de análise (Cosme, 2006: 755).

Fontes e metodologia

O suporte documental sobre o qual assenta esta pesquisa corresponde essencialmente aos registos paroquiais do casamento do concelho de Marvão, os quais estão depositados no Arquivo Distrital de Portalegre. Estes assentos assumem-se como fontes essenciais para conseguir uma primeira aproximação ao estudo da família (Moreira et al. 2009: 88). Neste pequeno concelho os matrimónios analisados ao nível de freguesia possibilitam o levantamento da naturalidade, residência, e estado civil de cada um dos nubentes, sendo poucas as referências a ocupações, a não ser em cargos militares, mas sem estarmos seguros de que se trata de registos sistemáticos. A estrutura dos registos torna possível a agregação de dados, o que possibilita a observação contínua de acontecimentos demográficos nomeadamente, os casamentos e os movimentos migratórios (Santos et al. 2010: 82; Bandeira, 2004: 103). Desta forma analisamos como a fronteira influencia o volume das deslocações populacionais e, por outro lado, como pode dividir as populações que se encontram próximas, geográfica, histórica e culturalmente (Moreira et al. 2009: 88).

Do ponto de vista metodológico, o enfoque demográfico a partir de fontes paroquiais oferece uma leitura relevante para a análise do ciclo de vida centrado a partir do casamento². A estrutura das fontes analisadas permite a aplicação da metodologia

² Arquivo Distrital de Portalegre (ADP). Paróquia de Santa Maria de Marvão (Santa Maria) 1590-04-23/1911-03-29: Registos de casamentos 1632-01-10/1911-03-20; 1714-01-14/1802-01-11; 1802-02-14/1852-06-16; Paróquia de Santo António das Areias (Santo António) 1715-11-02/1911-03-30: Registos de casamentos 1716-07-19/1911-03-11; 1797-10-09/1843-01-24; Paróquia de São Salvador da Aramenha

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

agregativa para Marvão (Rodrigues 2008; Cosme 2009: 115). Esta baseia-se em contagens de registos paroquiais viabilizando, assim, uma visão mais *macro*. A vantagem deste método comparado com o de reconstituição de paróquias ou famílias é a rapidez de execução do levantamento, o alargamento da área geográfica de observação e a dilatação da extensão da série cronológica; depois de agregados os totais, obtemos um retrato geográfico mais alargado (Matos, 2016: 219-221). Embora uma das limitações seja a de que o nível de precisão é inferior ao proporcionado pelo processo do cruzamento nominativo, tem a vantagem de oferecer um retrato demográfico mais amplo, que, nesta investigação, abrange várias décadas (1800-1830).

Em termos geográficos o concelho de Marvão faz fronteira a Norte e a Este com a Estremadura espanhola, a Sul com o concelho de Portalegre e a Oeste com o concelho de Castelo de Vide. O seu território ocupa uma área de 154,6 km². Como outras praças fronteiriças, a localização de Marvão desde cedo lhe ditou um papel estratégico em termos defensivos da fronteira luso-espanhola. Outras praças portuguesas relevantes no contexto defensivo foram Olivença, Campo Maior e Elvas. Também Badajoz representou um escudo protetor do território espanhol, pois controlava os núcleos portugueses raianos mais próximos, formando, todas elas, um primeiro obstáculo na penetração do interior do território, procurando evitar ataques diretos a Lisboa (Moreira et al., 2009: 85-103).

Concretamente o contexto histórico em análise abrange os anos compreendidos entre 1800-1830. Naquela época a posição geográfica de Marvão na linha da fronteira torna-a importante para a sua defesa, pois o Porto da Espada, que passa à vista da praça, assume-se como estrada da artilharia. De facto, este é um itinerário para conduzir a artilharia desde Valença de Alcântara e de Albuquerque contra a mesma praça. Também contra Portalegre, Crato, Castelo de Vide e Ribatejo³. Durante as Guerras das Laranjas (1801) a praça de Marvão sofre vários ataques, mas apesar disso consegue resistir (Stylow et al., 2009). Neste período tem o seu início as Invasões Francesas (1807-1811), e anteriormente a Guerra das Laranjas (1801). Em 1808, nas Guerras Peninsulares, a praça

(São Salvador) 1594-07-28/1911-03-31; Registos de casamentos 1632-01-25/1911-03-29; 1763-09-14/1801-11-25; 1802-01-26/1850-04-17; Paróquia de São Tiago (São Tiago) 1555-09-02/1845-02-24; Registos de casamentos 1656-01-07/1845-01-29; 1764-11-04/1845-01-29.

³ Consultado em Património Cultural. Direção geral do Património Cultural. Castelo de Marvão. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70363>> Acesso em maio de 2019.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

ocupada pelos franceses é libertada. Uma década depois aconteceu a Revolução liberal de 1820 e a Guerra civil portuguesa com a ocupação de Marvão pelas forças liberais e depois pelas miguelistas (1833-1834). Na guerra, a destruição económica e o despovoamento das localidades surgiam como objetivos primordiais, pois este tipo de conflito prolongado procurava a destruição destas comunidades pelo sistemático recurso a uma política da terra queimada (Cosme 2009: 120).

Pelas razões aludidas, Marvão pode assumir-se como um “ensaio laboratorial”, representativo dos concelhos fronteiriços com funções militares. Daqui resulta um melhor entendimento sobre a forma como as fronteiras, como divisões políticas, em épocas de convulsões extremas podem ter condicionado as relações matrimoniais entre os nubentes do mesmo município e também entre os de outra procedência geopolítica (Moreira et al. 2009: 86).

1. Casar em Marvão

Nas populações do Antigo Regime, o casamento assume-se como um contrato com vista à constituição de uma família, articulando-se a nupcialidade com o fenómeno da fecundidade ou da reprodução das populações (Santos et al., 2010: 79; Bandeira, 1996: 263-264). No período em estudo, a sociedade organiza-se em função da família e não do indivíduo (Souza, 2008: 3-4). Ou seja, o indivíduo adquire significado quando se assume como cabeça de casal, tendo de ser economicamente capaz de satisfazer os tributos ao Estado e à Igreja, além de angariar os rendimentos necessários à sobrevivência do agregado (Laslett, 2000).

1.1. As paróquias e as famílias

O concelho de Marvão possuía cinco freguesias no período em análise: Santa Maria, São Salvador da Aramenha, São António das Areias, São Tiago e São Julião⁴. Segundo o censo de 1801, o concelho possuía 946 fogos, onde residiam 4.041 indivíduos. No entanto, neste trabalho foram analisadas as quatro primeiras freguesias, onde o número total de habitantes é 3.370 pessoas em 783 fogos em 1801 (Silveira, 2001: 142), sendo

⁴ Em 1844 São António das Areias divide-se em duas: São António das Areias e a Beirã (VV. AA. 2018). Atualmente, a paróquia de São Tiago não existe como tal, pois foi integrada na de Santa Maria.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

que a freguesia de São Salvador da Aramenha detinha o maior peso demográfico (Tabela 1)⁵.

Censo 1801	Santa Maria	São Antonio das Areias	São Salvador da Aramenha	São Tiago	Concelho
Fogos	173	154	279	177	783
Homens	347	372	643	284	1646
Mulheres	346	364	545	369	1624
Habitantes	693	736	1288	653	3370

Tabela 1. Freguesias do Concelho de Marvão (1801).

Fonte: *Censo de 1801* (Silveira, 2001)

1.2. A evolução dos casamentos

Para esta investigação foram levantados os registos paroquiais dos casamentos celebrados no concelho de Marvão entre 1800-1830, ou seja, das suas quatro paróquias indicadas. Na totalidade, analisaram-se 956 assentos de matrimónio, abrangendo 1.912 nubentes (Tabela 2). Esta amostra de cerca de mil assentos oferece uma perspetiva ampla para a análise dos fatores endógenos e exógenos de reprodução no concelho (Moreira et al., 2009: 86).

Através do gráfico 1 observa-se que a linha de tendência do volume de casamentos não é totalmente estável durante os trinta anos analisados, pois declina ligeiramente até ao final da década de 1820. Também se verifica uma diminuição no volume de matrimónios nos anos 1804-1805, 1811, 1820, 1823-1825. Dos resultados obtidos pelo cruzamento de registos de óbitos na mesma data, observa-se um aumento da mortalidade de adultos em alguns desses anos, ocasionada por epidemias (catarro, *tisis*, febres e sarampo), que podem estar na base da diminuição do número dos casamentos, embora tenhamos consciência de que sem um levantamento sistemático dos registos de óbitos não podemos estabelecer essa relação direta. Seja como for, é necessário insistir-se no

⁵ A freguesia de São Julião (hoje em Portalegre) não foi analisada porque os registos estão incompletos: faltam dados para os primeiros dez anos analisados e, devido ao baixo número de casamentos registados nos anos restantes, consideramos que a não recolha dessa informação não irá distorcer os resultados da amostra. ADP, PRQ/PPTG10 Paróquia de São Julião: Registos de casamentos 1681-08-08/1815-06-07 (anos 1800, 1805, 1811-1815); 1815-07-15/1859-11-09 (anos 1816-1826, 1828-1830).

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

reduzido universo de elementos em estudo, o que, naturalmente, gera significativas flutuações nos acontecimentos demográficos.

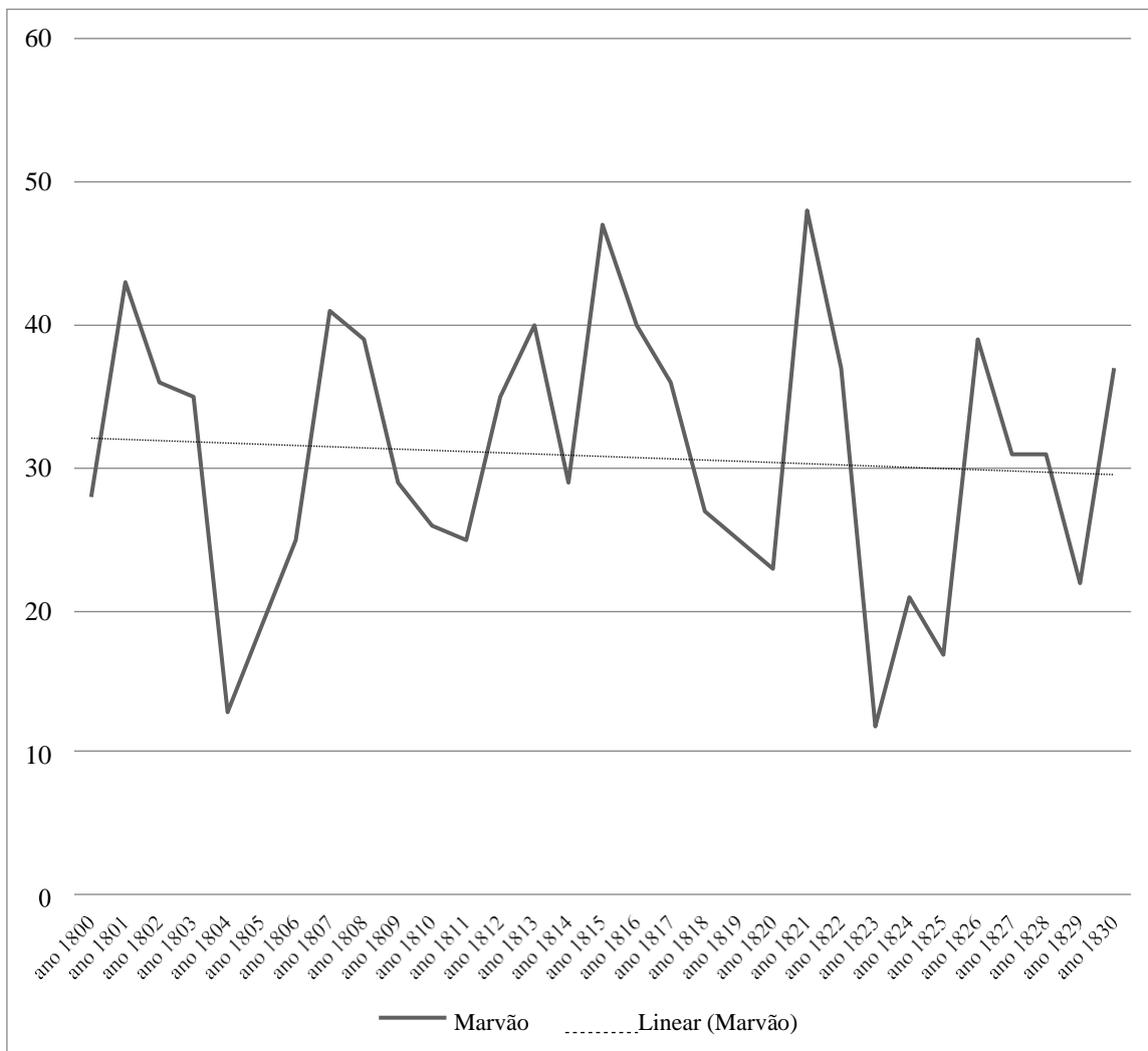


Gráfico 1. A evolução dos casamentos no Concelho de Marvão. Dados Absolutos.
Fonte: ADP, Registos de casamentos.

Anos	Santa Maria	São António das Areias	São Salvador da Aramenha	São Tiago	Marvão
Total	126	244	366	220	956

Tabela 2. Total de casamentos no Concelho de Marvão (1800-1830). Fonte: ADP, Registos de Casamentos.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

1.3. A Taxa Bruta de Nupcialidade (TBN)⁶

No estudo sobre o concelho de Marvão a média de casamentos anual compreende uma TBN de, aproximadamente, 12,76%⁷. Os dados sobre a nupcialidade em Portugal, para 1815-1819 (Balbi, 1822: 262-263), revelam taxas de nupcialidade que oscilavam entre os 5,5% em Guimarães, e os 11,19% em Avis, embora os valores normalmente se situassem entre os 6-8% (Tabela 3). As comarcas vizinhas de Marvão apresentavam os seguintes resultados: Crato: 7,54%; Portalegre: 9,95%; Castelo Branco: 9,70%; enquanto a média nacional de 25 comarcas do país era de 7,43% (Marques e Matos, 2002: 36). A nupcialidade registada em Marvão aproximava-se, assim, dos resultados obtidos para 1801, estudados por J. P. Ferro (1995: 23-29; Sousa 1995).

Portugal	Marvão	Avis	Guimarães	Crato	Portalegre	Castelo Branco
7,43%	12,76%	11,19%	5,5%	7,54%	9,95%	9,70%

Tabela 3. Taxa Bruta de Nupcialidade em Portugal nos primeiros vinte anos do século XIX. Fonte: ADP, Concelho de Marvão, Registos de casamentos; Ferro, 1995; Sousa, 1995; Marques e Matos, 2002; Balbi, 1822.

2. Os primeiros casamentos e os recasamentos

O matrimónio constitui um dos fenómenos naturais de maior influência na vida social dos indivíduos, a escolha do consorte está muito dependente do relacionamento prévio entre os nubentes e respetivas famílias. A identificação das ligações preferenciais dos contraentes pode caracterizar melhor o relacionamento social da época e do espaço considerado (Cosme, 2006: 779-786). Uma vez que a nupcialidade depende da vontade humana, ela reflete as opções e os comportamentos das sociedades, considerando-se mesmo que funcionava como regulador do sistema demográfico (Hajnal, 1965; Chaunu,

⁶ Corresponde ao total de matrimónios dividido pelo total de habitantes, e multiplicado por 1.000.

⁷ Só é possível calcular esta taxa tendo como referência os dados do ano 1801, pois não estamos na posse de outros dados que nos permitam quantificar o efectivo demográfico para os restantes anos. Em 1801 registam-se 43 matrimónios para uma população de 3.370 indivíduos, pelo que a TBN se cifra nos 12,76%. No entanto, entre 1800-1805 a média de casamentos anual é 29, compreendendo a uma TBN de 8,6%. Levamos em conta este último resultado porque está mais próximo das datas de 1801 (data da contagem da população), já que não temos os totais da população até 1830. Por um lado, fazer cálculos com mais de cinco anos de intervalo implicaria deixar de lado o possível aumento ou diminuição dos dados da população total, neste período de instabilidade política. Por outro lado, ter em conta só os dados de casamentos realizados em 1801 pode ignorar a possibilidade de um aumento da nupcialidade excepcional, num ano particular.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

1974). Do mesmo modo, a indicação do estado civil nos registos paroquiais possibilita uma análise mais detalhada em termos da prima nupcialidade e dos recasamentos (Santos et al., 2010: 75-83). Nesta análise propomo-nos distinguir essas duas formas diferenciadas de sistemas de acesso ao casamento: uma direcionada para os homens e as mulheres, solteiros e solteiras, e outra para os homens e as mulheres viúvos e viúvas.

No concelho de Marvão registaram-se 956 matrimónios de 1800 até 1830. Os primeiros casamentos corresponderem o 73,84% e os recasamentos a 26,15% (Gráfico 2)⁸. Tendo em conta o estado civil do casal, destaque-se um certo peso dos recasamentos entre viúvos e solteiras (129), sendo metade este tipo de matrimónios (51,6% dos recasamentos e 13,49% sobre o total de matrimónios). Os recasamentos entre viúvas e solteiros (62) – 24,8% dos recasamentos e 6,48% do total de matrimónios – apresenta quase o mesmo peso relativo que os recasamentos em que os dois cônjuges são viúvos (59) (23,6% dos recasamentos e 6,17% sobre o total de matrimónios) (Faustino, 1998: 188-189; Amorim, 1984; Cosme, 2006: 788). Os diferentes cenários ao nível da estrutura populacional por sexos parecem demonstrar uma tendência para favorecer os homens viúvos nos recasamentos. Assim, existe um homem viúvo em 74,8% dos recasamentos, enquanto 48,1% dos recasamentos se registam mulheres viúvas. Estes dados favorecem claramente os homens viúvos (Santos et al. 2010: 85-90), pois tomam parte nos recasamentos 25% mais do que as mulheres com o mesmo estado civil. Como foi demonstrado em outros territórios da Península Ibérica, os viúvos tendem a casar-se com mulheres solteiras de menor idade para garantirem o nascimento de filhos (Bandeira, 2004: 242; Raposo, 2000: 79), enquanto as viúvas mais dificilmente se casam, em particular, como alguns casos demonstraram, quando ultrapassaram os quarenta anos de idade (Blanco Carrasco, 1999: 223), embora noutros casos os solteiros, particularmente os imigrantes, em conjunturas de dificuldades, desposavam, preferencialmente, viúvas com situação económica mais desafogada (Cosme, 2006). Seja como for, a nível micro, como é o caso, estes exemplos podem não se aplicar à realidade em estudo, mas poderão auxiliar na interpretação dos dados percentuais, indicados no gráfico 2.

⁸ Não temos informações sobre a idade dos nubentes. Raposo (2000: 5-77) constata 82% de mulheres solteiras nos casamentos, sendo que a percentagem dos homens solteiros se situa entre os 65% e os 87% no norte de Portugal no período moderno. Em percentagem, casam-se mais homens viúvos do que viúvas, entre os 29-30% no século XVIII, enquanto as mulheres viúvas se situam entre os 8-9,9%.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

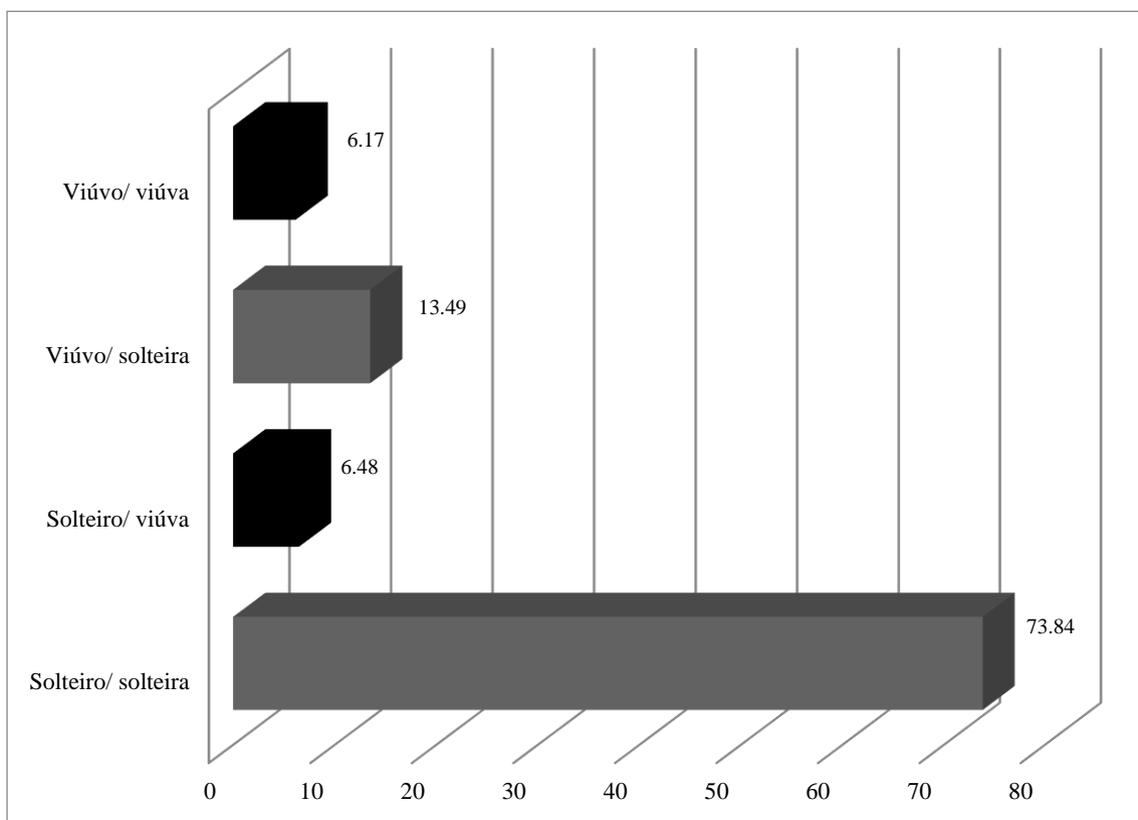


Gráfico 2. Estado civil dos nubentes. Marvão (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos.

3. As migrações: uma leitura através do casamento

As comunidades rurais da Época Moderna não eram fechadas (Cosme 2006: 810), mas abertas às influências exteriores e aos fluxos migratórios (Flinn 1981: 65). Constituem sistemas de interação e interdependência, condicionados pela sua dimensão, localização geográfica ou pela diversidade de funções desempenhadas (económicas, militares, religiosas...) (Moreira et al. 2009: 85). Sem ser considerado um fenómeno tipicamente demográfico, a nupcialidade assume muita importância no movimento populacional, em termos de saída e entrada de indivíduos numa população (Santos et al., 2010: 79).

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

3.1. A estrutura das fontes para o estudo da mobilidade

Os registos paroquiais de casamento são uma fonte essencial para o estudo da mobilidade. Os assentos aqui estudados fornecem a naturalidade e residência dos cônjuges, fazendo possível a averiguação da contribuição dos fatores endógenos ou exógenos na reprodução demográfica de uma comunidade, projetadas pelo casamento enquanto fenómeno de interação social (Moreira et al., 2009: 85).

Por um lado, a naturalidade possibilita a aferição da relação existente entre os nubentes em termos de origem geográfica, pois permite uma avaliação qualitativa da influência das migrações em cada freguesia. Ao nível do tratamento dos dados, no estudo da origem dos fluxos migratórios e da sua influência para cada uma das freguesias, optámos por ter em conta a residência. No concelho de Marvão apenas foi medida a naturalidade nos casos em que somente se referencia o local do batismo para efeitos de naturalidade, ou bispado onde este se tinha realizado. Por outro lado, a morada na data do evento possibilita o conhecimento da proximidade geográfica entre os nubentes antes do casamento. Neste sentido, é interessante verificar se os casamentos se realizavam mais frequentemente na freguesia do noivo ou da noiva (Santos et al., 2010: 84).

Conhecer os matrimónios que se realizaram entre os naturais do lugar em estudo e os originários de outro espaço é um fator caracterizador sociológico do comportamento matrimonial das populações (Merino Arribas, 1991: 230). Neste trabalho, para as contabilizações dos fluxos migratórios, foram manuseados os dados da seguinte forma. Consideraram-se os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores da mesma paróquia. Em ambos os casos, pela proximidade, considera-se que não houve nenhuma migração, ou seja, quando os nubentes são residentes no concelho de Marvão, mas provenientes das diferentes freguesias que o compõem.

Nos casos seguintes considera-se que houve uma deslocação: os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores do concelho limítrofe ou dos concelhos cercanos; os matrimónios onde um ou dois dos nubentes são moradores em outros lugares de Portugal; e os matrimónios onde um ou dois dos noivos são moradores em Espanha, em vilas perto da fronteira. Tenha-se em consideração que quando a origem dos nubentes de Marvão se referia a fazendas, sítios e locais pertencentes a paróquias, freguesias e

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

bispados, inseriu-se nas respetivas unidades administrativas, sempre que se conseguia localizar (paróquia, freguesia, concelho, distrito, bispado...).

3.2. Endogamia e exogamia matrimonial

O estudo das migrações permite-nos saber até que ponto uma comunidade é permeável. Por um lado, é interessante compreender as relações que se estabelecem dentro da própria comunidade, ou seja, a endogamia matrimonial. Por outro lado, se estabelece também uma relação ao exterior e uma interação exterior da comunidade, ou seja, os fatores exógenos dos mecanismos de reprodução social e económica dos nubentes (Cosme, 2006: 810).

3.2.1. A endogamia

Como Alain Girard referiu, os indivíduos tendem a casar-se dentro dos seus limites geográficos e socioculturais: “casa-se, como mais tarde se morrerá, no lugar onde se nasceu” (*On se marie, comme plus tard on mourra, là où l’est né*) (Girard, 1981: 57). Durante o Antigo Régime, o grau de endogamia geográfica dos nubentes era elevado, pois o estabelecimento de laços matrimoniais frequentemente dependia da distância geográfica, além da situação económica anterior, ou de outras variáveis (Moreira et al., 2009: 85). De facto, A. Eiras Roel e C. Fernández Cortizo consideram que o sedentarismo das populações históricas é um modelo respaldado pelos métodos da demografia (Fernández Cortizo e Eiras Roel, 2003: 144).

No estudo das origens dos fluxos migratórios no concelho de Marvão a primeira conclusão a que podemos chegar é a de que a maioria dos nubentes, considerando os casais segundo a sua procedência, em vez dos cônjuges separadamente, era originária da mesma paróquia, com valores de 56,7% dos matrimónios (559).

Em um 6,6% dos casos os cônjuges procedem de sítios e lugares da mesma freguesia (65). Finalmente, 20,0% dos nubentes são moradores em freguesias diferentes dentro do concelho de Marvão (197). Portanto, conclui-se o predomínio das uniões endogâmicas, pois em 83,2% dos matrimónios ambos os cônjuges nasceram em Marvão (Gráfico 3).

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

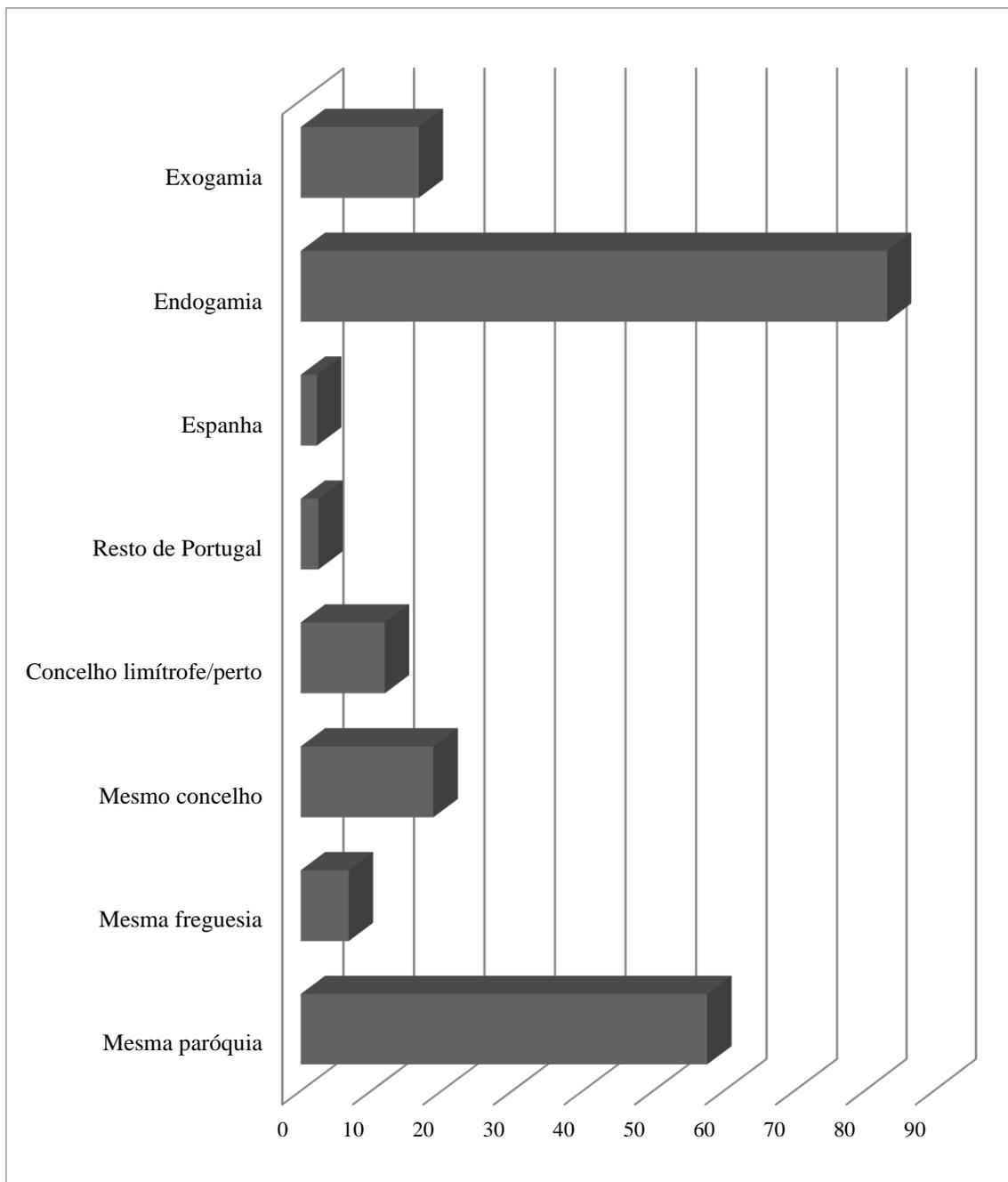


Gráfico 3. Procedência dos nubentes. Marvão (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos.

3.2.2. A exogamia

Embora o fator proximidade geográfica assumia importância no contexto matrimonial das freguesias, os naturais de Marvão não se limitaram ao seu espaço local e aos seus limites socioculturais (Santos et al., 2010: 95). Os fatores exógenos de

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

reprodução têm um peso do 16,7% nos casamentos. No caso de S. Vicente da Beira, no princípio do século, 68% da sua população é proveniente do exterior (embora os dados quantitativos sejam relativamente baixos), das localidades que se encontravam num raio de 30 km.

A migração exógena assenta em três pontos distintos de origem. Em 12,1% dos matrimónios, um ou dois nubentes são moradores em concelhos limítrofes ou que se situam perto de Marvão (119): Castelo de Vide, Castelo Branco, Elvas, Crato, Portalegre, Alpalhão, Nisa, Arronches e Monforte. Embora menos numerosos, também há indivíduos residentes em vilas e cidades portuguesas distantes do concelho: 2,43% – (24): Beja, Coimbra, Lamego, Viseu, Évora, Porto, Abrantes, Guarda, Braga, Pinhel e Montalvão. Assim mesmo, também se registam nubentes espanhóis, em 2,23% (22), originários de vilas próximas da fronteira: Valença da Alcântara, Alcântara e Albuquerque (reino de Espanha).

Não conhecemos as causas da migração para efeitos de matrimónio, para além das dificuldades do casamento intrínsecas ao lugar de nascimento. Talvez a causa mais directa seja, naturalmente, a procura de melhores condições de vida ou a impossibilidade de se estabelecerem na sua terra natal, sem descurar possíveis deslocações sazonais de mão-de-obra ou o cumprimento do serviço militar. Em qualquer caso, a presença de indivíduos que não nasceram no concelho, assim portugueses como estrangeiros, atesta que Marvão é uma comunidade aberta ao exterior, possivelmente pela importância da sua praça militar e por influência das suas características em termos económicos (Diogo e Moreira, 1994: 135; Justino s.d.).

No entanto, dada a proximidade entre os distritos espanhóis e portugueses, não deixa de causar surpresa o facto do número de casamentos entre espanhóis e portugueses ser inferior aos casamentos entre portugueses provenientes de mais longe. Por um lado, a existência de casamentos luso-hispânicos mostra que a fronteira não é uma barreira intransponível para a formação da família. Por outro, a crise política existente e o conflito militar na fronteira são fatores que podem explicar o reduzido número de casamentos transnacionais. Na verdade, “se a demarcação da fronteira é, em todos os momentos históricos, uma artificialidade e uma invenção [...] a sua delimitação acaba, de uma forma

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

ou de outra, por condicionar os países e as regiões que as circundam” (Moreira et al., 2009: 100).

3.2.3. Diferenças na mobilidade entre homens e mulheres

Se quanto mais reduzida é a população maior tende a ser a influência dos movimentos migratórios (Rodrigues, 1995: 79), a causa da mobilidade masculina para procurar mulher pode residir na restrição feminina ao casamento. Na origem do matrimónio postula-se uma relação entre a intensidade dos fenómenos migratórios e dos desequilíbrios entre os sexos, pois estes ocasionam restrições matrimoniais (Bandeira 1996: 298). Não raras vezes, os fenómenos emigratórios e as restrições matrimoniais estão ligados às estratégias patrimoniais, através das quais as famílias procuram manter o seu estatuto social, provocam o aumento do celibato e incentivam à emigração (O’Neill, 1981). De facto, alguns autores consideram que nas sociedades pré-modernas a emigração é uma das consequências mais diretas face ao difícil acesso ao casamento. A deslocação de efetivos de ambos os sexos impôs um comportamento mais característico de comunidades rurais, ou seja, casando-se entre si (Santos et al., 2010: 95).

3.2.3.1. O lugar de casamento

Nos registos de Marvão quando o local de morada dos nubentes não era coincidente, os casamentos realizavam-se, principalmente, na freguesia da noiva (80,3% e 19,7% na do noivo), embora desconheçamos se a morada futura dos nubentes será a da noiva. Por sexo, nota-se que existem mais homens do que mulheres oriundas das outras freguesias de Marvão, mas também do resto de Portugal e de Espanha. Por outro lado, há uma predominância das mulheres naturais do concelho de Marvão (Gráfico 4). No entanto, há que ter em conta que o registo de casamento de um nubente, com naturalidade diferente daquela em que o ato se realizou, nem sempre significa migração (Cosme, 2005: 811), pelo facto de se ter consorciado à paróquia da noiva (Amorim, 1991; Poussou, 1973: 139-170), pois a tradição em Portugal é o noivo casar-se na terra da noiva. A coincidência de local entre os registos de nascimento e morte não espelha imobilidade, porque entre estes dois momentos da vida humana existe um tempo intermédio, a “*lifetime* [tempo de vida]”, difícil de seguir (Flinn, 1981: 66-67). Na verdade, neste trabalho não foi possível

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

de fazer um cruzamento com outras fontes, como os róis de confessados, que, por serem anuais (desde que existissem) poderia acrescentar informações sobre este assunto.

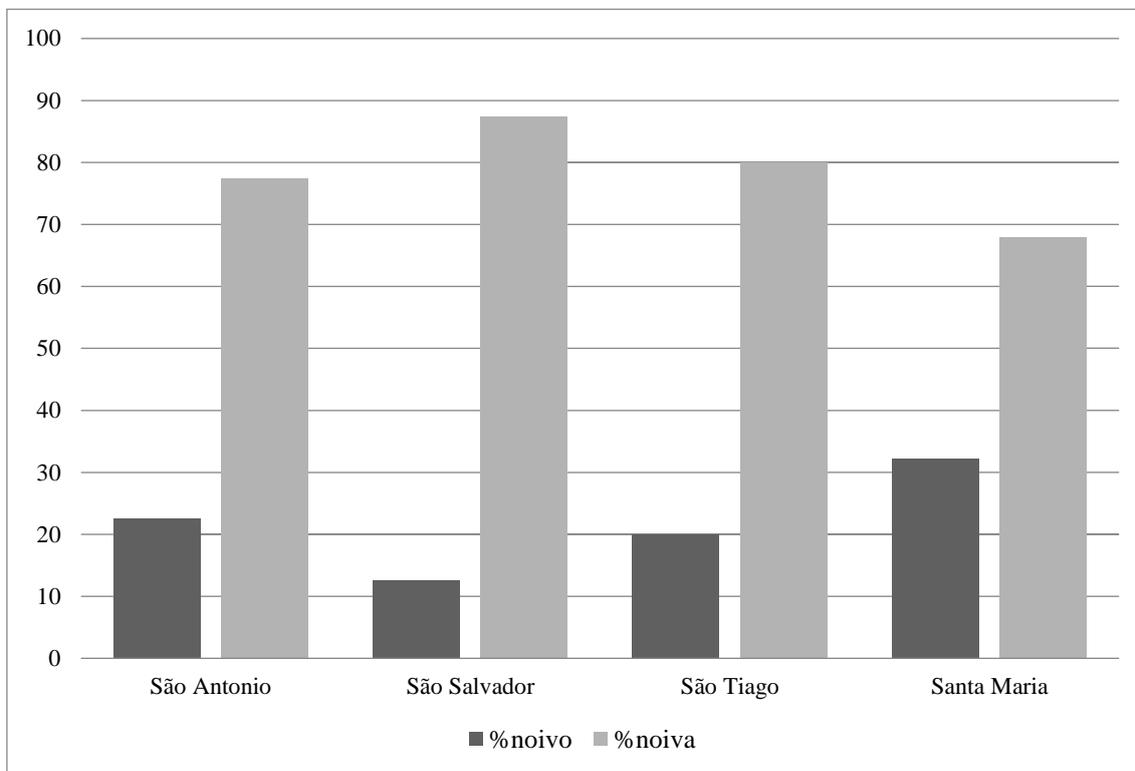


Gráfico 4. Freguesia do casamento, em matrimónios com forasteiros (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

3.2.3.2. As migrações de pequena, média e longa distância por sexo e estado civil

A mobilidade no Antigo Regime corresponde principalmente a uma mobilidade local entre indivíduos que se conheciam bem, mesmo no caso de praças militares fronteiriças (Moreira et al., 2009: 99-100). De fato, as migrações fazem-se a uma pequena distância, porque a vila mais próxima torna-se num local de atração, sempre que o trabalho é insuficiente no local de partida. A maior parte dos migrantes era natural de pequenas localidades mais próximas, com especial destaque para as paróquias do termo do concelho. Todavia a análise do concelho de Marvão mostra a existência, para além das migrações de pequena e média distância, de uma mobilidade de proveniências mais distantes. Em conjunto, os anos de chegada de nubentes mostram a mobilidade de mais forasteiros, verificada em 1800, 1807, 1810, 1815, 1817-1818, 1820 e 1826. A

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

diminuição dos nubentes forasteiros coincide com a redução nos totais de casamento (Gráfico 5). Tendo em conta o sexo, 81,7% dos indivíduos forasteiros são homens, e 18,3% mulheres, tendência confirmada para outros estudos (Raposo, 2000: 85-87). Em relação ao estado civil, 85,6% dos nubentes são solteiros (71,2% homens, 14,4% mulheres) e 14,4% são viúvos (10,46% homens, 3,92% mulheres) (Gráfico 6).

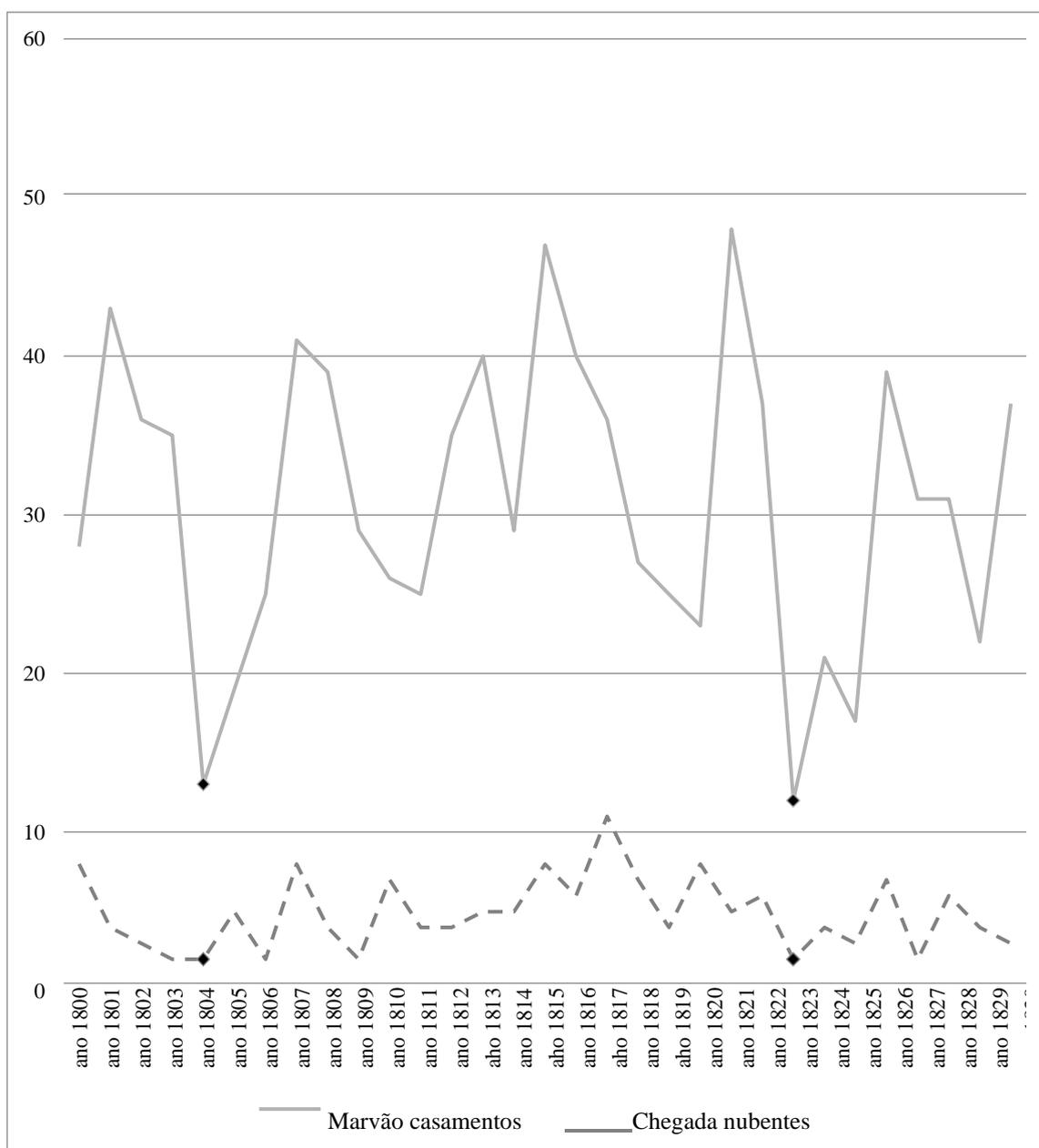


Gráfico 5. Evolução da chegada de nubentes de fora. Dados absolutos. Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

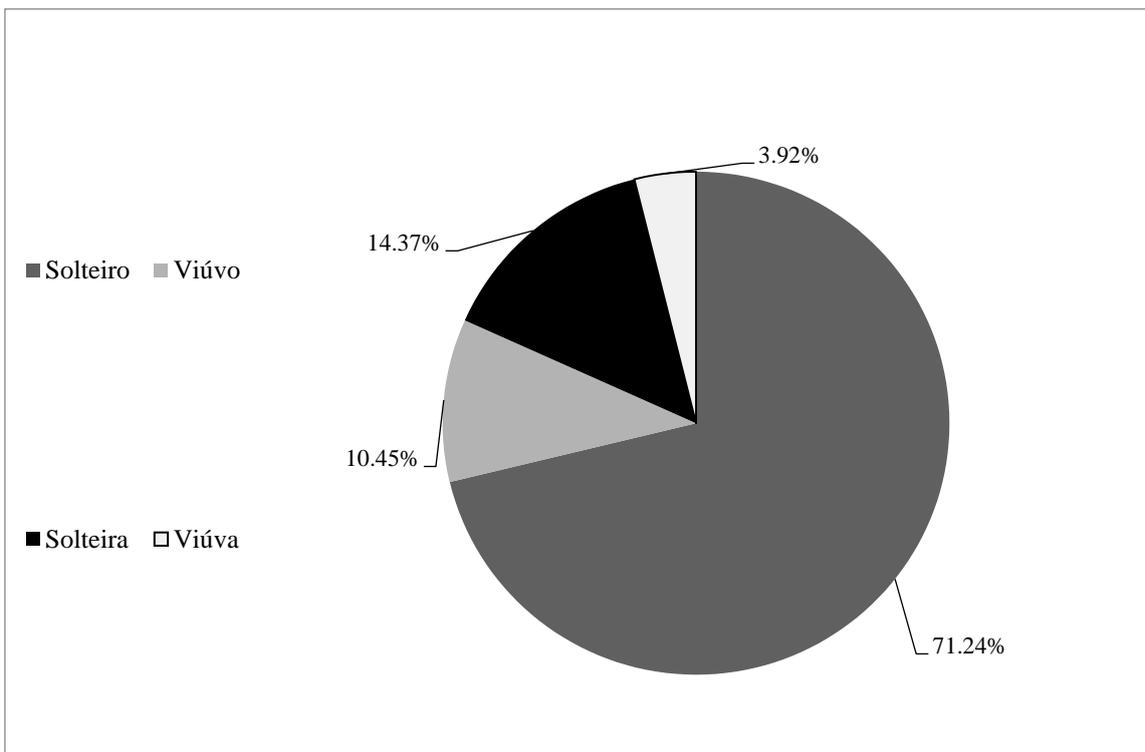


Gráfico 6. Estado civil. Forasteiros (1800-1830). Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Tornam-se visíveis padrões de mobilidade dissemelhantes entre homens e mulheres, solteiros e viúvos, quanto ao volume das deslocações, e também em relação às distâncias. Por um lado, os homens percorrem distâncias maiores, embora as regiões relativamente mais próximas sobressaíam, o mesmo sucedendo para as localidades espanholas. Por outro lado, há registo de mulheres provenientes das zonas limítrofes. Em definitivo, nota-se certa semelhança no que diz respeito ao campo migratório de homens e mulheres, embora nestes anos tenha pouca expressão a migração oriunda de lugares mais distantes.

Em relação à procedência por sexos e estado civil, 53,6% das mulheres são originárias de Castelo de Vide. Entre as solteiras, 50% vêm de Castelo de Vide, e 31,8% de Espanha (Valença de Alcántara, Alcántara –Cáceres e Alburquerque –Badajoz). As restantes solteiras detêm idêntica percentagem (4,54%) de Portalegre, Castelo Branco, Montalvão e Alpalhão. Também, em relação às viúvas, registaram-se 66,7% oriundas de Castelo de Vide, uma (16,7%) do Crato, e a mesma percentagem para a Espanha (particularmente Valença de Alcántara) (Gráfico 7).

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

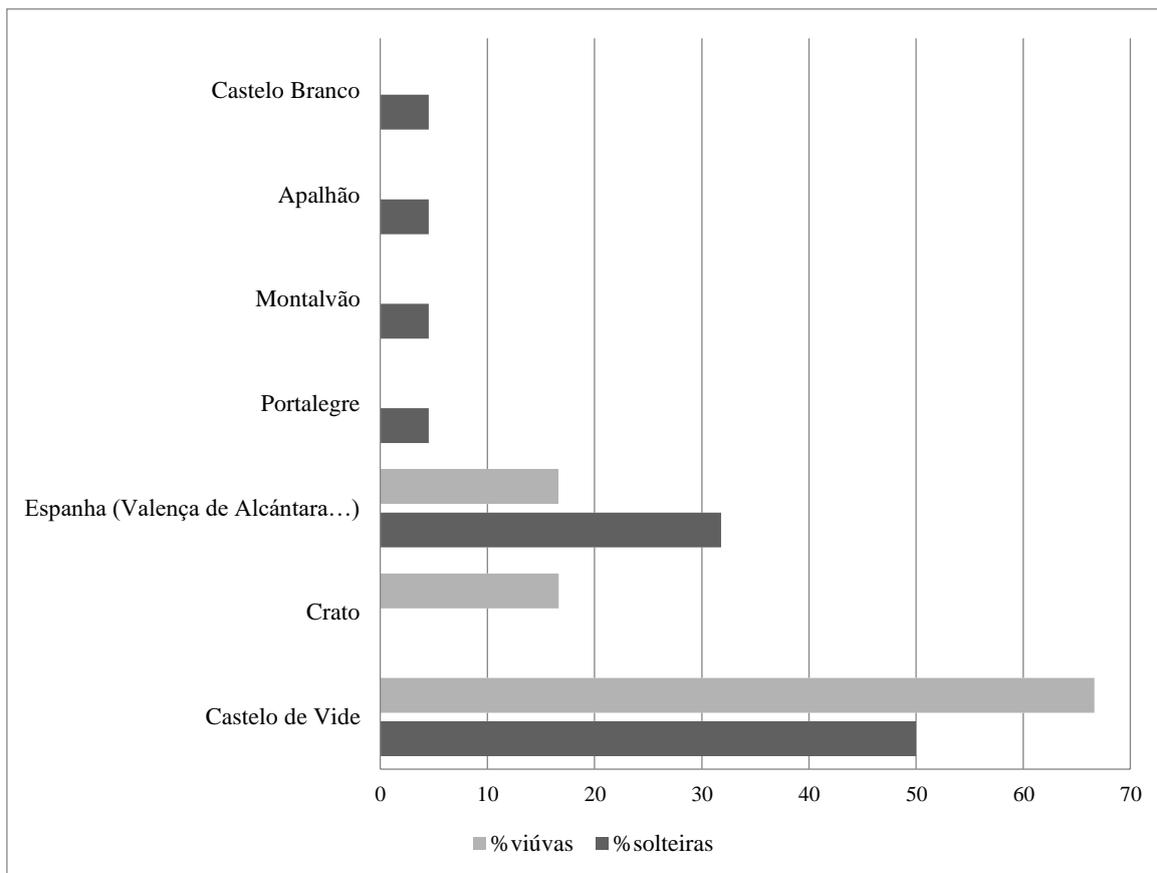


Gráfico 7. Origem das mulheres nubentes. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Os territórios mais distantes viram partir um elevado número de homens solteiros. 46,8% dos solteiros são dos concelhos limítrofes de Castelo de Vide e Portalegre (11%), e 9,17% provêm das vilas de Espanha mais próximas a Marvão. Os restantes homens procedem de outros territórios mais distantes: 5,5% de Castelo Branco, 3,7% nasceram em Viseu, de Coimbra, 2,75%, Elvas com a mesma percentagem, do Crato, Lamego e Nisa (*Niza*). Os restantes solteiros são de Montalvão, Seia, Guarda, Porto, Braga, Pinhel, Arronches, Abrantes e Monforte (Mapa 1).

É interessante notar o número de viúvos que procedem de Espanha, 43,8%, que pode estar relacionado com as dificuldades no mercado de casamento no lugar de origem para este segmento. Também é significativa a mobilidade de homens do concelho de Castelo de Vide (25%). Entre a mobilidade de maior distância, registe-se 12,5% de viúvos

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

originários de Elvas, enquanto outros homens solteiros são de Crato, Portalegre e Apalhão, 6,25% para cada procedência (Gráfico 8).

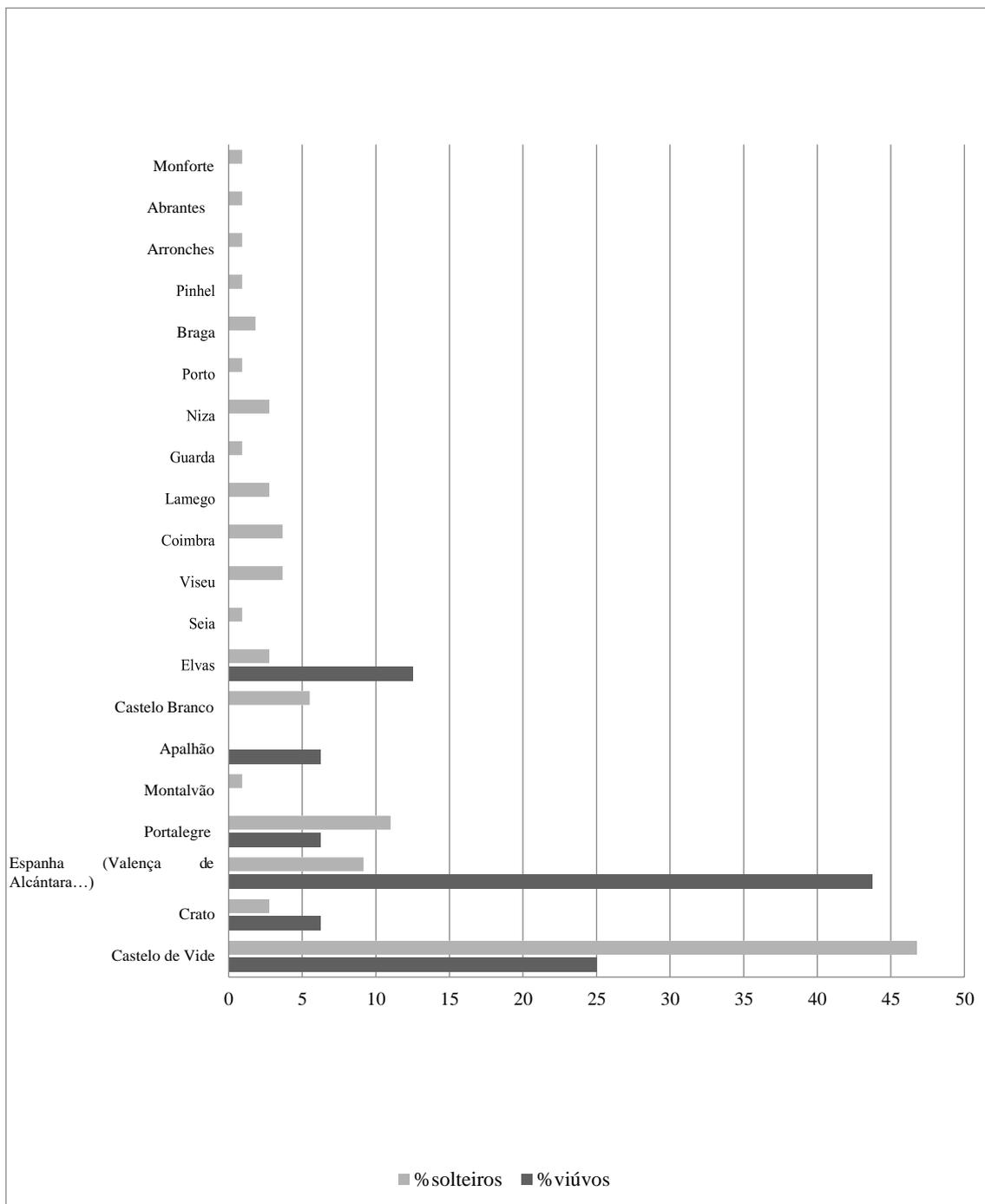
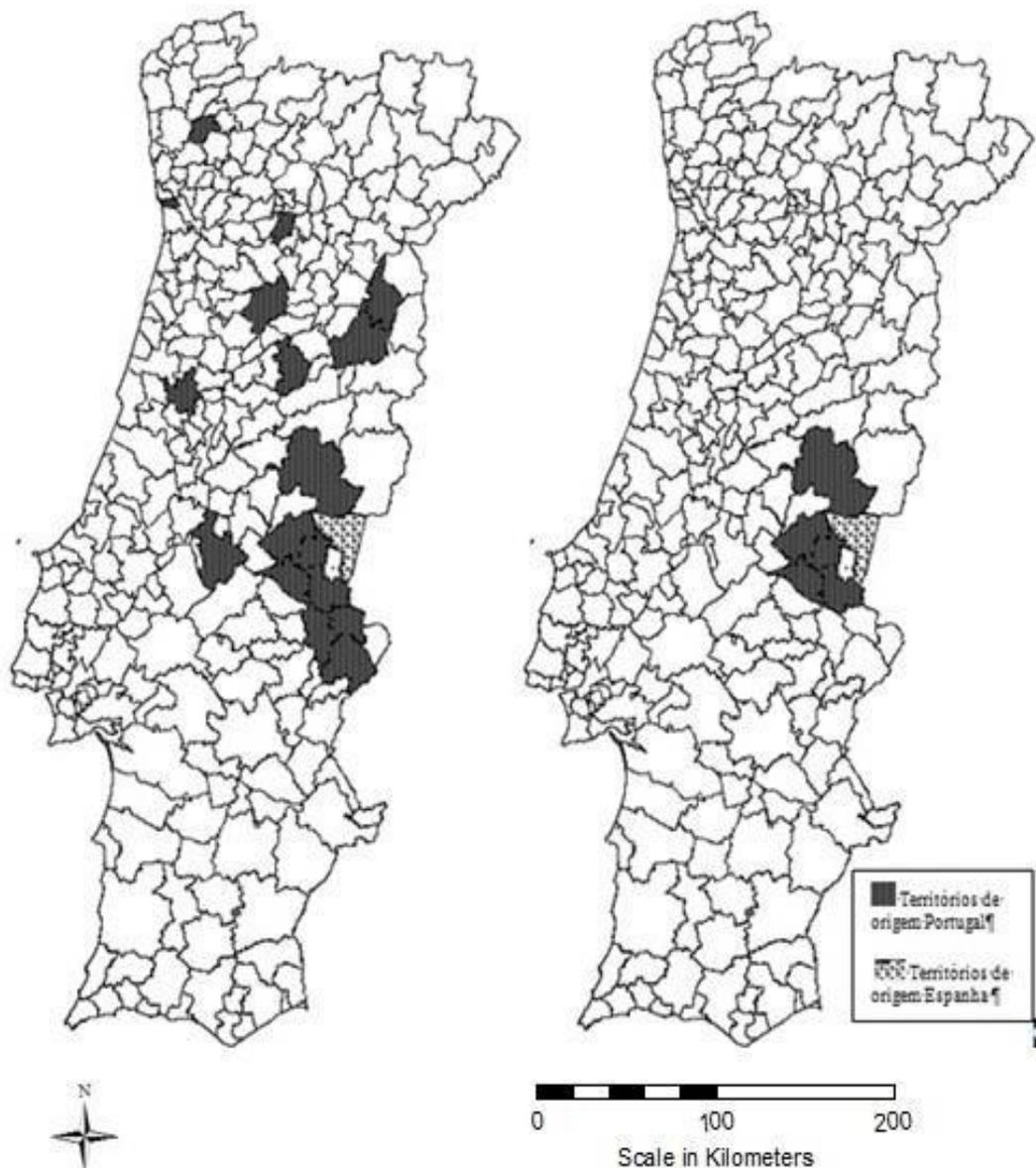


Gráfico 8. Origem dos homens nubentes. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7



Mapa 1. Mobilidade entre homens (esquerda) e mulheres (direita). Fonte: *PortugalWgs84_30N*. Homens (Abrantes, Arronches, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Portalegre, Guarda, Lamego, Monforte, Pinhel, Porto, Seia, Viseu). Mulheres (Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Nisa, Portalegre, Alcântara, Valença de Alcântara –Espanha-). Elaboração própria.

O que estes dados nos dizem é que os homens percorrem maiores distâncias do que as mulheres (as solteiras migram mais do que as viúvas e também percorrem maiores distâncias); sobretudo os homens solteiros migram mais do que os viúvos. Na migração feminina, o fator proximidade foi bem mais significativo do que na masculina, já que a quase totalidade das mulheres era originária das freguesias de Castelo de Vide e das vilas

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

espanholas perto da fronteira. Tal pode significar que as relações entre o noivo e a família da mulher teriam sido mais frequentes do que as relações entre a noiva e a família do homem, tendo em conta o lugar de origem dos nubentes.

É notório que os homens migraram em número muito superior ao das mulheres. Percentualmente, Castelo de Vide (45%) foi a região de origem da maior parte dos que se dirigiam ao concelho de Marvão. A proximidade foi a causa fundamental desta ocorrência, algo típico e natural neste género de migrações internas, como assinalam alguns autores (Moreira et al., 2009). Com vista a uma caracterização mais específica e pormenorizada desta mesma mobilidade, convém registar a presença dos naturais das vilas próximas da fronteira com Espanha (16%), conjuntamente com várias outras freguesias limítrofes de Portalegre (9%). O conhecimento dos locais de origem dos nubentes que vêm casar a Marvão mostra uma dinâmica migratória de carácter comunitário, com conexões ao nível da solidariedade entre vilas limítrofes (Gráfico 9).

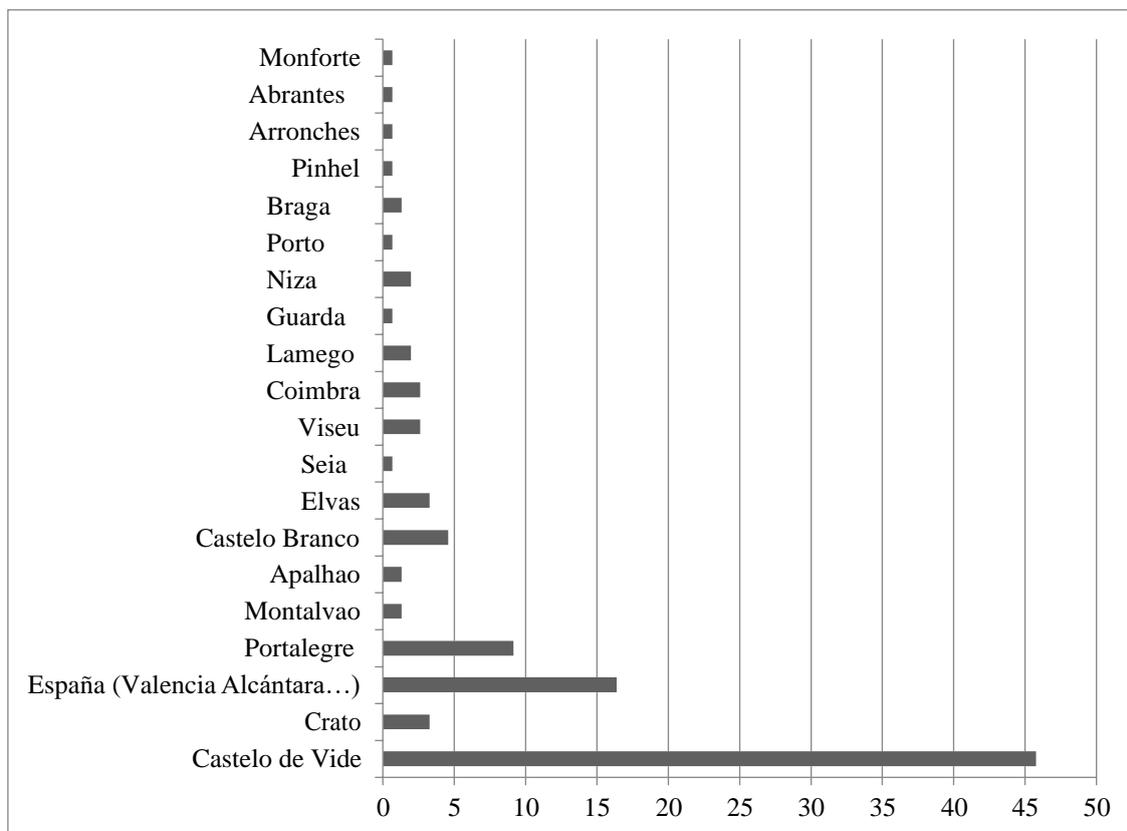


Gráfico 9. Totais de procedência. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

Se analisarmos as freguesias autonomamente, verifica-se que a representatividade da exogamia não é igual à representatividade dos matrimónios. Portanto, as migrações não dependem, aparentemente, da dimensão populacional da freguesia, mas das condições rurais ou urbanas das paróquias. No entanto, em São António, paróquia rural, a presença de pessoas não oriundas do concelho de Marvão é maior do que nas restantes. Este facto é, também, significativo na paróquia de Santa Maria, eminentemente urbana, pelas suas funções económicas, civis e administrativas. Mesmo assim, a mobilidade em áreas urbanas é habitual no Antigo Regime. Mas tal não é tão frequente nas áreas rurais, como na paróquia de São António. Neste sentido, a paróquia de São Salvador também é rural. Por outro lado, uma terceira realidade, semi-urbana, verifica-se na freguesia com características militares, São Tiago, com a presença de casamentos de mobilidade masculina de soldados (Gráfico 10). Portanto, as condições económicas, políticas e militares das freguesias são fatores que naturalmente condicionam as estratégias seguidas na celebração dos casamentos.

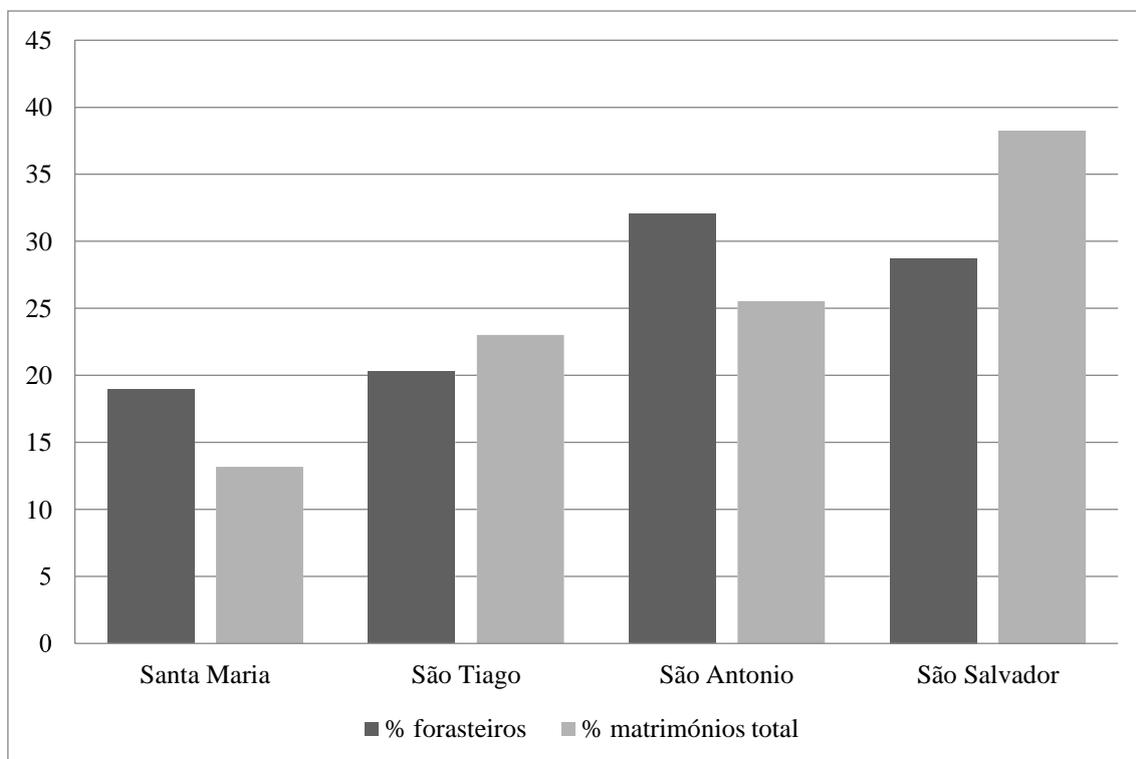


Gráfico 10. Exogamia e casamento totais. Percentagens (%). Fonte: ADP, Registos de casamentos, Concelho de Marvão.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

Conclusões

Num recorte temporal de 30 anos foi possível distinguir nas paróquias de Marvão dois sistemas diferenciados de acesso ao casamento no concelho: os primeiros casamentos e os recasamentos. Os primeiros englobam dois terços dos matrimónios. Neste sentido, o casamento entre pessoas que sofreram a perda do seu cônjuge não deixou de constituir um fenómeno comum, pois os recasamentos afetaram um em cada três casamentos. Também nos debruçamos aqui sobre as estratégias familiares que permitiram recompor lares desfeitos, onde os protagonistas dos casamentos eram viúvos e viúvas, viúvos e solteiras ou viúvas e celibatários. Em relação ao estado civil dos nubentes há um predomínio dos matrimónios entre viúvos e solteiras, embora também existam matrimónios canónicos entre viúvas e solteiros, e viúvos e viúvas.

Da mesma forma, a dinâmica da família estava ligada a redes de interesses que transpunham limites do concelho, na medida em que se assiste a uma afluência de nubentes a Marvão expressamente para a celebração do matrimónio. De facto, o fenómeno da nupcialidade está em estreita relação com outros fenómenos demográficos, como a questão da imigração. Os casamentos geralmente ocorrem entre pessoas da mesma paróquia ou do mesmo concelho; mas outras vezes a origem dos nubentes transpõe os limites da freguesia e do município. Então, predomina uma mobilidade a pequena, média e longa distância, isto é, porque alguns nubentes, não nativos e não moradores do concelho, viajam para Marvão especificamente para contrair casamento, embora não saibamos se ali ficam a residir.

Marvão apresenta uma população urbana e rural e, por isso, as suas variáveis poderiam atrair pessoas ao mercado matrimonial. Neste sentido, na mobilidade há uma tendência direcionada para os homens e outra para as mulheres. No cômputo global, o maior número dos casamentos registados foi constituído por um homem de fora e uma mulher de Marvão. De facto, a maioria dos casamentos celebra-se na paróquia da noiva. A mobilidade dos homens é mais intensa do que a das mulheres, sobretudo dos homens solteiros, pois a distancia percorrida é maior, como também foi observado por outros autores em diferentes áreas da Península Ibérica. Também a mobilidade é mais intensa nas mulheres solteiras do que nas viúvas. Assim mesmo, predominam pessoas dos concelhos limítrofes e das vilas espanholas na fronteira. Por esta razão, concluímos que

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

a fronteira não se afigura como uma barreira hermética para o casamento pois, em qualquer caso, o factor proximidade parece ser mais importante do que a mera fronteira política.

Em definitivo, o interesse desta pesquisa permite descortinar o comportamento dos indivíduos na escolha de cônjuge, tendo em conta o seu estado civil e sua proveniência. Este estudo contribui para o avanço do conhecimento em função do que já se sabe sobre a mobilidade em concelhos de fronteira. Por conseguinte, é um contributo adicional para o estudo da nupcialidade na Península Ibérica, que expande e enriquece o conhecimento do casamento e da mobilidade em Portugal e também na Espanha. Temos consciência, contudo, de que o período cronológico em estudo, por abarcar uma época conturbada a nível geopolítico pode ter travado alguma mobilidade marital, mas tal só se comprovará ao prosseguirmos este estudo.

Bibliografia:

AMORIM, Maria Norberta (1991), *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga.

- “S. Pedro de Poiares e a sua População de 1650 a 1830”, *Brigantia*, Bragança, 1983-1984, pp. 93-130.

BALBI, Adrien (1822), *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve (...)*, t. II, Paris, pp. 262-263.

BANDEIRA, Mário Leston (1996a), “Teorias da população e modernidade: o caso português”, *Análise Social*, vol. xxxi (135), 1996 (1.), pp. 7-43.

- (1996b), *Demografia e Modernidade*, Lisboa, I.N.C.M.

- (2004), *Demografia. Objecto, Teorias e Métodos*, Lisboa, Escolar Editora.

BLANCO CARRASCO, José Pablo (2003), “Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño (1500-1860)”, *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 21, Nº 1, pp. 79-111.

– (1999), *Demografía, familia y sociedad en la Extremadura moderna, 1500-1860*, Universidad de Extremadura, Cáceres.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

BLANCO CARRASCO, José Pablo y SANTILLANA PÉREZ, Mercedes (2011), “Nupcialidad, mercado matrimonial y movilidad en la España interior: Extremadura, ss. XVI-XVIII”, *Norba. Revista de historia*, nº 24, pp. 35-51.

CHAUNU, Pierre (1974), *Histoire Science Sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, Société d'édition d'enseignement supérieur.

COSME, João (2006), “Oliveira (1640-1715), População e Sociedade”, *Revista de Estudos Extremeños*, LXII (II), pp. 753-824.

– (2009), “A população da diocese de Elvas em 1724”, *População e Sociedade*, número 17, pp. 115-127.

DIOGO, Helena Isabel e MOREIRA, Maria João Guardado (1994), “Migrações internas para S. Vicente da Beira no século XVIII”, in *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco*, Castelo Branco, pp. 133-138.

DUPÂQUIER, Jacques (1972), “De l’animal à l’homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles”, *Éditions de l’Université de Bruxelles, Revue de l’institut de sociologie*, nº2, pp.177-211.

FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo e EIRAS ROEL, Antonio (2003), “Movilidad y migraciones internas en la Europa Latina”, *Obradoiro de historia moderna*, Nº 12, pp. 143-165.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998), “Calvão (1670-1870). Estudo demográfico de uma Paróquia. Transmontana”, *Revista de Demografia Histórica*, Vol. 16, Nº 1, pp. 183-214.

FERRO, João Pedro (1995), *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Presença.

FLINN, Michael W. (1981), *The European Demographic System. 1500-1820*, Baltimore, The Harvester Press.

GIRARD, Alain (1981), *Le Choix du Conjoint – Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, PUF.

HAJNAL, J. (1965), “European marriage patterns in perspective”, in *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, pp. 101-145.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

JUSTINO, David, s.d. – “Factores exógenos de reprodução económica, social e culturais em comunidades rurais. Uma posposta de abordagem numa perspectiva histórica” (artigo inédito).

LASLETT, Peter (2000), *The world we have lost: further explored*. Londres: Routledge.

MARQUES, A. H. de Oliveira e MATOS, Paulo Lopes (2002), “A base demográfica” in A. H. de Oliveira MARQUES e SERRÃO, Joel (Dirs.) *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Nova História de Portugal, vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, pp. 13-45.

MATOS, Paulo Teodoro de (2016), “The future of historical demography. A European population”, in MATTHIJS, Koen; HIN, Saskia; KOK, Jan e MATSUO, Hideko, *The future of historical demography*, Leuven, ACCO, pp. 219-221.

MERINO ARRIBAS, José Maria (1991), *La demografía de Torrejón de Ardoz en el siglo XVIII*, Alcalá de Henares.

MOREIRA, Maria João Guardado; ROMÁN, Jorge; COLANTONIO, Sonia E.; ZULUAGA, Pilar; BLANCO, Maria José; y FUSTER, Vicente (2009), “Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução de uma comunidade – o caso de Olivença (1760-1850)”, *População e Sociedade*, número 17, pp. 85-103.

O’NEILL, Brian (1981), “Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia trasmontana desde 1886”, *Estudos Contemporâneos*, número 2/3, Porto, pp. 31-73.

POUSSOU, J. Pierre (1973), “Introdução ao estudo das migrações antigas”, in Marcílio, Maria Luiza: *Demografia História*, S. Paulo, pp. 139-170.

RAPOSO, Fábica Maria (2000), *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto Mirandês: Palaçoulo (1656-1910)*, Guimarães, NEPS.

REGO, Aurora (2013), *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família, Vila Praia de Âncora*, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

RIBEIRO, Ana Rita Coelho (1995), “Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)”, *População e Sociedade*, número 1, pp. 245-264

RODRIGUES, Teresa (1995), *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Edições Cosmos.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

RODRIGUES, Teresa Ferreira (2008), *História da População Portuguesa, das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPES/Afrontamento.

RODRÍGUEZ CANCHO, Miguel y BLANCO CARRASCO, José Pablo (2007), “Conflicto bélico y población. Movimientos migratorios en Extremadura durante la Guerra de Sucesión (c.1690-1725)”, in CAÑAS MURILLO, Jesús y ROSO DÍAZ, José (eds.), *Aufklärung. Estudios sobre la Ilustración española dedicados a Hans-Joachim Lope*, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 39-58.

SANTOS, Maria Helena; BAPTISTA, Maria Isabel; CARDOSO, Sónia; CLEMENTE, Susana (2010), “Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise”, *Revista Estudos Demográficos*, número 48, pp. 77-99.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.) (2001), “Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849”, Edição crítica, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, vol. I.

SOUSA, Fernando DE (1995), *História da Estatística em Portugal*, Lisboa.

SOUZA, Washington José de (2008), “O Mundo Que Nós Perdemos: da Solidariedade Pré-Industrial à Economia Solidária”, *XXXII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro/ RJ – 6 a 10 de setembro de 2008, pp. 1-16.

STYLOW, Armin U.; ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel y CEBRIÁN FERNÁNDEZ, Rosario (2009), *Marvão e Ammaia ao tempo das guerras peninsulares*, Marvão/Lisboa, Câmara Municipal de Marvão/Colibri.

TOVAR PULIDO, Raquel (2015), “Población y estructura matrimonial en el territorio del Partido de Navalmoral: A finales del Antiguo Régimen y segunda mitad del siglo XIX (1787-1887)”, in Quijada González, Domingo (coord.): *XXI Coloquios Histórico-Culturales del Campo Arañuelo*, Navalmoral de la Mata, Noviembre de 2014, pp. 181-201.

- (2017a), “Pobres, hacendadas, comerciantes y otros oficios: economías femeninas y estructura de la familia entre las viudas de finales del Antiguo Régimen (Trujillo)”, *Studia historica. Historia moderna*, Vol. 39, Nº 2, pp. 397-432.

- (2017b), “Migraciones y movilidad en el interior de la Península Ibérica: Trujillo y su Partido en el primer cuarto del siglo XIX”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo 48, Número 2017, pp. 17-37.

Raquel Tovar Pulido - Nubentes e mobilidade geográfica em Portugal no século XIX (1800-1830): o concelho de Marvão - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 167-195. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a7

VV. AA. (2018), *Um projecto de futuro para a Beirã (Marvão). Baseado na Arquitectura e Urbanismo de Tradição Alentejana*, Lisboa, Fundação Serra Henriques.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910)

Republics without Marseillaise. Republic, Revolution and Evolution in the Ibero-American Atlantic World

Républiques sans Marseillaise. République, révolution et évolution dans l'espace atlantique ibéro-américain

Repúblicas sin Marsellesa. República, revolución y evolución en el espacio atlántico iberoamericano (1870-1910)

Lara Campos Pérez
Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía,
Ciudad de México, México
lara_camposperez@yahoo.es

Resumo: Este artigo estuda a relação semântica entre os conceitos de república, revolução e evolução, em quatro países do espaço atlântico iberoamericano: Brasil, Espanha, México e Portugal, no período 1870-1910. Para isso, diferentes textos de natureza programática e ideológica, emitidos pelos defensores do republicanismo dos quatro países, são analisados. O objetivo é demonstrar, por um lado, que havia uma gramática republicana compartilhada na região (embora com especificidades de acordo com as diferentes realidades) e, por outro, que, na referida gramática, a relação entre os conceitos aqui estudados adquiriu um significado diferente daquele que existia anteriormente e levou à formulação de novos modelos de república.

Palavras chave: República, revolução, evolução, insurreição, cientificismo.

Abstract: This article studies the semantic relation between the concepts of Republic, Revolution and Evolution in four countries of the Ibero-American Atlantic World: Brazil, Spain, Mexico and Portugal in the period 1870-1910. For this, different programmatic and ideological texts issued by defenders of the republicanism of the four countries are analyzed. The aim is to show, on the one hand, that there was a shared republican grammar in the region (although with specificities according to the different realities) and, on the other, that in this grammar, the relation between the analysed concepts acquired a different meaning and led to the formulation of new models of republic.

Key words: Republic, Revolution, Evolution, Insurrection, Scientism.

Résumé: Cet article étudie la relation sémantique entre les concepts de république, révolution et évolution dans quatre pays de l'espace atlantique ibéro-américain: Brasil, Espagne, Mexique et Portugal, dans le période 1870-1910. Pour cela, différents textes de type programmatique et idéologique, écrites par les défenseurs du républicanisme des quatre pays, sont analysés. L'objectif est de démontrer, d'un côté, qu'il y avait une grammaire républicaine partagée dans la région (malgré des spécificités selon les différentes réalités) et,

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

d'autre côté, la relation entre les concepts ici étudiés acquiert un sens différent de celui qui existait auparavant, conduisant à la formulation de nouveaux modèles de république.

Mots-clés: République, révolution, évolution, insurrection, scientisme.

Resumen: Este artículo estudia la relación semántica que se produjo entre los conceptos república, revolución y evolución en cuatro países del espacio atlántico iberoamericano: Brasil, España, México y Portugal en el periodo 1870-1910. Para ello, se analizan diferentes textos de carácter programático e ideológico emitidos por defensores del republicanismo de los cuatro países. El objetivo es demostrar, por una parte, que hubo una gramática republicana compartida en la región (aunque con especificidades de acuerdo a las distintas realidades) y, por otra, que en dicha gramática, la relación entre los conceptos aquí estudiados adquirió un significado distinto al que había tenido con anterioridad y llevó a la formulación de nuevos modelos de república.

Palabras clave: República, revolución, evolución, insurrección, cientificismo.

Introducción

La crisis del parlamentarismo liberal que arrancó a partir del inicio del último tercio del siglo XIX produjo una efervescencia en la formulación o reformulación de proyectos políticos que proponían soluciones distintas a los nuevos retos que el incipiente surgimiento de la sociedad de masas o el escenario de crisis económica estaban planteando (García Sebastiani y del Rey eds., 2008). Fue en este contexto en el que se produjo un repunte del republicanismo en el mundo occidental, cuyas filas se vieron engrosadas gracias a la incorporación tanto de aquellos que habían quedado fuera del juego de dicho sistema parlamentario, como de aquellos otros que, habiendo formado parte de él, se habían distanciado de éste al no ver favorecidos sus intereses o respetadas sus ideas (Ridolfi, 2011: 29-63).

Las formulaciones republicanas de este último tercio del siglo XIX, herederas en buena medida de los principios enunciados casi un siglo atrás respecto a la libertad, al humanismo cívico y a la participación política (Skinner, 2008; Pettit, 2009), comenzaron a plantearse mecanismos diferentes para conseguir su materialización en gobiernos republicanos. A partir de una lectura crítica de los resultados obtenidos en términos republicanos tras los experimentos de las décadas previas, así como de un análisis de la situación vigente existente en sus respectivos países, para los apologistas de esta forma de gobierno parecía claro que había que buscar nuevas estrategias para alcanzar los fines deseados. En esta búsqueda de alternativas, tuvo sin duda un peso destacado la transición que se estaba produciendo durante aquellos años desde un paradigma romántico de

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

interpretación del mundo a otro de naturaleza más pragmática (Marichal, 1978: 71-90); proceso que provocó entre los propios ideólogos del republicanismo una tensión dialéctica entre utopía y posibilismo, que en última instancia favoreció la creatividad en la exposición de propuestas políticas.

Entre los fundamentos del pensamiento republicano, el concepto revolución constituía no sólo uno de sus principales mitos de los orígenes, sino uno de los pilares esenciales sobre los que se debía asentar esta forma de gobierno, pues desde los albores de la Modernidad dicho concepto –como apuntaba Arendt (1967: 35-39)– había sido interpretado como una transformación radical respecto al modelo político y social previo, inexorablemente guiada por la idea de libertad; una libertad cuya formulación última a partir de estos años sería “la expresión de la voluntad popular”. Sin embargo, aunque para muchos de los primeros apologistas modernos del republicanismo, revolución se convirtió casi en sinónimo de república debido a este significado intrínseco, a partir de los años del Terror en Francia, el republicanismo procuró dissociarse de este concepto, intentando alejarse así de la percepción de anarquía y destrucción con las que este quedó aparejado (Fontana, 1994: 118-138).

Esta relación ambivalente del republicanismo con la revolución atravesó las décadas centrales de la centuria, pero al llegar al arranque del último tercio del siglo XIX comenzó a encontrar un nuevo acomodo debido a la vinculación de esta con otro concepto clave en el pensamiento republicano: la democracia, que en última instancia representaba la materialización de ese principio fundamental de la expresión de la voluntad popular. Sin embargo, en el nuevo escenario político y social creado después de más de seis décadas de gobiernos liberales –a pesar de sus muchas y profundas deficiencias– la consecución de dicho principio fundamental debía lograrse superando obstáculos distintos a los que tuvieron que hacer frente los republicanos del inicio de la centuria; lo cual implicaría asimismo el empleo de estrategias diferentes. Así pues, esta reformulación conceptual llevaba implícito también un replanteamiento respecto a la forma en cómo debería ser llevado a cabo el proceso revolucionario para lograr no solo el establecimiento de la república, sino su mantenimiento a lo largo del tiempo. La durabilidad - sin que eso

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

supusiese la pérdida de sus principios fundamentales - se convirtió a partir de entonces en una de las grandes metas del republicanismo. Y fue precisamente el deseo de afianzar esta conquista, aunado a las nuevas circunstancias políticas e intelectuales, lo que permitió que dentro del pensamiento republicano comenzara a contemplarse el concepto evolución - también enunciado como reforma -, con todas sus implicaciones, como otra opción para llegar a la república (Zermeño, 2015: 57-94).

En los cuatro países que se analizan en este trabajo, Brasil, España, México y Portugal - entre los que existía una clara vinculación histórica y donde se mantuvo una nutrida circulación de ideas e ideólogos durante el periodo aquí estudiado - tanto el cuestionamiento al concepto de revolución como la presencia de ideas evolucionistas formaron parte de las discusiones y reflexiones de los apologistas del republicanismo. Aunque de acuerdo a las circunstancias específicas de cada uno de estos países, así como a la posición intelectual de los distintos publicistas se formularon ricas y variadas propuestas, en las siguientes páginas intentaremos demostrar que uno de los planteamientos que fue adquiriendo mayor preponderancia fue el que abogó a favor de una revolución legal y cívica, que, si bien, por un lado, no perdía de vista el principio revolucionario de la conquista de la libertad; por otro, evitaría los brotes anárquicos que habían sido la causa principal de la desacreditación de las virtudes de la república como forma de gobierno en las décadas previas. La revolución legal y cívica quedaba, por tanto, a mitad de camino entre la vía insurreccional de los románticos exaltados y la propuesta evolucionista, defendida en su expresión más extrema por corrientes científicistas, como el positivismo, que también se manifestaban partidarias de la forma republicana de gobierno, pero bajo unas reglas de operación definitivamente distintas - cuando no contrarias - a las del republicanismo histórico.

Así pues, dejando en un segundo plano la narración de los múltiples enfrentamientos políticos ente monárquicos y republicanos - guerras, magnicidios, insurrecciones, etc. - sucedidos en este periodo, en las siguientes páginas nos ocuparemos de analizar cómo, desde el punto de vista de las ideas, los programas y los proyectos, se imbricaron los conceptos de república, revolución y evolución en el periodo 1870-1910 en

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

estos cuatro países, utilizando para ello documentos programáticos, como *Manifestos* o *Programas*, o textos de autores destacados dentro del republicanismo en sus respectivos países, publicados tanto en obras monográficas como en las cabeceras de la prensa afecta. El planteamiento comparativo nos permitirá, como apuntaba hace años Marc Bloch (1988 [1924]), comprender tanto las causas profundas que llevaron al pensamiento republicano de la región a proponer nuevas formas de relacionar los conceptos de revolución, evolución y república, como las circunstancias específicas que favorecieron que en cada país se valorasen de manera diferente las propuestas enunciadas por los distintos ideólogos y se optase, dentro de la acción política, por alguna de ellas en particular.

La opción republicana en el último tercio del siglo XIX

Cansado y decepcionado después de años de brega política, Simón Bolívar se quejaba en 1830, en uno de sus últimos escritos, de que intentar establecer republicas en América Latina había supuesto un esfuerzo tan titánico como infructuoso; semejante al de pretender arar en el mar o sembrar en el viento (Rojas, 2009: 340). Después de multitud de asonadas, revueltas y conspiraciones, motivadas mucho más por la satisfacción de intereses personales que por la búsqueda del bien común; y después de constatar la pervivencia de creencias e instituciones propias del Antiguo Régimen en los modernos Estados nacionales, muchos fueron los que llegaron a la conclusión de que el pueblo latinoamericano no estaba preparado para una forma de gobierno que era percibida como demasiado perfecta y exigente, pues requería de los ciudadanos compromisos políticos y cívicos, que, al menos en ese momento, eran incapaces de satisfacer, dada su falta de instrucción y la inanidad a la que estaban acostumbrados después de tantos siglos de dominación (Lomné, 2009: 1253-1269). Unas carencias que parecían ser compartidas por buena parte del pueblo que habitaba al otro lado del Atlántico, cuyas habilidades para vivir en república seguían resultando altamente cuestionables en opinión de buena parte de las élites políticas e intelectuales (Fontana, 1994: 118-138).

Al entrar la centuria en su último tercio y tras las agitaciones y guerras de los años previos - entre ellas la guerra contra Paraguay en Brasil o la Revolución Gloriosa en España

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

-, el republicanismo experimentó un repunte a consecuencia de la mencionada crisis del parlamentarismo liberal, que fue interpretada por los republicanos como la causa última de la inestabilidad que se vivía en sus respectivos países. Aunque bajo circunstancias distintas, las cuatro naciones que son objeto de análisis en estas páginas tuvieron a lo largo de estas décadas una experiencia de gobierno republicana. Este hecho permitió a los ideólogos pasar de la teoría a la práctica y poner a prueba la viabilidad de sus ideas de acuerdo a sus circunstancias concretas; algo que lograron en cada caso con distinto grado de éxito, pero también con distinto grado de apego a aquellos principios republicanos que tan enfáticamente habían defendido mientras fueron oposición. En ocasiones esta experiencia republicana fue breve, como en España, donde no llegó al año, pues establecida en febrero de 1873, tras un golpe de Estado, fue derrocada en diciembre de ese mismo año. En otros, como Brasil, tuvo una vida más larga, ya que se mantuvo vigente tras su instauración en 1889, aunque para ello fue necesario llevar a cabo un ajuste sustantivo en el guion político inicialmente planteado. En Portugal se logró establecer sólo al final del periodo que abarca este trabajo, el 5 de octubre de 1910, después de décadas de existencia clandestina o semi-clandestina. Mientras que en México fue la forma de gobierno fundada tras la caída del Segundo Imperio en 1867, aunque –como en el caso del otro país americano– para su mantenimiento también fue necesario implementar importantes ajustes al programa.

Sin embargo, más allá de las experiencias políticas prácticas, en este periodo, en estos cuatro países hubo un repunte del pensamiento y la acción republicanas promovidos por asociaciones o partidos que en España, Portugal y en Brasil (hasta 1889) estuvieron fuera de los márgenes de la política oficial, mientras que en el caso de México estuvieron tanto dentro como fuera del gobierno, adquiriendo en cada caso un signo ideológico o una interpretación distinta. Pues si bien la exaltación de la forma de gobierno republicana no cesó en este último país desde el final del Imperio, a partir sobre todo de la década de 1890, tras la aprobación de la reforma constitucional que permitía la reelección indefinida del jefe del Ejecutivo, comenzó a producirse un cuestionamiento cada vez más incisivo sobre qué tanto tenía de republicano el gobierno vigente entonces. “Hemos sido los primeros en aplaudir la gestión pacificadora y eminentemente progresista del General Porfirio Díaz –

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

apuntaba un publicista mexicano crítico al gobierno en 1901– (...) [pero] cuando a este extraordinario hombre le llaman presidente, no es, en puridad, verdad, sino que es un monarca sin corona, que dejará el poder cuando a él lo deje la vida”¹. Era necesario, por tanto, idear un plan para hacer que el gobierno republicano funcionara realmente como tal, como de forma reiterada afirmó el líder opositor Francisco I Madero sobre todo a partir de 1908; solo así la república podría regresar a sus principios fundamentales de alternancia en el poder, de respeto a la ley y a la libertad y de amor a la patria (Madero, 1908). La defensa del ideal republicano se convirtió, por tanto, en México, para los opositores al régimen porfiriano, en ariete de combate discursivo; denunciando de esta forma, como hacían los republicanos de los otros países al referirse a sus respectivos gobiernos monárquicos, los vicios y el agotamiento de sus respectivos sistemas políticos.

Ese ideal republicano, al que apelaban no sólo los apologistas del republicanismo de oposición mexicano, sino también los portugueses, brasileños y españoles, no difería en demasía –como anunciábamos más arriba– del que había sido enunciado en el arranque del Ochocientos. En este sentido, el derecho a la libertad como no dominación, el fomento del espíritu cívico, el respeto a la ley o el amor a la patria seguían estando en la base de buena parte de las reivindicaciones discursivas republicanas. Sin embargo, como también mencionábamos más arriba, la forma no sólo de conquistarlas, sino, sobre todo, de conservarlas, llevó a la propuesta de alternativas teóricas y prácticas que en ocasiones llegarían incluso a contradecir algunas de los principios esenciales del republicanismo histórico. Así pues, aunque la libertad, simbolizada en gorros frigos y matronas de busto exuberante, continuó siendo el estandarte de la idea de república, fuera esta portuguesa, mexicana o española; el orden, presente, por ejemplo, de manera explícita en la bandera del Brasil republicano, pasó a convertirse en uno de los elementos fundamentales para garantizar la permanencia de esta forma de gobierno. En este sentido, la Tercera República Francesa establecida en septiembre de 1870, con su inicial talante conservador y sus principios medidos (Nord, 1997: 53-68), se convirtió en el espejo en el que una parte de los republicanos de estos cuatro países atlánticos buscaron verse reflejados.

¹ *Diario del Hogar*, 4 de abril de 1901.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

Por otra parte, aunque, de acuerdo a su propia naturaleza, las culturas políticas republicanas se dividieron en estos cuatro países en múltiples subculturas (Murilo de Carvalho, 1999; Catroga, 1991; De Diego, 2008; Hale, 2002²), dos parecen haber sido las vías que favorecieron la adhesión de políticos, intelectuales y empresarios a esta causa y que, en buena medida, determinaron la forma en que imaginaron la república presente y futura, las ideas y los valores sobre los que esta se debía de asentar y la manera en la que se debería organizar administrativamente. Por una parte, los que, buscando ampliar los espacios de libertad e igualdad, pasaron de las filas del liberalismo radical o de izquierda hacia un republicanismo con tintes democráticos. Y por otra, los que influidos por alguna de las corrientes científicas en boga en aquellos años –de manera particular el positivismo, pero también el racionalismo kantiano– consideraron la república como el estadio evolutivo natural en el desarrollo de los pueblos, pues suponía una de las características propias del paso de las sociedades metafísicas a las sociedades positivas, sin que ello implicara necesariamente un incremento en el ejercicio de las libertades políticas y sociales por parte de la ciudadanía.

A pesar de la diferencia en sus planteamientos de origen y en sus proyectos futuros, las interpretaciones heterodoxas que los republicanos de estos cuatro países hicieron tanto de la corriente liberal-demócrata como de la científica, les permitieron encontrar lugares comunes entre ellas y modos de imbricarlas a fin de aunar fuerzas y legitimar el cambio político. Entre los puntos en común, probablemente uno de los más relevantes era la convicción compartida respecto a la necesaria separación de la Iglesia de los asuntos del Estado. Asimismo, para ambos planteamientos era importante la promoción de la movilización popular, aunque esta significara para el republicanismo liberal-demócrata una forma de pedagogía cívica y para el científico, una manera de representar el orden adecuado del cuerpo social. Pero lo que realmente identificaba a todos los republicanos era

² De acuerdo con J. A. Aguilar Rivera, el carácter “epidérmico” con que ha sido estudiado el republicanismo en México ha llevado a que no se hayan realizado taxonomías del mismo, semejantes a las realizadas en los otros países (Aguilar Rivera, 2002: 57-85); por eso echamos mano aquí –aunque quizás de forma arriesgada– de la taxonomía del liberalismo propuesta por Hale, que puede resultar orientativa de las posibles tendencias del republicanismo mexicano.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

la convicción de que el establecimiento de la forma republicana de gobierno era la única vía de regenerar unos países desprestigiados y devaluados nacional e internacionalmente, a consecuencia del egoísmo y la falta de ética de las elites gobernantes. El establecimiento o restablecimiento de la república bajo sus principios originarios permitiría a los cuatro países ingresar en el selecto y reducido grupo de las naciones modernas y civilizadas, y ahuyentar de este modo el peligro de una posible desintegración o desaparición derivada de una intervención extranjera. Algo que tanto los republicanos mexicanos como los españoles tuvieron muy presente en estos años. Los primeros, a consecuencia de las pérdidas de territorios y las invasiones de que fue objeto el país en las décadas centrales del siglo XIX; los segundos, a raíz del Desastre del 98, cuando, después de un examen de conciencia, los republicanos de este país suscribieron la lapidaria sentencia de Lord Salisbury de que España pertenecía al grupo de las naciones débiles y mal gobernadas y que, por lo tanto, podría “excitar la ambición de pueblos más fuertes y suscitar una guerra europea”³.

Como las grandes ideologías decimonónicas, al republicanismo de estos años le asignaron sus defensores un carácter ecuménico; y en tanto que heredera de una tradición revolucionaria o percibida como fruto de un proceso evolutivo inevitable, el advenimiento de la república fue percibido como algo irresistible e inexorable; al menos, en esa parte del mundo civilizado que era el espacio atlántico iberoamericano. “Toda América es republicana –señalaba un editorialista del periódico español *El País*, tras conocer la noticia de la proclamación de la república en Brasil en 1889– En el corazón de Europa, el más ilustre de los Estados es una república. Algunos años más y la monarquía pasará a ser una institución asiática y africana, lo que debió ser siempre”⁴. “La monarquía se va –advertía un diario radical liberal mexicano con motivo del mismo acontecimiento–. Paso a la república”⁵.

³ *El País*, 11 de noviembre de 1898.

⁴ *El País*, 17 de noviembre de 1889.

⁵ *Diario del Hogar*, 21 de noviembre de 1889.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

¿Revolución republicana o evolución hacia la república?

Los conceptos revolución y evolución, procedentes del campo semántico de las ciencias naturales, eran habituales dentro de los lenguajes políticos del último tercio del siglo XIX. Si el término revolución, capitalizado por el liberalismo, había experimentado un repunte entre finales del siglo XVIII y el arranque del XIX; el de evolución se había activado sobre todo desde las décadas centrales de este último siglo, a partir de la aplicación de las famosas teorías de Darwin a los fenómenos sociales. Fue durante estas décadas también cuando el término revolución comenzó a integrarse dentro del vocabulario de otras ideologías, como el socialismo utópico o el comunitarismo, aunque en su caso la dimensión semántica del concepto sobrepasó los límites de la interpretación política y se hizo extensivo al ámbito social.

Para los representantes del pensamiento republicano de estos cuatro países atlánticos, ambos conceptos resultaban esenciales a la hora de explicar no sólo el sentido en sí de esta forma de gobierno, sino la forma en que esta había de establecerse y mantenerse. Sin embargo, la inclinación por uno u otro concepto y las implicaciones que eso tenía en el plano de la acción política llevó con frecuencia a la desafección o al surgimiento de tensiones entre las distintas familias republicanas. Algo que, por otra parte, no impidió, en aquellos países en los que se fue estableciendo la república a lo largo de estos años, que mantuvieran una constante y estrecha colaboración, como ocurrió de manera clara en Brasil, en donde, a pesar de que la república se proclamó debido a una incruenta insurrección militar ocurrida el 15 de noviembre de 1889, un acto que resultaba totalmente contrario a la forma en la que los positivistas se habían imaginado el advenimiento de la república, al final fueron estos quienes acabaron determinando la política de los primeros años del nuevo régimen.

Sin embargo, en el plano de las ideas y de los proyectos, las opciones revolucionaria o evolucionista fueron expresadas con frecuencia como mutuamente excluyentes. Así, por ejemplo, republicanos de ascendencia liberal y romántica, como Joao Chagas en Portugal, durante los años de la propaganda y de manera acentuada a partir del arranque del siglo XX, desestimaron la vía evolucionista hacia la república por considerar que el sistema

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

parlamentario existente en el país estaba a tal punto corrompido, que sólo una revolución, entendida como una ruptura violenta con el pasado, sería la única forma de escombrar el escenario político y llegar a la república (Ramos, 2003: 5-60). Por su parte, para la mayoría de republicanos de ascendencia científicista, como el militar brasileño Benjamin Constant (partícipe del golpe de Estado de 1889), la era de las revoluciones había concluido y la clave del progreso de las naciones se encontraba en la formación de una elite social –en su planteamiento el “soldado ciudadano”– capaz de estimular en el resto de la ciudadanía la evolución hacia un modelo político regenerador: la república (Lemos, 1997: 67-81).

Frente a ambas posturas, no fueron pocos los que trataron de contemporizarlas, como en cierta forma había hecho Tocqueville apenas un par de décadas atrás (1856 [1996]). Aquellos que se inclinaron por esta vía consideraron que la revolución era una etapa más de la evolución, desencadenada de forma natural cuando las sociedades eran sometidas al despotismo de un tirano: “la revolución es un accidente de la evolución – advertía un diario republicano español– esta es permanente, eterna, incesante; aquella es episódica, efímera, contingente”⁶. Asimismo, con el transcurso del tiempo y la acumulación de experiencias, hubo quienes transitaron de una opción a otra, como le ocurrió al español Emilio Castelar (Vilches, 2014: 577-607), quien si todavía al final de la década de 1870 –a pesar de la experiencia traumática de la Primera República– definía la revolución como “la transformación lógica y necesaria de las ideas” y, por tanto, motor del progreso de las sociedades; unos años más tarde rectificaba y advertía que “las revoluciones, males a veces necesarios, pero males siempre, no entran ni pueden entrar en el dogma de ningún partido”, por lo que la única vía de cambio político era la evolución (Castelar, 1877 y 1880, en s/f: 17-18 y 97).

La adopción de una u otra vía para llegar a la república implicaba asimismo la preferencia por una postura rupturista o reformista con el pasado inmediato. Los partidarios de la revolución abogaron abiertamente por la opción rupturista, que implicaba no sólo un cambio de políticos, sino un cambio de política. Como señalábamos más arriba, su desconfianza respecto del sistema del parlamentarismo liberal en la forma en la que había

⁶ *El Nuevo Régimen*, 7 de marzo de 1891.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

sido gestionado en los años previos les llevó a proponer cambios sustanciales para eliminar la corrupción, fomentar la virtud cívica y hacer con ello que el sistema respondiera realmente a la expresión de la voluntad popular. Los evolucionistas, por su parte, fueron claramente favorables al reformismo, pues siendo refractarios a las transformaciones estructurales drásticas, aspiraban a un cambio paulatino en las élites políticas.

Para los partidarios de la opción revolucionaria, lo acontecido en Francia en 1789 continuó constituyendo el paradigma de la expresión de la voluntad popular y, por ello, fueron constantes las alusiones a aquel episodio histórico cuando se quería legitimar la validez y la solidez de sus demandas. Pero también el movimiento revolucionario estadounidense se convirtió en motivo de inspiración, sobre todo para aquellos que, como veremos, abogaron por la opción revolucionaria legalista y cívica, pues el proyecto americano parecía demostrar que se podía lograr el respeto a los derechos, la participación ciudadana y una cierta dosis de igualdad social sin tener que pagar el alto costo del terror y la anarquía. Junto a la historia estadounidense y francesa, ciertos episodios de sus respectivas historias nacionales sirvieron asimismo para alimentar la pasión revolucionaria de estos republicanos. Como buenos herederos de la tradición liberal de inicio del siglo, reactivaron aquellos mitos y héroes revolucionarios autóctonos que permitían reflejar de la mejor manera posible los valores y principios que en el momento presente vindicaban. En este sentido, mientras en Brasil, Tiradentes, héroe de una revuelta popular considerada precursora del movimiento independentista, se convertía en el espíritu que había animado el movimiento republicano de finales de siglo (Murilo de Carvalho, 1990: 55-73); en México se elevaba a los altares de la patria a Cuauhtémoc, el último emperador azteca, a quien se le atribuía la hazaña de haber sido el primer defensor de “los derechos de su pueblo a ser libre [y] a seguir disfrutando de su nacionalidad”⁷.

Dentro de los partidarios de la opción revolucionaria no todos coincidieron respecto a la forma en la que esta debía llevarse a cabo. Las posturas se dividieron entre aquellos que, todavía bajo una fuerte influencia romántica, apostaban por una vía insurreccional que implicaba una movilización popular; y los que defendían posturas más pragmáticas, que

⁷ *El Siglo Diez y Nueve*, 22 de agosto de 1896.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

tomaban como punto de partida una revolución de las ideas y de las prácticas con la que poder lograr después la materialización del principio transformador. La tensión dialéctica entre ambas posturas estuvo presente entre los apologistas del republicanismo de los cuatro países analizados; sin embargo, el peso que adquirió cada una de ellas dependió de las circunstancias políticas específicas de cada una de las naciones.

Entre los que apostaron por la opción insurreccional, pueden mencionarse a personajes como Ruiz Zorrilla en España, Silva Jardim en Brasil, al Madero de los meses previos a la revolución mexicana, pero, sobre todo, a buena parte del republicanismo portugués. Los defensores de esta opción tanto en España como en Brasil, que tuvieron su mayor ascendiente en las décadas de los 70 y 80, hicieron sus llamados a la insurrección popular no sólo desde los márgenes de la política legal en sus respectivos países, sino desde una posición minoritaria dentro del republicanismo, lo cual reducía sus posibilidades reales de gobierno efectivo, al mismo tiempo que favorecía la exaltación de sus proclamas. A pesar sus coincidencias, entre el líder español y el brasileño hubo diferencias respecto al papel que el Ejército y el pueblo debían tener en el momento de la sublevación. En este sentido, si Ruiz Zorrilla consideraba que la Milicia debía ser la encargada de asumir esa responsabilidad, pues ella era tanto una herramienta como una garantía de la preservación de las conquistas revolucionarias (Higuera Castañeda, 2015: 36); Silva Jardim, apostaba por que fuera la ciudadanía la que saliera a las calles y mostrara la “enérgica indignação revolucionaria”, que daría origen a la “grande operação de reconstrução nacional” (Silva Jardim, 1889: 25-26). Por su parte, esta opción insurreccional acabó siendo también la del mexicano Francisco I Madero, quien, tras años de haber renegado de ella por considerarla una invitación al caos y la anarquía, en el otoño de 1910 convocó a todos los ciudadanos a “que toméis las armas (...) [para] salvar a la patria del porvenir sombrío que le espera” (Madero, 1910).

Pero tanto la propuesta de Ruiz Zorrilla como la de Silva Jardim no constituyeron la opción mayoritaria dentro del republicanismo en sus respectivos países; mientras que la de Madero, lanzada, como señalamos, como última y tardía opción, acabó siendo capitalizada por otros insurrectos guiados por principios distintos de aquellos defendidos por el líder

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

mexicano. No fue el caso, sin embargo, de Portugal, donde, desde las postrimerías del siglo XIX, la vía insurreccional fue la más barajada tanto por el Partido Republicano Portugués, como por un buen número de las asociaciones republicanas existentes entonces. La malograda revolución de Oporto de 1891, así como las numerosas insurrecciones fracasadas en los años siguientes alimentaron la idea de que esa era la única vía posible hacia la república. Aunque procuraron deslindarse del magnicidio ocurrido en 1908, que acabó con la vida del rey Carlos y de su primogénito, el republicanismo portugués, sobre todo el representado por los sectores más radicales del Partido, se mantuvo firme en su creencia de que sólo se podían garantizar y profundizar las libertades de los ciudadanos a través de una ruptura violenta con el pasado dinástico y católico del país. Por eso, la república sólo podía llegar mediante un movimiento insurreccional –como así fue– que permitiría la instauración de ese régimen de gobierno salvífico para la nación. Sin embargo, como ocurriría también en México una vez concluidos los años de conflicto armado, esta revolución hecha en nombre de la república y de la nación no se tradujo en el gobierno de la voluntad popular, ni en el imperio de la ley, ni en la promoción de las virtudes cívicas, como inicialmente se había anunciado; sino que en ambos países se establecieron regímenes revolucionarios, que no promovieron la implementación de prácticas democráticas y que hicieron de la defensa del movimiento por ellos preconizado su única razón de ser (Ramos, 2003: 5-60; Knight, 1990: 227-264).

Los que optaron por la vía no insurreccional –o que no la contemplaron como única o primera opción– consideraron que la revolución por la que abogaban era aquella iniciada en los albores de la centuria, pero que las prácticas políticas de las siguientes décadas habían dejado inconclusa. Lo que ellos pretendían parecía ir encaminado a conseguir lo que había sido expresado unos años antes por el francés Adolphe Thiers en la “Introducción” a su *Historia de la Revolución Francesa*: había que defender la misma causa de los héroes de entonces, pero “no por eso hemos de abonar su conducta” (Thiers, 1911 [1845]). La terminación de esa revolución inacabada debía realizarse mediante un mecanismo distinto al de las asonadas y golpes militares que habían jalonado la vida política de estos cuatro países en sus respectivos pasados recientes; un mecanismo que implicaba una doble vía:

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

por una parte, la de la actividad política y jurídica ejecutada por las élites letradas y destinada a cambiar el sistema desde dentro y, por otra, la de la formación moral y cívica de toda la ciudadanía, lo cual favorecería la creación de comunidades políticamente activas que serían las encargadas de sostener el sistema gracias a su asimilación de los valores republicanos. En este sentido, como señalábamos más arriba, el modelo revolucionario estadounidense resultó para estos ideólogos republicanos mucho más inspirador que el francés, pues fomentaba valores como la participación política o la búsqueda de cierta igualdad social. La revolución para ellos, por lo tanto, no podía ni debía ser insurreccional, como llegó a apuntar incluso uno de los principales representantes del republicanismo romántico mexicano, Ignacio M. Altamirano, cuando, ante los rumores de un nuevo golpe de Estado después de más de una década de constantes asonadas y cuartelazos, afirmaba que “el derecho de rebelión en una república organizada como la nuestra es una blasfemia” (Altamirano, 1986 [1871]: 246-261).

Esta vía revolucionaria no insurreccional estuvo presente en ideólogos como Teófilo Braga en Portugal, Pi y Margall y los Institucionistas en España, así como algunos de los principales representantes del republicanismo de oposición mexicano, como Juan A Mateos. Todos ellos, imbuidos en mayor o menor medida por un cierto pragmatismo intelectual, habían tenido o tuvieron durante aquellos años algún tipo de participación en la política activa, experiencia que pareció brindarles una postura más realista a la hora de expresar sus ideas y sus proyectos. Dicho realismo no estuvo peleado, sin embargo, con una decidida voluntad de cambio, hacia el que abogaron tanto a través de sus escritos, como en los actos cívicos de naturaleza diversa en los que participaron; todo ello con la intención de allanar el camino hacia esa revolución legal y cívica, cuyo espíritu sólo podría mantenerse vivo dentro de un gobierno republicano. La república, por tanto, debía estar preparada para cuando llegase el momento revolucionario, es decir, para cuando se produjese esa manifestación de la voluntad popular, pues si no lo estaba –como se lamentaría años

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

después Pi i Margall al evocar la Gloriosa— el ímpetu revolucionario se desvanecería sin haber sido adecuadamente canalizado a través de instituciones que permitieran su fijación⁸.

La república, gracias a los valores en que se apoyaban y al trabajo de proselitismo realizado por los partidos y las asociaciones republicanas de estos cuatro países, permitiría —según sus apologistas— un proceso revolucionario pacífico y ordenado, alejado de todo posible desorden, pues cuando “el pueblo entre en el goce de [sus] plenos derechos, llamad si queréis a la revolución, que ella se detendrá delante del principio conquistado”⁹. La percepción de que la revolución republicana sería un revolución incruenta —o con la mínima cuota de violencia posible— y llevaría a las naciones por la senda del progreso estuvo presente entre todos aquellos que apostaban no sólo que por el establecimiento de gobiernos republicanos, sino por la creación de unas bases políticas y sociales lo suficientemente sólidas que permitieran su mantenimiento en el tiempo, sin que ello supusiera en ningún caso una renuncia a los principios y valores fundamentales.

Así quedó expresado, por ejemplo, en algunas de las valoraciones que se emitieron con motivo del establecimiento de esta forma de gobierno en España en 1873 y en Brasil en 1889. “O Brasil veio a desfazer a caluniosa teoria de que a república vêm do sangue”, afirmaba enfáticamente el intelectual y político portugués Latino Coelho, pocos días después de conocer la noticia de la proclamación de la república brasileña (cit. en Silva, 2012: 57). Algunos años antes, al referirse al advenimiento de la Primera República española, el mexicano Juan A Mateos advertía “la venda [que llevaba España] ha caído a girones y el espíritu del patriotismo (...) ha operado el milagro (...). Los pueblos de Europa han visto la república a través de la guillotina y del terrorismo, a la luz del regicidio. No la creen con Thiers en Versalles, sino con Robespierre en la plaza de la Revolución (...). Revolución sin Marsellesa les parecía imposible. República sin petróleo les parecía una quimera” y sin embargo, lo ocurrido en España demostraba como el camino cívico y legal para llegar a la república se estaba allanando¹⁰. A pesar de ello, aunque en ambos países,

⁸ *El Nuevo Régimen*, 3 de octubre de 1891.

⁹ *Monitor Republicano*, 19 de febrero de 1873.

¹⁰ *Monitor Republicano*, 19 de febrero de 1873.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

efectivamente, la república se había proclamado con un mínimo de alteración al orden público, en ninguno de los dos esta proclamación se debió a una expresión inmediatamente anterior de la voluntad popular —que debía ser en sí el hecho revolucionario— sino a movimientos políticos o militares, en los que la ciudadanía realmente tuvo muy poco que ver.

En esta nueva versión, las armas de la revolución ya no serían las bayonetas ni las barricadas, sino la razón y la conciencia expresadas a través de las palabras pronunciadas en sesiones parlamentarias, impresas en las páginas de libros y periódicos, o declamadas en discursos leídos con motivo de algún mitin o en la celebración de alguna efeméride significativa. La revolución cultural, ese motor que dinamizaba el progreso porque ayudaba a activar la racionalidad de los individuos, se convirtió, por tanto, en pieza clave de este republicanismo y a ella dedicaron verdaderos esfuerzos y energía quienes apostaron por esta vía. Fue el caso, por ejemplo, del portugués Teófilo Braga, quien a lo largo de su extensa y prolífica carrera política, participó en multitud de actos públicos destinados a difundir el ideario republicano, pues “*esplhar lição e fundar exemplo*” era, en su opinión, obligación moral de todo buen republicano. Algo que quedó puesto especialmente de manifiesto en 1880 con motivo de los numerosos actos que impulsó y en los que participó a raíz del tricentenario de Camoes; actos que, desde su punto de vista, unieron a todos los verdaderos patriotas en torno a la figura de un portugués universal, y lo hicieron siguiendo un espontáneo “*respeito a ordem*”, impensable en los actos organizados por la monarquía. Dentro de esta revolución cultural, el político portugués le asignó un papel de primer orden a la prensa pues la consideraba como “*um elemento de tal forma fecundo que por si bastava para (...) fazer germinar nos espíritos as noções que levam a realizar por uma evolução natural o que os povos so têm conseguido a força de revoluções*” (Braga, 1880: 199, 367-367 y 362).

Los partidarios de esta incruenta revolución republicana se inclinaron decididamente por el cultivo de la virtud cívica como medio para asegurar el mantenimiento de los gobiernos republicanos sin perder los ideales que los habían animado. Algo que, en realidad, pareció ser la tarea más complicada, a resultas de lo que fue

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

ocurriendo en aquellos países, como México y Brasil, establecidos de manera permanente como repúblicas a partir de 1867 y 1889 respectivamente, pero en donde no tardó en surgir una oposición que fue minando su estabilidad política, no sólo desde fuera del republicanismo, sino también desde dentro, debido al alejamiento paulatino entre las prácticas políticas oficiales y los ideales republicanos. “Para que una revolución no sólo triunfe, sino que también se consolide –afirmaba el español Pi y Margall en 1891– es indispensable tener preparado hasta las reformas que puedan afianzarla, a fin de adelantarse a la voluntad de los pueblos y quitar todo pretexto de tumultos y desórdenes”¹¹.

Finalmente, los partidarios de la opción revolucionaria (en cualquiera de sus versiones) contaron con una gran ventaja simbólica en relación a los evolucionistas: tenían una fecha a partir de la cual comenzar a contar el tiempo de la nueva era. El hecho revolucionario del establecimiento de la república permitía definir fronteras claras entre el antes y el después y determinar fechas simbólicas en el nuevo calendario cívico. Si la primera fiesta de la Federación celebrada en Francia en 1790 formó parte del proceso revolucionario iniciado un año antes, algo parecido se podría decir, por ejemplo, de la celebración del primer aniversario de la proclamación de la República brasileña, que tendría lugar el 15 de noviembre de 1890. Aunque el advenimiento de la república se produjo en este país a través de una insurrección militar, la interpretación que pocos días más tarde comenzó a hacerse de este acontecimiento –tanto a nivel nacional como internacional– fue que había sido el pueblo brasileño el que había promovido este movimiento revolucionario culminado por la acción de varios militares, pero pergeñado de tiempo atrás por la ciudadanía. El establecimiento de una fecha precisa del inicio de la revolución republicana permitió su recreación y relectura en los sucesivos aniversarios y tuvo, además, una importante repercusión en otros países, sobre todo en Portugal, donde las diferentes asociaciones y partidos republicanos hicieron de esta fecha el símbolo de un pueblo en lucha por su libertad; al punto de que fue esta la primera gran fiesta que se celebró en este país después de la proclamación de su Primera República el 5 de octubre de 1910 (Silva, 2012: 142).

¹¹ *El Nuevo Régimen*, 30 de octubre de 1891.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

Entre los que apostaron por la opción evolucionista, hubo quienes se mantuvieron fieles a la defensa del ideal de la voluntad popular y otros, sobre todo los más influidos por las teorías positivas, que dejaron esta cuestión completamente de lado. Para los primeros – cuyas fronteras retóricas con los partidarios de la revolución legal y cívica fueron a menudo muy porosas– el tiempo de las revoluciones, entendidas fundamentalmente como manifestaciones violentas destinadas a provocar cambios radicales, había concluido, dando paso al proceso de las evoluciones pacíficas que permitirían a los ciudadanos de sus respectivas naciones ir desarrollando paulatinamente las libertades y derechos que les eran propios. Unos derechos y libertades que eran entendidos sobre todo desde el punto de vista político, como el derecho al sufragio, y que dejaban en un segundo lugar la procuración de otros de naturaleza social o económica, como los relacionados con la cuestión laboral. La evolución republicana suponía, para los que abogaron por esta postura, una aceptación de la legalidad del parlamentarismo liberal de la forma en la que era ejercido, pero al mismo tiempo una conciencia de la necesidad de su perfeccionamiento, a fin de lograr esa mayor democratización de la vida política que los republicanos venían promoviendo desde décadas atrás. En este sentido, intentar forzar el proceso evolutivo haciendo estallar revoluciones, lejos de abonar en la dirección del progreso, lo retrasaría y la atención a la expresión de la voluntad popular quedaría una vez más pospuesta.

Así lo entendieron, entre otros, el mexicano Justo Sierra o el español Emilio Castelar. Ambos políticos, una vez superado el radicalismo de su juventud, se convirtieron en sistemáticos defensores de un republicanismo conservador que veía con verdadera suspicacia cualquier alteración del orden público y que otorgaba poco beneficio de la duda a las capacidades cívicas de la ciudadanía. Por eso, para ellos, las revoluciones –como apuntaba Castelar– podían equipararse con aquellas plagas que diezaban la raza humana cuando no se las conseguía frenar a tiempo; cuando su capacidad transformadora no era detenida a través de mecanismos legales y se convertía en una fuerza que arrasaba todo lo que encontraba frente a ella, incluso aquellas conquistas logradas en su nombre. Ese había sido el caso, en su opinión, de lo ocurrido durante la Segunda República francesa y, sin duda, también, la causa del fracaso de la Primera República española de 1873. Por eso, al

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

iniciar la década de 1890, Castelar se mostraba complacido de que “el mejor signo de nuestros tiempos es el gran cambio que nos ha llevado desde la situación revolucionaria de 1789 hasta su presente evolución” (Castelar, 1891: 485-500).

Para los defensores de un evolucionismo anclado en una lectura doctrinaria de las ideas positivistas, el proceso mediante el cual las sociedades dejarían de organizarse políticamente como monarquías y pasarían a hacerlo a través de formas republicanas no tenía mucho que ver con la atención a la expresión de la voluntad popular de la que hablaban tanto los otros evolucionistas como los partidarios de la revolución, sino con la creación de Estados fuertes y la promoción del orden. Para ellos, la forma republicana de gobierno no era más que eso, una “forma”, que no implicaba la asunción de una serie de valores y principios. Esto permitió la formulación de propuestas tan paradójicas como la enunciada por el ala más ortodoxa del positivismo brasileño, quienes sugirieron el establecimiento de una dictadura republicana encabezada por el propio emperador Pedro II, para favorecer el tránsito de un gobierno monárquico a otro republicano sin que se produjera la menor alteración brusca del orden (Murilo de Carvalho, 1990: 31).

Reflexiones finales

Como hemos podido constatar en las páginas precedentes, los conceptos revolución y evolución sirvieron a los apologistas del republicanismo de estos cuatro países en el periodo aquí analizado para definir aspectos fundamentales de sus proyectos políticos, pues el empleo de uno u otro concepto, así como los significados específicos que en cada caso se les asignaron, les permitían adoptar una posición concreta respecto a qué república imaginaban, cómo debía producirse su advenimiento o refundación o cuáles debían ser las claves para su mantenimiento.

Por otra parte, como también hemos podido comprobar, el término revolución siguió teniendo mucho más ascendiente para el pensamiento republicano que el de evolución, que parecía resultar ciertamente tibio para la voluntad transformadora del republicanismo. Sin embargo, la lectura crítica de las experiencias pasadas, así como las nuevas coordenadas en las que tenía lugar la actividad política, favorecieron que una parte

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

significativa de los ideólogos republicanos pusiera el acento en el carácter cívico y legal de la revolución, intentando superar de esta forma la vía de la insurrección popular. Esto no supuso en ningún caso la erradicación de propuestas románticas y utópicas, sin embargo, estas fueron contestadas dentro del propio republicanismo por aquellos para quienes el ideal republicano debía trascender los medios de actuación de las décadas previas y en su lugar adoptar otros más pragmáticos que garantizaran la duración de los gobiernos republicanos; había que superar, por tanto, la atracción insurreccional que suscitaban los acuerdos de La Marsellesa y avanzar hacia unas repúblicas en las que el principio de la expresión de la voluntad popular estuviera asentado en la participación ciudadana y en el apego a unas leyes justas y equitativas.

Finalmente, este análisis comparado de los conceptos aquí estudiados, nos ha permitido apreciar cómo entre los apologistas del republicanismo de estos cuatro países atlánticos hubo concomitancias respecto al significado y uso asignado a dichos conceptos, independientemente de las circunstancias específicas por las que atravesaba cada una de estas naciones. El hecho de que en el terreno de las prácticas políticas tuviera mayor eco una u otra de las vías para fundar o refundar la república de acuerdo con sus coyunturas específicas, no supuso, en el plano de las ideas, que se descartase ninguna de ellas. Asimismo, la atención que estos apologistas del republicanismo pusieron hacia los experimentos o proyectos republicanos presentes en alguno de los países de la región y cómo eso sirvió para abonar en sus propios debates, nos da cuenta de en qué medida compartieron una gramática y una semántica política similares.

Bibliografía:

Publicaciones periódicas:

Diario del Hogar (México)

El Imparcial (México)

O Malho (Brasil)

Monitor Republicano (México)

O Mundo (Portugal)

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

El Nuevo Régimen (España)

El País (España)

El Siglo XIX (México)

Bibliografía primaria y secundaria:

AGUILAR RIVERA, José A. (2002), “Dos conceptos de república”, en Aguilar Rivera, JOSÉ A. Y ROJAS, Rafael (coords.): *El republicanismo en Hispanoamérica. Ensayos de historia intelectual y política*, México, FCE, pp. 57-85.

ALTAMIRANO, Ignacio M. (1986), *Obras completas*, vol. 18 y 19, *Periodismo político*, México, SEP.

ARENDDT, Hanna (1967), *Sobre la revolución*, Madrid, Revista de Occidente.

BLOCH, Marc (1988 [1924]), *Los reyes taumaturgos*, México, FCE.

BRAGA, Teófilo (1880), *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional.

CASTELAR, Emilio (s/f), “El sufragio universal (discurso pronunciado en la Cámara de Diputados el 29 de mayo de 1877)” y “La democracia gubernamental (discurso pronunciado en Alcira el 2 de octubre de 1880)”, en *Discursos políticos*, s/l, Giralda.

CASTELAR, Emilio (1891), “The best sign of our times. Democratic revolution and evolution in Europe”, *The North American Review*, vol. 152, n° 413, pp. 485-500, disponible

en:

<https://www.jstor.org/stable/pdf/25102165.pdf?refreqid=excelsior:25c9049666110fddf8c0addcd825bf99>

CATROGA, Fernando (1991), *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias.

DE DIEGO, Javier (2008), *Imaginar la república. La cultura política del republicanismo español, 1876-1908*, Madrid, CEPC.

FONTANA, Bianca (1994), “The Thermidorian Republic and its principles”, en *Ibid* (ed.), *The invention of the modern Republic*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 118-138.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

GARCÍA SEBASTIANI, Marcela y DEL REY, Fernando (eds.) (2008), *Los desafíos de la libertad. Transformaciones y crisis del liberalismo en Europa y América Latina*, Madrid, Biblioteca Nueva.

HALE, Charles (2002), *La transformación del liberalismo en México a finales del siglo XIX*, México, FCE.

HIGUERAS CASTAÑEDA, Eduardo (2014), *Manuel Zorrilla (1833-1895). Liberalismo radical, democracia y cultura revolucionaria en la España del siglo XIX*, Tesis doctoral, UCLM.

JARDIM, Silva (1889), *Carta política ao paiz e ao Partido Republicano*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, disponible en: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185607>

KNIGHT, Alan (1990), "Revolutionary Project, recalcitrant people", en Alan Knight y Jaime Rodríguez (eds.): *The Revolutionary Pocess in Mexico*, Los Ángeles, University of California Press, pp. 227-264.

LEMOS, Renato: (1997), "Benjamin Constant: biografia e explicação histórica", *Estudos Históricos*, n° 19, pp. 67-81.

LESSA, Renato (1988), *A Invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadencia da Primeira República Brasileira*, Sao Paulo, Vértice.

LOMNÉ, George (2009), "De la «República» y otras repúblicas: la regeneración de un concepto", en Fernández Sebastián, Javier (ed.): *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano*, Madrid, Planeta, pp. 1253-1269.

MADERO, Francisco I. (1908), *La sucesión presidencial*, disponible en: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1910LSP.pdf>

MADERO, Francisco I. (1910), "Plan de San Luis", disponible en: <http://www.enp-historia-mex-ii.org/wp-content/uploads/2016/07/1910-10-Francisco-I.-Madero-Plan-de-San-Luis.pdf>

MARICHAL, Juan (1978), *Cuatro fases en la historia intelectual latinoamericana, 1810-1970*, Madrid, Fundación Juan March.

MURILO DE CARVALHO, José (1990), *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*, Sao Paulo, Companhia das Letras.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. 196-220. Vol. 9 nº 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

MURILO DE CARVALHO, José (2011), “República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891”, *Vária Histórica*, nº 45, pp. 141-157.

NORD, Philip (1997), “Les origenes de la Troisième République en France (1860-1885)”, *Actes de la Recherche en Ciencias Sociales*, vol. 116-117, pp. 53-68.

PETTIT, Philip (2009), *Republicanism. Una teoría sobre la libertad y el gobierno*, Barcelona, Paidós.

RAMOS, Rui (2003), “Sobre o carácter revolucionário da Primeira República portuguesa (1910-1926): uma primeira abodagem”, *Polis. Revista de estudos jurídico-políticos*, nº 9-12, pp. 5-60.

RIDOLFI, Mauricio (2011), “El republicanismo en el siglo XIX. Recorridos y perspectivas de investigación en la Europa meridional”, *Historia y Política*, nº 25, pp. 29-63.

ROJAS, Rafael (2009), *Las repúblicas de aire. Utopía y desencanto en la revolución de Hispanoamérica*, México, Taurus.

SAMARA, María Alice (2010), *As repúblicas da república. História, cultura política e republicanismo*, Tesis de Doctorado en Historia Contemporánea, Universidade Nova de Lisboa.

SKINNER, Quentin (2008): “Freedom as the absence of arbitrary power”, en Laborde, C. y Maynor, J. (eds.): *Republicanism and Political Theory*, Blackwell.

SILVA, María Isabel (2012), *O espelho fraterno. O Brasil no discurso do republicanismo português (1889-1914)*, Tesis de doctorado en Historia, Instituto Universitario de Lisboa, disponible en http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7373/1/ulsd063777_td_Maria_Silva.pdf .

THIERS, Adolph (1911 [1845]), *Historia de la Revolución Francesa*, Barcelona, Antonio Virgili.

TOCQUEVILLE, Alexis (1856) [1996], *El Antiguo Régimen y la Revolución*, México, FCE.

VILCHES, Jorge (1998), “Castelar y la república posible. El republicanismo del sexenio revolucionario, 1868-1874”, *Revista de Estudios Políticos*, nº 99, pp. 133-159.

Lara Campos Pérez - Repúblicas sem Marselhesa. República, revolução e evolução no espaço atlântico iberoamericano (1870-1910) - *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série.* 196-220. Vol. 9 n° 1. 2019. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a8

ZERMEÑO, Guillermo (2015): “Revolución: entre el tiempo histórico y el tiempo mítico”, *Historia y Grafía*, n° 45, pp. 57-94.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

“Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal

“Know to produce, produce to improve”: the National Board of Fruits and the agronomic research in Portugal

« Savoir pour produire, produire pour améliorer » : le Conseil National des Fruits et la recherche agronomique au Portugal

“Saber para producir, producir para mejorar”: la Junta Nacional de las Frutas y la investigación agrícola en Portugal

Leonardo Aboim Pires
Universidade Nova de Lisboa
leonardopires5@hotmail.com

Resumo: Ao longo da ditadura portuguesa, a aplicação da política agrária conheceu, num primeiro momento, uma intenção autárquica e, mais tarde, a internacionalização económica. De modo a cumprir tais desideratos, certas instituições foram convocadas para, entre outras funções, promover a investigação e produção científica. Este artigo apresenta a importância de um desses organismos, a Junta Nacional das Frutas e o seu contributo para o desenvolvimento da agronomia portuguesa ao longo do Estado Novo. Intentamos compreender e analisar as propostas de natureza científica realizadas por estes organismos, durante as décadas de 1930 e 1970, e qual o seu impacto na prática científica agrícola.

Palavras-chave: Agronomia; Investigação científica; Estado Novo; Junta Nacional das Frutas.

Abstract: During the Portuguese dictatorship, the application in Portugal of the agrarian policy knew, in the first moment, an autarchic intention and, later, an economic internationalization. In order to meet these objectives, a number of institutions have been invited to collaborate, among other functions, to promote scientific research and scientific production. This article attempts to address the importance of one of those organisms, the National Board of Fruits and its contribution to the development of Portuguese agronomy. We try to understand and analyse the proposals of a scientific nature of this organism, during the 1930s and the 1970s, and its impact on agricultural scientific practice.

Keywords: Agronomy; Scientific research; New State; National Board of Fruits.

Resumé: Au cours de la dictature portugaise, l'application au Portugal de la politique agraire a connu, dans un premier temps, une intention autarcique et, plus tard, une internationalisation économique. Pour atteindre ces objectifs, plusieurs institutions ont été invitées, entre autres fonctions, à promouvoir la recherche et production scientifique. Dans cet article on présente l'importance d'une de ces institutions, le Conseil National des Fruits et sa contribution pour le développement de l'agronomie portugaise. Nous essayons de comprendre et analyser les projets de nature scientifique de cette organisme, pendant les années 1930 et 1970, et son impact sur la pratique scientifique agricole.

Mots-clés: Agronomie; Investigation scientifique; État Nouveau; Conseil National des Fruits.

Resumen: Durante la dictadura portuguesa, la aplicación en Portugal de la política agraria tiene, en un primer momento, una intención autarquía y, más tarde, una internacionalización económica. Para cumplir estos objetivos, varias instituciones fueron convocadas para, entre otras funciones, fomentar la investigación y la producción científica. En este artículo es presentada la importancia de la Junta Nacional de las Frutas en el desarrollo de la agronomía portuguesa. Se busca percibir y analizar los proyectos de naturaleza científica, durante los años 1930 e 1970, y su impacto en la práctica científica agrícola.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

Palabras-llave: Agronomía; investigación científica; Estado Nuevo; Junta Nacional de las Frutas.

Introdução

Dado o perfil económico, predominantemente agrícola, a investigação científica em Portugal contemplou, inevitavelmente, as questões relacionadas com o sector primário. As iniciativas institucionais e para-institucionais na área da investigação das ciências agrárias, assentes em procedimentos empiricamente confirmados e logicamente coerentes, sofreram diversas mudanças, atendendo às diversas conjunturas que se foram estabelecendo. Os vários regimes políticos fomentaram a compreensão de que o desenvolvimento económico da agricultura estava relacionado, de forma inequívoca, com o investimento técnico-científico, fomentando um debate que veio a estabelecer um corpus teórico baseado na importância da modernização do sector.

Partindo deste contexto e fazendo uso de um caso particular, o objetivo principal deste artigo é problematizar a atuação da Junta Nacional das Frutas (JNF), como agente de inovação e promoção científica na área da agronomia no período do Estado Novo. Foram várias as experiências e estudos encetados por este organismo com a intenção primordial de prover o sector de um conhecimento teórico e empírico que o auxiliasse na obtenção de um desempenho económico positivo. Sendo reconhecido que através da JNF foi possível “organizar cientificamente a produção” (Natividade 1939: 4), será necessário compreender o modelo e a natureza deste organismo no quadro da organização da ciência coeva.

O ensaio que se segue acompanha o desenvolvimento do enquadramento institucional da agronomia face aos anseios de autossuficiência agrícola, as disrupções trazidas pela Segunda Guerra Mundial e a paulatina erosão da agricultura suscitada pelas transformações sociais dos anos 60. No que toca ao estado da arte, a historiografia conta com algumas contribuições sobre o papel de algumas instituições e figuras no desenvolvimento científico na área da agricultura (Radich 1987; Freire 2010; Freire 2013; García-Pereda 2017), embora para a hortofruticultura não seja essa a situação.

A nível documental, a nossa análise privilegiou o uso de publicações periódicas oficiais e científicas mas também as que foram produzidas pela JNF. Os núcleos documentais consultados encontram-se depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. Embora as informações

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

presentes na documentação sejam lacunares, conseguem fornecer uma imagem dos percursos que a JNF fez para o cumprimento dos objetivos de melhoria na investigação científica.

A hortofruticultura e a agronomia portuguesa entre a segunda metade de Oitocentos e os anos da I República

Durante a segunda metade do século XIX, assistiu-se a uma crescente consciencialização para o atraso do agro português em relação aos países industrializados, com especial enfoque no caso francês, questionando-se a razão pela qual não se seguia “o belo exemplo desses povos tão ativos e económicos, apesar de ricos e grandes?”¹. A esta situação acrescentou-se o reconhecimento da combinação entre solo e clima que poderia converter Portugal num grande pomar, assim como numa grande horta, apostando numa maior diversificação agrícola que conduziria a uma autossuficiência e à melhoria do comércio. Deste modo, foi sendo criado um paradigma de desenvolvimento agrícola assente em laboratórios e instituições de ensino.

Além das sociedades agrícolas que foram surgindo², diversas instituições de ensino foram criadas a hortofruticultura já era encarada de forma mais notória. Além do Instituto Agrícola de Lisboa, criado em 1852, que estabeleceu as bases da formação dos agrónomos, a primeira escola exclusivamente relacionada com a fruticultura foi criada em 1887, na Estação Vitivinícola da Bairrada, com o nome de Escola Prática de Viticultura e Pomologia. Seguiu-se a Sociedade Agrícola de Santarém, em 1889, onde se encontrava uma “escola prática de agricultura com frutaria anexa”³. Não obstante o ideal de progresso que conduziu este percurso, nos quais os agrónomos eram entendidos como agentes do progresso agrícola do país, era notado que a instrução ministrada nestes estabelecimentos “tem sido sobre modo especulativa, e em excesso menos prezadora do método experimental”⁴, situação que apenas foi superada com a mundividência educativa da I República.

¹ *Archivo Rural*, vol. 1, nº 7, 28 de julho de 1896, p. 186.

² Como casos exemplificativos veja-se a criação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, em 1843, da Sociedade Agrícola Madeirense, em 1850, e da Sociedade Flora e Pomona, sediada em Lisboa, em 1854, e, já no final do século, da Real Sociedade Nacional de Horticultura, em 1898.

³ *Portugal Agrícola*, vol. I, 1889-1890, p. 31.

⁴ *Portugal Agrícola*, vol. II, nº 9, março de 1892, p. 271.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

O interesse pelas questões ligadas à hortofruticultura e o conjunto de iniciativas que surgiram conseguiram formar “uma malha de canais com espaçamentos regulares [...] que permitiu o surgimento da horticultura como ciência e a sua popularização em Portugal” (Rodrigues 2016: 167), além do interesse económico que suscitava.

A I República, implantada em outubro de 1910, prosseguiu o “processo de análise crítica das debilidades e vulnerabilidades que rodeavam a agricultura” (Pires 2011: 38). No sector fruto-hortícola foi dada continuidade ao debate sobre o seu reaproveitamento e modernização, no qual a importância do fomento científico era o meio fundamental para assegurar as mudanças pretendidas.

Em maio de 1911, o Ministro do Fomento, Brito Camacho, criou a Escola Prática de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem, sediada em Queluz e sob a tutela da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Foi neste espaço que se processaram várias experiências, a nível da cultura e da produção de frutas e legumes, mas também sobre a introdução de mecanização na agricultura, como tratores⁵. Esta ligação entre desenvolvimento científico e ensino experimental foi das áreas em que o ideário republicano mais depressa se consubstanciou em reformas como é possível notar, além do exemplo referido, na criação do Instituto Superior de Agronomia (ISA), em abril de 1911. Nos anos subsequentes, com a criação da Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto, no Tabuaço (1913), a Escola Profissional Especial de Pomicultura e Viticultura Matos Souto, na ilha do Pico (1913), e a Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade (1925), a hortofruticultura continuou a encontrar o seu próprio espaço no contexto do ensino agrícola.

É notório que o entendimento republicano do ensino e da ciência se traduziu em diversos avanços mas os constrangimentos que a I República sofreu como a instabilidade governativa e a crise económica do pós-guerra, foram impeditivos do lançamento de um programa concertado de revitalização da agricultura. Dentro dos tentames da inversão do caminho da estagnação contam-se contributos pontuais, mas relevantes, como a criação do Ministério da Agricultura, em 1918, no qual a divulgação

⁵ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, ano XX, vol. XX, nº 7, julho de 1918, pp. 221-224.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

da inovação técnica, nomeadamente da mecanização era uma realidade; e a criação da Junta de Fomento Agrícola, em 1920, que seria extinta em 1929.

Especificamente no que ao campo científico diz respeito, também se verificou o surgimento de instituições que visavam a investigação na área da agronomia: os Laboratórios de Tecnologia Agrícola Colonial (1918), de Tecnologia Florestal e de Microbiologia Agrícola (1926), integrados no ISA. Mas também nesta área, os problemas eram vários salientando-se “a insuficiência das dotações orçamentais, o que impossibilitava a contratação de pessoal técnico, nacional e estrangeiro, e a aquisição regular de material de trabalho, de instrumental científico e de bibliografia especializada” (Salgueiro 2016: 175).

O Estado Novo, a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica: a ambição de fazer ciência rumo à autarcia

Os primeiros anos da ditadura corresponderam a um período no qual diversas questões de origem interna e externa influenciaram, de forma perentória, a estruturação institucional do regime que emergia. Foi nos anos trinta que os impactos da Grande Depressão forçaram os governos a blindar as suas estruturas económicas aos efeitos de contágio da crise norte-americana. No caso português, não obstante os efeitos terem sido relativamente brandos e de curta duração, a crise abriu caminho para novas soluções e formas de intervenção do Estado face à economia. Foi nesta conjuntura que o corporativismo⁶ emergiu como uma solução de compromisso, acarretando a moldagem de novas instituições, surgindo os organismos de coordenação económica. Estes eram responsáveis, sobretudo, pela regulação da agricultura e das pescas, sectores que tiveram “atenções prioritárias e cartelizações precoces” (Garrido 2010: 313). Do ponto de vista da ciência, parte fundamental da sua atuação, foi notório que “the role of techno-scientific elites was crucial for the regular activities of these state organisms” (Gaspar et. al. 2009: 77).

Em julho de 1931, foi criada a Junta Nacional de Exportação de Frutas que, em dezembro de 1936, seria sucedida pela Junta Nacional das Frutas (Pires 2018). Com este

⁶Sobre o corporativismo como mecanismo de intervenção económica e regulação social no Estado Novo veja-se Garrido 2016.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

organismo procurava-se conferir uniformidade às condições em que se procediam as exportações fruto-hortícolas, dotando-as de normas estritas que visavam uma maior competitividade nos mercados externos. Nesse sentido, era necessário prosseguir o trabalho iniciado, em 1930, na Campanha das Frutas, na qual já se preconizara a realização de trabalhos de investigação e assistência técnica versando assuntos, tanto culturais como económicos que ajudassem ao estudo aprofundado da realidade do sector. A nova arquitetura institucional motivou perspetivas sobre a produção e comércio fruto-hortícola, sendo entendido como condições necessárias para o seu desenvolvimento:

“conhecer a origem e época da produção concorrente com a nossa, a capacidade e preferências dos mercados, para escolher as espécies que poderemos fornecer ou em melhores condições de concorrência, de preços ou de qualidade”⁷.

Paralelamente aos primeiros passos percorridos pelo regime corporativo, começaram a surgir apelos no sentido da alteração de hábitos de consumo, nomeadamente, uma tentativa de maior introdução de vitaminas na dieta alimentar dos portugueses. “[...] comam mais fruta, é o grito de hoje” e para servir “esta ânsia de revigoramento, foi preciso organizar novos moldes a produção e criar, verdadeiramente, o comércio dos frutos” (Natividade 1936: 3). Era em países como o Reino Unido, a Dinamarca, a Suécia, a Irlanda ou a Alemanha que se notavam maiores alterações motivadas pelo “elevado *standard of life* [e que] consomam dentro em breve uma quantidade mais elevada de frutas” (Navarro 1934: 17).

Neste contexto, a JNF teve de mostrar a sua capacidade, não apenas, para responder aos desafios colocados pelo consumo mas, igualmente e de forma mais notória, criar as condições para o desenvolvimento do sector, num espírito autárquico. Deste modo, a investigação científica foi uma das vias encontradas para a concretização de objetivos que congregassem as necessidades dos mercados, as mudanças no consumo e o fim do atavismo em que o sector se encontrava mergulhado.

Poder-se-á inscrever as preocupações da JNF num plano mais amplo no qual os anseios da autarcia criaram condições para o desenvolvimento da investigação agronómica. Através de um olhar transnacional é possível verificar que esta era situação

⁷ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano II, nº 12, 15 de maio de 1935, p. 279.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

comum em Portugal, Itália ou a Alemanha. Nestes países a política agrária baseou-se, entre outras premissas, “faith in great potential of science and technology applied in the agrarian sector” [Pan-Montojo *et. al.* 2013: 24]. As mudanças na esfera política acabaram por criar um suporte institucional para garantir a presença do saber agronómico na afirmação da economia em contexto autoritário. Como Tiago Saraiva explica “what might be perceived as traditionalist back-to-the-land movement made sense only because of science [...] technoscientific organisms made the radical nationalism of Mussolini, Salazar, and Hitler plausible” (Saraiva 2016: 17).

A investigação agronómica realizada pela JNF foi ao encontro de ideias segundo as quais a capacidade de produção agrícola se encontrava associada às práticas científicas, no sentido de rentabilização económica dos sectores, objetivo para o qual contou com a participação de outras entidades. Através de uma colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas é possível elencar, até ao início da década de 1940, a realização de uma série de iniciativas cujo objetivo passava pelas melhorias das condições da produção fruto-hortícola.

No que se refere à atividade laboratorial, dos primeiros estudos realizados sob os auspícios da JNF ocorreram nas colheitas de 1937 e 1938. Foi realizado um estudo sobre a cultura do pimento, em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, que incumbiu o Laboratório Químico Central da recolha e análise dos produtos, para, entre outros objetivos, obter o melhoramento da produção e travar as falsificações do colorau.

Mais tarde e para o aperfeiçoamento do cultivo de frutas, a JNF concedeu, em 1941, ao Departamento de Pomologia da Estação Agronómica Nacional (ENA), um subsídio para a execução de um programa de estudos pomológicos, delineado em 1939. Inicialmente, a colocação em prática deste plano revelou-se difícil devido à falta de pessoal técnico, mas também devido à exiguidade dos recursos financeiros, o que levou, sobretudo no período da guerra, à paralisação de alguns estudos. Apesar dos percalços, verificou-se a realização de atividades científicas, visando o estudo das variedades culturais plantadas e os meios para a sua melhoria, de modo a tornar os frutos portugueses competitivos com outros países produtores, em que uma melhor produtividade era a “economia do pomar que a impõe” (Almeida 1942: 3). Para

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

conseguir uma melhor taxa de produtividade, procederam-se a 34 924 cruzamentos, dos quais foram obtidas 10 904 plantas, e os resultados mais visíveis deram-se em pessegueiros, morangueiros e ameixeiras⁸.

No campo da fruticultura, foram realizados testes para a escolha de variedades de porta-enxertos que, no caso das macieiras, se tornaram resistentes ao pulgão-lanífero, uma das pragas que mais atacavam a produção de maçãs. Para este estudo, foi construído um abrigo nas instalações da ENA, custeado pela JNF, para albergar os porta-enxertos que, uma vez resistentes à referida praga, foram submetidos a ensaios de propagação vegetativa. Além destas experiências, em 1943, foi plantado um pomar, nos terrenos da Escola Agrícola de Alcobaça, para os trabalhos de melhoramento acima referidos.

Do ponto de vista das infraestruturas, a JNF procedeu ainda à compra de prédios rústicos para estudos experimentais de pomologia, adquirindo, até 1945, um terreno em Chão das Pedras, em Mangualde, para construção de um fruteiro experimental, e a Quinta da Várzea e parte da Quinta dos Ciprestes, em Palmela, destinados à construção da Estação de Fruticultura Nacional.

O combate a pragas e doenças agrícolas foi outra das vertentes da JNF na obtenção de melhorias nos frutos cultivados. A campanha mais destacada foi o Plano de Reconstituição, Valorização e Defesa dos Soutos, iniciado em setembro de 1944 e que se centrou em Trás-os-Montes, região na qual a *doença da tinta* atacou as plantações de castanheiros, facto que se repercutia na economia agrícola da região visto que a castanha era uma das suas principais culturas. Partindo do exemplo de outros países do Mediterrâneo atacados pela mesma praga (França, Itália e Espanha), foram tentadas três vias: “combate direto à doença; enxertia do castanheiro sobre espécies de géneros afins; emprego de espécies exóticas”⁹. Após vários testes, foi escolhida a segunda opção, tendo sido no concelho de Vinhais que se iniciaram os tratamentos, em julho de 1945 (ver figura 1), numa zona em que a eliminação dos focos da doença tinha “um largo alcance económico e social” pois “o número de árvores se distribui por 996 diferentes

⁸ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 4, 4º trimestre de 1947, p. 510.

⁹ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano V, nº IX, setembro de 1945, p. 10.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

proprietários”¹⁰. Em 1947, os tratamentos seriam estendidos ao concelho de Valpaços (cf. tabela 1).



Figura 1 - Tratamentos realizados contra a *doença da tinta*. Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VI, nº II, fevereiro de 1946.

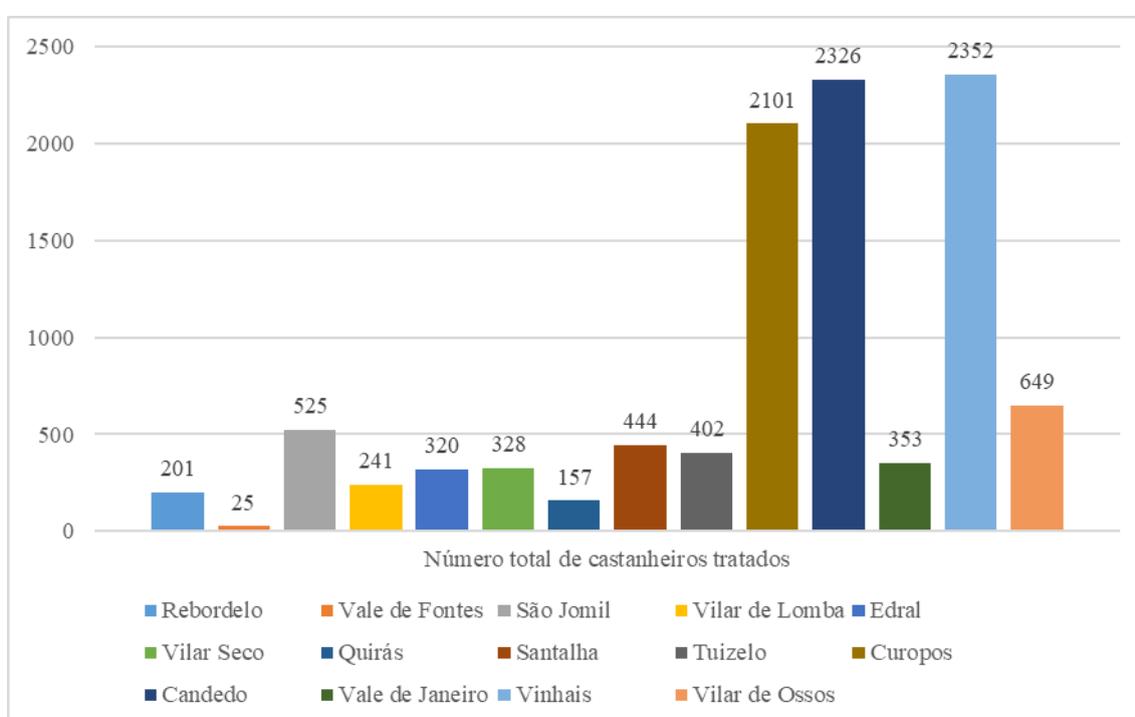
Concelho	Freguesia	1945	1946	1947	Totais por freguesias
Vinhais	Rebordelo	201	-	-	201
	Vale de Fontes	25	-	-	25
	São Jomil	525	-	-	525
	Vilar da Lomba	241	-	-	241
	Edral	320	-	-	320
	Vilar Seco	328	-	-	328
	Quirás	157	-	-	157
	Santalha	207	-	237	444
	Tuizelo	264	-	138	402
	Curopos	607	1494	-	2101

¹⁰ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VI, nº II, fevereiro de 1946, p. 125.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

	Candedo	409	1917	-	2326
	Vale de Janeiro	94	259	-	353
	Vinhais	-	1503	849	2352
	Vilar de Ossos	-	-	649	649
Valpaços	Carrazedo de Montenegro	-	-	691	691
TOTAIS		3378	5173	2564	11115

Tabela 1 - Castanheiros tratados ao abrigo do Plano de Reconstituição, Valorização e Defesa dos Soutos. Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, n° 4, 4° trimestre de 1947, p. 526.



Estas iniciativas conheceram alguns percalços no período da Segunda Guerra Mundial, no qual a JNF centrou os seus esforços no controlo do mercado interno, nas suas diversas dimensões, de modo a tecer um apertado controlo do processo produtivo, desde a colheita até à sua comercialização. Apesar da disrupção provocada pelo conflito, em 1943, foi criada, sob dependência dos serviços técnicos, uma secção de estudos económicos, iniciativa de Paulo Silveira da Cunha e António Teixeira de Sousa, contando ainda com a colaboração de Henrique de Barros. Três linhas de ação foram estabelecidas para a atividade desta secção: estudos sobre produção, comercialização e

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

consumo fruto-hortícola, sob a perspectiva da estatística e inquéritos; estudos monográficos sobre empresas dedicadas à exploração do sector e, por fim, estudos especiais sobre algumas culturas.

Igualmente, as investigações prosseguiram, sobretudo no âmbito dos estudos académicos produzidos pelos tirocinantes do ISA, sendo, muitos deles, subsidiados pela JNF, como se pode constatar na tabela 2.

Ano	Título	Autor
1938	<i>Subsídios para o estudo da conservação de azeitonas verdes na região de Elvas</i>	José Barbas Guerra
1940	<i>A conservação frigorífica das frutas e produtos hortícolas: subsídios para o estudo da sua aplicação em Portugal</i>	Manuel Neves Barreto
	<i>Esboço de inquérito às possibilidades económico-agrícola-industriais da cultura do tomate no campo da Golegã</i>	Manuel Nogueira Paulo
1941	<i>Contribuição para o conhecimento da composição do figo de Torres Novas em vista à sua utilização na indústria de destilação</i>	Rodrigues Arnaut Pombeiro
1943	<i>Conservação da batata: subsídios para o seu estudo</i>	Herminio Galhardo Rodrigues
	<i>Subsídios para o estudo do aproveitamento dos sub-produtos da maçã: utilização da maçã da monda e da bichosa no fabrico</i>	Alberto Ladislau Correia Vargues
	<i>Contribuição para o estudo químico-analítico das hortaliças portuguesas</i>	Alberto Rio Nunes Salvador
	<i>Para um melhor aproveitamento da castanha*</i>	Maria da Conceição Nobre
1944	<i>O ácido ascórbico (vitamina C) em marmelos e marmeladas*</i>	Maria Germana Ribeiro
	<i>Contribuição para o conhecimento de doses eficazes do ácido benzoico e do benzoato de sódio na conservação de alguns produtos de frutos*</i>	Maria Rosa de Matos Santiago
	<i>Secagem da banana: contribuição para o seu estudo</i>	Jaime Alberto Azevedo Pereira

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

1945	<i>Bases para a caracterização dos ananases da Ilha de São Miguel: estudo físico e químico-analítico</i>	José Emídio de Sommer Ribeiro
	<i>Acerca da maturação e coloração artificial do tomate</i>	Lisete Marília Gamboa Chaves

Tabela 2 - Ensaio académicos produzidos com financiamento da JNF. Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, Nº 4, 4º trimestre de 1947, pp. 543-544.

* Estes trabalhos foram publicados no *Boletim da Junta Nacional das Frutas*.

Do ponto de vista da sua gestão financeira, o investimento em ciência preconizado pela JNF, traduziu-se da seguinte forma, patente no gráfico 1, no qual é possível detetar a preponderância da realização de campanhas sanitárias e a realização de inquéritos, como foi mostrado previamente.

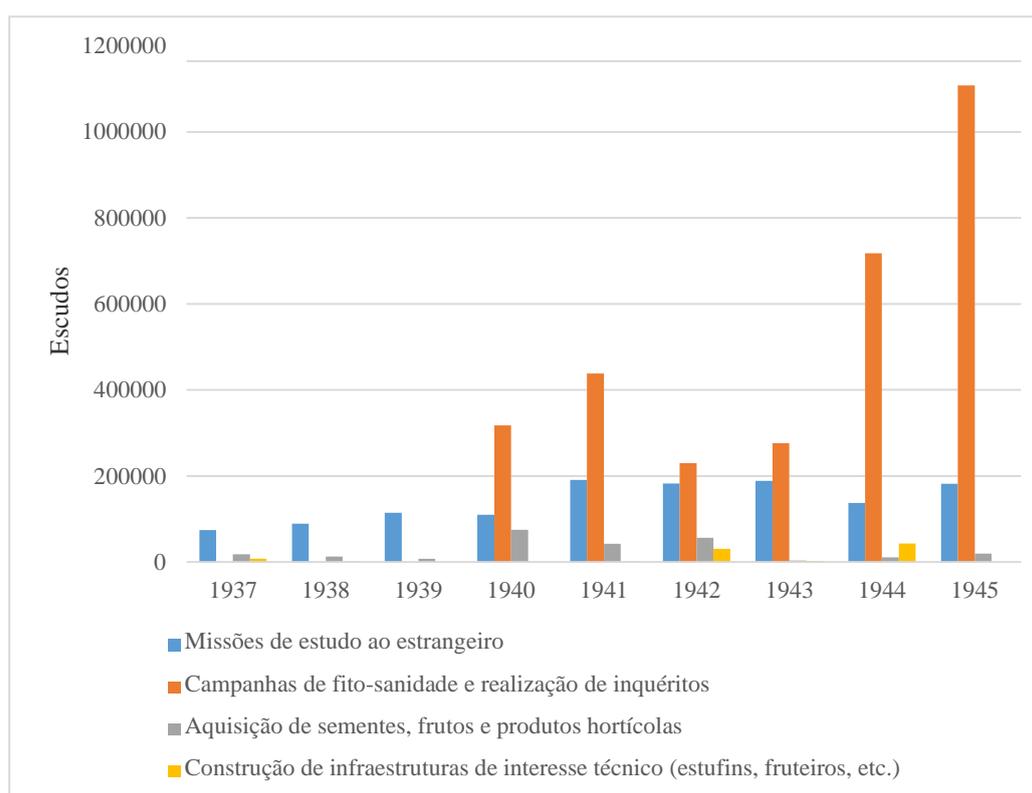


Gráfico 1 - Despesas da JNF associadas à investigação científica. Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 3, 3º trimestre de 1947, pp. 306-307.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

Os impactos do segundo pós-guerra e a emergência de novas perspetivas sobre a ciência agrícola

A nível internacional, com o cessar da guerra, deram-se determinadas mudanças que, progressivamente foram rompendo com as preocupações que antes haviam guiado o *ethos* das práticas científicas. A importância que a investigação teve no esforço de guerra de alguns países, como os EUA e a URSS, acabaria por criar condições para uma maior inserção de diversas disciplinas do saber científico na arena política que, em última instância, motivaram uma apropriação económica.

No caso português, os anos do pós-guerra criaram algo próximo a um processo de integração vertical da ciência, caracterizado pelo aproximar da investigação científica à prática socioeconómica e a diferenciação entre investigação básica, aplicada e orientada para o desenvolvimento nacional. Num quadro de expansão económica e crescente internacionalização, “a ciência deveria ser assumir-se doravante como axioma central em torno do qual se construiria um projecto de modernização” (Rollo *et al.* 2012: 182-183). A estratégia económica que se verificou a partir dos anos 60 criou as condições que vínculos da ciência com a tecnologia e a economia se tornassem mais próximos. O conhecimento científico e o uso dos seus recursos tornou-se numa necessidade para o desenvolvimento da economia, oferecendo proveitos diferenciais para cada sector produtivo.

A abertura económica que se foi estabelecendo nestes anos não foi um fator de crescimento por si só, mas sim “um elemento de intensificação dos factores de produção, obrigando as empresas a melhorarem em termos de organização, de modo a competirem, tanto no país como fora dele” (Amaral 1998: 769). No caso da agricultura e, especificamente no sector das frutas e dos legumes, a competitividade e a manutenção dos níveis de exportação sempre fora uma prioridade e, face à expansão da economia nacional, essa questão adquiriu contornos diferentes, embora o seu principal objetivo se mantivesse. Como Mota Campos apontou verificava-se “a falta de preparação eficiente de operários rurais qualificados numa época em que a agricultura é forçada a enveredar cada vez mais pelo caminho da especialização”(Campos 1962: 11). Era necessário criar novas disposições legais e institucionais que influíssem, decisivamente, na relação entre o meio científico e o desenvolvimento da agricultura.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

A fundamentação teórica para a importância da investigação fez-se sob várias perspetivas, provenientes da reflexão de académicos, que culminou num “conjunto de iniciativas apontadas no sentido de promover a modernização e introduzir reformas do sector” (Rollo 2006: 140). Para António de Sousa Câmara, “a investigação metodiza, ordena, planeia. E pode afirmar-se sem receio de contestação que, onde se estabeleceu uma estrutura poderosa de investigação científica, não há só agricultura próspera [...] mas uma população gozando de vitalidade notável” (Câmara 1947: 152). Já Joaquim Vieira Natividade defendia “mais técnica” na qual o conhecimento dos cultivares e do ambiente em que se inseriam resultaria no aproveitamento das potencialidades agroclimáticas; “mais ciência, por muito que esta palavra assuste o agricultor timorato; mais diligência, por muito que isto custe aos preguiçosos” e, por fim “mais ousadia por muito que isso pese aos chamados homens prudentes” (Natividade 1949: 8-9). Destes preceitos despontava a missão social do agrónomo que, no entender de Mira Galvão, deveria basear-se na divulgação do conhecimento científico entre os trabalhadores rurais, “as novas descobertas científicas já experimentadas, controladas e adaptadas às diversas regiões agrícolas” (Galvão 1943: 11).

Tendo como objetivo primordial a internacionalização da economia, verificou-se uma aposta na investigação científica, enquanto apoio mas, igualmente, como fator na criação de riqueza, oferecendo, aos elementos envolvidos no processo produtivo, o conhecimento essencial para melhores resultados. Em síntese, “toda a força moderna reside na capacidade de inventar, quer dizer na investigação; e na capacidade de inserir as invenções nos produtos, quer dizer, na tecnologia”¹¹.

Neste período de institucionalização e profissionalização da ciência, a investigação agrária poder-se-ia resumir nas três perspetivas elencadas pelos engenheiros-agrónomos Augusto de Oliveira e A. Alberto Monteiro Alves:

a) a necessidade de enquadramento da actividade de investigação nas metas do desenvolvimento económico global e, em particular, e directamente, nas do desenvolvimento rural;

¹¹ *Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 9, nº 452, 31 de outubro de 1968, p. 4.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

b) a vantagem de estabelecer uma cooperação técnica entre diversos ramos de investigação para programas comuns;

c) a necessidade de estimar a rendabilidade da investigação em termos de relação entre os investimentos a atribuir-lhe e os resultados esperados”¹².

A citação acima transcrita sintetiza qual o entendimento que era feito sobre a relação entre investigação e desenvolvimento, onde o acréscimo da taxa de produtividade era estabelecido a partir de contribuições materiais e intelectuais. Urgia, assim, a redefinição dos postulados agrários seguidos até então. Certas instituições, além da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, forneceram contributos para esta problemática, como a Estação Agronómica Nacional, criada em 1936, ou a Junta de Investigações Agronómicas, fundada em 1957. Importa ainda salientar que divulgação científica também se fez através dos modernos métodos de propaganda. A criação do programa radiofónico *Rádio Rural* e o do programa televisivo, transmitido semanalmente pela RTP, *TV Rural*, apresentado pelo engenheiro-agrónomo José Sousa Veloso - na qual a intensificação da produção e a comercialização de frutas, legumes e flores foram dos tópicos mais debatidos¹³ - são sintomáticas da nova atitude governativa face à agricultura.

Fora da alçada estatal, outras instituições foram criadas durante o pós-guerra, com os mesmos propósitos de estudo e divulgação da produção científica. Em 1957, foi criado o Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian. Congregando uma plêiade de engenheiros agrónomos, estes focaram a sua ação “on production conditions of goods to satisfy the immediate needs of the growing urban population, which was increasing demand for livestock, fruits and vegetable products” (Freire 2013: 100). Deste modo, não é estranha a colaboração feita com a JNF, em algumas ocasiões, nomeadamente, em 1964, quando realizaram um inquérito sobre comercialização e consumo de frutas frescas, o primeiro do género a ser realizado em Portugal. A este seguiu-se outro estudo sobre o mercado nacional de frutas, que contava

¹² *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 29, janeiro-março de 1966, p. 36.

¹³ *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II Série, nº 1, janeiro-março de 1973, p. 115.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

como investigadores, entre outros, António Lopes Cardoso, Ulpiano Nascimento, Fernando Estácio, A. Cortez Lobão, José António Girão e o presidente da JNF, Mário de Brito Soares.

A Junta Nacional das Frutas no quadro científico português entre os anos 50 e 70

A consciencialização dos agentes políticos para a importância da ciência reforçou os objetivos institucionais desta, ou seja, a extensão do conhecimento verificado encontrou novas instituições para se afirmar. Esta normatividade mostrava ser útil, reforçando os vínculos da ciência com a tecnologia e a economia, convertendo-se o conhecimento científico e o uso dos seus recursos como necessidade para o desenvolvimento da economia. É neste hiato que se reconhece a génese do “sistema científico português” (Brandão 2017) resultado de uma reinvenção social do saber e de uma reinserção nos quotidianos políticos.

No caso da agricultura, estas premissas eram cruciais num período em que este sector caminhava rumo a um processo de subalternização face à indústria. Face a este enquadramento, vejamos dois aspetos centrais na atuação da JNF no que é referente à investigação da agricultura, num período de acentuadas mudanças.

a) Os agentes e os espaços de investigação

Dentro do seu espectro de atuação e os novos entendimentos do regime sobre o desenvolvimento da ciência agronómica, as instituições corporativas foram convocadas a agir como agentes de inovação e fomento da ciência. Também no afã de modernização técnico-científica, o desenvolvimento do subsector das frutas e dos legumes exigia maiores transformações devido a um conjunto de mudanças, destacando-se as alterações no consumo alimentar, suscitadas pelo aumento dos rendimentos. À semelhança do que ocorrera nos anos anteriores, a JNF respondeu e correspondeu ao repto lançado pelas instituições governativas, contribuindo, de forma acentuada, para o investimento dos estudos agronómicos. Como reconheceu Mário de Brito Soares, “a fruticultura mundial atingiu nas últimas décadas notável desenvolvimento e expansão merce de cada vez

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

maior e melhor conhecimento das funções vegetativas das fruteiras, resultantes das investigações a que se têm dedicado, em quase todos os países”¹⁴.

Desde logo, a questão do cultivo de árvores fruteiras sofreu a sua atenção. Apesar do esforço que, desde os anos 30, se encontrava patente na atuação da JNF, era considerado, à época, que “a escolha das variedades é feita na mais completa ignorância das exigências do mercado [...] que se continua ainda plantar mais árvores de fruta isoladas do que em pomar”¹⁵. Através da Estação de Ensaio de Sementes da ENA, localizada na Tapada da Ajuda e reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 43423, de 22 de dezembro de 1960, vários ensaios e testes foram realizados em diversas variedades e cultivares de origem fruto-hortícola, no sentido conferir maior uniformidade e adaptabilidade das espécies cultivadas pelo país para uma melhor comercialização. O plantio de árvores de fruto foi expandido através do Plano de Fomento Frutícola¹⁶, criado em 1962, no âmbito do II Plano de Fomento, no qual foi prevista a criação de pomares-modelo, variando entre 500, 550 e 1000 árvores por hectare, diferenciação imposta pelas diferentes potencialidades dos solos.

Durante o período do pós-guerra, várias experiências científicas mas também estudos foram realizados sob o patrocínio da JNF, nos diversos sectores que a sua estrutura englobava. Dada a importância do aproveitamento industrial do tomate, sobretudo enquanto concentrado que no pós-guerra conheceu um alargamento do seu consumo, a investigação tecnológica e científica revelou-se como um fator no aumento da rendabilidade e produtividade física desta cultura. Os primeiros trabalhos verificaram-se entre 1946-1947, testando-se a introdução de outras variedades culturais, como a *Marg-Lobe*, muito utilizada nos EUA. Mas foi nos anos seguintes que foram realizados, de forma mais regular, trabalhos de investigação sobre a cultura do tomate, conduzidos sob a alçada dos laboratórios da JNF, em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Destas iniciativas salientam-se as realizadas em 1957, após o apelo da J.H. Heinz C.º Ltd., onde, em campos localizados no Ribatejo, procedeu a

¹⁴ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XIII, 1953, p. 19.

¹⁵ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XVIII, 1958, p. 26.

¹⁶ Foram realizados planos para outros subsectores agrícolas como o Plano de Fomento Suberícola, em 1957, e o Plano de Fomento Pecuário, em 1962.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

experiências em seis variedades de tomate provenientes da Austrália, França, Itália, entre outros países.

Noutra área, uma das experiências realizadas foi feita através do Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, em 1957. Tratou-se da introdução do *plastic mulch* nos campos de melão da zona do Ribatejo, mas também, na mesma região, da criação de unidades de autofecundação com tendas de isolamento individuais que conseguiu aumentar os níveis de produção de forma considerável¹⁷. Também no domínio da fruticultura, nos terrenos do Centro Nacional de Estudos e de Fomento da Fruticultura, foram realizadas experiências, entre 1969 e 1973, sobre retardadores de crescimento de frutas, sendo usado como exemplo a pera-rocha¹⁸.

No que toca à batata, entre abril e agosto de 1952, foram feitas culturas com sete variedades diferentes para comparar a produtividade entre elas, na Quinta da França, em Belmonte. Concluiu-se que as variedades que tinham maior taxa de produção média eram a *Alma* e a *Erdgold*, com 26,8 toneladas por hectare, ao contrário da *Ackersegen*, *Wekaragis*, *Arran Consul* e *Bronderslev*, com uma produção média de 17,5 toneladas e a *Arran Banner* com 14,3 toneladas¹⁹. Já na zona do Oeste (Cadaval, Bombarral, Lourinhã e Torres Vedras), entre 1959 e 1962, foram realizadas ensaios comparativos com batata amilácea para a valorização industrial dos tubérculos, tendo esta zona sido escolhida pela proximidade com as instalações da Companhia Portuguesa de Amidos. Estas experiências demonstraram que a produção de fécula para a indústria se mostrava viável, através do incremento da adubação das plantações com potássio, fósforo e azoto²⁰.

De modo a cimentar o investimento na investigação científica agronómica, a JNF inaugurou e sustentou financeiramente o Departamento de Pomologia da ENA, dirigido por Vieira Natividade, que mais tarde daria origem, em 1962, ao Centro Nacional de Estudos e de Fomento da Fruticultura, situado na Quinta do Olival Fechado, em Alcobaça. Este centro encontrava-se dividido nos seguintes departamentos: histologia e citologia; solos e nutrição; fitopatologia e pomologia, nos

¹⁷ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1964, pp. 93-96.

¹⁸ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1972/1973, pp. 5-23.

¹⁹ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XII, 1952, pp. 116-123.

²⁰ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1964, pp. 103-113.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

quais a divulgação dos resultados dos estudos seria da responsabilidade dos núcleos de assistência técnica espalhados pelo país. Este centro vocacionava, igualmente, a sua atividade na criação de cursos sobre a preparação de pomares, de modo a divulgar, da forma mais sustentada possível o seu trabalho. Também em Alcobaça, foi criado, em 1959, o Centro de Estudos do Castanheiro, com uma delegação no distrito de Bragança.

O elencar destas experiências científicas são exemplificativas e demonstram a continuidade e a predisposição mostrada pela JNF em aliar a ciência e a investigação para, não apenas um melhor conhecimento sobre os produtos, mas também como forma de sustentar a sua introdução nos mercados.

b) Transferência(s) de conhecimento(s) e internacionalização científica: bolsas, missões de estudo e técnicos estrangeiros em Portugal

Procurando o máximo proveito económico na conciliação entre ciência e agricultura, foi necessária a criação de fórmulas que promovessem a superação da dependência tecnológica no domínio da hortofruticultura. A investigação agronómica do pós-guerra procurou colocar em evidência três vertentes que funcionariam em cadeia: a *normalização biológica*, “selecção e criação de cultivares ou raças que reúnam, simultaneamente e em bases estáveis, altas produções e determinadas características desejadas pelo consumidor”; a *normalização técnica*, que se munia de “todos os ensinamentos técnicos e científicos conducentes à obtenção da máxima eficiência da empresa agrícola” e, por fim, a *normalização comercial*, “complemento necessário da normalização dos meios de produção”²¹.

Em articulação com estes enunciados, a retórica governativa galvanizava a necessidade do melhoramento técnico do sector primário. Mas, não existindo ainda meios suficientes para o alargamento das perspetivas tecnológicas no espaço nacional, procurou-se, através do contacto com os laboratórios universitários e os meios de investigação internacionais, fornecer os elementos necessários para uma organização de um sistema científico ao serviço do desenvolvimento económico-social. Para a

²¹ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II série, nº 3, julho-setembro de 1973, p. 8.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

concretização desse desígnio, não apenas a JNF, mas outras instituições a esta associadas, reproduziram o modelo de bolsas e missões de estudo que já se encontrava implantado em Portugal (Lopes 2017: 45-170), mas também recorreram ao auxílio de técnicos estrangeiros, algo já iniciado com a ajuda norte-americana do Plano Marshall e com os contactos com a Agência Europeia de Produtividade.

Não foram apenas os elementos administrativos da JNF a participar nessas missões ao estrangeiro, contando-se a intervenção de outras figuras. Além das diversas instituições envolvidas neste processo, é de constar a polivalência dos eventos abrangidos nestas missões, que tanto poderiam ser visitas a zonas de produção agrícola, como a representação em encontros científicos, atestando a crescente internacionalização pretendida para o sector primário, como é possível atestar na tabela 3, em anexo.

Tal facto demonstra que, inevitavelmente, a circulação e transferência de conhecimentos era uma realidade atingível nos percursos de atuação da JNF no subsector que coordenava. Complementando esta faceta, surge outra: a possibilidade de realização de estágios, com bolsas concedida por vários organismos, visível na tabela 4. Através de subsídios conferidos pela OCDE, alguns técnicos da JNF realizaram as suas investigações científicas em países estrangeiros, como José Manuel Soares e António Costa Pires que, em julho de 1963, estudaram a especialização na gestão e exploração de estações fruteiras e mercados-gare, em França e Itália.

Nesse mesmo ano, Dinis Moutinho Guita fez um estágio sobre a aplicação do “Regime OCDE”²² a normalização internacional de maçãs, em França, durante o mês de Setembro. Mais uma vez, outras organizações atenderam às questões envolvendo a fruticultura e a horticultura como a ENA, que enviou, com auxílio financeiro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, José Carlos da Silva Dias a França, Suíça, Holanda e Áustria, entre 11 de junho a 1 de agosto de 1960, para o estudo do aperfeiçoamento de técnicas de previsão e tratamento contra insetos e fungos em

²² O regime OCDE foi criado em 1962, tendo como fim a aplicação de normas internacionais às seguintes frutas e legumes: peras, maçãs, tomates, couve-flor, cebolas, saladas (alface, chicória frisada, escarola), pêssegos, damascos, ameixas, citrinos, alcachofras, cerejas, morangos, endívias, espinafres, uvas de mesa, ervilhas (em vagem) e feijão-verde. Este regime deriva do protocolo realizado em 1954 para a normalização das embalagens em madeira no espaço europeu, a que se seguiu um programa, criado no mesmo ano, entre a OECE e a AEP para o desenvolvimento dessa mesma normalização.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

árvores de fruto, vinhas, batatais. Também a OCDE financiou algumas deslocações como a que foi realizada em 1964, a Valência, em Espanha, de alguns funcionários da JNF e representantes das cooperativas fruto-hortícolas (cf. tabela 4).

Neste quadro de internacionalismo científico, não poderá ser olvidado o contributo de consultores estrangeiros, oferecendo apoio técnico no sentido de melhoria na produção. Nesta situação e dentro da atuação da JNF, conta-se, entre 1959 e 1960, o aproveitamento de estufas para a produção de ananás, que nos Açores foi coordenado por um engenheiro agrónomo britânico²³. Também na divulgação das propriedades do frio industrial, a JNF recorreu à ajuda de técnicos externos. A realização de um curso de frio industrial, entre 1966 e 1967, no ISA, foi dirigido por Charles Salles, técnico da OCDE e vice-presidente do Syndicat General de l’Industrie Frigorifique de France²⁴.

Conclusões

Partindo um nicho específico do panorama agrário nacional, a JNF empreendeu uma série de iniciativas que visavam, não só a melhoria das condições de produção das frutas e legumes, mas igualmente, acentuar a competitividade do sector fruto-hortícola nos mercados internacionais, onde a criação de polos industriais se revelava fundamental. Seguindo Maria Carlos Radich, na atuação da JNF encontra-se “uma variação significativa do entendimento dos fenómenos naturais [...] da imagem da natureza corresponde uma variação igualmente significativa da técnica agrícola” (Radich 1987: 10). Essa imagem obedeceu, a um primeiro momento, a ditames de natureza de autossuficiência, que posteriormente se alteraram para fazer face a alterações no quadro económico.

Para tal, a JNF desenvolveu um forte investimento em *know-how*, lançando ações de formação, financiado missões de estudo em países estrangeiros e percorrendo os circuitos internacionais de exposições e feiras agrícolas, tendência que se acentuou anos do segundo pós-guerra. Esta foi uma atitude que encontrava eco em outros sectores, contudo, em nossa opinião, a JNF conjugou, de forma muito salutar, o seu substrato corporativo, com o processo de industrialização e com um novo entendimento

²³ ANTT, *Arquivo Oliveira Salazar*, Correspondência Oficial, Economia, pasta 21, capilha 4.

²⁴ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 294 (novembro de 1966), p. 7; *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 295 (dezembro de 1966), pp. 3-5.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

das práticas científicas, consagrando uma visão tecnocrática da realidade agrícola. Tudo isto corresponde à ideia de que a retórica ruralista no Estado Novo carregava “a large-scale modernist experiment accomplished through modern technology and mass media” (Saraiva 2015: 70).

Como referimos, a problemática da investigação científica na melhoria de determinadas culturas constituiu uma das marcas da ação da JNF. Poderemos ver nesta atitude a criação de mecanismos assentes no conceito de *high modernism*²⁵, como James C. Scott referiu? Segundo este autor, tal conceito encontra eco na Europa e nos EUA a partir do momento em que a industrialização se converte na pedra de toque das políticas económicas, isto é, ao longo do século XIX. Deste modo, e visto que o movimento de industrialização em Portugal apenas conheceu a sua materialização após a II Guerra Mundial, parece-nos pertinente observar a atuação da JNF através deste prisma de análise. Reforçando esta conclusão, é notório que este organismo mostrou uma clara disposição na valorização das culturas fruto-hortícolas, através da persecução de experiências e ensaios, privilegiando a aplicação prática de “uma combinação selectiva do conhecimento científico” (Freire 2010: 93) num contexto em que as ideias trazidas pela *Revolução Verde* se encontravam em voga, procurando seguir ainda as recomendações de organizações internacionais, como a Food and Agriculture Organization.

Em suma, a JNF constituiu um pólo agregador e dinamizador das investigações das ciências agrárias e das suas práticas, adotando uma clara estratégia de progresso e de internacionalização.

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Processos de contas da Junta Nacional das Frutas*.

²⁵ Segundo James C. Scott, *high modernism* caracteriza-se por “a supreme self-confidence about continued linear progress, the development of scientific and technical knowledge, the expansion of production, the rational design of social order, the growing satisfaction of human needs, and, not least, an increasing control over nature (including human nature) commensurate with scientific understanding of natural laws” (Scott 1998: 89-90).

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo Salazar*, Correspondência Oficial, Economia, pasta 21.

Fontes impressas (publicações periódicas):

Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1953-1974.

Archivo Rural, 1890-1900.

Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, 1910-1939.

Boletim da Junta Nacional das Frutas, 1941-1966.

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1933-1974.

Frutos: boletim anual de hortofruticultura, 1966-1974.

Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação, 1961-1974.

Portugal Agrícola, 1889-1895.

Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas, 1947-1975.

Fontes impressas (estudos e artigos):

ALMEIDA, C. R. Marques de (1942), *Um novo método para o estudo da produtividade das fruteiras*, Lisboa, Gráfica Lisbonense.

CÂMARA, António Sousa (1947), “A investigação científica ao serviço da nação”, *Revista Agronómica*, ano XXXV, tomo II, pp. 143-157.

CAMPOS, João Mota (1962), *Fomento frutícola*, Lisboa, Ministério da Agricultura.

COUTO, A. Avelar do (1972/1973), “Reguladores do crescimento em fruticultura”, *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, pp. 5-23.

GALVÃO, J. Mira (1943), *A investigação no campo através do agrónomo*, Beja, Minerva Comercial.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1936), *Fruticultura e comércio fruteiro*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1939), *Estudos pomológicos*, Lisboa, Estação Agronómica Nacional.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira (1949), *A técnica ao serviço da fruticultura*, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

NAVARRO, André (1934), *Novas perspectivas da exportação de frutas*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa.

Estudos:

AMARAL, Luciano (1998), “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra” *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 148, pp. 741-776.

BRANDÃO, Tiago (2017). *Da organização da ciência à política científica em Portugal, 1910-1974: a emergência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FREIRE, Dulce (2010), “Experiência e ciência: modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo” in Diego Palacios Cerezales, Fátima Sá e Melo Ferreira e José Neves (coord.), *Da economia moral da multidão à arte de não ser governado: E.P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, Castro Verde, 100 Luz, pp. 91-108.

FREIRE, Dulce (2013), “Modernizing ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal, 1957-1986)” in Ana Delicado (ed.), *Associations and other groups in Science: an historical and contemporary perspective*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, pp. 92-107.

GARCÍA-PEREDA, Ignacio (2017). “The Emergence of Forest Genetics in Portugal”, *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 47, nº 1, pp. 76 - 106.

GARRIDO, Álvaro (2016) *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores.

GASPAR, Júlia et. al. (2009), “Scientific life under the Portuguese dictatorial regime (1929-1954): the communities of geneticists and physicists”, *Journal of History of Science and Technology*, vol. 3, pp. 74-89.

LOPES, Quintino (2017). *A Junta de Educação Nacional (1929/36): traços de europeização na investigação científica em Portugal*, Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Universidade de Évora.

PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

PIRES, Leonardo Alexandre Aboim (2018). *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo*

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

(1936-1974), Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

RADICH, Maria Carlos (1987), *A agronomia portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas*, Tese de Doutoramento em Agronomia, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

RODRIGUES, Ana Duarte (2016), *Horticultura para todos*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

ROLLO, Maria Fernanda (2006), “Heranças da Guerra: o reforço da autarcia e os ‘novos rumos’ da política económica”, *Ler História*, nº 50, pp. 131-169.

ROLLO, Maria Fernanda et al. (2012), *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SALGUEIRO, Ângela (2016), *Ciência e Universidade na I República*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

SARAIVA, Tiago (2015), “Fascist modernist landscapes: wheat, dams, forests, and the making of the Portuguese New State”, *Environmental History*, vol. 21, nº 1, pp. 54–75.

SARAIVA, Tiago (2016), *Fascist pigs: technoscientific organisms and the history of fascism*, Cambridge, MIT Press.

SCOTT, James C. (1998), *Seing like a state: how certain schemes to improve the human conditions have failed*, New Haven, Yale University Press.

Appendix

Nome	Instituição	Local e data	Evento/Objetivo
Joaquim Vieira Natividade	Junta Nacional das Frutas	Suíça, 18 de maio a 6 de junho de 1953	Visita às regiões frutícolas.
Henrique Roovers da Costa Neves			
Mário de Brito Soares	Junta Nacional das Frutas	Zurique (Suíça), 1954	Participação no Congresso Internacional de Sumos de
Adalberto de			

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

Campos Brito			Frutos
Eugénio Margarido Correia	Direcção-Geral dos Serviços Industriais		
José Steiger Garção	Junta Nacional das Frutas	Londres (Reino Unido), março de 1956	Visita às instalações fabris de concentrado de tomate da firma H. J. Heinz Company para estudar a uniformização de métodos de cultura, laboratoriais e industriais
Mário de Brito Soares			Participação em reuniões organizadas pela OECE para estudo dos problemas relativos à organização do mercado europeu de frutas e legumes e visita aos mercados abastecedores das principais cidades italianas e a Estação Experimental de Conservas de Frutos e Produtos Hortícolas de Parma
Manuel das Neves Barreto	Junta Nacional das Frutas	Verona (Itália), maio de 1956	
José Manuel Natividade S. Coelho	Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas	Aranjuez (Espanha), novembro de 1956	Estudo do desenvolvimento frutícola e hortícola da região
Manuel das Neves Barreto	Junta Nacional das Frutas	Londres (Reino Unido), fevereiro de 1958	Participação nas reuniões do Comité Permanent de la Conserve
António Luís Pascoal de Avelar do Couto	Brigada Técnica da IX Região Agrícola		Visita a organismos especializados em matéria de fruticultura.
	Repartição dos	Itália, 29 de julho a 8 de	

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

Artur Manuel Parreira da Gama	Serviços Fitopatológicos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas	setembro de 1959	
Maria da Ascensão Louro	Repartição de Serviços de Culturas Arbustivas e Arbóreas da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas	Catina, Itália, 20 a 26 de setembro de 1959	Delegados da Direcção- Geral dos Serviços Agrícolas no V Congresso Internacional de Citricultura.
Henrique Roovers da Costa Neves	Diretor da Estação de Fruticultura		
Humberto Francisco Dias	Estação Agronómica Nacional	Dinamarca, 25 a 30 de julho de 1960	Simpósio Internacional sobre Vírus das Árvores de Fruto
Maria de Lourdes Branquinho Oliveira	Estação Agronómica Nacional	Paris, 14 a 17 de novembro de 1960	Reunião para tratar da posição atual dos conhecimentos sobre doenças bacterianas das batateiras
António Rodrigues Pinto da Silva	Estação Agronómica Nacional	Génova, 21 a 28 de maio de 1961	Symposium da Flora Europea
António Joaquim de Andrade Cabral	Comissão Orientadora do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário	Wageningen, Holanda, junho de 1961	Symposium Internacional para a Produção e Inspeção de Batata-Semente
Alberto Correia Vargues	Junta Nacional das Frutas	Esmirna (Turquia), abril de 1962	Participação em reunião para tratar de assuntos relacionados com a produção e exportação de pasta de figo para o mercado norte-americano

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

José Duarte Amaral	Junta Nacional das Frutas	França, setembro de 1963	Visita a Estações Fruteiras e Mercados Abastecedores de Frutas e Produtos Hortícolas
Augusto César de Brito			
Sebastião Alves Sanfins			
José Vaz da Silva Lobão	Junta Nacional das Frutas	Bari (Itália), agosto de 1963	Participação numa conferência da OCDE
José Duarte Amaral	Junta Nacional das Frutas	França e Itália, outubro de 1967	Participação na 3ª Bienal Frutícola Internacional Participação no 98º Congresso Nacional da Sociedade Pomológica de França e à III Bienal Frutícola Internacional em Ferrara-Itália
Álvaro Andrade Fonseca	Brigada Técnica da VII Região Agrícola		
Cardoso Simões	Grémio de Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira		
António Luizello	Junta Nacional das Frutas		
José Eduardo Mendes Ferrão	Instituto Superior de Agronomia	Londres (Reino Unido), 15 a 23 de setembro de 1969	Participação na Conferência Internacional de Frutas Tropicais e Subtropicais

Tabela 3 - Missões de estudo e visitas ao estrangeiro ligadas à JNF.

Fontes: *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas* (1959-1974), *Boletim da Junta Nacional das Frutas* (1947-1966), e Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Processos de Contas da Junta Nacional das Frutas*.

Nome	Patrocinador	Objetivos	Local e datas
José Manuel Soares	OCDE	Especialização na gestão e exploração de estações fruteiras e mercados-gare.	França e Itália (julho de 1963)
António José Costa Pires			
Dinis José Moutinho Guita	OCDE	Estágio sobre a aplicação do “Regime OCDE” a normalização internacional de	França (setembro de 1963)

Leonardo Aboim Pires - “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 221-249. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1a9

		maçãs.	
Rui Caldas de Vasconcelos	OCDE	Estágio sobre liofilização durante o período de 15 dias.	Lyon (França), 1964
João Pedro Mira Paulo	OCDE	Estágio sobre preparação de nozes durante o período de 15 dias.	Grenoble (França), 1964
João Pedro Mira Paulo	OCDE	Estágio para a realização de um estudo sobre a cultura da amendoeira e comercialização de amêndoa, durante o período de 15 dias.	Itália, 1964
Alberto Correia Vargues	OCDE	Estágio para o estudo sobre preparação de figos e avelãs, pelo período de 21 dias.	Turquia, 1964
Dinis José Moutinho Guita	OCDE	Estágio para o estudo sobre normalização de pêsegos, pelo período de 15 dias;	Perpilhão (França), 1964
José Manuel Soares	OCDE	Estágio para o estudo sobre normalização de citrinos, em Espanha, pelo período de 15 dias;	Espanha, 1964
Luís José Pires Batista	OCDE	Estágio para o estudo sobre preparação de castanhas, pelo período de 15 dias.	Itália, 1964

Tabela 4 - Estágios de funcionários da JNF com financiamento externo. Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Processos de contas da Junta Nacional das Frutas*.

Recensões

Pedro Sebastião - Recensão de *A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 250-253. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r1

MARTINS, Miguel Gomes (2017), *1147, A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-840-4, 386 pp.

Pedro Sebastião
Universidade de Coimbra
psebastiao03@gmail.com

Miguel Gomes Martins é um autor que tem vindo a desenvolver um notável trabalho de investigação e divulgação da história militar medieval portuguesa. Doutorada pela Universidade de Coimbra, a sua mais recente obra, *1147, A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada* não é estranha à sua área de estudos.

Segundo o autor, este livro surge com o objetivo de fornecer uma visão de “âmbito panorâmico” da conquista de Lisboa de 1147, ao integrar esta operação, num contexto mais vasto tanto do ponto de vista cronológico como geográfico (Martins 2017: 17). Não sendo um tema novo, Miguel Gomes Martins justifica o surgimento desta obra com a descoberta de novas fontes, nomeadamente vestígios arqueológicos na cidade de Lisboa, e com a reinterpretação de fontes já conhecidas, algo possibilitado graças ao desenvolvimento dos estudos sobre poliorcética medieval.

A obra tem 386 páginas divididas por 14 capítulos e consideramos que estes podem ser divididos em 3 partes principais; em primeiro lugar, os capítulos 1 a 6, em segundo lugar, os capítulos 7 a 11 e, finalmente, os capítulos 12 a 14.

É na primeira parte que iremos elencar as principais críticas, assinalando que consideramos ser nestes primeiros seis capítulos que o autor pretende marcar o seu contributo historiográfico, tendo em conta os objetivos a que se propõe. Aqui, é fornecido o contexto social, económico e político da Europa e do Médio Oriente, na Baixa Idade Média, e é analisado o contexto político-militar ibérico desde 711 até à chegada ao poder de Afonso Henriques. O autor aborda também o contexto da queda de Edessa e o lançamento da cruzada por Inocêncio II. É também nesta parte que está uma das principais teses defendida na obra, segundo a qual, a conquista de Lisboa fazia parte dos planos de Bernardo de Claraval para a Segunda Cruzada e o rei português, sabendo desta eventualidade, condicionou as suas estratégias militares de 1147 para esse efeito.

Temos a destacar alguns pontos positivos nestes primeiros capítulos. Referimos a capacidade do autor ter uma perspetiva integrada da evolução das diferentes entidades

Pedro Sebastião - Recensão de *A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada - História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 250-253. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r1

políticas ibéricas e que se verifica, por exemplo, na análise do desenvolvimento territorial dos reinos cristãos e da sua constante ligação ao contexto político muçulmano (Martins 2017: 57-63). Outro ponto positivo prende-se com a exploração e interligação das múltiplas fontes textuais usadas para a descrição de eventos, e tendo em conta que as descrições apresentadas, não raras vezes se contradizem este trabalho revelou-se, certamente árduo (Martins 2017: 81-83).

Além disso, referimos a capacidade de analisar eventos militares de forma ampla – note-se o caso do fossado de Ourique (1139), cujo sucesso o autor atribui, não só às capacidades militares das forças portuguesas, mas também ao facto dos almorávidas terem, nessa data, outros focos de guerra no Norte de África e em Oreja, o que lhes retirava efetivos militares da parte ocidental da Península.

Temos ainda a reportar alguns pontos negativos. Em primeiro lugar é fácil imaginar esta obra sem os capítulos primeiro e quarto que nos parecem quase extemporâneos do principal tema da obra: o cerco de Lisboa. Tal é mais reforçado no primeiro capítulo, onde é feito um resumo político-dinástico, que se espraia por 34 páginas, dos vários reinos europeus, que nos parece de uma utilidade reduzida para a compreensão da temática em estudo. Em menor grau, também o capítulo quarto onde o autor explica de forma detalhada o lançamento da Segunda Cruzada nos parece dispensável, sobretudo tendo em conta que os elementos básicos da composição desta expedição são dados, novamente, no capítulo quinto.

Por outro lado consideramos que outros pontos fundamentais poderiam ter sido mais aprofundados. No capítulo 2, a forma como o autor aborda a criação do Condado Portucalense por Afonso VI, uma questão polémica, é atribuída, de forma imprecisa, à necessidade de defesa da região face à ameaça almorávida (Martins 2017: 67); as reflexões desta questão, oriundas de autores como Stephen Lay e José Mattoso, poderiam contribuir para enriquecer esta análise (Lay 2009: 68-70 e Mattoso 2007: 30-32).

No entanto, consideramos que a principal crítica a fazer nesta obra é a forma breve como o autor fundamenta a possibilidade da conquista de Lisboa fazer parte dos planos da Segunda Cruzada, algo que, como já notámos, nos parece ser uma das principais teses defendidas na obra, e que ocupa apenas três páginas da mesma (Martins 2017: 130-133). Na apresentação destes argumentos, o autor não procurou elaborar uma

Pedro Sebastião - Recensão de *A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada - História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 250-253. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r1

discussão historiográfica com posições opostas apresentadas por outros investigadores, que defendem que a conquista de Lisboa foi um fenómeno *ad hoc*, no contexto da Segunda Cruzada. O artigo de Alan J. Forey, “The Siege of Lisbon and the Second Crusade”, no ano de 2007, rebate quase todos os fundamentos apresentadas por Miguel Gomes Martins e teria sido útil cruzar estas duas perspetivas (Forey 2007). Ainda assim, consideramos que os argumentos de Miguel Gomes Martins são suficientes para fundamentar a tese apresentada, mas estão longe de encerrar a questão quanto à natureza da participação cruzada no cerco de Lisboa de 1147. É de referir que outros autores, como Pedro Gomes Barbosa e José Mattoso, partilham da mesma posição de Miguel Gomes Martins (Barbosa 2004: 29-30 e Mattoso 2007: 240-241).

A segunda parte da obra diz respeito à descrição das operações de cerco por parte dos cristãos e das movimentações da guarnição da cidade. São abordadas as negociações entre os portugueses e os cruzados, as operações de desembarque e o armamento usado por cristãos e muçulmanos. Nesta segunda parte o autor faz ainda uma descrição dos principais eventos militares, destacando as primeiras iniciativas do exército cristão, as sortidas da guarnição, as questões relativas ao abastecimento e a construção de engenhos de cerco. De seguida, o autor dá conta dos principais eventos militares, nomeadamente, a criação de minas subterrâneas para derrubar as muralhas e a construção de torres de cerco, que, aliás, acabaram por levar à queda negociada da cidade a 24 de outubro de 1147.

Apontamos que estes capítulos são, na nossa opinião, os mais bem conseguidos de toda a obra por denunciarem um trabalho rigoroso de análise crítica das fontes e de cruzamento de bibliografia diversa. Referimos, como exemplo a metodologia usada para calcular os efetivos militares portugueses no cerco, no capítulo 7, em que o autor tem em conta, não só as fontes, mas também os condicionalismos demográficos, económicos e políticos do século XII português (Martins 2017: 180-181). No mesmo sentido, destacamos as propostas inovadoras quanto à identificação dos combatentes cruzados, onde o autor correlaciona as fontes da operação militar em análise, com as do cerco de Tortosa, onde o mesmo contingente participou. Merece também uma referência a forma como o autor integra a lenda de Martim Moniz num dos momentos do cerco (Martins 2017: 167-170 e 182-183).

Pedro Sebastião - Recensão de *A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada - História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 250-253. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r1

Quanto à terceira parte desta obra, podemos considerá-la como o epílogo alongado desta narrativa. Além da descrição dos acontecimentos decorrentes da tomada da cidade, o autor incide nos “estranhos caminhos” que seguiram os combatentes cruzados na sequência da vitória em Lisboa, nomeadamente a participação nos cercos de Almeria e Tortosa e, já em 1148, no cerco de Damasco de 1148. Quanto a esta terceira parte evidenciamos a capacidade de resumir, de forma sintética, as complexas atividades político-militares da Segunda Cruzada.

Em resumo, esta é uma obra muito bem conseguida e que dá um contributo importante para a temática, do ponto de vista académico mas também na divulgação a um público mais alargado, objetivo facilitado pelo discurso claro e acessível que norteia todo o estudo. Esta divulgação afirma-se como extremamente relevante no aumento da cultura histórica da população e, por acréscimo do valor da História para a sociedade.

Bibliografia:

BARBOSA, Pedro Gomes (2004), *Lisboa – 1147 – A cidade reconquistada aos mouros*, Lisboa, Tribuna da História.

FOREY, Alan J. (2007) “The siege of Lisbon and the Second Crusade”, *Portuguese Studies*, nº 20: 1-13.

LAY, Stephen (2009), *Os reis da reconquista portuguesa*, Alfragide, Texto Editora.

MATTOSO, José (2007), *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 1. 2019. 254-257. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r2

MOEGLIN, Jean-Marie (Dir.), PÉQUIGNOT, Stéphane (2017), *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*, Paris, Presses Universitaires de France. ISBN 978-2-13-052787-9, 1106 pp.

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho
CEPESE-Universidade do Porto
babo.dmmbm@gmail.com

Durante boa parte do século XX a historiografia absteve-se de abordar, em profundidade, temas de História da Diplomacia. O desinteresse por questões relacionadas com a história factual, política e dos *grandes homens* ajuda a explicar essa realidade. Contudo, com a terceira geração dos *Annales* dá-se um *retorno ao político*, que se viria a efetivar nos anos de 1980 e a consolidar nas décadas seguintes. Devido a essa mudança de paradigma, teve início, *e.g.*, a publicação de vários estudos a respeito de *diplomacia* e de *relações internacionais* na Idade Média. De facto, na atualidade, essas investigações ocupam um lugar de destaque no debate historiográfico de vários países, ao qual Portugal não é alheio. Podemos dizer, portanto, que *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*¹ é fruto dessa renovada linha de estudos, à qual Isabela Lazzarini denomina *Nova História da Diplomacia*².

Este ambicioso projeto veio ocupar o lugar que, durante c. de seis décadas, pertenceu a *Histoire des relations internationales. Le Moyen Âge*, surgido em 1953, pela mão de François Ganshof; atualmente com pouca expressividade, mas que durante vários anos se destacou como uma obra fundamental. Na verdade, o recente trabalho de Moeglin e Péquignot, além de colmatar uma lacuna historiográfica, reúne o essencial das publicações acerca da diplomacia medieval das últimas décadas. Mas não só. Como referem os autores, é importante salientar que este livro foi concebido como um complemento e um contraponto a dois volumes anteriores que, rapidamente, se tornaram clássicos. Os autores referem-se aos trabalhos de dois renomados medievalistas: Bernard Guenée e de Philippe Contamine. O estudo do primeiro incidiu

¹ Este livro já foi objeto de, pelo menos, três recensões críticas da autoria de Heribert Müller, Philippe Contamine e Isabela Lazzarini.

² LAZZARINI, Isabela (2018), “Notizie”. *Archivio Storico Italiano*, ano CLXXVI, n° 2, pp. 406-409.

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 254-257. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r2

sobre a afirmação do Estado na Idade Média, questão incontornável às relações internacionais. O livro do segundo debateu a guerra medieval, «parce que la guerre est l'horizon ultime de toutes les relations entre princes et rois au Moyen Âge» (p. 12).

Das 1106 páginas que dão forma ao objeto desta recensão, 749 são dedicadas à análise do antigo sistema de relações internacionais numa longa duração: desde o início da queda do Império Carolíngio até ao alvorecer do Renascimento. (As restantes 357 páginas são dedicadas, essencialmente, à bibliografia). Sem embargo do volume apresentar uma cronologia tão dilatada, os autores focam-se, em grande medida, diacrónica e sincronicamente, na fase final da Idade Média: séculos XIV e XV. Consideramos a opção compreensível. É a partir desse período que surgem os primeiros contornos de modernidade e da autonomização do sistema diplomático.

Jean-Marie Moeglin e Stéphane Péquignot estruturaram a sua narrativa num livro organizado de forma exemplar. Além da introdução, o volume encontra-se dividido em três partes que, por sua vez, se desdobram em vários capítulos ou pontos (como é o caso da terceira parte). Da autoria de Moeglin temos a introdução, os capítulos 1, 3 e 5 da primeira parte e os capítulos 3 e 4 da segunda parte. Péquignot apresenta os seus textos nos capítulos 2 e 4 da primeira parte e nos capítulos 1 e 2 da segunda parte. A terceira parte, como já se referiu, corresponde à bibliografia. De facto, trata-se de um exaustivo repertório com 2946 entradas. Aí são apresentadas inúmeras fontes primárias (v.g. narrativas, literárias, tratados jurídicos, cartas e documentos de chancelaria e documentação epistolar) e secundárias (v.g. dicionários e instrumentos de pesquisa, resenhas e bibliografia a propósito de reflexões históricas de temas ligadas à política e diplomacia medieval).

Este variado conjunto de fontes inventariadas possibilitou que, neste volume, se abordassem e debatesses questões cruciais. Na primeira parte, intitulada de *État des savoirs*, Moeglin apresenta, longo no primeiro capítulo, uma perspetiva dos principais eventos político-diplomáticos da Europa ocidental, entre c. 830 a 1500. Posteriormente aborda-se outras questões, também elas fundamentais para a uma melhor elucidação das relações diplomáticas na Idade Média (p. 15-96). Péquignot, no segundo capítulo, debate três temáticas fundamentais que influenciavam o relacionamento diplomático: as possibilidades físicas das deslocações; as línguas empregues nos contactos

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 254-257. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r2

internacionais; e a prática da escrita (p. 97-146). Moeglin, no terceiro capítulo, disserta acerca de um dos fatores-chave das relações internacionais daquele tempo: a *amizade*. Este era o substrato que permitia aos *príncipes* criar alianças defensivas e restaurar relacionamentos (p. 147-343). Chegados ao quarto capítulo, Péquignot aborda um tema que lhe é próximo: as embaixadas e os embaixadores. O autor fala-nos, de entre outros assuntos, da nomeação dos homens, da qualidade e dos custos das viagens e das transformações verificadas na Itália do século XV (p. 345-493). Por fim, o quinto capítulo incide nos tratados e nas relações internacionais na Idade Média. Este ponto introduz o leitor na fase final dos contactos diplomáticos: a conclusão de um tratado. (Os tratados tinham a sua doutrina e definição jurídica regulada, em particular, pelo Digesto) (p. 495-579).

A segunda parte do livro, intitulada de *Questions et débats*, é iniciada com um ensaio historiográfico da autoria de Péquignot. Nesse primeiro capítulo o autor debate inúmeras questões fundamentais, não só relacionadas com o estado da questão, mas também com a aplicabilidade de expressões como *diplomacia* e *relações internacionais* à Idade Média. A fechar o texto, dedica algumas linhas às possíveis perspetivas de investigação (p. 583-622). O mesmo historiador, no segundo capítulo, descreve e problematiza questões relacionadas com o controlo e disseminação das informações acerca do estrangeiro. Dados dessa natureza eram considerados essenciais para os *Governos* medievais. Com base neles podia-se influenciar o decurso das negociações diplomáticas, bem como a manutenção ou destabilização de outras regiões (p. 623-670). O terceiro capítulo, da autoria de Moeglin, apresenta reflexões a propósito da arbitragem e da negociação. De entre vários assuntos é referido que, para se obter um verdadeiro tratado, os embaixadores deviam contornar os equilíbrios de poder, de forma a assegurar concessões recíprocas que beneficiassem ambos os signatários (p. 671-718). Por fim, o quarto capítulo (do mesmo estudioso) incide na existência, ou não, de um direito internacional na Idade Média. Na verdade, o autor refere que o direito internacional, em vez de funcionar como um conjunto de regras e normas reconhecidas por todos, com a finalidade de regulamentar as relações entre os povos e as várias unidades políticas da Europa Ocidental, se tratava, basicamente, de uma *quimera* com referências pontuais ao *Ius Gentium*. De facto, a existência de um *Ius Gentium*

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 254-257. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r2

restringia-se ao reconhecimento de um *corpus* limitado de regras de boa-conduta, que não deveriam ser violadas. Na prática, as *relações internacionais* daquele tempo circunscreviam-se, essencialmente, ao relacionamento entre os *príncipes* e aos compromissos que assumiam a nível bi e multilateral, desde que esses lhes fossem úteis (p. 719-749).

Em síntese. *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)* é um contributo rigoroso e portador de grande riqueza de informações, essenciais para reposicionar a vasta quantidade de estudos a propósito da diplomacia medieval. Mas não só.... Revela-se, também, uma peça-chave para o debate historiográfico do tema, na medida que os autores elucidam o leitor sobre novas perspetivas de investigação.

Jorge António Araújo - Recensão de *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão* - Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 258-261. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r3

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (2018), *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão*. (1.^a ed.), Lisboa, Quetzal Editores. ISBN 978-989-722-536-9, 387 pp.

Jorge António Araújo
Universidade do Porto
jorgemontanhaa@sapo.pt

É sabido que tudo quanto esteja relacionado com as temáticas da expansão portuguesa e europeia pode hoje ser alvo de acesa discussão, nem sempre partindo dos melhores pressupostos. Não serviu tal contexto para demover Onésimo Teotónio Almeida, autor de *O Século dos Prodígios: a Ciência no Portugal da Expansão*, livro publicado em outubro de 2018 pela Quetzal Editores e vencedor do Prémio História da Presença de Portugal no Mundo, atribuído pela Academia Portuguesa de História com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Reúne esta obra um conjunto de textos produzidos e apresentados pelo autor desde 1980, em períodos e para públicos distintos, chamando à colação alguns dos elementos, dos factos e das figuras que, ao longo do processo de expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, antecipam características posteriormente afirmadas pela ciência moderna. Para tal, Onésimo Teotónio Almeida assume uma posição intermédia, entre os historiadores portugueses que exageram no papel atribuído aos Descobrimentos e a historiografia anglo-americana, que o mesmo considera apoucar ou desconhecer por completo, na sua generalidade, o contributo português. Estamos assim em face de dois registos discursivos, um para portugueses e outro para não-portugueses, aspeto perceptível pelo facto de alguns destes textos terem sido originalmente escritos em inglês, e apenas agora traduzidos.

Reconhecendo não ser historiador, mas antes alguém que, no decorrer da sua atividade académica e de docência, se foi confrontando com a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos e as suas leituras em relação ao tema, Onésimo Teotónio Almeida propõe-se nos seus ensaios dialogar com os historiadores, tecendo considerações e levantando questões. Os anos de estudo e o conhecimento dos

Jorge António Araújo - Recensão de *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão* - Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 258-261. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r3

condicionalismos em que atuam estes profissionais são fatores que o colocam à vontade nas observações críticas à historiografia da ciência, portuguesa ou anglo-americana.

E é isso precisamente que faz nas três partes em que divide a obra. A primeira parte, contendo o conjunto textual mais antigo entre os aqui reunidos, corresponde a uma redação da década de 1980, crítica de algumas das teses de Joaquim Barradas de Carvalho – nome de referência entre os apoiantes da chamada «prioridade portuguesa». Depois de apresentar uma síntese das teorias e dos pontos de vista defendidos por aquele historiador em diferentes trabalhos, o autor passa a refutar o que considera ser uma «leitura althusseriana da História» e a ideia de «pré-ruptura epistemológica» trazida pela expansão portuguesa no século XVI, recorrendo, para tal, a uma visão global e comparativa entre Portugal e a Europa, que Barradas de Carvalho ignorara.

A segunda parte, para além de aprofundar os pontos de vista anteriormente apresentados, traz novos contributos em favor do lugar dos portugueses na história da ciência, num conjunto de ensaios com proveniências e datas de produção muito diversas, mas que refletem a perspetiva atual do autor sobre a problemática. Maioritariamente dirigidos, aquando da sua redação inicial, a públicos anglo-americanos, estes textos abordam algumas das omissões que o autor considera mais importantes na historiografia em língua inglesa, no que concerne à atenção atribuída à ciência na expansão portuguesa. Seguindo a linha historiográfica que vê a mudança de mundividências como um processo, e não como um acontecimento, Almeida defende que a expansão portuguesa contribuiu para fundamentar os limites cronológicos aplicados por A. Rupert Hall à primeira revolução científica – de 1500 a 1800. Refuta igualmente as teses de Ernan McMullin, segundo as quais «a meta do controlo técnico não desempenhou virtualmente qualquer papel nas origens da ciência» (Almeida, 2018: 101), tendo nos Descobrimentos portugueses um caso contrário a esta afirmação. Assim, retoma dados produzidos pelos historiadores portugueses, enquadrando-os novamente na «narrativa mais global do desenvolvimento da mentalidade e metodologia científica e da história da ciência em geral» (Almeida, 2018: 84), não se coibindo, contudo, de desenvolver as suas próprias teorias, sustentadas com o recurso à bibliografia, às fontes e ao contacto direto com especialistas de diferentes áreas.

Jorge António Araújo - Recensão de *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão* - Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 258-261. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r3

Finalmente, a terceira parte, um ensaio crítico, escrito há precisamente três décadas, a um opúsculo de Sant'Anna Dionísio sobre a decadência ibérica no campo científico, mas que Teotónio Almeida transforma numa mensagem para o futuro, um incentivo ao desenvolvimento científico e uma lição contra a ideia de «determinismo cultural». É este, por ventura, um dos grandes desígnios desta obra, que não pretende olhar apenas o passado, mas apontar também para o futuro.

Dado o cariz compilatório, e não obstante o esforço de organização e de adaptação para transmitir unidade ao conjunto, torna-se claro que não estamos perante uma síntese histórica ou geral sobre a ciência nos séculos da expansão portuguesa. Trata-se, sim, de uma seleção feita pelo autor entre os seus próprios trabalhos, que necessariamente deixa de fora alguns temas. Neste ano em que se assinala o quinto centenário da viagem de circum-navegação, não encontraremos, por exemplo, nenhum ensaio sobre Fernão de Magalhães, por muito importante que o seu feito tenha sido para a história da ciência. Outros textos, diz-nos o autor, ficam reservados para futuros volumes ou formam já parte da secção de apêndices. Também por isto se tornam relevantes os índices onomástico e analítico introduzidos no final.

À natureza da obra não são igualmente alheias as evidentes repetições de ideias e de citações, estas por vezes extensas, separadas por poucas páginas e com traduções diferentes. Não devemos ainda esperar encontrar aqui a bibliografia mais recente sobre os temas tratados – basta lembrarmos as discrepâncias cronológicas entre os ensaios. De facto, vemos por vezes serem consideradas «recentíssimas» obras já com décadas e algumas referências a trabalhos mais atuais surgem apenas em nota. No entanto, Almeida conhece bem a historiografia portuguesa e anglo-americana sobre a ciência, com incursões ainda pela historiografia espanhola. É crítico, seja de visões mais nacionalistas, paroquiais ou monolíngues da história, seja dos estudos pós-coloniais, pelo juízo ético e anacrónico dos acontecimentos, seja da própria classe profissional dos historiadores, pelo conservadorismo e respeito face ao estabelecido. De resto, a preocupação com as discussões atuais no campo da história da expansão portuguesa e europeia está aqui presente, refletida nos vários cuidados do autor, por vezes repetitivos, em justificar determinados termos e opções, em mostrar que não está imbuído de

Jorge António Araújo - Recensão de *O Século dos prodígios: a ciência no Portugal da expansão* - Porto. IV Série. Vol. 9 nº 1. 2019. 258-261. DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1r3

qualquer nacionalismo ou chauvinismo, ou mesmo quando, logo a abrir, considera o título do seu livro «politicamente incorreto».

O autor tem a vantagem de partir da narrativa estruturante da historiografia anglo-americana, com acesso facilitado aos originais e às traduções para inglês de inúmeras fontes. Assim, apresenta-nos um texto rico em referências e citações de nomes clássicos, que traduz para português. Conhece também com minúcia as fontes portuguesas e recorre mesmo à literatura, de Camões ao espanhol Unamuno. Não deixa, então, de ser esta obra um estímulo à leitura e ao estudo dos autores antigos e contemporâneos. Chega Teotónio Almeida a criticar os portugueses por, apesar dos anos embrenhados a comemorar os Descobrimentos, não se terem empenhado em traduzir e divulgar as obras clássicas daquele período, facto que, conjugado com a falta de tradução da historiografia portuguesa, contribui para as omissões das narrativas anglo-americanas.

Tudo isto é escrito num estilo corrente, pensado para ser lido tanto pelo grande público como por académicos, com alguns momentos deliciosos de citação e de bom-humor. Não temos problemas em afirmar que a tradução desta obra para inglês poderia, igualmente, dar bom testemunho lá fora do contributo português para a história da ciência.

Notas Biográficas dos Autores

Jorge Fernandes Alves é Professor Catedrático no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador do CITCEM «Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória».

Francisco Miguel Araújo é Mestre em História da Educação (2008) e doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com bolsa de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador do CITCEM-FLUP e colaborador do IHC-FCSH/UNL, a sua produção científica decorre entre as áreas da História da Educação, História da Ciência e História Contemporânea portuguesas, passível de consulta em:

<<https://www.cienciavita.pt>>.

Álvaro Ribeiro (01.03.1905 -09.10.1981), era natural de Miragaia, Porto, tendo sido aluno da fase inicial da Faculdade de Letras do Porto, concluindo o curso de Ciências Históricas e Filosóficas em 08.07.1931. Foi um dos mais representativos filósofos portugueses, um dos fundadores do movimento Filosofia Portuguesa, com múltiplas obras, em várias das quais se podem encontrar referências a professores e práticas da primitiva Faculdade de Letras, evocando especialmente Leonardo Coimbra.

Rute Isabel Rodrigues Russo nasceu em 1985. Licenciou-se em Turismo, em 2007, no ISAG, e em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2017. Frequenta o Mestrado em Estudos Medievais na mesma Faculdade, no âmbito do qual aborda a Crónica de D. Pedro I, de Fernão Lopes.

Mariana Fonseca Barros. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Conclusão do Mestrado em Estudos Medievais, na mesma instituição, com a dissertação intitulada *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)* (2018). Os seus interesses de investigação são a História Política e Eclesiástica do período da formação do reino de Portugal.

Armando Luís Carvalho Homem, natural de Coimbra (n. 1950). Bacharel, licenciado, doutor e agregado em História /História Medieval pela FLUP; sucessivamente monitor, assistente e professor da mesma Escola, atingindo a cátedra em 1998 e aposentando-se em 2014. Como

medievista, estudioso da Diplomática, da oficialidade (pela óptica da prosopografia) e da legislação régias.

Raquel Tovar Pulido é investigadora pré-doutoral do Programa de Formação de Professores Universitários (FPU), no Departamento de História (Área de História Moderna) da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade da Extremadura (Espanha). É licenciada em História e Património Histórico, bem como Mestre em Artes e Humanidades pela Universidade da Extremadura. A sua investigação tem como temas centrais a História Social da População e Família, bem como a Demografia Histórica na Época Moderna, sobretudo no final do Antigo Regime na Extremadura e no interior peninsular.

Lara Campos Pérez. Doutora em História da Comunicação Social pela Universidade Complutense de Madrid, atualmente é Professora Catedrática "C" na Escola Nacional de Biblioteconomia e Arquivonomia da Cidade do México. As suas principais linhas de investigação são os processos de nacionalização e os rituais políticos, analisados a partir da perspectiva da história cultural da política, com especial atenção para o estudo histórico das imagens. <https://www.simbolosdelsigloxx.es/index.php/equipo-investigador/lara-campos-perez>

Leonardo Aboim Pires é licenciado em História, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2015), onde terminou o mestrado em História Contemporânea, com tese intitulada «A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)», sob a orientação científica de Maria Fernanda Rollo e Dulce Freire. É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea e tem como áreas de investigação a História de Portugal no século XX, a história económica e social e a história da ciência e tecnologia. É atualmente doutorando em Ciências da Sustentabilidade na Universidade de Lisboa.

Ficha Técnica**HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série, vol. 9, N. 1 (2019)**

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Inês Amorim

Conselho Editorial: Cláudia Ribeiro, Francesco Renzi, Inês Amorim, Jorge Martins
Ribeiro, Maria Antonieta Cruz.

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga
(U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS),
Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de
Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut
Kaelble (U. Umboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Jorge Fernandes Alves

Secretariado: Mariana Selas e Francesco Renzi

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto
Portugal
Telefone: 22 607 71 00
Telefax: 22 600 38 25
E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist9_1

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

Junho 2019

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Crítica

b) Ser submetidas no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1 - Registrar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- ao "Registrar-se como" escolher todas (as 3) opções: Autor; Leitor; Revisor;

- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;

- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação).

- em caso de submissão de artigo: indique o seu nome apenas com as iniciais em maiúsculas: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiro da diocese do Porto (séc. XI)

- em caso de recensão, no campo do título indique, só a obra OBJETO DE RECENSÃO, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação).

- no campo Resumo por favor insira os 4 abstract em Português, Inglês, Francês e Castelhana, nos quais deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.

c) Indicar o título completo do texto em português, francês, espanhol e inglês.

2. Os artigos devem:

21. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações.

22. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

23. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12, em formato Word for Windows ou compatível. As margens devem ser:

§ superior e inferior - 2,5 cm

§ esquerda e direita - 3 cm

24. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

25. Apresentar os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, numerados de forma contínua.

26. Estes elementos, acompanhados dos respectivos títulos e fontes, não podem ter uma largura superior à do corpo do texto.

27. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

28. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

3. As resenhas críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4.1. - As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

4.1.1. - Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)

4.1.2. - Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)

4.1.3. - Vários autores - (Pereira et al., 2010)

4.1.4. - Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos, Lisboa Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORGAL, Luís Reis (1996), História da História de Portugal – séculos XIX-XX, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620), Lisboa, Editorial Estampa, pp.13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, Revista da Faculdade de Letras – História, III série, vol. 9, pp. 337-356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, Revista da Faculdade de Letras – História, III série, vol. 9, pp. 337-356 [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>.

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, [Consulta em 05.07.2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L' évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, Formação de Professores.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria D. Afonso V, lv. 15, fl. 89.

4.5. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo deve ser respeitada a ortografia original.

6. Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.